

A HABITAÇÃO OPERÁRIA EM LISBOA

CONTRIBUTOS PARA UMA RETROSPECTIVA DURANTE O ESTADO NOVO

O CASO DE VILA FRANCA DE XIRA



Departamento de Arquitectura
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Autor: Ricardo Jorge Henriques Valente
Orientador: Professor Doutor António Borges Abel
Novembro 2012

A HABITAÇÃO OPERÁRIA EM LISBOA

CONTRIBUTOS PARA UMA RETROSPECTIVA DURANTE O ESTADO NOVO

O CASO DE VILA FRANCA DE XIRA



Departamento de Arquitectura
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Autor: Ricardo Jorge Henriques Valente
Orientador: Professor Doutor António Borges Abel
Novembro 2012

Índice geral

Índice de imagens	8
Agradecimentos	26
Resumo	28
Abstract	30
Introdução	32
Parte I	
01.0 Os tempos (r)evolucionários da segunda metade do século XVIII	
01.1 O início do período industrial	38
01.2 Definição de alguns conceitos	39
02.0 A ruptura com o tradicional e adopção da inovação	
02.1 Crescimento populacional	46
02.2 A sociedade no século XVIII	47
02.3 A indústria rural	49
02.4 A mecanização da indústria	52
02.5 Os núcleos urbanos como aglomerados populacionais	54

03.0 O impacto mundial da revolução industrial

03.1 A Inglaterra como nação pioneira	62
03.2 A industrialização no restante continente europeu	64
03.3 A emergência dos países extra-europeus	65

04.0 A formação definitiva da sociedade industrializada

04.1 O <i>boom</i> demográfico do século XIX	70
04.2 As grandes metrópoles industriais	72
04.3 A segunda revolução industrial	75
04.4 A implantação do modelo paternalista: as condições operárias	77
04.5 O declínio da agricultura europeia e o despontar das novas potências	84

05.0 A cidade como questão social no final do século XVIII e século XIX

05.1 A problemática da cidade	92
05.2 A transformação da cidade: a dicotomia razão/natureza	94
05.3 As primeiras teorias urbanas do século XIX: os casos de Owen, Fourier e Cabet	98
05.4 Os grandes ensaios urbanísticos: os planos de Haussmann e de Cerdà	109

06.0 A polarização dos modelos urbanos: a cidade no início do século XX

06.1 Da utopia à prática: a consciencialização da concepção urbana	120
06.2 A natureza utópica de Howard e a natureza realista de Unwin: a cidade-jardim	121
06.3 O ideal funcional das grandes metrópoles: a <i>cité industrielle</i> de Garnier	127
06.4 A arquitectura da tábua rasa de Le Corbusier	131

Parte II

01.0 Portugal e Lisboa entre o final do século XIX e o início do século XX

01.1 As convulsões políticas, a reestruturação do sistema agrário e a industrialização	142
01.2 O crescimento de Lisboa	146
01.3 As necessidades de alojamento operário: a proliferação dos pátios e vilas	148

02.0 A República em Portugal: entre a democracia e a ditadura

02.1 A instabilidade política das primeiras décadas: o caso do Bairro do Arco do Cego	158
02.2 A consolidação do Estado Novo: a figura de Duarte Pacheco e a expansão de Lisboa	163
02.3 As décadas de 40 e 50 como ponto de charneira: o ambicioso projecto de Alvalade	170
02.4 O fim de uma era: as políticas habitacionais dos anos 60 até à revolução de 1974	179

03.0 O caso concreto de Vila Franca de Xira

03.1 Um breve olhar sobre a evolução económica, social e política no concelho	188
03.2 A importância das lezírias ribatejanas no período pré-industrial	191
03.3 A emergência da indústria e a transformação urbana a partir de finais do século XIX	194
03.4 Património industrial: três exemplos paradigmáticos	199

Considerações Finais	223
----------------------	-----

Bibliografia	229
--------------	-----

Anexos	241
--------	-----

Índice de imagens

Parte I

01.0 Os tempos (r)evolucionários da segunda metade do século XVIII

00. Chaminé de uma antiga fábrica na região do Sobralinho. 35

© Ricardo Valente, 2012.

02.0 A ruptura com o tradicional e adopção da inovação

00. Habitações precárias construídas por pescadores no cais da Póvoa de Santa Iria. 43

© Ricardo Valente, 2012.

01. A arte ancestral da olaria. 47

© 2.bp.blogspot.com/-D73u1Jo6FQE/UUhV3XnvJl/AAAAAAAAswo/bB9Y7fYB7u4/s1600/artes%C3%A3o.jpg.

02. Um exemplo da agricultura tradicional. 48

© 2.bp.blogspot.com/_v8WJDGO9eOY/S_FwyvMUjjI/AAAAAAAABOI/hOmdAY8gW9c/s1600/AgriculturaTradicional.jpg.

03. Antes da máquina, a força animal predominava na agricultura. 48

© 3.bp.blogspot.com/-BD3OGOTqisY/Ts98Bdpf0fI/AAAAAAAAGo/D6YB2LQiMYQ/s1600/5747-el-bronco-la-agricultura-tradicional.jpg.

04. A produção de utensílios em verga, como cestos ou cadeiras, cedo se tornou numa fonte de rendimento secundária nos meios rurais. 49

© André Domingos, 2009. ipt.olhares.com/data/big/269/2697884.jpg.

05. Alatoaria torna-se numa actividade comum nos meios rurais. 50

© Costa Castendo, 2009. gabrielcosta.blog.com/files/2009/09/vasco-da-matela-1.jpg.

06. Os aguadeiros transportavam e vendiam água. 50

©profissoes.web.simplesnet.pt/profissoes/AGUADEIRO.jpg.

07. Com a produção de inúmeros produtos indispensáveis ao quotidiano, a ferraria destacava-se como uma actividade de relevo. 51

© Luís Paticio, 2006. ipt.olhares.com/data/big/80/800277.jpg.

08. As indústrias recorrem a máquinas muito primitivas, num misto entre produção manual e maquinofacturada. 51

©eb23-cmdt-conceicao-silva.rcts.pt/sev/hgp/13.fabrica_seixal.jpg.

09. As primeiras indústrias caracterizam-se pela sua grande dimensão espacial, onde todos os trabalhadores realizam o mesmo trabalho. 53

© mises.org.br/images/articles/2011/Julho/Industrial.jpgk/R5lntwPIJyl/AAAAAAAATg/Zdt8qvXTWbk/s320/revolu%C3%A7%C3%A3o+industrial.jpg.

10. Paulatinamente o processo mecanizado torna-se mais complexo. 54

© 4.bp.blogspot.com/_W0JXVG8RY-k/_5lntwPIJyl/AAAAAAAATg/Zdt8qvXTWbk/s320/revolu%C3%A7%C3%A3o+industrial.jpg.

11. Crescimento urbano potenciado pelo desenvolvimento industrial. 54

©teacherlink.org/content/social/instructional/industrialrevolution/urbantenement.jpg.

12. Vista aérea das grandes avenidas de Paris desenhadas por Haussmann como símbolo das vantagens da urbe. 55

© 4.bp.blogspot.com/-OpXE3UQFx38/TZB6-2sKJ0I/AAAAAAAArQ/WN_dOAR5Fq4/s1600/Paris-%2Baerea-%2Bavenidas%2BHaussmann.jpg.

13. Zona operária na cidade de Newcastle em 1880, onde está bem patente a miséria dos seus habitantes. 56

©AA. VV., 2005: 208.

14. Espelho da pobreza sentida por inúmeras famílias que deixam o campo e rumam aos centros

urbanos em busca de melhores condições de vida. 57

© studenthandouts.com/01-Web-Pages/01-Picture-Pages/10.07-Industrial-Revolution/1-Riis-Family-Living-in-One-Room-New-York-City-Slum-1890.jpgk/R5lntwPIJyl/AAAAAAAATg/Zdt8qvXTWbk/s320/revolu%C3%A7%C3%A3o+industrial.jpg.

03.0 O impacto mundial da revolução industrial

00. Panorâmica sobre os complexos fabris dos Moinhos de Santa Iria e a Solvay. 59

© Ricardo Valente, 2012.

01. A industrialização acarreta um crescimento populacional e urbano nos países mais desenvolvidos. 62

© portalsaofrancisco.com.br/alfa/revolucao-industrial/imagens/Conseq7.jpg%C3%A3o+industrial.jpg.

02. Fábrica ligada à produção cerealífera no século XIX. 63

© sunapeenews.files.wordpress.com/2011/05/1.jpg.

04.0 A formação definitiva da sociedade industrializada

00. Reminiscências da actividade rural no concelho. . 67

© Ricardo Valente, 2012.

01. Com o desenvolvimento dos transportes ao longo do século XIX, tornam-se frequentes as grandes vagas migratórias europeias para continentes mais longínquos e por explorar, como a América do Norte. 71

©AA. VV., 2005: 603.

02. Desenvolvimento industrial em Manchester no século XIX. 73

© mexsoc.manchester.ac.uk/symposium/images/Mancotton.jpg.

03. Slum em Glasgow no século XIX. 74

©lineages.co.uk/wp-content/uploads/2011/01/x-23.gif.

04. Construção das linhas férreas nos Estados Unidos da América no século XIX, meio de transporte que conhece um grande desenvolvimento fruto da necessidade de dotar o vasto território de uma rede capaz de escoar produtos agrícolas e industriais. 75

©AA. VV., 2005: 653.

05. Os transportes marítimos ganham gradualmente importância no transporte não só de mercadorias, mas igualmente de pessoas. 76

©farm5.staticflickr.com/4113/5058494216_4f1c2f718f.jpg.

06. Locomotiva a vapor no final do século XIX. 77

©farm6.staticflickr.com/5166/5323500887_307f081654_z.jpg.

07. Grande concentração de trabalhadores numa fábrica de algodão. 77

©3.bp.blogspot.com/-SVw9XaZhPQc/T-ROI4Bitgl/AAAAAAAAMFM/v5U3Ze-jZuQ/s1600/lotsofworkers.jpg.

08. A presença tanto de mulheres como crianças nas fábricas é habitual graças aos miseráveis salários que recebiam face aos homens. 78

©webs.bcp.org/sites/vcleary/ModernWorldHistoryTextbook/IndustrialRevolution/Images/sweeper-and-doffer.jpg.

09. Espelho da falta de higiene e segurança nas fábricas no século XIX e primeiras décadas do século XX. 79

© blog.vecernji.hr/darko-milosic/files/2012/07/radnici.jpg.

10. Os atritos entre operários e patrões dão origem a conflitos cada vez mais frequentes e intensos a partir de meados do século XIX. 80

© 2.bp.blogspot.com/-gSbo2_14MmU/T75nr82eYkI/AAAAAAAAYQ/s6t_MxeZQZg/_s1600/Trabalhadoras+e+Trabalhadores.jpg.

11. A par da saúde, também a educação representa um dos pilares do modelo paternalista, numa relação muito directa com a fábrica. 80

© cbc.ca/gfx/images/news/photos/2012/08/16/hi-120816-residential-school.jpg.

12. Domínio da máquina como instrumento primordial de trabalho torna-se essencial nas indústrias fabris, estabelecendo paulatinamente diferenças entre operários especializados e não-qualificados. 81

© static2.businessinsider.com/image/4f298a476bb3f75c4c000030-900/girls-at-weaving-machine-warppers-at-lincoln-cotton-mills-evansville-indiana.jpgmilosic/files/2012/07/radnici.jpg.

13. Industrialização da agricultura norte-americana. 85

© 1.bp.blogspot.com/-NufbCvjPxCE/UUpbeWhi6l/AAAAAAAQ4I/Ta2Ugcdd-co/s1600/Agriculture.jpg.

05.0 A cidade como questão social no final do século XVIII e século XIX

00. Proliferação de habitações clandestinas. 89

© Ricardo Valente, 2012.

01. Família pobre residente num bairro operário no final do século XIX. 92

© AA. VV., 2005: 201.

02. Complexo industrial de New Lanark, propriedade de Owen e palco pioneiro da aplicação das suas teorias sociais. 102

© arquitetonico.ufsc.br/wp-content/uploads/Projecto_New_Lamark_de_Robert_Owen.jpg.

03. Vista do conjunto de New Lanark e sua envolvente. 102

© static.panoramio.com/storage.googleapis.com/photos/original/9742450.jpg.

04. Projecto idealizado por Owen no início do século XX para New Harmony nos Estados Unidos da América. 103

© tparents.org/library/unification/publications/utopia/R_OWEN.JPG.

05. Esquema do falanstério idealizado por Fourier. 104

© 1.bp.blogspot.com/-ljV2o36D0hU/TZsvRCHDE9I/AAAAAAAAC4/OTCd_XvnIL8/s1600/Familist%25C3%25A9rio.jpg.

06. Planta esquemática onde estão representadas as ruas interiores do falanstério.	105
© arquitetonico.ufsc.br/wp-content/uploads/normal_fourier_falansterio_planta.png.	
07. Corte esquemático do falanstério.	105
© jrrio.com.br/fotos-art/falansterio-corte-perspectiva-planta-1200.jpg.	
08. Familištério de Godin (à esquerda) e a sua relação com a fábrica (à direita) em Guise.	106
©4.bp.blogspot.com/_mg8uHV-izdY/TKIC6_rTpJI/AAAAAAAABAs/qvdfy9mlvc/s1600/Famili%C3%A8re_1.jpg.	
09. Planta e corte-alçado do familištério de Godin.	106
© arquitetonico.ufsc.br/wp-content/uploads/godin.jpg.	
10. Vista exterior do complexo de Guise.	107
© arquine.com/wp-content/uploads/2012/12/familišteregodin2006mx5.jpg.	
11. Pátio interior do familištério.	107
© arquitetonico.ufsc.br/wp-content/uploads/godein_2.jpg.	
12. Plano geral de Ícara em Nauvoo.	108
©3.bp.blogspot.com/-gnl3BS9SUvI/TwHS5K4N3qI/AAAAAAAACU/Tbrw7y4ZWFO/s1600/lcarie1.jpg.	
13. Planta com intervenções operadas por Haussmann em Paris, onde representa as novas ruas, que delimitam uma quadrícula em que se inserem as novas áreas de expansão da cidade e os novos parques e jardins.	110
©LAMAS, 2004: 213.	
14. Avenida dos Campos Elísios.	111
©LAMAS, 2004: 213.	
15. Av. d'Léna onde ao fundo se pode ver a Torre Eiffel.	112
©LAMAS, 2004: 213.	
16. Planta esquemática da proposta de Cerdà para Barcelona.	113
©LAMAS, 2004: 217.	

17. Esquema hierárquico onde se estabelece a relação entre os quarteirões e as grandes vias de comunicação. 114

© LAMAS, 2004: 219.

18. Perspectiva da proposta de Cerdà. 114

© LAMAS, 2004: 220.

19. e 20. Vistas aéreas sobre a cidade de Barcelona. 115

© bing.com/maps/.

© experienciasnn.com/wp-content/uploads/2009/04/eixample_barcelona.jpg.

21. Maquete de um troço do plano de Barcelona. 116

© anycerda.org/web/imagen/1254840562.foto1.tbl_actividades.0/urbs%20i%20territori.jpg.

22. Esquissos das variações nos blocos que compõem o plano de Cerdà para Barcelona, contemplando inúmeras variações adaptáveis à cidade. 116

© LAMAS, 2004: 219.

06.0 A polarização dos modelos urbanos: a cidade no início do século XX

00. Contraponto entre duas realidades construídas díspares. 117

© Ricardo Valente, 2012.

01. Torre de Babel, um dos símbolos da utopia urbana e capa do livro As cidades invisíveis de Ítalo Calvino. 120

© reprodart.com/kunst/maerten_van_valckenborch/1016861-1.jpg.

02. Primeiro esquema de Howard onde este relaciona três polos distintos – a cidade, o campo, e a cidade-campo – em torno das pessoas. 122

© HOWARD, 2008: 8.

03. Segundo diagrama onde já é visível o desenvolvimento do plano geral da cidade-jardim

rodeada por um cinturão rural.	123
© HOWARD, 2008: 15.	
04. Plano mais detalhado da cidade-jardim explanado no terceiro esquema.	123
© HOWARD, 2008: 16.	
05. Vista aérea da cidade de Letchworth.	124
© LAMAS, 2004: 313.	
06. Planta da cidade-jardim de Welwyn.	125
© GRAVAGNUOLO, 1998: 202.	
07. Fotografia de uma rua em Welwyn.	126
© GRAVAGNUOLO, 1998: 203.	
08. Plano de Hampstead, idealizado por Unwin.	126
© GRAVAGNUOLO, 1998: 88.	
09. Estudos urbanísticos de Unwin.	127
© LAMAS, 2004: 255.	
10. e 11. Planta geral de implantação e esquema explicativo da cité industrielle.	129
© LAMAS, 2004: 269.	
12. Perspectiva aérea da cidade industrial de Garnier.	130
© LAMAS, 1998: 437.	
13. Vista geral de um bairro.	130
© LAMAS, 2004: 271.	
14. Pormenor da estação ferroviária.	131
© LAMAS, 2004: 271.	
15. Planta geral da ville contemporaine.	132
© LAMAS, 2004: 353.	

16. Pormenor do centro da cidade e da via rodoviária central.	132
© LAMAS, 2004: 353.	
17. Perspectiva da zona residencial.	133
© LAMAS, 2004: 353.	
18. Centro da ville contemporaine.	133
© leggievai.it/wp-content/photos/le_corbusier_progetto_villa_contemporaine.jpg.	
19. Esquema apresentado por Le Corbusier nos CIAM em 1930 onde contrapõe a cidade tradicional e as novas propostas modernas.	134
© LAMAS, 2004: 343.	
20. Esquema geral da ville radieuse.	135
© fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=6437&sysLanguage=fr-fr&itemPos=7&itemCount=7&sysParentName=Home&sysParentId=11.	
21. Habitações à redents.	136
© LAMAS, 2004: 34	
22. Esquisso de Le Corbusier que exemplifica na perfeição os fundamentos da arquitectura e urbanismo que veicula.	137
© GRAVAGNUOLO, 1998: 458.	
23. Vista geral da unité d'habitation de Marselha.	137
© GRAVAGNUOLO, 1998: 460.	
24. Corte de duas habitações da unité e a sua relação com o exterior e com o acesso interior.	138
© LAMAS, 2004: 343.	

Parte II

01.0 Portugal e Lisboa entre o final do século XIX e o início do século XX

00. Bairro operário abandonado perto da estação de caminhos-de-ferro da Póvoa de Santa Iria. 139

© Ricardo Valente, 2012.

01. Mapa cor-de-rosa ilustrativo dos planos da coroa nacional em unir os territórios de Angola a Moçambique, intenções que chocaram fortemente com os interesses ingleses. 143

©africafederation.net/Rose_map.htm.

02. Fábrica do Tabaco em Xabregas, uma das várias indústrias que se fixa ao longo do curso do Tejo. 146

©2.bp.blogspot.com/_vMZxJeLUiJQ/S3bDauhT89I/AAAAAAAADTw/zfDPMkUEEY8/s1600-h/1-C%.

03. Planta de 1897 onde Ressano Gracia traça a expansão de Lisboa através de grandes avenidas inspiradas em exemplos como a Paris haussmanniana. 148

©LAMAS, 2004: 222.

04. Plano de expansão geral da cidade de Lisboa, com centro na Baixa Pombalina para norte. 149

©LAMAS, 2004: 228.

05. a 10. Variações tipológicas que os bairros e vilas operárias de Lisboa adoptaram em função da envolvente. 150

©PINTO, 2008: 17 a 19.

11. Vila Bagatela edificada em São Mamede. 151

©PINTO, 2008: 27.

12. Vila Mendonça em São Jorge de Arroios. 151

©PINTO, 2008: 21.

13. Bairro Estrela d'Ouro. 152

©PINTO, 2008: 22.

14. Vila Berta. 153

©PINTO, 2008: 69.

02.0 A República em Portugal: entre a democracia e a ditadura

00. Bairro das Estacas em Lisboa. 155

© Ricardo Valente, 2012.

01. Planta do conjunto do Arco do Cego pintada em azulejo junto às principais entradas do bairro. 159

© Ricardo Valente, 2012.

02. Exemplos da actual deturpação exterior do bairro face ao projecto original. 160

© Ricardo Valente, 2012.

03. Variações tipológicas das habitações unifamiliares. 160

© Ricardo Valente, 2012.

04. e 05. Vista e planta de um bloco de habitação plurifamiliar. 161

© Ricardo Valente, 2012.

© VASCONCELOS, 2010: 32

06. Muitas das habitações encontram-se actualmente em avançado estado de degradação e ao abandono. 162

© Ricardo Valente, 2012.

07. Relação entre os edifícios uni e plurifamiliares. 162

© Ricardo Valente, 2012.

08. Escola D. Filipa de Lencastre, projectada pelo arquitecto Jorge Segurado. 163

© Ricardo Valente, 2012.

09. Exemplo de siedlungen construída em Berlim. 165

© stadtentwicklung.berlin.de/denkmal/denkmale_in_berlin/de/weltkulturerbe/siedlungen/download/hufeisensiedlung.jpg.

10. Esquema de expansão de Lisboa concebido por Agache que identifica vários eixos a prolongar a partir do centro histórico de Lisboa, desde Cascais, a oeste, até Vila Franca de Xira, a este. 166

©ANDRÉ, MARAT-MENDES, RODRIGUES: 5.

11. Plano desenvolvido por De Gröer que mostra a expansão para norte até à zona do Campo Grande, onde define a implantação de um grande bairro: o bairro de Alvalade. 167

©pdm.cm-lisboa.pt/img/Carta_PDM_3.png.

12. Planta geral do bairro de Alvalade. 173

©LAMAS, 2004: 287.

13. Vista aérea da construção do bairro de Alvalade. 173

©infohabitar.blogspot.pt/2008_02_10_archive.html.

14. Planta, cortes e alçados de habitações de renda económica série I, tipo I. 174

©COSTA 1997: [2] 56.

15. Planta, cortes e alçados de habitações de renda económica série I, tipo II. 174

©COSTA, 1997: [2] 56.

16. Planta, cortes e alçados de habitações de renda económica série II, tipo I. 175

©COSTA, 1997: [2] 57.

17. Planta, cortes e alçados de habitações de renda económica série II, tipo II. 175

©COSTA, 1997: [2] 57.

18. Habitações da VII célula. 176

©Ricardo Valente, 2012.

19. Edifício voltado para a Av. da Índia pertencente à VIII célula. 176

©Ricardo Valente, 2012.

20. Carácter claramente mais modernista ao longo de toda a Av. dos Estados Unidos da América. 177

© Ricardo Valente, 2012.

21. Exemplo das habitações unifamiliares que compõem a célula IV., já alteradas. 177

© Ricardo Valente, 2012.

22. Vista parcial sobre o Bairro das Estacas, implantado no limite sul do bairro de Alvalade dentro da célula VIII. 178

© Ricardo Valente, 2012.

23. A utilização dos pilotis, permitindo a libertação do piso térreo e a facilidade de circulação, é um dos vários elementos do movimento modernista presentes no bairro. 178

© Ricardo Valente, 2012.

24. e 25. Plantas dos projectos de Casas de Renda Económica nos Olivais-Norte e Olivais-Sul. 181

© infohabitar.blogspot.pt/2008_02_10_archive.html.

03.0 O caso concreto de Vila Franca de Xira

00. Ortofotomap do concelho de Vila Franca de Xira. 185

© Ricardo Valente, 2012.

01. Mapa das linhas de Torres Vedras. 188

© linhasdetorresvedras.net/ficheiros/documentos_historico/mapa_linhas_de_torres_vedras.png.

02. Vista aérea parcial sobre o Mouchão da Póvoa. 192

© Arquivo Histórico da CMVFX.

03. e 04. Disparidade de densidade construtiva entre a margem norte e a margem sul e mouchões. 195

© bing.com/maps/.

05. Moinhos de Santa Iria. 199

© Ricardo Valente, 2012.

06. Fábrica da Pentealã no início do século XX, actualmente demolida. 200

©Arquivo Histórico da CMVFX.	
07. Sociedade Industrial de Vila Franca de Xira.	200
©Arquivo Histórico da CMVFX.	
08. Perspectiva a partir do rio Tejo sobre a fábrica cimenteira no início do século.	201
©Arquivo Histórico da CMVFX.	
09. Vista sobre a vila de Alhandra em 1913 e, ao fundo, a Companhia de Cimentos Tejo.	201
©Arquivo Histórico da CMVFX.	
10. Fábrica Henry Bachofen.	202
© Arquivo Histórico da CMVFX.	
11. Companhia Industrial Portuguesa.	202
©Arquivo Histórico da CMVFX.	
12. Vista mais detalhada da entrada na CIP.	203
©Arquivo Histórico da CMVFX.	
13. Vista aérea do bairro CIP.	204
©http://www.bing.com/maps/.	
14. Perspectiva da primeira banda do bairro CIP.	204
© Ricardo Valente, 2012.	
15. Vista do alçado principal original da segunda banda do bairro da Vidreira, com uma das habitações de contra-mestre em primeiro plano.	205
© Ricardo Valente, 2012.	
16. Alçado original posterior actualmente adulterado na sua esmagadora maioria.	205
© Ricardo Valente, 2012.	
17. Perspectiva do que seria o alçado posterior original, com um anexo dividido por cada duas habitações.	206

© Ricardo Valente, 2012.

18. Anexos construídos a posteriori pelos moradores, adossados ao muro que separa o bairro da estrada nacional. 206

© Ricardo Valente, 2012.

19. Reservatório de água que abastecia todo o bairro, actualmente desactivado. 207

© Ricardo Valente, 2012.

20. Bairro operário da Companhia Industrial Portuguesa - banda sudoeste. 208

© Ricardo Valente, 2012.

21. Bairro operário da Companhia Industrial Portuguesa - banda nordeste. 209

© Ricardo Valente, 2012.

22. Vista aérea do bairro da Cimpor. 210

© bing.com/maps/.

23. Entrada do bairro onde a fábrica, como pano de fundo, assume um grande destaque. 210

© Ricardo Valente, 2012.

24. Alçado principal de uma das correntezas do bairro da Cimpor. 210

© Ricardo Valente, 2012.

25. Um dos três chafarizes que no projecto original forneciam o bairro de água. 211

© Ricardo Valente, 2012.

26. Perspectiva de um dos arruamentos do bairro. 211

© Ricardo Valente, 2012.

27. Pormenor da cuidada ornamentação presente em todo o bairro da Cimpor.

© Ricardo Valente, 2012.

28. Tapete mecânico superior que em meados do século substituiu o transposte via vagonetas e

obrigou a alterações no bairro. 213

© Ricardo Valente, 2012.

29. Perspectiva de um cruzamento perpendicular entre dois arruamentos do bairro. 213

© Ricardo Valente, 2012.

30. Bairro operário da Cimpor - lotes 11 a 35. 214

© Ricardo Valente, 2012.

31. Bairro operário da Cimpor - lotes 5 a 10. 215

© Ricardo Valente, 2012.

32. Perspectiva aérea do bloco do arquitecto Teotónio Pereira. 216

© bing.com/maps/.

33. Vista geral dos alçados sudeste e sudoeste. 216

© Ricardo Valente, 2012.

34. Pormenor da escadaria de acesso aos três pisos superiores e articulação com as galerias exteriores. 217

© Ricardo Valente, 2012.

35. Bairro operário da Soda Póvoa - habitação uni (não construída) e plurifamiliar (parcialmente construída). 218

© Ricardo Valente, 2012.

36. Bairro operário da Soda Póvoa - alçados. 219

© Ricardo Valente, 2012.

37. Bairro operário da Soda Póvoa - alçados e cortes. 220

© Ricardo Valente, 2012.

38. Desenho da galeria exterior com as inclinações díspares dos dois edifícios, unificados pelo elemento escada. 221

© bing.com/maps/.

39. Vista desafogada do último piso e detalhe da divisória entre a galeria o espaço semi-privado que se esconde por detrás do elemento vertical – o estendal. 221

© Ricardo Valente, 2012.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor António Borges Abel o meu profundo agradecimento pela orientação prestada e, sobretudo, pela constante disponibilidade e interesse para com esta dissertação desde o primeiro dia.

Aos funcionários/as de todos os centros de documentação por onde passei, com destaque especial para a Dr-^a Manuela Côrte-Real, do Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira, e para a Dr.^a Amélia Lourenço, do Museu do Neo-Realismo, pela amabilidade e simpatia com que me receberam e ajudaram.

Aos colegas que, em vários momentos do curso, me ajudaram e motivaram.

À Maria Tereso pelo contributo inestimável, apoio incondicional e disponibilidade sem limites na elaboração do presente trabalho.

E à minha família que me acompanhou ao longo deste caminho.

A todos, o meu muito obrigado.

Resumo

A Habitação Operária em Lisboa . Contributos para uma retrospectiva durante o Estado Novo .

O caso de Vila Franca de Xira

Concelho limítrofe à região de Lisboa, Vila Franca de Xira constitui-se actualmente como um dos concelhos mais populosos, não apenas na Área Metropolitana de Lisboa, mas em todo o país, contabilizando 136.510 habitantes, segundo os Censos 2011. Intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da região esteve, ao longo de vários séculos, a agricultura desenvolvida nas vastas lezírias ribatejanas, que garantiam o sustento tanto aos habitantes locais como a trabalhadores de outras regiões. Porém, a partir do final do século XIX, a agricultura foi gradualmente substituída pela indústria, sector que marca até aos dias de hoje o panorama económico, social, cultural e urbano concelhio. Aliada à contínua industrialização e crescente aumento populacional, surgiram diversos problemas no âmbito da habitação operária, à semelhança do que aconteceu nos países mais desenvolvidos da Europa, ainda no século XVIII, e, mais de um século depois, em Portugal.

O intuito da presente dissertação prende-se precisamente com o estudo dessa problemática urbana, directamente relacionada com a industrialização, desde as primeiras utopias europeias até aos exemplos construídos ao longo do século XX em Portugal, com especial enfoque para o concelho de Vila Franca de Xira, onde a diminuta investigação e informação não se coadunam com a vastidão e importância do património industrial da região, apontando assim caminhos para uma possível recuperação dos conjuntos habitacionais mais marcantes e, simultaneamente, conhecer e dar a conhecer uma realidade histórica tão distante da maioria dos moradores.

Palavras-chave: Habitação Operária, Industrialização, Lisboa, Vila Franca de Xira.

Abstract

Worker Housing in Lisbon: contributions to a retrospective during the *Estado Novo*.

The Vila Franca de Xira case study.

As a limitrophe municipality of Lisbon's district, Vila Franca de Xira is nowadays one of the most populous cities, not only on Lisbon Metropolitan Area, but across the country, counting 136.510 inhabitants, according to Censos 2011. During centuries, the agriculture developed in Ribatejo's extensive marshands was intrinsically connected to this region's prosperity, guaranteeing sustenance to both local inhabitants and workers from other regions. However, agriculture was gradually replaced by industry, which started growing in the late nineteenth century and currently still marks the region's economical, social, cultural and urban life. Allied to continuous industrialization and increasing population growth, several problems emerged related with the worker housing, similarly to what happened, still in the eighteenth century, in the most developed european countries, as well as in Portugal, more than a century later.

The main purpose that arises with the present dissertation relates precisely with the study of this urban problematic, strictly connected with the industrialization process, from early european utopias to built up examples throughout the twentieth century in Portugal, especially in the municipality of Vila Franca de Xira, where the diminished investigation doesn't correspond with the vastness and importance of region's industrial patrimony, thus pointing paths to a possible recovery of the most remarkable housing complexes and, simultaneously, learn and spread an historical reality so distant from the inhabitants' majority.

Key words: Worker Housing, Industrialization, Lisbon, Vila Franca de Xira.

Introdução

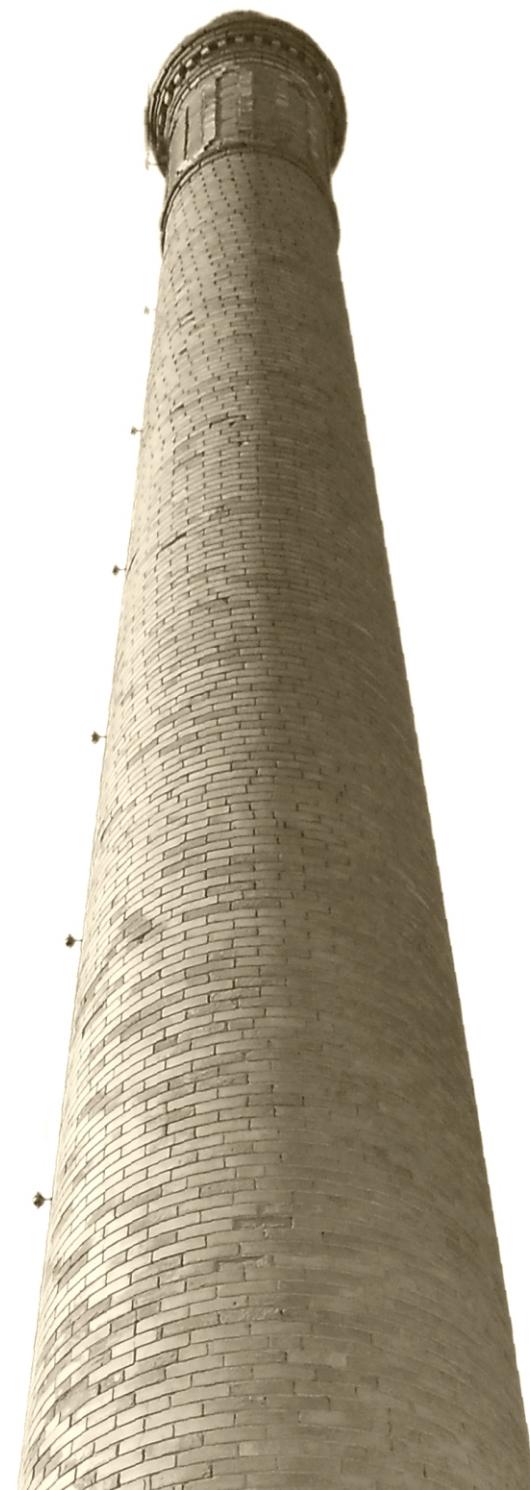
Temática amplamente estudada sob o prisma de diversas áreas disciplinares e em vários contextos, o fenómeno da industrialização continua a revolucionar constantemente, desde meados do século XVIII até aos nossos dias, os caracteres social, económico, político, cultural, urbano e arquitectónico de qualquer região ou país que experimente esta revolução.

Passível de ser estudado por sectores tão díspares como a inovação científica, o sociológico ou o económico, também do ponto de vista arquitectónico e urbanístico a industrialização fornece um imenso manancial de reflexão e estudo. Este vasto património industrial, gerador de testemunhos representativos de épocas passadas, incorpora não apenas as próprias instalações fabris, detentoras de uma escala gradualmente crescente e paisagisticamente transformadora, mas igualmente diversos equipamentos de menores dimensões, mas de maior difusão urbana, tais como bairros operários, clubes desportivo-recreativos, escolas, postos médicos, entre outros. Todas estas obras em conjunto reflectem memórias e valores históricos, sociais e culturais, simbolizando um período de reestruturação económica, social, cultural e técnica.

A presente dissertação toma como ponto de partida o papel desempenhado pela indústria no desenvolvimento da história recente na região de Lisboa, com especial enfoque para Vila Franca de Xira, concelho limítrofe a nordeste do distrito. A escolha deste concelho baseia-se num conjunto de factores, a saber: a proximidade com Lisboa, com todas as vantagens evolutivas que isso acarreta ao longo das décadas; a grande importância da implantação industrial no concelho para o seu desenvolvimento ao longo do século XX; o diminuto estudo, divulgação e conhecimento do tema por parte da população local em geral e, consequentemente, o deficitário estado de preservação da esmagadora maioria do património industrial concelhio em toda a sua extensão; e por, último, o interesse do próprio autor em contribuir para o aprofundamento da temática no concelho onde reside.

Dentro do património industrial, opta-se pelo estudo da questão do direito à habitação por parte das classes mais pobres, como os operários, tema transversal e recorrente, não só em Portugal como no resto do Mundo, como consequência directa do abrupto crescimento económico, demográfico e urbano potenciado pelo desenvolvimento industrial. O primordial objectivo do trabalho, cuja base assenta num olhar retrospectivo da industrialização desde o seu desenvolvimento europeu a partir de meados do século XVIII até às repercussões sentidas mais de um século depois em Portugal e mais concretamente em Lisboa, passa por, numa primeira instância, aprofundar os conhecimentos superficiais sobre a realidade dos bairros operários existentes em Vila Franca de Xira e o seu respectivo estado actual para, numa segunda instância, desbravar novos caminhos que possam sustentar posteriores estudos e/ou intervenções arquitectónicas no concelho.

Desta forma, a dissertação subdivide-se em duas partes distintas, subdivididas em seis e três capítulos respectivamente: o primeiro capítulo, introdutório, define alguns conceitos; o segundo capítulo define o contexto socioeconómico antes da comummente conhecida revolução industrial; no terceiro capítulo aborda o arranque da industrialização em Inglaterra, as suas consequências mais imediatas e o rápido contágio a outros países europeus e extra-europeus; o quarto capítulo debruça-se sobre a consolidação de uma sociedade industrializada e o consequente crescimento urbano; o quinto capítulo descreve a emergência de uma nova consciencialização urbana e social, geradora dos primeiros modelos habitacionais, ainda que maioritariamente utópicos, à escala da grande metrópole industrial, os quais procuram solucionar a crescente carência de alojamento; o sexto capítulo oscila entre os modelos opostos ligados ora à natureza, ora à razão funcional; já na segunda parte, o primeiro capítulo faz a ligação entre o processo industrial europeu e Portugal; o segundo capítulo foca-se nas instabilidades políticas e a produção arquitectónica habitacional nos primeiros três quartéis do século XX; e por fim, no terceiro capítulo é explanado o caso concreto no concelho de Vila Franca de Xira, a sua evolução e reacção aos estímulos difundidos não só por Lisboa mas igualmente pelo estrangeiro.



Parte I

01.0

OS TEMPOS (R)EVOLUCIONÁRIOS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

01.1 O início do período industrial

A segunda metade do século XVIII, período cunhado por transformações profundas, repercutidas até aos dias de hoje, marca radicalmente a evolução histórica entre a sociedade ocidental e as entidades culturais na Ásia e Médio Oriente, assente em reformulações de vários e distintos campos, como o político, social, cultural e económico. Esta diversidade ajuda a explicar as várias áreas que se debruçam, ao longo das décadas seguintes e inclusivamente na actualidade, sobre as alterações ocorridas nesta época, como por exemplo historiadores, economistas, arquitectos ou sociólogos, entre outros.

Este período, cujo início é usualmente definido a partir de 1770 e que marca o arranque de um processo de industrialização, onde as bases rurais tradicionais são substituídas por uma sociedade urbana assente na inovação tecnológica da máquina, afecta em épocas e intensidades diferentes primeiro a Europa¹, posteriormente a América do Norte e já muito mais tarde, o resto do mundo. Através desta industrialização, os países conhecem um crescimento económico e um desenvolvimento social e político ímpares, tão mais fortes e eficazes quanto a rapidez com que se operam as transformações.

A diversidade de mutações e repercuções que caracterizam este período dão origem a vários conceitos usados para o definir, apesar de, por norma, se confundirem ou revelarem-se demasiado vagos ou abrangentes. Há que, então, primeiro ressalvar diferenças no que toca a definições de alguns termos, como industrialização, indústria ou revolução industrial, cujas definições variam ao longo das décadas, à imagem dos inúmeros autores que as estudam e tentam definir.

¹ A Inglaterra desempenha um papel pioneiro e assume-se como um exemplo a seguir, destacando-se das restantes nações europeias durante várias décadas.

01.2 Definição de alguns conceitos

Ao processo despoletado na segunda metade do século XVIII são habitualmente associadas duas expressões: revolução industrial e industrialização, não obstante os seus significados não serem exactamente os mesmos. A palavra revolução não se ajusta totalmente às transformações ocorridas nesta época: ao contrário de uma transformação brusca, violenta, completa e unitária num período de tempo curto e balizado, no qual se processam diversas alterações num contexto envolvente estático – definição de revolução –, a revolução industrial emerge de forma bastante natural, faseada, gradual e parcial ao longo de várias décadas, e em várias regiões com intensidades bastante variáveis, sempre com um contexto social, cultural, político e económico em progressiva transformação como pano de fundo. Neste contexto, a expressão *revolução industrial* só deve ser usada para definir um período temporal e espacial muito concreto, ou seja, a “industrialização pioneira, rápida e imediatamente pensada como um modelo a imitar, que se inicia na Grã-Bretanha a partir de 1770 (...) tendo como origem uma série de invenções nas técnicas de produção (...)” (BEAUCHAMP, 1998: 9).

Por seu lado, *industrialização* designa a possibilidade duma produção mais rápida e em larga escala, assente na tecnologia da máquina, mais ou menos eficaz e com recurso a novas ou melhoradas fontes de energia, e numa base auto-sustentável, possível graças a uma maior estruturação, hierarquização e separação do trabalho. A industrialização, para além de desenvolver as bases de produção e, consequentemente, transformar de forma radical os princípios gerais económicos e as relações sociais, dita posteriormente um corte com o passado, provocando uma cisão, inédita até à época, entre o local do labor e o local doméstico, como resultado do desenvolvimento industrial, isto é, a grande indústria.

Porém, há que diferenciar a *grande indústria* e a *indústria*: enquanto a designação *grande indústria* é consequência directa de um conjunto de alterações provocadas pela industrialização, isto é,

de um desenvolvimento industrial em todas as suas vertentes que tira partido de todas as potencialidades oferecidas por este período de transformações intensas; por outro lado, o termo *indústria* designa toda e qualquer forma de produção de bens materiais não-agrícolas², comum nas comunidades rurais e cuja única transformação passa pelo crescimento, mais ou menos significativo, das infra-estruturas rurais sem, contudo, ser encetada qualquer tipo de modernização em todo o processo produtivo. A grande indústria promove ainda, ao contrário das indústrias não-mecanizadas, transformações geográficas, sociais e culturais potenciadas pela industrialização, tais como o êxodo rural, o crescimento urbano contínuo e fulgurante em detrimento de um decréscimo lento mas consistente e progressivo da população rural, entre outras. A escala destas alterações rompe completamente com as pequenas indústrias rurais das décadas anteriores e revela o papel preponderante que a indústria, a grande indústria mecanizada, assume no crescimento europeu e mundial.

A inter-relação e inerente complexidade entre todos estes conceitos origina diversas definições ao longo das várias décadas deste período em permanente agitação. Inicialmente, os autores coevos à época interpretam o fenómeno como um movimento completamente espontâneo, ou seja, como uma revolução³ e não como uma evolução, talvez devido à falta de um distanciamento temporal suficiente para avaliar correctamente a complexidade de factores que a originam. Paul Mantoux (1877-1956), por exemplo, vê a revolução industrial como um conjunto de transformações agrícolas, industriais, políticas e sociais, despoletadas pela mecanização industrial e cuja origem é aparentemente quase espontânea e sem nenhuma relação com os movimentos já evidenciados desde a Idade Média.

Karl Marx (1818-1883) defende igualmente o papel fundamental da mecanização como causa

²Inclusive trabalho artesanal doméstico e manufactureiro.

³Dai tornar-se comumente difundida a expressão *revolução industrial*.

decisiva e original da revolução industrial, mas especifica mais claramente, ao contrário de Mantoux, onde o impacto desta revolução é mais determinante e essencial: a transformação das bases estruturais tradicionais da sociedade. Contudo, essa mudança social e hierárquica não é totalmente inovadora face à revolução industrial, com a anterior transformação de mentalidade, sobretudo da burguesa, que cedo manifesta interesse na industrialização, fazendo por isso valer a sua força, presença e mobilização para acelerar este processo nos países onde o seu poder social mais se destaca.

Para Walt Rostow (1916-2003) a definição é mais ampla, consistindo num arranque auto-sustentado, ocorrido num período onde durante “um decénio ou dois tanto a estrutura fundamental da economia como a estrutura social e política da sociedade se transformaram de tal maneira que a partir daí, pôde manter-se regularmente um ritmo contínuo de desenvolvimento” (Rostow *in* PRADA, 1992: 22).

A revolução industrial é assim um vasto fenómeno que concentra e transforma factores demográficos, sociais, ideológicos, políticos, económicos, entre outros, ou seja, uma “transformação estrutural e doutrinal que opera a onda revolucionária burguesa e que representa, no campo económico, o triunfo do capital; no social, o triunfo da propriedade como direito básico e, no ideológico, a vitória da razão” (PRADA, 1992: 22).



02.0

A RUPTURA COM O TRADICIONAL E ADOPÇÃO DA INOVAÇÃO

02.1 O crescimento populacional

Ao contrário do que sucede nos séculos anteriores, caracterizados por constantes quebras e recuperações demográficas, é a partir da segunda metade do século XVIII que a população estabiliza e conhece um crescimento sustentado e ininterrupto, fruto do considerável e gradual declínio das vagas epidémicas¹ e consequente decréscimo da taxa de mortalidade. A população europeia, que inicia o século com cerca de 115 milhões de habitantes, em 1750 estima-se entre os 140 e 170 milhões de habitantes, ou seja, cerca de 20 a 25% da população mundial (PRADA, 1992: 30).

Contudo este fenómeno suscita diferentes reacções nos seus contemporâneos: enquanto alguns defendem medidas estatais para fomentar o crescimento demográfico, tido como factor decisivo para o crescimento económico, como é o caso de Arthur Young (1741-1820) ao afirmar que “é o trabalho que suscita o crescimento da população (...), os países onde se trabalha são mais povoados e estão-no tanto mais quanto se trabalha (YOUNG in PRADA, 1992: 27); outros opõem-se ao desenvolvimento populacional, dos quais talvez o mais célebre seja Thomas Robert Malthus (1766-1834) que alerta para o risco do crescimento populacional acarretar o risco da produção de bens alimentares descer abaixo das necessidades da população, defendendo na sua célebre obra *Ensaio sobre o Princípio da População* que “o poder da população é infinitamente maior do que o poder que a terra tem de produzir subsistência para o homem (...) esta desigualdade natural dos dois poderes, de população e de produção por parte da terra e essa grande lei da nossa natureza que constantemente deve manter em equilíbrio os seus efeitos, constituem a grande dificuldade, em meu entender insuperável, na via conducente à perfectibilidade da sociedade” (MALTHUS in AA. VV., 2005: 622). Todavia, a visão pessimista de Malthus não se confirma, e é posteriormente refutada não só por outros

¹Como a peste negra, responsável pela morte de milhões de pessoas na Europa desde a Idade Média.

teóricos, como Marx, mas também pela própria evolução económica e social dos países que continuam a crescer de forma sustentada, tanto a nível demográfico como produtivo. Mais, a sincronia deste duplo incremento fomenta a ideia de Young, isto é, que o aumento populacional é um factor essencial para o equilíbrio e prosperidade económicos, não obstante o previsível aumento salarial na mesma proporção do aumento da mão-de-obra. Porém, é neste contexto que, quer patrões, desejosos por pagar baixos salários, quer governos, cuja preocupação é equilibrar as finanças, se apoiam na tese malthusiana com a justificação de o salário ser o único regulador eficaz à relação entre o crescimento económico e demográfico. Desta forma, a teoria malthusiana populariza-se e ganha defensores entre os grandes grupos económicos, como a burguesia, contra a resistência evidente dos trabalhadores e dos sectores católicos e sociais.

Inevitavelmente fomentado pelo desenvolvimento industrial e pelas consequentes melhorias posteriores das condições materiais e progressos higiénicos e médicos, o crescimento demográfico generaliza-se a partir de meados do século XVIII e prolonga-se nas décadas seguintes, em clara concomitância com o progresso industrial – a população mundial e europeia cresce respectivamente cerca de 22% e 34% comparativamente ao início do século (PRADA, 1992: 31 a 33).

02.2 A sociedade no século XVIII

A agricultura, sector onde, porventura, as transformações a partir do final do século XVIII são mais profundas, ocupa neste período cerca de 80% da população. Os agricultores procuram, até meados do século XVIII, que o sector agrícola possibilite o cumprimento das seguintes exigências: garantir um rendimento mínimo para todos os que trabalham e dependem da terra para sobreviver; gerar excedentes suficientes passíveis de ser usados como pagamento de serviços e/ou bens que o agricultor não pode produzir, ou para possíveis poupanças ou investimento na própria actividade



01. Arte ancestral da olaria.

agrícola; fornecer trabalho suficiente para o sustento dos filhos; e, por último, suportar as despesas arrendatárias. O sucesso agrícola obedece assim a diversas condicionantes, na maioria externas às boas práticas do agricultor, como a organização política e social da região.

À semelhança do que sucederia posteriormente no sector industrial, também na agricultura a Inglaterra toma a dianteira, ao encetar uma primeira reacção ao sistema tradicional, altamente condicionado por diversos factores, através de várias experiências realizadas a partir de meados do século XVII e cujos efeitos se fazem sentir na passagem para o século seguinte. A crescente importância do sector, impulsionado pelo interesse de várias camadas sociais, cujo objectivo é rentabilizar a crescente procura interna e externa de produtos agrícolas, eleva a agricultura, que passa a ser considerada uma ciência passível de ser ensinada nas universidades. A Inglaterra torna-se então sinónimo de agricultura nova, moderna, e passa a ser encarada como o novo modelo a seguir, onde põem os olhos os proprietários fundiários da restante Europa.

As primeiras inovações introduzidas pelos agricultores ingleses passam pela rotação de culturas, o que permite a extinção da necessidade da terra descansar, e o maior uso de pasto artificial durante o Inverno, possibilitando um sustento animal mais eficiente. Porém, os novos métodos agrícolas revelavam-se extremamente individualistas, o que acarreta problemas em explorações comunitárias ou de maior escala. A partir do final do século XVIII, e à semelhança do que acontece no processo industrial, o sector agrícola evolui lentamente e a velocidades distintas consoante as regiões, aliando às medidas anteriores a introdução de adubos minerais e sobretudo a inserção, embora lenta, da máquina,

Na restante Europa, a alteração das estruturas agrárias, influenciada pela evolução política e social, é díspar em cada país, mas na maioria dos casos, regista-se um parcelamento das terras, constituindo-se as propriedades senhoriais, exploradas por camponeses mediante o pagamento de uma renda, modelo diametralmente oposto ao aplicado naquele que se tornaria em meados do século



02. Um exemplo da agricultura tradicional.



03. Antes da máquina, a força animal predominava na agricultura.

XIX o maior produtor agrícola mundial, os Estados Unidos da América, em relação directa com a decadência agrícola europeia que perde irremediavelmente a dianteira do mercado agrário.



04. A produção de utensílios em verga, como cestos ou cadeiras, cedo se tornou numa fonte de rendimento secundária nos meios rurais.

02.3 A indústria rural

A agricultura, apesar do seu papel preponderante ao longo dos séculos e de se manter como base de sustento da esmagadora maioria da população europeia², é caracterizada por frequentes períodos de crise, reflexo da sua intrínseca instabilidade produtiva. Com receio dos vários ciclos precários, resultando muitas vezes em fome e doença, diversos produtores agrícolas optam pela especialização numa actividade paralela, independente da agricultura.

Desta forma, e não obstante a aposta em actividades não-agrícolas ser inicialmente reduzida e condicionada pelos excedentes agrícolas da restante população, indispensáveis para permitir a troca dos respectivos produtos, a indústria rural desenvolve-se a partir do final do século XVI e início do século XVII, tornando-se uma alternativa viável à actividade agrícola até meados do século XVIII, época em que começa a ser encetada a reforma agrária.

A evolução paulatina destas pequenas indústrias rurais e manufacturadas, comumente designadas de proto-indústrias, dá origem à criação de pequenas regiões proto-industriais, ou “ilhas”, disseminadas por vastas áreas agrícolas. Esta dispersão geográfica contribui e dificulta simultaneamente o desenvolvimento da proto-indústria: por um lado, favorece um maior número de trocas, isto porque os produtos são vendidos num mercado mais vasto, permitindo aos produtores procurar mais facilmente uma região com maior abundância de excedentes agrícolas, facilitando o

²Pelo menos até ao século XIX nos países mais industrializados, mas em muitos permanece como actividade quase exclusiva até às primeiras décadas do século XX, como em Portugal.

escoamento dos seus produtos; por outro lado, a separação territorial torna a evolução destas indústrias domésticas bastante mais vagarosa, até pela ausência de redes de comunicação e transportes eficientes.

A aposta na criação de outras actividades não-agrícolas, inicialmente pensada pelas famílias como uma solução face à instabilidade e insegurança nos rendimentos obtidos, transforma-se, contudo, a curto prazo num problema, isto porque a família vê-se impelida a aumentar o seu agregado, como forma de garantir a máxima produção possível em ambas as actividades. O crescimento familiar repercute-se na fragmentação da propriedade, detida e dividida por mais herdeiros, fragilizando ainda mais os lucros agrícolas, o que por sua vez, leva novamente a família a recear a quebra de rendimentos. Por outro lado, com o aumento do núcleo familiar e consequente descida dos salários, as famílias optam novamente pelo alargamento da descendência como forma de garantir maior força laboral e mais fontes de sustento. Posteriormente, a descida da taxa de mortalidade contribui ainda mais para o crescimento da família, isto porque esta passa a crescer não só quantitativamente, mas aumenta, também, a esperança média de vida de cada indivíduo.

Cria-se assim um ciclo vicioso, benéfico apenas para os maiores proprietários, que conseguem diminuir o custo do trabalho e dispõem concomitantemente da flexibilidade de uma vasta mão-de-obra. No entanto, a dispersão das indústrias domésticas dificulta uma eficaz gestão por parte do empresário e aumenta o custo nas deslocações, já que prolonga as áreas e tempos de recolha dos produtos. Esta situação, aliada ao fraco controlo do trabalho doméstico, que possibilita ao trabalhador adulterar a qualidade do produto ou até desviar recursos para uso pessoal, destrói lentamente este tipo de produção, reflectindo-se na diminuição dos lucros.

O empresário reequaciona assim o modelo de produção doméstico, cujo controlo é dificilmente eficaz, e opta por uma concentração da mão-de-obra em grandes oficinas, ao invés de espalhada por diversas pequenas fábricas, ou seja, pelos respectivos domicílios dos trabalhadores. Esta evolução



05. Alatoaria torna-se numa actividade comum nos meios rurais.



06. Os aguadeiros transportavam e vendiam água.



07. Com a produção de inúmeros produtos indispensáveis ao quotidiano, a ferraria destacava-se como uma actividade de relevo.

revela-se fundamental, não só porque transforma o pequeno empresário/mercador primeiro num manufactureiro e posteriormente num empresário da grande indústria, mas sobretudo porque provoca a rápida desindustrialização dos campos e o consequente aumento dos núcleos urbanos.

O período pré-industrial, onde surgem os primeiros sinais, apesar de inconscientes, das condições prévias necessárias à industrialização, desempenha portanto um papel importante na modernização social e económica europeia, isto porque as origens do posterior sistema fabril são rurais, logo, é no mundo rural que a manufatura moderna, ou seja, a revolução industrial estabelece as primeiras bases para o seu desenvolvimento e desfaz de certa forma a “ideia simplista duma transformação revolucionária, duma rotura brusca com as fases anteriores. Quando muito pode falar-se de uma evolução acelerada, particularmente na Inglaterra, pelo concurso duma série de circunstâncias propícias” (PRADA, 1992: 21). Inclusivamente, numa perspectiva estritamente económica, a proto-indústria antecipa em cerca de 150 anos, ainda que pontualmente, uma das consequências associadas ao período pós-industrial: o aumento contínuo dos rendimentos por habitante. Esta época tem assim “um interesse capital para a história da industrialização da Europa” (BEAUCHAMP, 1998: 27) na medida em que parece evidente o elo de ligação, mais ou menos tangível, entre estas indústrias rurais e o desenvolvimento posterior da grande indústria mecanizada e da produção em grande escala.

Por outro lado, as indústrias artesanais, presentes não apenas na Europa, mas também noutros continentes, onde a industrialização só chega décadas mais tarde por repercução da revolução industrial despoletada no Velho Continente, limitam-se a responder, de forma especializada mas pontual, ao mercado exclusivamente dominado pelos produtos agrícolas e, enquanto algumas subsistem e vingam até à industrialização na segunda metade do século XVIII, outras estagnam até desaparecerem por completo. Logo, mais do que fornecer uma base sólida para a formação da grande indústria que sustenta a revolução industrial, o contributo da proto-indústria é ainda assim

indispensável, mas de forma indirecta, isto porque é graças às ferramentas fabricadas pelos artesãos nas suas pequenas indústrias, que se torna possível a passagem de um sistema agrário tradicional para uma base estrutural mecanizada, ainda que de forma rudimentar, condição indispensável para o arranque da industrialização. A revolução industrial é assim o culminar de um processo tão complexo e de transformações tão diversas, que todas as mutações ocorridas neste período pré-industrial só podem explicar parte do processo ocorrido no final do século XVIII (WRIGLEY, 1992: 217).

02.4 A mecanização da indústria

O processo de mecanização industrial, condicionado por diversas circunstâncias sociais e políticas, desenvolve-se paulatinamente num primeiro período, revelando uma reduzida uniformização da indústria bem como melhorias pontuais no desenvolvimento destas. Contudo, quando a mecanização começa a fazer parte com maior regularidade da produção industrial, surge um novo objectivo: o aumento progressivo da produção. Todavia, num primeiro período esse aumento torna-se insuficiente, inviável ou até contraproducente, devido aos custos que a modernização do sistema produtivo implica. Como solução à crescente procura consumista, são testadas, primeiramente em Inglaterra, máquinas-ferramentas em ferro³, especialmente na indústria têxtil por duas razões muito concretas: a constante procura destes bens por parte de uma população em firme crescimento; e, por outro lado, o baixo custo da maquinaria necessária nesta indústria, favorável ao investimento. A mecanização estende-se posteriormente à indústria siderúrgica⁴, cerâmica, vidreira, papeleira e química, entre outras. Contudo, na primeira fase da industrialização, mais do que soluções criativas, as

³ Mais fortes, sólidas e fiáveis do que as de madeira, até então usadas.

⁴ Fortemente impulsionada pelas guerras, sistemas de comunicação e maquinarias diversas.



08. As indústrias recorrem a máquinas muito primitivas, num misto entre produção manual e maquinofacturada.



09. As primeiras indústrias caracterizam-se pela sua grande dimensão espacial, onde todos os trabalhadores realizam o mesmo trabalho.

respostas são dadas de uma forma muita prática e pragmática pela experiência diária de artesãos mais habilidosos, à semelhança da proto-indústria.

A evolução e o sucesso alcançados com a utilização de novos materiais na mecanização industrial, abrem a possibilidade de serem testados também novos métodos funcionais, mais autónomos e que potenciam uma maior produção. É precisamente isto que define a revolução industrial, “é este momento decisivo em que se unem, para nunca mais se desligarem, as ligações entre o mercado, a invenção mecânica e a inovação produtiva. É a passagem da indústria tradicional, à base de energia e de habilidades manuais, para actividades mecanizadas – nas quais a produção dos objectos assenta, ao contrário do trabalho artesanal, na dissociação da concepção e da execução” (BEAUCHAMP, 1998: 35).

A passagem da indústria manufactureira para a indústria mecanizada tem o efeito imediato de transformar as estruturas e a forma de trabalhar. A aplicação da máquina favorece a divisão do trabalho e o aumento produtivo, e consequentemente a descida de preço do produto. No entanto, as transformações operadas pela máquina são bem mais extensas e profundas que o simples aumento produtivo: a modificação das bases organizacionais de trabalho tradicional para as bases mecanizadas provoca alterações de ordem social, obrigando a uma nova hierarquização. A mecanização traduziu-se, assim, num fenómeno bastante complexo onde convergem para lá dos factores económicos, alterações sociais muito importantes.

O trabalhador fabril vê assim o seu espaço na linha de produção ocupado pela máquina, cujo máximo rendimento depende da dedicação total do operário, reduzindo-lhe a autonomia. Desta forma, a nova ferramenta automática promove a divisão do trabalho, que é tanto mais eficiente quanto maior for a concentração do processo produtivo numa única fábrica ou em fábricas vizinhas. Específica da primeira fase industrial, que se estende até meados do século XIX, a grande indústria implanta-se sobretudo a jusante dos cursos de água ou vales, dependente da energia hidráulica como força motriz.

A partir do último quartel do mesmo século, graças a um sistema de transportes mais eficaz e barato, e ao uso de novas energias motrizes, como o vapor e posteriormente a electricidade, as indústrias ganham maior mobilidade geográfica, fixando-se cada vez mais junto aos núcleos urbanos.

Todas estas transformações na estrutura laboral ditam a superioridade da produção mecanizada em detrimento do trabalho tradicional, onde o artesão não consegue fazer face ao ritmo produtivo industrial e que o impede de baixar os preços finais do produto, comprometendo de forma fatal a sua competitividade.

02.5 Os núcleos urbanos como aglomerados populacionais

Com o excedente de mão-de-obra verificado nos campos, aliado ao desenvolvimento industrial e à transformação das estruturas agrárias, a Europa, sobretudo ocidental, regista ainda no século XVIII um crescimento dos aglomerados urbanos. Os fenómenos ocorridos no campo e na cidade são portanto indissociáveis e concomitantes, isto porque, a revolução agrária, que está na base da revolução industrial, gera um crescimento da mão-de-obra incapaz de absorver e ocupar, enquanto a revolução industrial, que fornece os meios para o desenvolvimento da revolução agrária, tem como efeito imediato a concentração populacional.

A Inglaterra, nação pioneira na industrialização, regista o maior incremento na população urbana, com um crescimento na ordem dos 200% entre 1750-1850, face ao crescimento de 50% da população total. O crescimento das cidades inglesas é também notável, com 28% da população a viver em cidades, com mais de 5.000 habitantes, em 1815, enquanto em 1870, esta percentagem ascende a 52%. Pelo contrário, cerca de 75% da população ocupa os campos em meados do século XIX em França, período até ao qual permanece como país mais próximo industrialmente da Inglaterra. A industrialização desempenha assim um papel fundamental na transformação e organização



10. Paulatinamente o processo mecanizado torna-se mais complexo.



11. Crescimento urbano potenciado pelo desenvolvimento industrial.



12. Vista aérea das grandes avenidas de Paris desenhadas por Haussmann como símbolo das vantagens da urbe.

populacional interna consoante o seu impacto e desenvolvimento em cada nação (PRADA, 1992: 189).

Para além do crescimento quantitativo, as cidades crescem também qualitativamente e embora a melhoria nas condições de vida beneficie ainda um reduzido número de habitantes, o papel preponderante da cidade cresce rapidamente com a impulsão da vida económica, social e cultural através da concentração dos poderes administrativos. São aliás estes poderes político-administrativos que passam a definir a cidade como um todo formal, com o objectivo de atrair habitantes das regiões rurais para alimentar o contínuo processo industrial e económico. A concepção e organização das cidades são então baseadas no urbanismo clássico como forma de transmitir, de forma clara e benevolente, os benefícios da vida urbana: espaçosas avenidas rectilíneas; praças bastante amplas; linhas puras, como parte de uma unidade de estilo das fachadas de todo o conjunto arquitectónico, tanto de edifícios privados como públicos, transmitindo um aspecto unitário e relacionável para com os transeuntes, que reconhecem com clareza e precisão o pensamento puro e geométrico que caracteriza a cidade e o bairro onde vivem. O poder político procura assim, a todo o custo, contrariar a ideia generalizada das ruas estreitas, tortuosas e escuras, que por sua vez desembocam em grandes e medonhos aglomerados das massas pobres, que se amontoam em bairros sem as mínimas condições (PRADA, 1992: 34).

A negra realidade social da época é exemplarmente descrita por uma francesa, Flora Célestine Tistan⁵ (1803-1844), numa passagem de algumas semanas por Londres em 1839. Flora percorre alguns bairros de Londres, apelidando-a de “cidade-monstro”: “nenhum visitante entra na estreita e escura ruela de Bainbridge sem experimentar uma sensação de medo. Não deu ainda dez passos e já está sufocado por um odor fétido. A ruela, totalmente ocupada pelo grande armazém de carvão, é impraticável. À direita, entramos noutro beco não calcetado, lamacento e cheio de poças onde estagna

⁵ Pioneira dos movimentos feminista e socialista.

água nauseabunda devido aos restos de sabão, de alimentos e de resíduos ainda mais fétidos. [...] Fui, então, forçada a superar a minha repugnância e a reunir toda a coragem possível para ousar continuar a caminhar através daquela cloaca e de toda aquela lama. Em Saint-Gilles ficamos asfixiados pelas exalações: falta o ar para respirar, a luz para nos orientarmos. A mísera população lava os andrajos e põe-nos a secar em paus atravessados nas ruelas, de modo que o ar e os raios de sol são completamente interceptados. A lama exala miasmas sob os nossos pés, enquanto os andrajos da miséria nos deixam cair gotas de porcaria na cabeça.

Os pesadelos da imaginação mais delirante não conseguirão acompanhar o horror desta terrível realidade. Chegada ao fim da rua, que não era muito comprida, senti a minha firmeza vacilar, porque as minhas forças físicas são bastante inferiores à minha coragem; o estômago revolvia-se, a cabeça doía-me com força. Hesitei em continuar a embrenhar-me no bairro dos irlandeses quando, de repente, me apercebi de que estava entre seres humanos, entre os meus irmãos que suportavam há séculos, em silêncio, a agonia que atacava a minha debilidade há menos de dez minutos! [...] Imaginai homens, mulheres, crianças descalças que chapinham na lama infecta daquela cloaca; alguns encostados ao muro, na falta de cadeiras em que se sentar, outros acocorados; bebés deitados na lama, como porcos. Não, quem não viu não conseguirá imaginar uma pobreza tão assustadora, um aviltamento tão profundo, a degradação mais total do ser humano! Aí, vi crianças totalmente nuas, mulheres e raparigas que amamentavam descalças, vestindo apenas uma camisa tão rasgada que se podia ver o corpo quase completamente nu, (...) velhos aninhados num pouco de palha, já seca, homens jovens cobertos de farrapos. O exterior e o interior dos casebres estão de acordo com os andrajos da população que neles vive. A maior parte das portas e janelas não tem nada a fechá-las, o solo muito raramente é pavimentado. Dentro, há velhas mesas de carvalho rudimentares, um escabelo, um banco de madeira, umas malgas de estanho, uma espécie de canil onde jazem ao monte pai, mãe, filhos, amigos: eis a comodidade do bairro irlandês! O espectáculo é medonho. Mas isto não é nada



13. Zona operária na cidade de Newcastle em 1880, onde está bem patente a miséria dos seus habitantes.



14. Espelho da pobreza sentida por inúmeras famílias que deixam o campo e rumam aos centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

comparado com a expressão dos rostos! São todos de uma magreza assustadora, debilitados, sofredores, cheios de chagas na cara, no pescoço, nas mãos; a pele está tão suja, os cabelos tão porcos e emaranhados, que parecem crespos como os negros; os olhos encovados exprimem um torpor brutal mas, se tiverdes a coragem de olhar nos olhos os infelizes, assumem então um ar mesquinho de mendigo" (AA. VV., 2005: 196 e 197).



03.0

O IMPACTO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

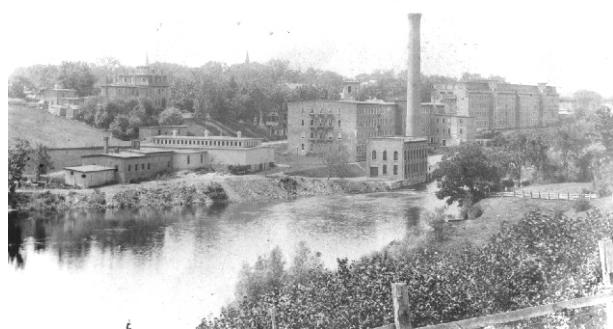
03.1 A Inglaterra como nação pioneira

Apesar da reconhecida importância do papel inglês neste processo, assumindo-se como a força motriz e pioneira para o resto da Europa e do Mundo, a industrialização na Inglaterra faz parte de um longo processo histórico, isto é, não se pode ignorar a modernização principiada ainda na Idade Média e que permitiu que na Inglaterra do século XVIII surjam inventores, cujas ideias transformam significativamente as estruturas económicas e sociais da época, abrindo o caminho à produção em larga escala e à procura desenfreada de lucros.

O crescimento da indústria, inicialmente primitiva e manufactureira, inicia-se no século XVI, ou seja, o processo industrial é um processo em ligação directa com a evolução da natureza civilizacional europeia e a própria ligação da Europa com o resto do Mundo. Logo, a disparidade entre a Europa e a Inglaterra não terá sido assim tão vincada. Contudo, a industrialização na Europa não pode ser compreendida na totalidade sem destacar o papel relevante inglês, mas este também não pode ser entendido como um factor isolado, ou seja, o processo de industrialização inglês trata-se apenas de uma parcela no processo global da revolução industrial. No entanto, a Inglaterra torna-se pioneira no processo da revolução industrial graças a uma conjuntura de factores físicos, sociais e culturais, que à época não se reúnem de forma tão favorável em nenhum outro país, isto é, à concentração de um vasto número de condições, estruturais e conjunturais, para a evolução autónoma do processo industrial: notável disponibilidade de recursos naturais; melhor base organizacional agrária e dos solos; maior procura interna dos produtos originada por um crescimento demográfico mais vigoroso, e consequente aumento da classe média; ausência de grandes querelas políticas; entre outros aspectos. O complexo processo industrial inglês é, portanto, um somatório de várias condicionantes que se estabelecem *a priori* e, mais que uma revolução, trata-se de “uma evolução gradual pontuada por crises, por acelerações e por rupturas, progressos quantitativos que provocam efeitos estruturais” (BEAUCHAMP,



01. A industrialização acarreta um crescimento populacional e urbano nos países mais desenvolvidos.



02. Fábrica ligada à produção cerealífera no século XIX.

1998: 45).

Porém, enquanto o processo industrial na Inglaterra se diferencia de forma notável e original através do seu carácter orgânico e autónomo, assente na competitividade de várias empresas que procuraram crescer e defender os seus interesses, ao invés de projectos ou programas preestabelecidos, o fenómeno industrial no resto da Europa, por outro lado, resulta na tomada de consciência da importância de todo o processo já em desenvolvimento e, como tal, na reacção através da tentativa de imitar e reproduzir, sem antes adaptar o movimento industrial às respectivas condicionantes de cada país.

O crescimento industrial inglês, torna-se assim, bastante significativo entre o último quartel do século XVIII e primeira metade do século XIX, com um crescimento a variar entre 1,4% a 1,7% ao ano no período 1770-1815, enquanto no período 1815-1841, o crescimento mais que duplica, rondando os 3,1% a 3,6% por ano (COCHET e HENRY *in* BEAUCHAMP, 1998: 47).

Com a industrialização, a rápida ocupação dos sectores secundário e terciário na sociedade inglesa revela a célere modernização da sua sociedade: no último quartel do século XVIII os sectores industrial e comercial representam estimativamente 33% do rendimento nacional; no início do século XIX já metade da população activa subsiste sem recorrer à agricultura; e em 1831 ascende a cerca de 75% da população activa inglesa, enquanto somente os restantes 25% são absorvidos pelo sector agrícola, o que demonstra o avanço industrial adquirido pela Inglaterra apenas nas cinco décadas imediatamente após a revolução industrial – no início do século XX a percentagem dependente da agricultura é quase insignificante, representando já menos de 10% da população activa, embora neste período exista, juntamente com o desenvolvimento industrial inglês, uma grande concorrência nos bens agrícolas por parte de países extra-europeus.

Em pleno século XIX a indústria é então o sector mais importante na Inglaterra – fortemente alicerçado no desenvolvimento dos caminhos-de-ferro que possibilitam a rápida e eficaz expansão das

indústrias e dos seus produtos. A grande indústria, que surge a pouco e pouco, tem um carácter absolutamente convergente¹, que regula toda a sociedade industrial.

03.2 A industrialização no restante continente europeu

Apesar de a industrialização ter sido encetada em Inglaterra, a sua difusão na restante Europa é, nos primeiros tempos, muito irregular, isto porque, enquanto a economia inglesa no decénio de 40 do século XIX se encontra já francamente industrializada e com um crescimento anual superior a 3%, apenas no final desta década França, Alemanha e Rússia, países industrialmente mais próximos da Inglaterra, modernizam verdadeiramente os respectivos sectores agrícolas e industriais (COCHET e HENRY *in BEAUCHAMP*, 1998: 47).

As causas do atraso resumem-se à ausência de um conjunto tão favorável de factores económicos, sociais e políticos como os que permitem à Inglaterra levar mais de meio século de vantagem, não obstante a existência de sinais de crescimento e mudança na restante Europa ainda no século XVIII, à semelhança do que sucede nas ilhas britânicas, mas a relutância à mudança das antigas estruturas institucionais e consequente adopção das novidades tecnológicas, atrasam a modernização agrária, factor indispensável ao pleno desenvolvimento industrial. Em França, a industrialização consuma-se plenamente somente na segunda metade do século XIX, com um crescimento anual de cerca de 5%, apesar de na primeira década do século seguinte mais de 40% da população activa ainda se encontrar ligada ao sector agrícola, enquanto a Alemanha se assume, no mesmo período, como a segunda potência industrial europeia com cerca de 62% da população empregada na indústria e serviços. Já a Rússia apenas no século XX se assume como potência mundial, não obstante o

¹Convergência geográfica, de capital e de mão-de-obra .

crescimento, duas vezes superior, do sector industrial ainda no século XIX.

Todavia, o atraso e o distanciamento geográfico e temporal dos restantes países, sobretudo europeus, comparativamente à Inglaterra, traz também algumas vantagens, dada a facilidade em suprimir etapas menos importantes ou mais problemáticas, através de um distanciamento que permite a compreensão global do processo, algo impossível na industrialização inglesa. Esta possibilidade de começar mais à frente este longo processo, explica a rapidez com que, entre o final do século XIX e o início do século XX, se esbata o avanço na Inglaterra, especialmente face à Alemanha e Estados Unidos.

03.3 A emergência dos países extra-europeus

Os Estados Unidos, por sua vez, passam um pouco ao lado do processo industrial europeu, já que mais do que seguir o modelo transatlântico, criam e fomentam um processo mais independente e adequado às suas necessidades e características. Esta decisão revela benefícios a curto prazo, já que as transformações nos Estados Unidos executam-se a uma velocidade incrível, quer qualitativa quer quantitativamente e são, além disso, indissociáveis da própria formação histórica do país.

Não obstante a abundância de recursos naturais, como água e madeira, a baixa densidade populacional no final do século XVIII é consequência evidente da imensa extensão geográfica. No entanto, é precisamente a riqueza natural que está na origem do crescimento demográfico excepcional e que possibilita a rápida ocupação dos solos cultiváveis, transformando rapidamente a agricultura no motor de desenvolvimento económico, social e cultural da civilização nativa norte-americana. Já a outra parte fundamental do crescimento demográfico, a imigração oriunda de todo o globo a partir sobretudo de meados do século XIX, ocupa os núcleos mais urbanos que entretanto se desenvolvem. É perceptível a preponderância do factor cultural, diametralmente oposto, nesta cisão entre a

população nativa, cuja forte ligação à terra e à Natureza a impele para as práticas agrícolas, enquanto a população imigrante, proveniente sobretudo da Europa e por isso já rendida às cidades e à industrialização ainda estranhas no novo continente, se dedica na esmagadora maioria aos sectores industrial e de serviços, que lentamente ganha alguma preponderância (PRADA, 1992: 30).

Com a revolução em 4 de Julho de 1776, os Estados Unidos ganham a independência política, mas somente 1860, quase um século depois, o país consegue alcançar a independência económica, isto é, passa a produzir o suficiente para se auto-sustentar.

A agricultura mantém-se até ao início do século XX como a principal actividade económica e social, apesar da ausência de uma base estrutural definida e global, derivada da vastidão territorial: em 1869 o sector agrupa 52% da população activa e a produção representa metade da totalidade dos bens produzidos, enquanto em 1900 a mão-de-obra dependente da agricultura desce para 42% e a produção de bens para um terço do total². A indústria, por outro lado, apenas no final do século XIX assume o seu vasto potencial, com a população urbana a registar um impressionante crescimento de 6% para 22% entre 1850 e 1913³, alavancada por um forte investimento, após ultrapassar diversas dificuldades iniciais, tais como: a concorrência da produção a baixo preço inglesa; a abundância de terras ainda desocupadas; a carência de mão-de-obra, posteriormente anulada graças à imigração; e a superação dos prejuízos profundos causados pelas guerras que marcam a década de 60 e 70 do século XIX. Com a unificação territorial, o desenvolvimento da rede de transportes e a evolução crescente de uma população jovem, sem grandes diferenças sociais e consumista, criam-se então todas as condições para o crescimento produtivo exponencial dos Estados Unidos, que rapidamente passam para a dianteira mundial em diversas indústrias (PRADA, 1992: 234).

² BEAUCHAMP, 1998: 139 e 140

³ PRADA, 1992: 189



04.0

A FORMAÇÃO DEFINITIVA DA SOCIEDADE INDUSTRIALIZADA

04.1 O **boom** demográfico do século XIX

O crescimento demográfico, já sentido desde meados do século XVIII mas que assume maior destaque na segunda metade do século XIX, é o reflexo directo do desenvolvimento industrial e da consequente melhoria da qualidade de vida. A população mundial, que em 1750 estima-se em 728 milhões, ascende em 1800 para cerca de 889 milhões e para 1.186 milhões em 1850, enquanto a Europa regista cerca de 140/170 milhões, 187 milhões e 266 milhões, respectivamente (PRADA, 1992: 30 a 33).

O sustentado crescimento populacional alicerça-se, a partir de meados do século XIX, sobretudo na diminuição da mortalidade: nas grandes cidades, especialmente nas nações mais industrializadas, a melhoria das condições higiénicas e médicas contribui de forma decisiva para melhorar as condições degradantes comuns nas primeiras grandes metrópoles, potenciando o crescimento da população urbana; no meio rural, as famílias aumentam não só quantitativamente¹, mas também em termos de longevidade, isto porque quer os progenitores, quer os seus filhos, vivem mais tempo, pelo que a transmissão hereditária das terras, cuja dimensão diminui consequentemente, é cada vez mais lenta, o que aliado ao crescimento da força de trabalho muito para além da possibilidade de utilização eficaz dos recursos adicionais, impele à contínua migração da mão-de-obra excedente, jovem e ávida de novas oportunidades.

Contudo, ao contrário do que acontece nas primeiras ondas migratórias pós revolução industrial, as condicionantes políticas, económicas e sociais na Europa do século XIX alteram os destinos da mão-de-obra rural excedente. O desemprego rural como consequência das inovações tecnológicas, a concorrência movida pela grande indústria aos artesãos ou mesmo a miséria do

¹ Fenómeno anterior à revolução industrial .



01. Com o desenvolvimento dos transportes ao longo do século XIX, tornam-se frequentes as grandes vagas migratórias europeias para continentes mais longínquos e por explorar, como a América do Norte.

proletariado urbano, cujas condições de vida e de trabalho são deploráveis, leva os trabalhadores a optarem pelos novos continentes, onde a densidade populacional é baixa, em detrimento das cidades conterrâneas que, na esmagadora maioria, se encontram sobrelotadas e produzem tanta, senão mais, miséria que os campos. Com a generalização da queda na taxa de mortalidade, a natalidade e fecundidade assumem igualmente um papel importante no crescimento demográfico na Europa. Aliás a natalidade europeia permanece alta – acima dos 30% – ao longo de todo o século XIX e início do seguinte, sobretudo nos países do Sul da Europa: em França a natalidade atinge valores inferiores no decénio de 30 do século XIX, seguindo-se a Irlanda no decénio subsequente e Bélgica, Suíça, Suécia, Dinamarca, Inglaterra, País de Gales e Escócia, distribuídos ao longo das últimas duas décadas do século; por outro lado, países como Portugal, Espanha e Itália mantêm níveis de natalidade acima dos 30% até ao segundo decénio do século XX.

No último quartel do século XIX, desponta outro factor, cujo contributo para o *boom* demográfico é determinante, conjuntamente com melhorias das condições de vida, sobretudo mas não exclusivamente nas cidades: a segunda revolução industrial. Ao invés da primeira, esta revolução, ou evolução acelerada, chega, não apenas a alguns países da Europa ocidental mas à quase totalidade do Velho Continente, não obstante as diferentes intensidades: entre 1850 e 1913 a população mundial passa de 1.186 para 1.723 milhões, num crescimento aproximadamente de 45%, enquanto a europeia aumenta cerca de 76% em período homólogo, variando entre 266 milhões e 468 milhões. O crescimento da população europeia cifra-se assim, em menos de dois séculos, em mais de 300%, já que em 1750 regista uma população na ordem dos 140/170 milhões ao passo que em 1913 chega aos 468 milhões (PRADA, 1992: 180).

Todavia, não obstante o forte contributo dos países mediterrânicos e da Europa oriental, cujo crescimento até à época é muito pouco significativo face às grandes potências europeias, o crescimento europeu poderia ser ainda mais significativo não fosse a forte emigração que marca o final

do século XIX². Ainda assim, a Europa permanece, à entrada do século XX, como centro demográfico mundial, na medida em que concentra cerca de 27% da população global, enquanto fornece, em paralelo, milhões de imigrantes para os continentes com menor densidade populacional – Oceânia, África e América do Norte –, contribuindo decisivamente para o crescimento extraordinário das vastas nações despovoadas, sobretudo dos Estados Unidos, principal destinatário das correntes emigratórias europeias. De facto, entre 1821 e 1915, o continente norte-americano absorve mais de 60% de um total de 48 milhões de habitantes à procura de novas oportunidades, mas durante a segunda metade do século XIX, os Estados Unidos deixam de ser destino único no continente americano, com a ascensão de alguns países da América do Sul, a atrair igualmente as vagas migratórias sobretudo de Portugal, Espanha e Itália (PRADA, 1992: 30 e 180).

O progresso populacional não pode portanto ser desassociado do processo industrial, pois são fenómenos inseparáveis, isto é, o desenvolvimento da indústria à escala global permite o grande *boom* demográfico, que por sua vez alimenta o sector industrial.

04.2 As grandes metrópoles industriais

A crescente desindustrialização dos campos, em detrimento do desenvolvimento urbano, cuja evolução qualitativa e quantitativa ocorre de forma gradual a partir do final do século XVIII, evidencia a forma como a cidade governa, sobre diversas formas, o mundo rural e as massas que aí ainda residem. Contudo, o desenvolvimento da grande metrópole, concomitante com o crescimento da grande indústria, atinge a sua plenitude em meados do século XIX, simbolizando a modernização e seus benefícios, a transformação do espaço urbano e o primeiro e fundamental sinal da existência de uma

²Especialmente no período 1870-1880 com o contributo fundamental da evolução dos transportes terrestres e transoceânicos.



02. Desenvolvimento industrial em Manchester no século XIX.

sociedade massificada.

A grande cidade, palco de grandes mutações sociais fruto do crescimento demográfico abrupto e da quebra de hábitos sociais identificáveis por uma população continuamente descaracterizada pela coabitação entre as camadas populares provenientes do meio rural nos bairros históricos da cidade, desponta como a concentração nas formas mais extremas de tudo o que é novo, nunca visto, nunca experimentado, nunca sentido, tanto de bom quanto de mau, exercendo por isso um simultâneo sentimento de atracção e repulsa aos seus habitantes e observadores. Prova desta nova volatilidade urbana é o testemunho de Charles Napier (1786-1860) ao visitar uma das maiores cidades inglesas à época, criada quase de raiz, nascida do contínuo desenvolvimento industrial: “eu devia estar em Manchester mas, se não for por ordem expressa, quem poderá decidir-se a viver empoleirado numa chaminé? Tarefas há que não é possível cumprir voluntariamente, e uma delas é viver numa chaminé. Manchester é a chaminé do mundo. Patifes ricos, canalha miserável, maltrapilhos bêbados e prostitutas formam o fundo moral da cidade; fuligem empastada pela chuva forma o seu físico, e a única vista é uma contínua chaminé: que lugar! É a porta do inferno feita realidade!” (AA. VV., 2005: 195). O processo industrial é portanto responsável por resultados contraditórios: o desenvolvimento e prosperidade económica e a concentração da pobreza e degradação social.

Friedrich Engels (1820-1895) também toma Manchester como exemplo flagrante da divisão social, fomentada pela própria estrutura urbana da cidade “construída de forma singular, podendo viver-se nela durante anos, entrar e sair todos os dias, sem nunca contactar com um bairro operário ou, sequer, com operários, pelo menos, para quem se limite a acompanhar os negócios ou a dar um passeio. Tal deve-se, em primeiro lugar, ao facto de, por um acordo tácito, inconsciente, e ao mesmo tempo, com uma intenção expressa e consciente, os bairros operários se encontrarem claramente separados dos bairros destinados à classe média” (AA. VV., 2005: 196 e 197). À semelhança de outras grandes cidades que despontam por toda a Europa, Manchester concentra no seu centro os serviços e

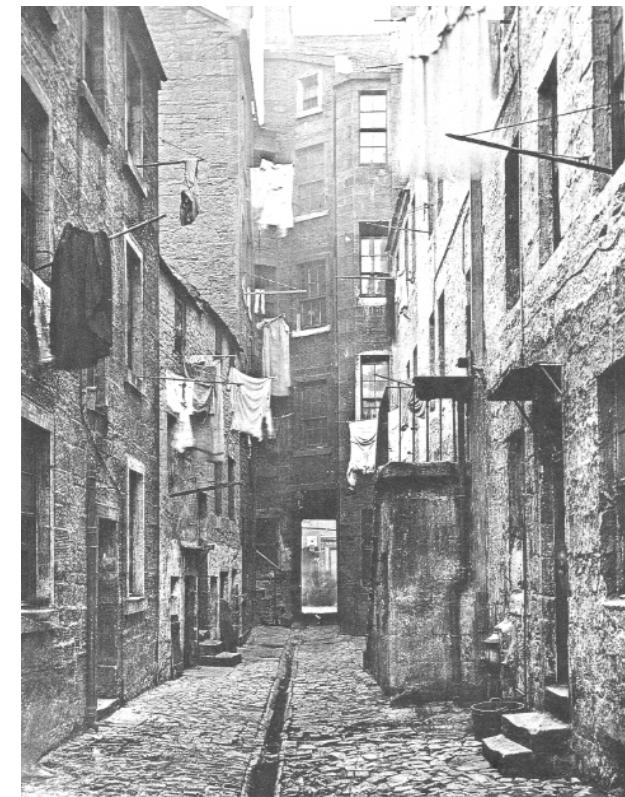
poderes administrativos, ligados por amplas ruas guarnecidadas de lojas de ambos os lados, enquanto a restante área urbana é composta por uma amalgama de bairros operários, ocultados de forma bastante eficaz pelas fileiras quase ininterruptas de lojas, nas quais esbarram os olhares das classes privilegiadas, de forma a tornar imperceptível a miséria e decadência das habitações operárias. Este cenário decadente é, no entanto, comum a diversas cidades por toda a Europa, isto porque o desenfreado crescimento demográfico³, em conjunto com a falta de infra-estruturas nas áreas urbanas, provoca graves problemas de alojamento a partir do final do século XVIII, tornando-se comum o cenário e condições miseráveis com que se deparam as primeiras vagas migratórias provenientes dos meios rurais.

A proliferação exponencial das áreas pobres e degradadas atinge assim proporções consideráveis, incitando a intervenção pública com o intuito de sanear o ambiente tenso e criar uma maior homogeneidade urbana – os exemplos mais significativos são por isso realizados nas duas maiores cidades à época, Londres e Paris, onde Edwin Chadwick (1800-1890) e Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) respectivamente, abrem grandes avenidas que pacificam e clarificam os centros urbanos, à custa da destruição de inúmeras habitações pobres, com o objectivo de deslocar as classes mais desfavorecidas para as periferias, esbatendo as diferenças entre classes.

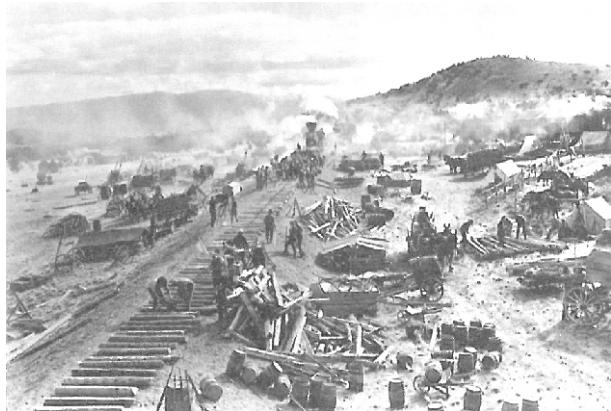
As cidades, de pequenas e grandes dimensões, multiplicam-se por toda a Europa: em 1800, 12,5% da população europeia reside em centros urbanos com mais de 5.000 habitantes, subindo para 18,5% em 1850, e para 36% em 1910⁴ (SUNDBÄRG in AA. VV., 2005: 601). A concentração urbana europeia conhece portanto um incremento substancial, não obstante a pequena dimensão de núcleos com 5.000 habitantes, ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade, apesar da larga discrepância entre

³ A população europeia mais que duplicou no período entre 1750 e 1870.

⁴ A forte urbanização em Inglaterra, França ou Alemanha contrasta claramente com Portugal, Áustria ou Suécia.



03. Slum em Glasgow no século XIX.



04. Construção das linhas férreas nos Estados Unidos da América no século XIX, meio de transporte que conhece um grande desenvolvimento fruto da necessidade de dotar o vasto território de uma rede capaz de escoar produtos agrícolas e industriais.

as várias nações europeias⁵. Já as grandes metrópoles com mais de 100.000 habitantes conhecem uma expansão muito mais intensa: das 22 em toda a Europa no início do século passam para 128 após 100 anos, compreendendo respectivamente 3% e 12% da população europeia total, ou seja, no período de um século, as grandes metrópoles europeias crescem cerca de 580%, com significativo contributo da Inglaterra e da Alemanha, máximos exemplos europeus em termos de urbanização no final do século XIX, onde cerca de um terço das respectivas populações vivem nas áreas urbanas (WRIGLEY, 1992: 224 e 225).

A concentração de população em núcleos urbanos é um efeito imediato e consequente de diversos factores: a revolução industrial, ou seja a mecanização que permite as transformações nas estruturas agrárias e consequentemente dá origem ao êxodo rural, que por último alimenta a crescente industrialização; o próprio crescimento das cidades e do seu comércio, com consequente expansão económica; o desejo conjunto dos grandes empresários e dos modestos agricultores/operários, em aumentar os seus lucros e em procurar melhores oportunidades e condições de vida nas cidades, respectivamente.

04.3 A segunda revolução industrial

O sector industrial ganha, ao longo do século XIX, um destaque cada vez maior na vida social e económica em vários países, sobretudo europeus e norte-americanos, isto porque com o desenvolvimento da mecanização e da produção, conjuntamente com a expansão geográfica, as indústrias assumem de uma forma incontornável um papel simultaneamente concentrador e gerador de riqueza.

⁵ A forte urbanização em Inglaterra, França ou Alemanha contrasta claramente com Portugal, Áustria ou Suécia

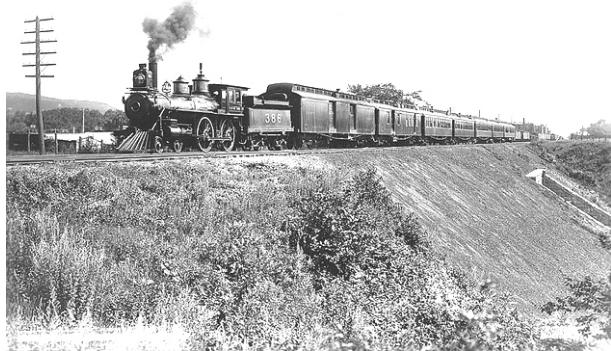
Com a concentração urbana industrial e a contínua fomentação das transformações e inovações científicas, como o motor de explosão ou o telefone, a par da utilização de novas fontes de energia, o sector industrial conhece um novo período de aceleração a partir de 1870, comumente denominado de segunda revolução industrial. Inicia-se, portanto, um novo período, assente nas novas possibilidades do aço, da electricidade, da química e da exploração de novas matérias-primas singulares e essenciais para o pleno desenvolvimento industrial, como o cobre e particularmente o petróleo.

Todavia, esta revolução não foi mais do que uma evolução a um ritmo mais acelerado, à semelhança da primeira ocorrida cerca de um século antes, apesar de se diferenciar em dois aspectos da sua precedente: a segunda revolução é o resultado de um estreito contributo, em partes igualmente relevantes, da ciência – laboratório – e da técnica – fábrica; e tem, sobretudo, uma dispersão mais eficaz, concisa, rápida e global, graças a um eficiente aproveitamento das infra-estruturas derivadas da primeira revolução industrial. Para a maior disseminação da segunda revolução industrial muito contribui o desenvolvimento da rede de transportes: no final do século XVIII, com a máquina a vapor despontam os caminhos-de-ferro, cujo contributo é decisivo na transformação económica e social da civilização industrial ao aproximar o campo dos núcleos urbanos; ao longo do século XIX, é a frota marítima que sofre um significativo melhoramento, fundamental para as vagas migratórias transoceânicas.

A ciência, ou seja, a experimentação laboratorial converte-se num factor decisivo e indispensável no complexo industrial, como forma de aumentar a competitividade, já que se torna, cada vez mais, fundamental produzir em larga escala, mas a baixos custos, só alcançável através da combinação dos factores técnicos e económicos. Aliás, é graças à ciência e às suas inovações que se descobre o motor de explosão, cuja importância e utilidade se revelam rapidamente no processo industrial, na medida que substitui, juntamente com o petróleo, a força a vapor, forma de energia motriz



05. Os transportes marítimos ganham gradualmente importância no transporte não só de mercadorias, mas igualmente de pessoas.



06. Locomotiva a vapor no final do século XIX.



07. Grande concentração de trabalhadores numa fábrica de algodão.

na primeira revolução industrial. Outra inovação importante, mas a médio longo prazo, é a electricidade, que apenas a partir do segundo decénio do século XX assume maior destaque, já que anteriormente é usada apenas para iluminação e tracção na indústria, devido à carência de centrais eléctricas capazes de uma produção a baixo custo.

A indústria alicerça-se, assim, tanto nos seus benefícios como malefícios, nos meios de transporte para difundir os seus produtos, desenvolvidos através da experimentação técnica e científica. Aliás, “nas representações mentais que fazemos da civilização industrial três imagens são dominantes: as multidões miseráveis de mulheres e crianças empregadas nas fiações, o ferro fundido incandescente que jorra do buraco de escoamento aberto com grandes golpes pela barra do fundidor, e o poder locomotivo, arfante, cuspindo fumos e vapores, num esforço intenso para arrancar à imobilidade um interminável comboio de carruagens carregadas” (BEAUCHAMP, 1998: 52).

04.4 A implantação do modelo paternalista: as condições operárias

Ao longo do século XIX, o sistema industrial e o contexto social integram-se nas grandes cidades, de tal forma que tendem a unir-se num só. A transformação das estruturas laborais provoca a acentuação do terrível mal-estar de grande parte dos trabalhadores fabris em consequência da sobrepopulação, das deficiências dos modelos de consumo e da deterioração das condições de habitação e de higiene. A problemática dos trabalhadores reside, então, na diminuição da importância atribuída às condições de trabalho e habitação, que afectam o seu rendimento e desenvolvimento fabril, em detrimento das questões exclusivamente económicas.

O campo social conhece, portanto, diversas convulsões e transformações não só ao longo do século XIX, mas também durante o século XX, fruto das tensões e conflitos, cada vez mais frequentes, entre os trabalhadores e as entidades patronais. A adaptação da mão-de-obra proveniente dos campos

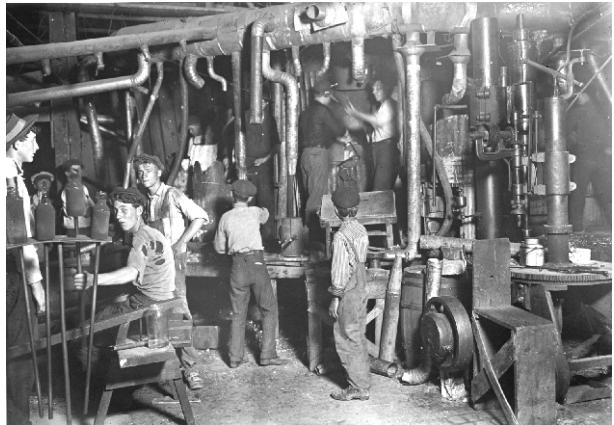
à nova sociedade industrial revela-se inicialmente difícil, isto porque o *boom* demográfico da segunda metade do século XIX complexificou a eficaz gestão da força de trabalho, cuja percentagem face à população total é cada vez mais significativa.

Porém, muitos dos trabalhadores reconhecem nas indústrias urbanas os modelos laborais já praticados nas pequenas indústrias domésticas rurais, onde o artesão é a figura central, detentora do poder e controlo absolutos. Frequentemente, os mestres adoptam um modelo paternalista para com os seus aprendizes, isto é, incentivam a integração destes no agregado familiar do artesão, com a oferta de alojamento e alimentação. Contudo, este modelo é claramente mais vantajoso para o mestre, uma vez que lhe permite um controlo francamente mais eficiente e constante sobre o trabalho do(s) seu(s) aprendiz(es) na oficina e, acima de tudo, permite maximizar o período laboral sem qualquer custo adicional através da exploração da dependência da mão-de-obra, que é forçada a executar tarefas secundárias e/ou domésticas, totalmente desvinculadas do trabalho artesanal. Este tipo de modelo, gerador frequente de conflitos pessoais entre as duas partes, ao invés de proporcionar um ambiente familiar e harmonioso, confere, assim, um equilíbrio bastante volátil assente, equitativamente, na confiança e desconfiança no trabalhador – pelas suas capacidades adquiridas após uma longa aprendizagem e pelas consequências sociais de uma possível autonomia do trabalhador face ao mestre, respectivamente.

Posteriormente, as grandes indústrias seguem esta hierarquia, adaptando-a às novas realidades das grandes fábricas e às suas dimensões drasticamente diferentes, quer a nível do trabalho a ser desempenhado, quer pela escala da concentração de mão-de-obra. A adopção desta pirâmide social, embora proveniente do passado, é explorada até ao limite pelos grandes empresários como justificação para os miseráveis salários que pagam a crianças e mulheres, isto porque, na indústria, tal como acontecia nas oficinas rurais, “a força dos homens é superior à destreza e ao desembaraço das crianças, à delicadeza e às práticas meticulosas das mulheres” (BEAUCHAMP,



08. A presença tanto de mulheres como crianças nas fábricas é habitual graças aos miseráveis salários que recebiam face aos homens.



09. Espelho da falta de higiene e segurança nas fábricas no século XIX e primeiras décadas do século XX.

1998: 197), o que resulta numa sobrevalorização do trabalho do homem em detrimento dos restantes.

À semelhança dos artesãos, que aliciam os seus aprendizes com alojamento e alimentação, também os empresários usam vários atractivos para convencer a mão-de-obra, cuja miséria generalizada torna incapaz de recusar qualquer oferta, através da construção de obras sociais diversas, como bairros operários, creches, escolas, entre outros, cujo intuito, segundo a perspectiva que o empresário queria deixar transparecer, é a estabilização e integração dos trabalhadores na sociedade industrial. Outros equipamentos que geralmente compõem igualmente as obras sociais são pequenos hospitais/centros de saúde e igrejas, ou seja, todo um conjunto de infra-estruturas que permita aos seus habitantes levarem uma vida, conforme ditavam os costumes da época, digna e honrada.

A saúde é uma das bases mais importantes do modelo paternalista, pois para aumentar a produtividade é essencial manter os trabalhadores o mais aptos possível para o trabalho. Esta necessidade dá origem à criação de caixas de socorro e de beneficência, geridas pelo empresário, mas alimentadas pelos descontos salariais dos trabalhadores, tornando-se em mais um motivo de descontentamento e revolta operária. Não obstante os aparentes benefícios destas obras sociais, o verdadeiro objectivo da entidade patronal, tal como o do artesão nas indústrias rurais, é criar a maior dependência possível dos seus subordinados, uma vez que o trabalhador sente-se compelido a demonstrar a sua gratidão perante a generosidade do grande industrial, cujas obras beneficiam não apenas o operário, mas também a respectiva família, ou seja, o operário primeiro é atraído, mas depois é apenas forçado a resignar-se à sua situação de dependência face ao patrão. Com vista a acentuar a sua pretensa benevolência, os empresários anunciam habitualmente as suas obras sociais a toda a população externa à fábrica, como forma de conquistar a simpatia e o apoio das comunidades onde se inserem. Porém, também há excepções a este modelo, conhecidas pela designação de "socialistas utópicos", como, por exemplo, Étienne Cabet, Charles Fourier ou Jean-Baptiste Godin, dos quais se

falará mais adiante.

Por outro lado, nem sempre o propósito do patrão é a exploração dos seus trabalhadores. Aliás, a origem e ambições de empresário e operário são muitas vezes as mesmas, isto porque frequentemente ambos provêm dos campos, com o intuito de fugir à pobreza e à procura de melhores condições de vida. O que os diferencia é o facto de o empresário ter algumas posses que lhe permitem investir no ramo de produção que melhor conhece, enquanto os operários normalmente chegam aos centros urbanos desprovidos de recursos monetários e de experiência profissional específica que os constitua numa mais-valia. Inicialmente, o sistema laboral imposto é muitas vezes rígido e até cruel para com os operários, mas as primeiras empresas enfrentam muitas adversidades e só conseguem subsistir assentes numa forte disciplina e trabalho metódico, princípios com os quais os trabalhadores oriundos dos campos na sua maioria não se identificam, assim como em altas margens de lucro que cubram tanto os riscos das frequentes crises de consumo como a renovação das ferramentas.

A educação em toda a sua plenitude⁶, a par da saúde, é um ponto particularmente importante no modelo paternalista industrial, baseado numa forte disciplina, como forma de inverter a deplorável imagem das indústrias fabris, tidas como locais de decadência social, impróprias para trabalhar⁷, de maus hábitos e costumes duvidosos por parte dos seus trabalhadores e onde a exploração do trabalho feminino e infantil confere um ambiente ainda mais miserável, em vez de veículo de bem-estar, de elevação moral e emancipação social. Assim, torna-se bastante comum a integração de escolas e creches nas obras sociais empreendidas pelas fábricas. Mas, à semelhança do que acontece no interior das fábricas, também a educação difere conforme o género: as meninas não têm direito a



10. Os atritos entre operários e patrões dão origem a conflitos cada vez mais frequentes e intensos a partir de meados do século XIX.



11. A par da saúde, também a educação representa um dos pilares do modelo paternalista, numa relação muito directa com a fábrica.

⁶ Desde a escolar e moral para as crianças à profissional e moral para os trabalhadores.

⁷ São frequentemente descritas como locais reduzidos, com escassos vãos e particularmente sujos de pó, detritos, óleos, fuligem, serradura, produtos químicos, águas nauseabundas, entre outros poluentes.



12. Domínio da máquina como instrumento primordial de trabalho torna-se essencial nas indústrias fabris, estabelecendo paulatinamente diferenças entre operários especializados e não-qualificados.

aspirar a nada mais que a escolas de donas de casa, onde aprendem tudo o que é necessário saber para serem boas mulheres, ou seja, cuja única preocupação é cuidar da casa; já os meninos têm uma educação vocacionada, desde o início, para a formação de novos operários para as respectivas fábricas, conforme as necessidades de mão-de-obra.

Em algumas escolas são adoptados modelos mais justos, nas quais as crianças têm verdadeiras oportunidades, conforme o mérito, de poderem continuar a estudar, para no fim obterem um cargo melhor dentro da fábrica, não estando condenados a ser simples operários sem grandes valências técnicas. Estes modelos fomentam igualmente o espírito competitivo dentro das próprias fábricas⁸ e, consequentemente, o reconhecimento e respeito pela estrutura hierárquica, reflectora do mérito, ou falta dele.

A maior valência técnica, adquirida previamente na escola, ou durante uma longa aprendizagem dentro da fábrica, torna estes operários numa mão-de-obra muito procurada, ao contrário dos operários desqualificados, considerados como um instrumento de produção facilmente substituível. Com a crescente obsessão de adaptar o trabalhador à máquina⁹, e a consequente dependência que esta provoca na indústria, substituindo o trabalho manual, os operários rapidamente percebem que a forma de garantir o seu lugar, tomado pela máquina na linha de produção, é a especialização no novo elemento fulcral dentro da fábrica, a ferramenta mecanizada. Perante a gradual sujeição da indústria face à máquina, o conhecimento especializado torna-se indispensável à compreensão da crescente complexidade da ferramenta e à variedade dos processos de trabalho, beneficiando conjuntamente patrão, que assegura a máxima e melhor produção possível, e operário, que passa a auferir salários significativamente superiores. Os operários qualificados têm, portanto, um

⁸ Os trabalhadores mais qualificados a procurarem distanciar-se da restante mão-de-obra.

⁹ É particularmente exemplificativo, como crítica desta obsessão, o filme “Tempos Modernos”, interpretado por Charles Chaplin.

valor e papel muito mais preponderantes e, por isso, ganham progressivamente a confiança dos patrões e uma maior liberdade e peso nas questões internas da fábrica.

A distinção entre operários evidencia que o sistema fabril, ao contrário das pequenas indústrias rurais, nas quais apenas o artesão se encontra numa posição superior, suprime a articulação entre o grupo de trabalho, substituindo-o por um modelo mais escalonado, no qual alguns operários-chefes, isto é, trabalhadores qualificados, dispõem de um grupo de ajudantes, independentes entre si: enquanto o operário-chefe controla e repara as máquinas, assumindo um espaço específico destinado à classe operária superior, o ajudante limita-se a dispor o material de trabalho e a garantir que, estando em perfeitas condições, a máquina não pára de produzir. A diferenciação dos trabalhadores segundo os níveis profissionais e de qualificação, que muitas vezes se estende para lá do contexto fabril, encobre uma estratificação da população operária segundo camadas sociais, dotadas cada uma com hábitos colectivos e universos de experiência completamente distintos, quando não incomunicáveis. Portanto, nos primeiros tempos após a industrialização, a classe fabril pobre, ou seja, o proletariado industrial, caracterizado por níveis extremos de miséria e por um profundo sentimento de estranheza em relação à nova sociedade com que se depara, representa uma amálgama de comunidades, cujos traços identitários comuns, mais que o desempenho das mesmas funções laborais, é a proveniência geográfica e paridade étnica. O proletariado, cujo crescimento é concomitante com o desenvolvimento industrial e a sua necessidade de mais mão-de-obra que alimente o processo, aloja-se em bairros pobres, na periferia dos grandes centros urbanos após ser violentamente forçado pela miséria a deslocar-se das suas terras, das suas raízes, da sua cultura¹⁰.

As relações sociais complexificam-se, então, ao longo do século XIX. O proletariado industrial, inicialmente uma soma de subclasses desligadas entre si, assume gradualmente uma identidade

¹⁰ Excelentes retratos desta situação por Émile Zola em *Germinal*

comunitária contra um denominador comum e identificável, a organização fabril, cujo rosto é a entidade patronal, bem como as transformações sociais que esta impõe desde o final do século XVIII, com a disciplina industrial a tentar, lenta mas gradualmente, e sobre diversas formas, modificar os comportamentos, tradições e culturas dos operários, moldando-os não aos pretensos hábitos da sociedade industrial, mas à desejada submissão perante o patrão.

A formação de uma identidade comum, juntamente com o contínuo crescimento do proletariado industrial, que lhe confere maior preponderância social junto das comunidades externas à fábrica, culmina com a criação de sindicatos, cujo objectivo é reivindicar melhores condições para todos os trabalhadores, por outros meios que não a violência, contrariamente ao sucedido nas décadas anteriores, onde os protestos operários, quase sempre desorganizados, baseavam-se na ameaça física à propriedade, quer sob a forma da ferramenta de trabalho quer sob a forma da casa do patrão. Cria-se assim uma nova classe social, e sobretudo política, na sua plenitude, identificável não só entre os membros que a compõem, mas perante toda a comunidade¹¹, com bases identitárias, sociológicas e culturais comuns contra as injustiças capitalistas, dentro e fora das fábricas: a classe operária. A criação destas bases organizacionais suporta os protestos e conflitos que atormentam os operários e, mais do que conseguir resultados concretos e negociações bem-sucedidas, cria um espírito de união fundamental para a tomada progressiva de força e influência por parte da classe laboriosa, tanto dentro da fábrica, como fora dela, reunindo frequentemente o apoio e solidariedade da comunidade.

As lutas sociais intensificam-se a partir do final do século XIX, prolongando-se pelo século seguinte, época onde se revelaria uma maior consciência social aliada a uma maior força e mobilização dos operários contra os pretensos actos filantrópicos promovidos pelos grandes industriais, revelando as suas verdadeiras intenções: encobrir a injustiça salarial; transparecer para toda a sociedade a

¹¹ Ao contrário do que sucede com o proletariado.

adopção de uma organização pretensamente inspirada no modelo familiar patriarcal; a banalização e repressão dos interesses e gostos pessoais, em detrimento dos interesses da fábrica, adoptando ao invés uma atitude conformista e submissa; e evidenciar e louvar o poder patronal como uma espécie de monarquia benevolente, que protegia e defendia os interesses de todos e, por isso, digna de respeito. Para os patrões interessava incutir a ideia no trabalhador que, mais importante que um bom salário, a exaltação da ordem e do trabalho era o suficiente para trazer felicidade e tranquilidade ao agregado familiar.

A mudança das relações e dos métodos de produção, consequentes da afirmação e extensão a larga escala da revolução industrial, juntamente com a transformação do regime demográfico e, por fim, o conflito, em todas as suas vertentes, entre as forças conservadoras e as forças de inovação, constituem as características mais evidentes do século XIX. Estes elementos, completamente inseparáveis, revolucionam todo o conjunto das relações sociais e provocam frequentes confrontos ideológicos que atravessam todo o século até ao seguinte.

04.5 O declínio da agricultura europeia e o despontar das novas potências

As tendências da revolução demográfica, iniciada no século XVIII, prosseguem e acentuam-se nos séculos XIX e XX: os grandes núcleos urbanos crescem a um acelerado ritmo, conjuntamente com o êxodo rural, ao passo que a população dedicada à agricultura desce progressivamente em todos os países, ou seja, estabelece-se uma relação proporcionalmente inversa entre o sector agrícola e os sectores industrial e dos transportes e serviços.

Contudo é o último quartel do século XIX que marca o distanciamento definitivamente irrecuperável da agricultura face à grande indústria na Europa. Enquanto o processo industrial ganha neste período um tremendo novo fôlego, graças à segunda revolução industrial, a agricultura mantém



13. Industrialização da agricultura norte-americana.

os sinais de abrandamento dos anos anteriores, de tal forma que deixa de ter, simultaneamente, capacidade de competir com a indústria e de responder à crescente procura de bens alimentares por parte das grandes cidades.

A deterioração agrária está ligada à grande transformação que a sociedade e economia europeias sofrem como resultado directo da industrialização, com a passagem do modo de produção manufacturado tradicional para a produção em massa e a baixo custo, provocando consequentemente desequilíbrios e rupturas nas bases tradicionais a todos os níveis – cultural, social, político, entre outros.

Durante o século XIX, a modernização dos campos na Europa desenvolve-se, mas é de tal forma lenta e dispersa, que contribui para a decadência agrícola. Contudo, é a descida de rentabilidade, quer das rendas agrícolas quer dos solos, ou seja, a incapacidade de adaptação por parte do sector agrícola à presença competitiva e às condições impostas pelo sector industrial – produzir bens alimentares a baixo custo – a principal causa do declínio da agricultura. Muitos produtores apostam, ao longo da segunda metade do século XIX, na produção mais intensiva de gado e em culturas especializadas para a indústria têxtil, em alternativa à cerealífera, como solução para a descida progressiva dos lucros.

O atraso provocado pela desaceleração da produtividade, apesar da manutenção do consumo de bens agrícolas, releva-se então fatal para a Europa, isto porque as potências extra-europeias emergentes, tal como os Estados Unidos – onde o sector agrícola cresce a um ritmo impressionante, alavancado pela mecanização necessária para fazer face à extensão das explorações e ao elevado custo da mão-de-obra –, aproveitam para exercer uma forte concorrência, à qual a Europa deixa de conseguir responder. Logo, os antecedentes da crise geral da agricultura europeia a partir de meados do século XIX encontram-se no desenvolvimento da agricultura dos Estados Unidos, cuja maior vantagem face à agricultura europeia é a isenção do pagamento de uma renda fundiária, ou seja, o

agricultor americano é proprietário da totalidade da sua colheita, destacando-se o desenvolvimento da produção cerealífera. A concorrência económica dos Estados Unidos torna-se cada vez mais forte graças ao desenvolvimento da navegação transoceânica a vapor, aproximando cada vez mais o Velho e o Novo Continente.

Doravante, são os preços americanos a ditar a lei no mercado internacional, isto porque o camponês europeu ao pagar uma renda, torna-se incapaz de produzir a preços reduzidos e, consequentemente, de concorrer directamente com os produtores norte-americanos. O mecanismo da renda, conjugado com o crescimento da população, faz disparar o preço da terra na Europa, ao passo que a queda dos preços dos bens agrícolas se reflecte na baixa dos salários e no aumento do desemprego do proletariado agrícola, do qual parte rapidamente assume a emigração como solução, enquanto muitos proprietários ou caseiros optam por vender a sua força de trabalho às grandes explorações.

Após ser ultrapassada no sector agrícola, a Inglaterra começa também a perder, a partir do final do século XIX, o seu lugar no topo dos países mais industrializados, face à forte concorrência de outras potências emergentes, como a Alemanha, para além dos Estados Unidos. Na restante Europa ainda existe uma grande discrepância entre países cujo processo de modernização industrial e agrícola se encontra numa fase muito inicial, como a Itália e a Rússia, e outros onde a mecanização é quase inexistente e os métodos laborais ainda muito baseados na força humana e animal, como Espanha e Portugal.

O êxodo rural, fenómeno iniciado ainda no século XVIII em Inglaterra e difundido pela restante Europa ocidental no século seguinte, contribui decisivamente para a reestruturação da população e consequentemente para o triunfo da industrialização e, inversamente, para o agravamento da decadência do sector agrícola. A emigração para as cidades acentua-se no final do século XIX, como resultado da baixa dos preços dos produtos agrícolas e da transformação das culturas, isto porque os

proprietários deixam de conseguir sobreviver através da venda dos seus produtos, acabando por vender as propriedades e rumar às cidades em busca de trabalho. Esta mão-de-obra, juntamente com a que é libertada pela mecanização dos campos, é facilmente absorvida nas cidades pela indústria, o que demonstra a debilidade dos sectores ligados à produção de bens de subsistência (PRADA. 1992: 188).

A crise agrária europeia tem como consequência uma radical reestruturação da agricultura, com a oposição entre as grandes e pequenas explorações agrícolas, que se resolve a favor das primeiras em detrimento das segundas. Por um lado, a grande exploração agrícola, ou *high farming*, beneficia dos salários monetários baixos, uma vez que, sendo pagos por meio da troca de cereal contra o dinheiro, os salários eram poucos dispendiosos em termos de mercadoria, quando os preços dos produtos são elevados. Ainda que descontando da produção total a fracção dos salários, o produto líquido continua a ser elevado com a produção extensiva a contrabalançar a tendência para a baixa do preço dos cereais. O *high farming* é, portanto, possível porque os salários agrícolas são mais baixos do que os salários industriais. Já a pequena e média exploração camponesa, não obstante a maior produção unitária, obtém ganhos menos significativos quando converte em moeda as suas mercadorias, quantitativamente menos numerosas. A produção líquida vendável é mantida a níveis baixos pelo consumo interno da família do produtor. Por outras palavras, o camponês paga o seu próprio salário (a quota do produto consumida em vista da reprodução da sua força de trabalho) mais caro do que o grande produtor agrário, o que faz com que o seu próprio nível de vida seja muitas vezes mais baixo do que o assalariado agrícola.

A agricultura camponesa acaba portanto por ser excluída do processo de modernização e tem de limitar-se a adquirir imitações locais, fabricadas com materiais de menor qualidade em comparação com os instrumentos mais aperfeiçoados que a grande indústria europeia é capaz de produzir e que apenas as grandes explorações agrícolas têm possibilidade de adquirir.



05.0

A CIDADE COMO QUESTÃO SOCIAL NO FINAL DO SÉCULO XVIII E SÉCULO XIX

05.1 A problemática da cidade

A revolução industrial comporta, como foi anteriormente referido e entre outros aspectos, um fulgurante crescimento demográfico e uma transformação das tradicionais bases rurais numa sociedade industrial, reflexo do acelerado abandono dos campos em detrimento da ascensão dos centros urbanos: estima-se que enquanto no início do século XIX, cerca de 15% da população total europeia é iminentemente urbana, este valor oscila entre os 40% e 50% no princípio do século seguinte. Como Françoise Choay (1925-) afirma “a sociedade industrial é urbana. A cidade é o seu horizonte. Ela produz metrópoles, conurbações, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais” (CHOAY, 2005: 1).

No entanto, este aumento abrupto acarreta consequências negativas, isto porque, não obstante a consolidação da cidade como centro do poder político-administrativo e económico – preponderância evidenciada desde as primeiras civilizações mediterrânicas, com especial ênfase para a polis grega ou a urbe romana –, esta torna-se palco de uma aglomeração de miséria, pobreza e degradação social, resultado da ausência de um conjunto de estruturas, infra-estruturas, serviços e equipamentos necessários para alojar condignamente todas a vagas migratórias que chegam aos centros urbanos, provenientes sobretudo dos meios rurais. Apesar das condições igualmente precárias da maioria das habitações deixadas vagas no campo, o que torna insuportável a vivência urbana face à rural é, para além da proximidade entre as habitações e as fábricas na cidade, a densidade populacional, isto é, a contiguidade dos bairros que crescem de forma caótica a partir de meados do século XVIII¹, o que agrava, de forma dramática, as condições de salubridade, amenizadas no meio



01. Família pobre residente num bairro operário no final do século XIX.

¹ Compactos e de grandes dimensões, situados nas periferias das cidades e cujas relações com esta e entre os próprios bairros são claramente deficitárias

rural pela baixa densidade edificada e populacional².

A nova sociedade industrializada toma, então, uma gradual consciência de si própria e, simultaneamente, do espaço onde vive e das condições deficientes oferecidas pelas cidades onde habitam – tanto as criadas de raiz pelo desenvolvimento industrial e económico, como as já existentes, completamente transformadas ao longo deste processo –, despoletando assim, pela primeira vez, uma crítica reflexiva à problemática da habitação.

É verdade que tanto a organização espacial urbana como a questão social são observadas em períodos anteriores³, mas apenas a revolução industrial consegue transformar a excepção dos séculos antecedentes na regra para as décadas seguintes. A partir do final do século XVIII e até às primeiras décadas do século XX surgem, portanto, diversos autores, sensibilizados e revoltados com as questões urbanas, que se debruçam sobre os problemas com que se depara a sociedade industrial e, inclusivamente, usam esta problemática como base dos muitos movimentos sociais que caracterizam o século XIX, derivando depois frequentemente para o campo político⁴.

²À semelhança do que ainda hoje se passa, também o conforto que se exerce sobre cada indivíduo ou sobre o conjunto da sociedade, dissipase na cidade, o que acarreta um sentimento, individual ou colectivo, de abandono e desamparo nos meios urbanos, especialmente nos aglomerados de maior densidade.

³Aliás as primeiras grandes metrópoles não são originárias do século XIX e XX, mas sim da Antiguidade, donde se destacam Babilónia, Roma ou Alexandria.

⁴O socialismo e comunismo surgem nesta época, inicialmente como movimentos sociais e cuja base fundamental reside na defesa dos direitos dos mais pobres e desfavorecidos contra o que apelidam de “cidade monstruosa”.

05.2 A transformação da cidade: a dicotomia razão/natureza

Numa época em que o continente europeu é dominado por várias transformações em todas as áreas, no campo arquitectónico surge paulatinamente o debate – em ambas as vertentes: prática e teórica – em torno da “antiga” dicotomia entre os conceitos base da razão e do sentimento. Contudo, ao contrário do que sucede ao longo dos vários séculos anteriores onde as belas-arts – arquitectura, pintura e escultura – alternam os seus cânones entre bases clássicas e rigorosas ou orgânicas e eclécticas, a partir do final do século XVIII encontram-se, pela primeira vez e em simultâneo, as duas concepções opostas: enquanto o Iluminismo⁵ retoma, ao longo de grande parte do século, os valores e pensamentos clássicos, bases do movimento Neoclássico, o final do século XVIII e início do seguinte marca, simultaneamente, uma cisão e uma continuidade com o passado.

Na passagem entre os dois séculos, como acontece ao longo de toda a evolução europeia, ganha força um movimento que se opõe determinantemente aos ideais do período imediatamente predecessor: o movimento Romântico retoma os valores do sentimento⁶, em oposição à razão⁷, através da liberdade criativa do espírito humano e dos seus sentimentos que se manifestam na irregularidade espacial e volumétrica – não só no campo arquitectónico, mas igualmente nos jardins e parques, onde surgem as primeiras manifestações Românticas, já que a natureza representa na perfeição o espírito de liberdade e o carácter desregrado defendido por este movimento –, na organicidade das formas, nos efeitos de luz, na dinâmica dos planos, na ausência do receio de usar várias cores e ornamentações. Em suma, o objectivo passa por provocar o encantamento, a estimulação da imaginação e dos

⁵ Igualmente denominado pela Era da Razão ou a Idade das Luzes, designa um movimento cultural de vasta amplitude comum na Europa no século XVIII assente no valor inigualável da razão e do intelecto humano.

⁶ Já seguidos no período Barroco e Gótico por exemplo.

⁷ Apanágio do período Neoclássico, que recupera o interesse pela Antiguidade e os seus valores.

sentidos, evocando outras realidades, distantes ou imaginárias. Todavia, no mesmo período em que o Romantismo apela ao sentimento, a razão – que vai perdendo fulgor no umbral entre o século XVIII e XIX –, ganha como que um novo fôlego com a exaltação da máquina e do progresso acarretados pela industrialização⁸.

O final do século XVIII marca então uma coabitacão, inédita ao longo da história, de dois conceitos diametralmente opostos, que evoluem simultaneamente nas décadas seguintes, ou seja, “a assunção da natureza como *magistra vitae* vê-se acompanhada na época das Luzes por uma fé igualmente forte no “catecismo da Razão” (GRAVAGNUOLO, 1998: 31), dando posteriormente origem a caminhos quase opostos não só no campo arquitectónico, cujo desenvolvimento é mais prolongado, mas também nas áreas científicas, económicas e religioso-filosóficas⁹ através da polarização de ambos os conceitos – da razão, ligada à máquina e ao artífice, e do sentimento, ligado à natureza – como forma de demonstrar e justificar as respectivas dialécticas.

A cidade espelha, assim, as oscilações vividas nesta época, baseadas em diversas bipolaridades – artificial-natural, manufactura-maquinofactura, monumento-paisagem, racionalidade-organicidade, repetitivo-inventivo, estandardizável-variável, regra-excepção –, abarcando a esmagadora maioria das técnicas de desenho urbano usadas, tanto para edificar as novas cidades

⁸O romantismo é, também, uma atitude anti-industrial, defensora dos bons costumes que presidiam à vida campestre, estilhaçados pela cidade industrial com o seu corolário de desgraças e misérias, como se pode observar quer na pintura, quer na literatura, quer no teatro, quer ainda na arquitectura doméstica, toda ela de raiz rural ou ruralizante, e na arquitectura pública, de raiz gótica ou goticizante, de que é expoente, no campo da teoria, Jonh Ruskin, com o seu livro *The seven lamps of architecture*, ou A. Pugin, com o seu *Gothic Revival*.

⁹Nesta época nascem as teorias evolucionistas de Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) e de Charles Darwin (1809-1882), que se contrapõem até aos dias que correm às teorias criacionistas religiosas, inspiradoras de muitos actos de fé numa entidade superior criadora da espécie humana.

como para transformar as já existentes. Contudo, e não obstante a crítica e oposição por parte do Romantismo, a regularidade dos traçados urbanos combinada com a padronização dos procedimentos construtivos que emergem no período Neoclássico ganham uma consistência substancial com a evolução da industrialização – e, consequentemente, com o aumento concomitante das cidades industriais e da população que estas alojam –, defendida não só por arquitectos, mas igualmente por profissionais ligados à medicina, economia, política ou engenharia, que se juntam aos primeiros na análise à problemática da cidade, transformando a arquitectura no terreno ao encontro das mais diversas áreas.

É, portanto, inegável a ligação directa entre a radical inovação dos ciclos produtivos, fruto da industrialização, e o desenvolvimento do urbanismo¹⁰. Porém, Françoise Choay define o urbanismo como “uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu carácter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica” (CHOAY, 2005: 2), ou seja, é uma disciplina que procura entender e solucionar os problemas urbanos e nessa perspectiva, o urbanismo surge em pensamento antes de surgir como ciência, não obstante as resistências culturais encontradas durante o século XIX na modernização das estruturas agrícolas, prolongando por várias décadas a refundação disciplinar da projecção urbana¹¹.

¹⁰ A origem desta terminologia é incerta: segundo Gaston Bardet (1907-1989), na sua obra em *O urbanismo* de 1991, o termo surge em 1910, no *Bulletin de la Société géographique de Neufchâtel*; Leonardo Benevolo (1923-) defende na sua obra *Storia dell'architettura moderna* de 1971 que as suas bases fundamentais nascem com as primeiras críticas e soluções apresentadas para solucionar os problemas urbanos ainda no primeiro quartel do século XIX.

¹¹ Na opinião de diversos autores contemporâneos o urbanismo, como disciplina autónoma da arquitectura, só poderá ser encarado como ciência se os diversos saberes – técnica da espacialidade (arquitectura), sociologia, economia, geografia, entre outros – se fundirem num só, ao contrário do que sucede actualmente, onde o urbanismo representa apenas uma ramificação da arquitectura, num "aport" de diferentes saberes, tal como no projecto de edifícios em que colaboram engenheiros civis, engenheiros mecânicos, entre outros.

Com o exponencial crescimento das cidades, a partir do final do século XVIII elaboram-se planos de expansão urbana controlada com vista a requalificação das cidades através da identificação individual e quantificável de equipamentos colectivos necessários para cada bairro, ou seja, à problemática da habitação junta-se a necessidade de criar edifícios de serviços, erigidos através de iniciativa pública – cujo duplo objectivo é gerir com maior eficácia o crescimento das cidades e dos próprios bairros e, simultaneamente, enfatizar o poder administrativo. Os equipamentos sociais desempenham, portanto, um papel dinamizador dentro dos bairros, conferindo-lhes uma certa autonomia, mas não auto-suficiência, através da criação de várias redes intermediárias entre a população e o poder administrativo central.

Ao contrário do monumento, concebido como um marco único e diferenciável e cuja implantação é algo aleatória, o edifício civil assume uma tipologia identificável e obedece à morfologia da própria cidade através de uma sistematização formal e funcional notável a partir do início do século XIX, consequência da crescente necessidade de resposta ao surto demográfico galopante. A preocupação em controlar o crescimento populacional promove, assim, a transição da contida cidade-amuralhada – desactualizada e incapaz de racionalizar o espaço urbano através do descongestionamento das zonas insalubres, resultado da excessiva densidade intramuros – para a cidade contemporânea expansível – sem barreiras físicas, possibilitando a procura de novas áreas de desenvolvimento através, pelo menos teoricamente, do crescimento e expansão territorial ilimitada. Esta transformação profunda da cidade é algo inconsciente e enfrenta várias resistências, já que “anacronismos e ambivalências são os sinais mais evidentes desta delicada fase de transição em que os caminhos de projecto se bifurcam” (GRAVAGNUOLO, 1998: 35).

Numa época em que o poder administrativo assume de forma definitiva a sua preponderante posição social e o movimento Romântico redefine a primazia da individualidade e do sentimento em detrimento da razão, as grandes cidades europeias assistem, simultaneamente, à construção de

programas racionais¹² contiguamente a novos parques ou jardins¹³. A nova cidade ganha lentamente forma e promove ainda uma descentralização das habitações burguesas, dispersando-as pelas periferias, medida que se estende com maior vigor posteriormente às classes médias-baixas e aos bairros operários.

Nos umbrais do século XIX registam-se, portanto, duas transformações fundamentais para o futuro desenvolvimento urbano: a evidente tipificação dos edifícios públicos, que resulta da consolidação do poder estatal e da sua crescente iniciativa urbana; e a mudança da unidade residencial que dominava a cidade até então – as *villas* burguesas –, não só pela sua deslocação do centro para a periferia das cidades, mas também pela sua reformulação morfológica, cujo debate oscila nesta época entre o pitoresco e o carácter monumental.

05.3 As primeiras teorias urbanas do século XIX: os casos de Owen, Fourier e Cabet

O desenvolvimento, maioritariamente caótico e descontrolado, das cidades origina, então, uma observação e reflexão sobre esta. Este período inicial de consciencialização urbana colectiva, mais que formular soluções concretas e exequíveis para os problemas nas grandes metrópoles¹⁴, caracteriza-se pela crítica – mais ou menos objectiva – e identificação das várias deficiências enfrentadas pela sociedade industrial nas cidades coevas.

¹² Da autoria dos novos técnicos ligados ao aparelho estatal e cujas obras dinamizam o funcionamento da nova “máquina urbana”.

¹³ Projectados sobretudo por arquitectos, que se mantêm inicialmente fiéis ao interesse privado, só se libertando paulatinamente ao longo dos decénios seguintes.

¹⁴ A esmagadora maioria das propostas concretas perdem-se na utopia, não saindo do papel.

Apesar de reconhecerem na cidade o centro de todos os problemas, os intelectuais que se dedicam a estudá-la dividem-se em dois grupos bastante amplos: um primeiro grupo, de menor dimensão e de cariz sobretudo humanitário – composto maioritariamente por médicos, higienistas e classes religiosas –, limita-se a observar e descrever os fenómenos que ocorrem nas grandes cidades, compilando-os em dados estatísticos, que por sua vez servem, simultaneamente, como prova irrefutável das miseráveis condições de salubridade e como base teórica para a formulação de possíveis modelos de crescimento que possam ser usados para compreender o desenvolvimento urbano caótico e, consequentemente, definir estratégias futuras, mas sem nunca criticar ou refutar o modelo económico que gerava a cidade; já o segundo grupo, composto por vários pensadores, cuja visão da cidade é mais abrangente e complexa, critica por completo a cidade industrial coeva, que classificam “como um processo patológico e criam, para designá-la, as metáforas de cancro e de tumor” (CHOAY, 2005: 5).

Este segundo grupo, não obstante a reprovação feroz e convicta à cidade industrial e aos efeitos que esta produz na sociedade, abarca, no que diz respeito às soluções apresentadas, posições completamente distintas, inclusivamente opostas, consequência natural da polarização ideológica que marca esta época. Em suma, as principais diferenças entre os dois grupos resumem-se à postura quase contemplativa face aos problemas observáveis nas grandes cidades, à crítica exclusiva da falta de higiene como único factor responsável pela miséria vivida nos grandes centros urbanos e à ausência de propostas concretas e exequíveis por parte do primeiro grupo, enquanto o segundo adopta uma posição de repulsa face ao desenvolvimento descontrolado que caracteriza as primeiras cidades industriais, formula propostas – apesar do forte carácter utópico – em função dos problemas identificados e, sobretudo, faz uma crítica global à sociedade industrial, em todas as suas vertentes – social, económica, política –, constatando a sua complexidade através da rivalidade entre classes, da exploração humana na perspectiva de obter o maior lucro possível e dos vários conflitos de ordem

política.

A habitação representa, neste período, o maior problema das cidades, não apenas pelas suas condições deploráveis, mas acima de tudo pela sua escassez e cujo reflexo directo se traduz no crescimento descontrolado e ilegal de habitações precárias e insalubres, ocupadas sobretudo pelas camadas sociais mais pobres e desfavorecidas. Contudo, mais que a uma determinada classe social, os primeiros modelos que despontam nos primeiros decénios do século XIX – resultado da sua compreensão abrangente face ao problema social da época – dirigem-se a toda a humanidade. Contudo, estes modelos são, em certa medida, uma evolução dos aglomerados habitacionais, de carácter paternalista, emergentes juntos às áreas industriais ainda no final do século XVIII¹⁵.

Todavia, é com a implantação da indústria nas grandes cidades no século XIX que se difunde a ideia de realizar modelos económicos e funcionalmente perfeitos com o intuito de, através da combinação harmoniosa entre habitação e produção, assegurar, com um relativo grau de autonomia, a passagem competente da classe rural para o novo proletariado fabril e controlar a eficiência do seu trabalho. A questão da habitação operária¹⁶ no século XIX assume, portanto, uma grande importância, não apenas no campo arquitectónico – com várias propostas e, consequentemente, diversas variantes e conflitos –, mas também no campo social, onde os movimentos sociais emergentes rapidamente se opõem aos modelos paternalistas em defesa das classes operárias. Filósofo, político e economista, Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), não obstante não estar directamente ligado ao campo arquitectónico, relaciona-se directamente com a sua prática através da sua crítica veemente à

¹⁵ As habitações nascem simultaneamente de um apelo dos operários ao espírito filantropo do grande industrial e da crença deste na possibilidade de proporcionar melhores códigos éticos e comportamentais aos seus trabalhadores.

¹⁶ Dividida em duas categorias fundamentais após a análise comparativa do carácter supranacional das habitações populares: a grande habitação plurifamiliar e a pequena habitação unifamiliar.

propriedade, propondo ulteriormente a organização operária em grandes grupos – o associativismo – como forma de adquirir bens através de auxílios mútuos mas também com benefícios comuns. Este ideal cooperativista, cujo objectivo é a construção de habitações próprias, prolifera por toda a Europa, com o crescimento gradual da classe operária a partir do final do século XIX, estendendo-se ao início do século seguinte.

Robert Owen (1771-1858), reformista social galês, e Charles Fourier (1772-1837), socialista francês, são os primeiros teóricos a elaborar e difundir com sucesso as suas teorias urbanas¹⁷ – muito graças à capacidade de ambos formalizarem as suas ideias em imagens extraordinariamente icásticas –, aos quais se seguem Étienne Cabet (1788-1856) e Jean-Baptiste Godin (1819-1888), através “de autênticos *modelos* de conformação do espaço urbano, definidos meticulosamente até aos seus mais mínimos detalhes construtivos” (GRAVAGNUOLO, 1998: 65).

Para Owen, cuja obra coincide com os anos mais críticos de afirmação da revolução industrial inglesa, é o ambiente social que modifica, para o bem e para o mal, o homem e toma por isso, com base no seu conhecimento pessoal da miséria vivida pelo proletariado¹⁸, diversas medidas na New Lanark, fábrica de fiações que detém na Escócia, nas primeiras décadas do século XIX: limita o recurso ao trabalho infantil, bastante comum na época, defendendo a escolaridade obrigatória para todas as crianças; reduz o horário de trabalho; melhora significativamente as condições de trabalho e de alojamento dos seus trabalhadores; institui serviços de assistência; e dota a fábrica de uma rede sanitária e de equipamentos comuns – cozinhas, cantinas e áreas recreativas. Estas medidas reflectem, o que na sua óptica, deve ser uma fábrica: um veículo de bem-estar, de elevação moral e

¹⁷ Para a formulação dos primeiros modelos urbanísticos-sociais muito contribui a obra *Utopia* de Thomas More (http://www.forgottenbooks.org/info/Utopia_1000059107.php).

¹⁸ Classe social cuja força do seu trabalho constitui a sua mais valia e em posição diametralmente oposta à sociedade capitalista.

emancipação social, ao invés do tradicional local cujas condições de trabalho são miseráveis e onde se explora o trabalho feminino e infantil. Com esse intuito em mente, Owen desenvolve as suas teorias sociais, onde se destaca a procura de um modelo urbano “ideal, higiênico, ordenado e criador: pequenas comunidades semi-rurais de 500 a 3.000 indivíduos, federadas entre si” (CHOAY, 2005: 62). Contudo, o desenvolvimento das suas teorias torna-as, com o passar do tempo, mais radicais¹⁹, factor que inviabiliza a desejada concretização do seu modelo na Europa, levando Owen a partir em 1824 para o continente americano. Nasce assim, em 1825, a comunidade de New Harmony, no Indiana, que, apesar de conquistar o interesse e o apoio de grande parte da camada operária, não convence as entidades patronais e detentoras do poder económico e social. Owen edifica ainda comunidades no México e, posteriormente, na Grã-Bretanha, onde acaba por regressar em 1829.

De forma quadrada e composto por diversos núcleos, Owen procura, através do seu modelo, conceber uma “máquina de multiplicar a eficiência física e o bem-estar moral” (OWEN in GRAVAGNUOLO, 1998: 65). Os edifícios públicos, dispersos pelo pátio, abarcam jardins-de-infância, escolas, bibliotecas, salas de conferências, espaços dedicados ao culto, cozinhas e refeitórios para além do espaço exterior arborizado, dedicado ao exercício e lazer. Já os espaços de carácter privado distribuem-se pelos quatro braços que conformam o pátio: as habitações *standard* – constituídas por quatro divisões espaçosas idealmente concebidas para um casal com dois filhos –, juntamente com as habitações excepcionais – destinadas a médicos, professores ou aos regentes comunitários –, ocupam três alas; no quarto braço encontram-se dormitórios infantis – onde os casais com mais de dois filhos podem deixar as crianças –, as habitações dos vigilantes, uma enfermaria e uma hospedaria para

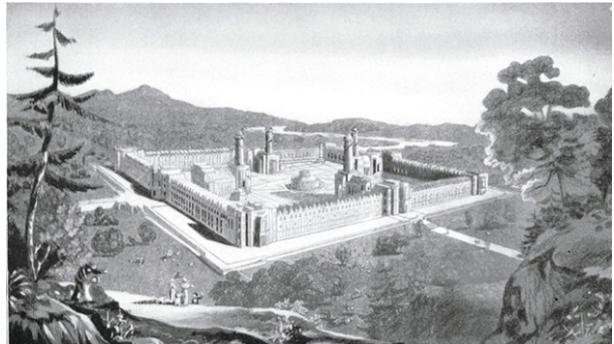
¹⁹ Críticas à religião e à família, valores fundamentais para a maioria do proletariado e população em geral, resultam na drástica diminuição do apoio que ganha inicialmente junto das camadas que se preocupam e reflectem sobre as condições sociais do proletariado.



02. Complexo industrial de New Lanark, propriedade de Owen e palco pioneiro da aplicação das suas teorias sociais.



03. Vista do conjunto de New Lanark e sua envolvente.



04. Projecto idealizado por Owen no início do século XX para New Harmony nos Estados Unidos da América.

pessoas exteriores à comunidade. Todos os edifícios ligados à produção e ao labor – indústrias, matadouros, estábulos, campos agrícolas – encontram-se fora do quadrilátero, separados por jardins e estradas que fazem a ligação entre o exterior e o interior da comunidade.

Owen é o primeiro a defender o valor do trabalho como único factor produtivo meritório de remuneração, isto é, como veículo da harmonização social e como única medida fiável de valor, devendo por isso o fruto total do trabalho ser distribuído na íntegra pela comunidade operária. Toda a estruturação da comunidade – desde as actividades fabris e agrícolas aos espaços de lazer e de culto – idealizada por Owen tem como objectivo criar uma sociedade perfeita ao nível da eficiência produtiva e elevação moral, onde é eliminada toda e qualquer consequência negativa comum na cidade industrial – miséria, pobreza, insalubridade, doença – através de uma gradual aquisição de terrenos²⁰, passíveis de receber novas comunidades e cujo resultado é o aumento do valor da terra e do trabalho em detrimento da descida de preço dos produtos, que passam a tornar-se acessíveis a todos. Apesar de todos os esforços envidados por Owen, a comunidade de New Harmony é desfeita em menos de três anos, isto porque o princípio utópico da unificação colectiva através do trabalho revela-se extremamente racional e antitética face à vivência real comum, faltando uma crença realmente unificadora e identificável por toda a comunidade, como as crenças religiosas que Owen recusa e repudia completamente.

Charles Fourier desenvolve nos seus ensaios teóricos uma análise abrangente, na qual critica primeiramente o comércio e a especulação, que considera as principais fontes da exploração e miséria difundida por toda a sociedade para depois, consequentemente, censurar os males provocados pelo egoísmo humano. Não obstante crer na resolução organizativa laboral como forma de alcançar a máxima produtividade²¹ e fundamentar a sua teoria, à semelhança de Owen, na importância do trabalho

²⁰ Por parte dos detentores do poder administrativo.

²¹ Exponente da exploração das paixões humanas e nunca resultante de uma visão estritamente económica e comercial.

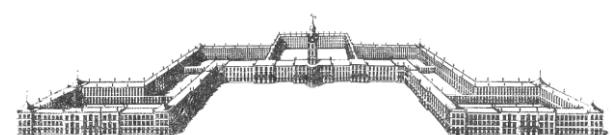
– base de bem-estar, auto-realização e fonte de alegria para o Homem –, Fourier estende a sua crítica ao seu contemporâneo britânico, pois considera que este não cumpre na prática a promessa do associativismo e do progresso que preconiza na teoria, mas, sobretudo, porque defende a irredutível individualidade e as paixões de cada espírito humano, ao contrário do modelo socio-igualitário de Owen. O socialista francês acredita que a igualdade destrói o talento e a capacidade económica²², apesar de elaborar medidas que impedem a concentração e uso da riqueza como instrumentos de domínio, repressão e destruição dessa mesma individualidade. A desagregação social é bem visível para Fourier sobretudo nos países desenvolvidos, como a Inglaterra, onde ao invés da atracção, reina o caos e a coerção do sistema fabril moderno, que “escraviza” os seus trabalhadores através da dependência salarial destes. É por este motivo que Fourier defende a mecânica das paixões como saída à civilização caótica e entrada no período harmonioso²³ da vida colectiva e do associativismo, ou seja, a cooperação e desenvolvimento de todas as virtudes humanas com vista à unidade social, em direcção a um mundo em que, sem a mediação de sistemas jurídicos ou de outros modos normativos, deixa de existir o paradoxo entre ordem e liberdade, conceitos sinónimos para Fourier, ao contrário do que sucede na sociedade coeva, onde muitas vezes a liberdade é vista como antítese da ordem.

O modelo concebido por Fourier sofre grandes transformações²⁴ até chegar ao “falanstério”,

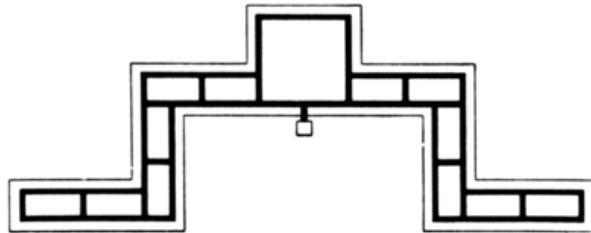
²² Cada ocupação deve ser remunerada consoante a importância, destreza e dificuldade inerentes a cada função.

²³ Ver períodos civilizacionais de Fourier *in CHOAY*, 2005: 11.

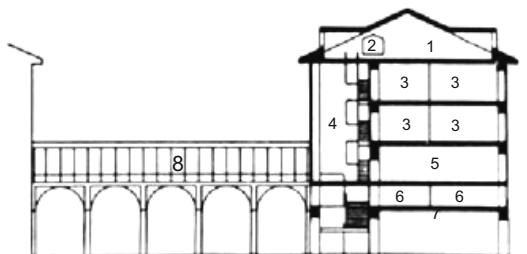
²⁴ Inicialmente a cidade de Fourier divide-se em três anéis concéntricos – a cidade no centro, as fábricas e as avenidas respectivamente – de dimensões e densidades construtivas dispares, onde os espaços exteriores, sem obstáculos físicos e em forma de patios ou jardins, assumem um papel importante e as habitações são idealmente isoladas. Contudo, os princípios de isolamento e proporções ideais entre as dimensões dos edifícios e as ruas não se compadecem com a construção de habitações unifamiliares isoladas devido aos elevados custos económicos e à área necessária, pelo que Fourier opta por conceber um edifício de grandes dimensões, onde as condições de vida e salubridade são mais facilmente asseguráveis.



05. Esquema do falanstério idealizado por Fourier.



06. Planta esquemática onde estão representadas as ruas interiores do falaanstério.



07. Corte esquemático do Falaanstério:

1. Sótão com quarto de hóspedes;
2. Reservatório de água;
3. Quartos;
4. Rua interior;
5. Sala comum;
6. Espaço comercial;
7. Piso térreo de circulação de viaturas;
8. Rua coberta.

uma comunidade socialmente organizada e economicamente auto-suficiente, dotada de tudo o que é necessário para a vida comunitária, numa síntese entre a cidade e o campo – existem quintais, hortas, pomares, estábulos onde se criam animais como base de sustento da comunidade – que alberga um máximo de 1.600 habitantes e é liderada por um dirigente eleito. Todavia, o grande obstáculo à concretização de comunidades a grande escala é, como constata Owen, a concepção prevalente da propriedade simples sobre a composta, isto é, do interesse individual em detrimento do bem comum.

Cada falaanstério estabelece uma recíproca colaboração com outras falanges, pelo que o resultado da teoria de Fourier assenta em bases cooperativistas, onde cada habitante deve contribuir, para além do seu trabalho como na comunidade de Owen, com os seus capitais, recebendo em troca assistência e segurança juntamente com a comparticipação dos lucros comuns. As falanges espelham na perfeição o paradoxo entre o método racional e o sentimento da individualidade: por um lado representam uma ruptura absoluta face às construções do passado, integram o meio campestre no seu ideal urbano e, acima de tudo racionalizam e sistematizam a disposição dos espaços conforme as actividades; por outro, difundem a procura da satisfação pessoal como último objectivo e recusam o conceito de família²⁵.

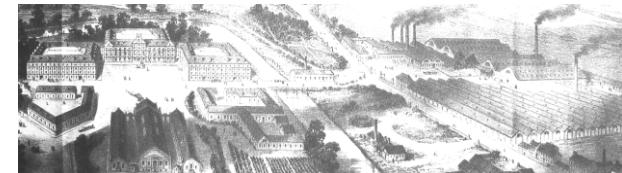
As falanges surgem portanto como um corte radical face às construções coevas, diferindo de todas as construções, urbanas e rurais, pela sua dimensão, qualidade e regularidade. Inicialmente, a dimensão dos inúmeros espaços que compõem o falaanstério não é totalmente determinada, pelo que Fourier defende que as primeiras experiências práticas sejam executadas usando materiais económicos. No centro do complexo situam-se as actividades mais calmas, como os refeitórios, biblioteca, templo, salas de estudo e o observatório, enquanto as actividades de maior tumulto –

²⁵Diferença principal entre a cidade radiante de Le Corbusier projectada entre as décadas de 20 e 30 do século XX e o falaanstério, exemplo tangível do fascínio exercido pelas utopias oitocentistas sobre a obras do século XX, como a de Corbusier.

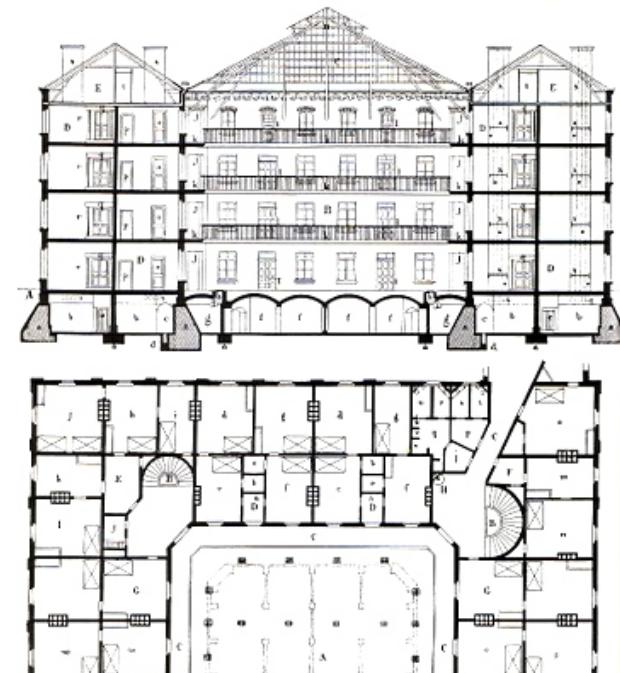
serralharia ou carpintaria por exemplo – localizam-se numa das alas, evitando assim uma das grandes problemáticas da cidade contemporânea: a ausência de separação entre as diferentes funções quotidianas. Na outra ala encontra-se a hospedaria, juntamento com inúmeros espaços dedicados aos visitantes, impedindo a sua intromissão na vida dos residentes da falange. As ruas são por sua vez substituídas por ruas-galeria no primeiro piso, ligadas a cada um dos corpos da habitação, cada um composto por uma fila dupla de quartos.

Devido à ausência de recursos económicos, Fourier acaba por não conseguir edificar em vida as suas teorias socialistas, apenas alcançadas em 1859 pelo seu discípulo Jean-Baptiste Godin (1819-1888) que desenvolve, após a morte de Fourier, os ideais do seu mestre, fundando com sucesso em Guise uma versão aperfeiçoada do falanstério: o familištério. Godin ergue três blocos de habitações – capazes de albergar no total 1.500 habitantes –, cada um deles dotado com um grande pátio central que substitui as ruas-galeria idealizadas por Fourier como espaço comum. O familištério, em continuidade com o falanstério, promove o relacionamento – através da proximidade de várias infra-estruturas como bibliotecas ou escolas – entre todos os habitantes como factor importante e positivo para uma sociedade mais desenvolvida moral e culturalmente. Esse relacionamento é igualmente alcançado através da libertação dos habitantes dos afazeres quotidianos²⁶, potenciando uma maior dedicação às actividades produtoras e um crescente usufruto do espaço público – entre pátios e jardins –, cujo principal intuito é facultar o livre acesso ao ar e à luz. Já a habitação operária ganha igualmente importância dentro da vida comunitária, isto porque apenas um espaço agradável, tranquilo, acolhedor e cómodo permite a cada habitante preocupar-se menos com a sua vida pessoal e mais com a comunidade.

Godin tem ainda um papel pioneiro no campo da protecção social, com a criação de caixas de



08. Familištério de Godin (à esquerda) e a sua relação com a fábrica (à direita) em Guise.



09. Planta e corte-alçado do Familištério de Godin.

²⁶ Questão retomada posteriormente por Le Corbusier na Unidade de Habitação de Marselha.



10. Vista exterior do complexo de Guise.



11. Pátio interior do familištério.

segurança para os operários, as quais asseguram uma protecção contra acidentes laborais e uma reforma a partir dos 60 anos – medida que se torna posteriormente comum –, o que revela claramente a sua preocupação social, daí que o seu familištério seja igualmente intitulado de “Palácio Social”.

Étienne Cabet teoriza em meados do século XIX uma organização comunitária social e política ideal, influenciada pelas ideias tanto de Owen como de Fourier, através da imaginária *Voyage en Icarie*, cidade onde o autor pré-anuncia a corroboração tipológica e a estandardização dos componentes construtivos, questões centrais nas posteriores estratégias de intervenção pública na construção residencial.

Icaria é, à semelhança dos modelos anteriormente referidos, uma consequência da revolução industrial, da qual resultam diversos princípios como a racionalização, a higiene, a hierarquização, a eficiência e o rendimento, princípios estes importantes o suficiente para justificar, na perspectiva de Cabet – em clara oposição com os ideais de Fourier e radicalizando os de Owen –, meios coercivos e repressores.

A cidade de Cabet assume um carácter claramente imaginário, com a existência de um rio cujo percurso, unificado e rectilíneo, funciona como eixo principal na organização espacial urbana até bifurcar, de forma natural, no centro da cidade, dando origem a uma grande e monumental praça central circular arborizada, onde emerge um palácio com um terraço ajardinado. As ruas – amplas, rectas e cobertas parcialmente para proteger os transeuntes da chuva e calor em excesso, mas sem privação da luz natural – ora são paralelas ou perpendiculares ao curso fluvial, estabelecendo com ele uma relação directa e imediata.

Fiel aos princípios inerentes à revolução industrial, Cabet concebe uma estrutura espacial hierarquizada, segundo a qual dispõe os diferentes edifícios: o cais é imponentemente ocupado, em ambas as margens, pelos grandes monumentos; a rua, para além das habitações, é pontuada no início, centro e fim por edifícios públicos, cuja escala atribui uma certa identidade e monumentalidade a cada

via; já as fábricas, os hospitais, oficinas e todos os espaços insalubres são deslocados do centro da cidade, junto a praças arejadas ou em pequenos polos, completamente fora da cidade.

Numa perspectiva muito semelhante à de Owen, Cabet defende uma habitação igualitária para todas as famílias, pelo que procura aplicar nos bairros os princípios da racionalização e estandardização, simultaneamente através da continuidade morfológica da fachada e da concepção de um modelo único, funcional e universalmente aplicável. Cada família é então alojada numa habitação cuja dimensão é atribuída pela variação do número de janelas voltadas para a rua em função da dimensão do agregado – a três, quatro e cinco janelas correspondem, respectivamente famílias até doze, vinte e cinco e quarenta elementos, enquanto agregados de maiores dimensões partilham duas casas contíguas, com ligação interna entre elas.

Para além do princípio da igualdade, Cabet vislumbra na estandardização dos componentes construtivos uma vantagem colossal para o crescimento urbano, graças à produção em grande escala de todas as peças constituintes de uma cozinha, uma habitação ou uma cidade inteira²⁷. Todas as habitações têm um total de seis andares: um subterrâneo, onde são armazenados diversos tipos de produtos; o piso térreo, composto por uma instalação sanitária, um espaço de refeição, uma cozinha e as respectivas dependências, um espaço de trabalho para homens e outro para mulheres, um pequeno pátio e um jardim; no primeiro piso encontra-se um grande salão; e os restantes correspondem aos dormitórios²⁸. Apesar da clara oposição ao repúdio pela espiritualidade e pelo culto, o funcionamento estrutural comunitário de Cabet assemelha-se mais ao da proposta de Owen, isto porque baseia-se e

²⁷ Cabet abre caminho para o que mais tarde seria o Taylorismo e umas das questões centrais no urbanismo moderno e que só mais tarde volta a ser pensada por Le Corbusier.

²⁸ Cada habitação é sobretudo um conjunto de dormitórios servidos pelo número mínimo de espaços comuns, daí o nome de comuns.



12. Plano geral de Ícaro em Nauvoo.

defende o conceito de igualdade como forma de favorecer a produtividade: os habitantes vivem em dormitórios comuns, com partilha do espaço de estar e de comer; todas as famílias dispõem de duas divisões iguais, identicamente mobiladas; as crianças frequentam todas a mesma creche, como complemento à educação parental; e as funções são equitativamente divididas por todos.

A derradeira semelhança entre os ideais de Cabet e os de Fourier e Owen prende-se com o insucesso prático do seu modelo, apesar das diversas tentativas de Cabet em concretizar comunas à imagem de Icaria junto de emigrados europeus nas comunidades na América – Icaria de Texas em 1848, Icaria Nauvoo de Illinois no ano seguinte e a Icaria de St. Louis, última tentativa antes da morte do autor em 1856.

05.4 Os grandes ensaios urbanísticos: os planos de Haussmann e de Cerdà

Com o desenrolar da industrialização, vários factores de desequilíbrio convergem na aceleração extraordinária do desenvolvimento das grandes cidades: o forte crescimento demográfico, fruto da melhoria das condições higiénicas e alimentares, eleva as preocupações com a segurança e higiene; o derrube dos obstáculos físicos que “estrangulam” as cidades desde a época medieval, as muralhas, como consequência das mudanças nas técnicas de defesa bélica; a concentração urbana da força de trabalho graças à extensão do modo de produção industrial; e a atracção social da vida metropolitana exercida sobre várias camadas da população. Este desequilíbrio traz novas questões projectuais de carácter social ao debate arquitectónico impelindo, por isso, as grandes cidades europeias a um ajustamento às novas necessidades, implícitas no salto de escala do fenómeno urbano coevo. O conflito entre os interesses privados e públicos²⁹ agravam ainda mais a questão da habitação,

²⁹ Já revelados por autores como Owen, Fourier ou Proudhon.

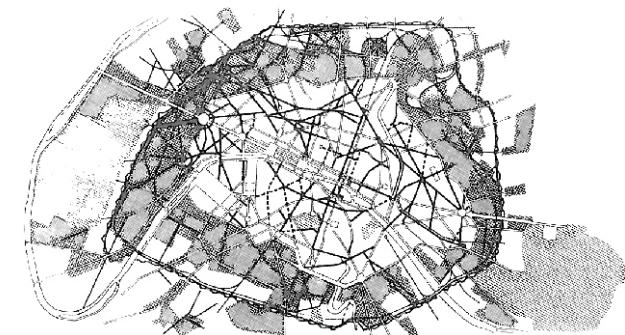
um dos problemas de resolução mais complexa à escala global a partir de finais do século XVIII.

As pontuais obras de requalificação dos tecidos urbanos – através de meros “embelezamentos” e/ou uma equilibrada difusão de edifícios públicos – são substituídas, não obstante a dificuldade inicial em erradicar o apego à imagem da cidade medieval, pela ideia moderna da grande metrópole totalmente industrializada, cujo funcionamento é entendido como uma máquina e onde a rede de infra-estruturas – ruas e equipamentos – assumem a supremacia hierárquica, isto é, a arquitectura passa a ser subordinada aos eixos viários e os monumentos medievais, que nas cidades antigas dominam a cidade através das grandes praças, são reduzidos a “objectos estranhos”, à margem da restante malha urbana.

A passagem da cidade medieval para a cidade industrial – inevitável nas cidades europeias mais antigas como Londres ou Paris – passa por um duplo e simultâneo movimento centrípeta e centrifugador: os equipamentos civis, administrativos e de serviços são atraídos para o centro urbano enquanto as habitações operárias, as grandes fábricas e os equipamentos menos “nobres”, tais como prisões, manicómios, cemitérios ou matadouros, são afastados para zonas periféricas.

A cidade onde se opera a primeira grande transformação urbana é Paris que, à semelhança de Londres, não se encontra preparada para as grandes vagas migratórias provenientes dos meios rurais e para o rápido desenvolvimento industrial, com consequências nefastas nos campos económico, social e cultural. Após destituir a segunda república francesa e proclamar um novo regime imperialista, Napoleão III vê nas novas necessidades urbanas uma oportunidade para, além de glorificar o estatuto de Paris perante todo o mundo como uma cidade moderna e digna de ser a capital do seu império, garantir a sua soberania e segurança, erradicando as ruas estreitas e sinuosas e os bairros encerrados sobre si próprios, característicos da cidade medieval e que favorecem as revoltas populares e dificultam uma eficaz repressão por parte do poder estatal.

Nomeado pelo imperador, Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) toma partido das



13. Planta com intervenções operadas por Haussmann em Paris, onde representa as novas ruas, que delimitam uma quadrícula em que se inserem as novas áreas de expansão da cidade e os novos parques e jardins.



14. Avenida dos Campos Elísios.

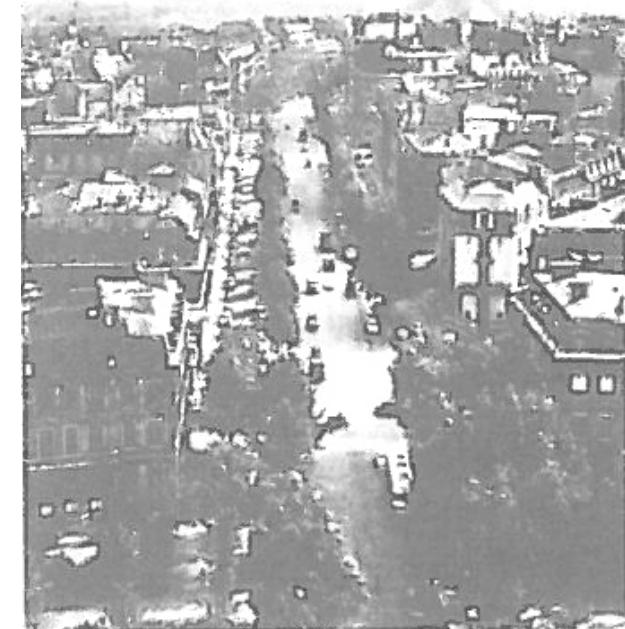
preocupações políticas de Napoleão para pôr em prática um plano que visa a transformação, profunda, a grande escala e ambiciosa, da cidade e cujos principais objectivos são: a criação de um mecanismo legal e económico que simultaneamente viabiliza as obras públicas e potencializa o valor das rendas do solo, o que favorece os interesses da abastada classe burguesa; a ocupação do maior número possível de trabalhadores na construção das obras públicas, como forma de conter o seu crescente desagrado com as dificuldades sociais e laborais que enfrentam quotidianamente; a estruturação da cidade através de um sistema viário radial, com ruas rectas e subdividido em vários anéis que ligam todos os bairros e estações férreas; a demolição dos edifícios de traço medieval do centro da cidade e substituí-los por residências burguesas, por espaços comerciais ao longo das ruas e por edifícios públicos – como escolas, mercados, hospitais, quartéis ou prisões –, necessários ao enaltecimento do Estado e valorizados através do traçado das praças e avenidas; a organização de um sistema coercivo, encimado pela polícia, para o controlo de áreas problemáticas, sobretudo as ocupadas pelo proletariado, deslocados para os subúrbios industriais; tirar partido dos avanços científicos para modernizar a cidade com redes infra-estruturais – sanitárias, de abastecimento de água, de luz e de transportes públicos; requalificar e criar novos espaços ajardinados, distribuídos e consolidados à escala de uma grande metrópole; e, por último, a criação de um pano de fundo uniforme que confere uma imagem homogénea a partir da rua.

Haussmann procura, portanto, enobrecer o ambiente da nova cidade moderna através da geometrização de amplas e extensas ruas arborizadas – os boulevards –, marcadas cada uma por um monumental edifício público moderno, pela regularidade das fachadas – onde a individualidade se perde em detrimento de uma homogeneidade –, pela densidade do tecido comercial e pela linearidade e prolongamento das árvores e do mobiliário urbano – quiosques, bancos ou postes de iluminação –, que pontuam o espaço exterior em constante mutação graças à circulação permanente de transeuntes e veículos. Assim, o sistema viário, como principal componente do plano director, adquire um papel

fundamental na Paris de Haussmann, pois é, simultaneamente “condutor de instalações (luz, água, rede de esgotos), colector de tráfegos (pedonais e veiculares) e condensador de encontros sociais [desempenhando] a função hegemónica do traçado regulador da fenomenologia metropolitana” (GRAVGNUOLO, 1998: 44).

Contudo, não obstante as ambiciosas pretensões de Haussmann, o alcance do seu plano fica aquém das expectativas do autor, isto porque encontra diversos obstáculos que dificultam a sua total aplicação: o centro da cidade medieval, bastante consolidado e agregador de estruturas ligadas ao poder local e ao comércio – que impedem a sua demolição –, encontra-se fora da escala idealizada para uma grande metrópole; a fraca organização das estruturas funcionais – comércio, indústria e habitação; a falta de controlo do desenvolvimento das áreas urbanas periféricas, cujo crescimento é caótico e desprovido de qualquer hierarquização das diversas funções; e, finalmente, a contínua especulação económica e liberdade construtiva do sector privado, incapaz de esperar pela morosa reestruturação urbana e cujo único interesse é rentabilizar ao máximo a ocupação do solo. Friedrich Engels (1820-1895) defende e refere as dificuldades da transformação parisiense na sua obra *Zur Wohnungsfrage* – A questão da habitação – de 1872, afirmando: “por Haussmann entendo (...) a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, especialmente nos de localização central nas nossas grandes cidades, quer essa prática seja seguida por considerações de saúde pública e de embelezamento ou devido à procura de grandes áreas comerciais centralmente localizadas ou por necessidades do trânsito, tais como vias-férreas, ruas, etc. O resultado é em toda a parte o mesmo, por mais diverso que seja o pretexto: as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato mas... ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e frequentemente na vizinhança imediata” (ENGELS, 1873:41).

Em 1870, dezassete anos após ter iniciado a reformulação de Paris, Haussmann é, a par do imperador Napoleão III, destituído das suas funções. No entanto, ao longo da segunda metade do

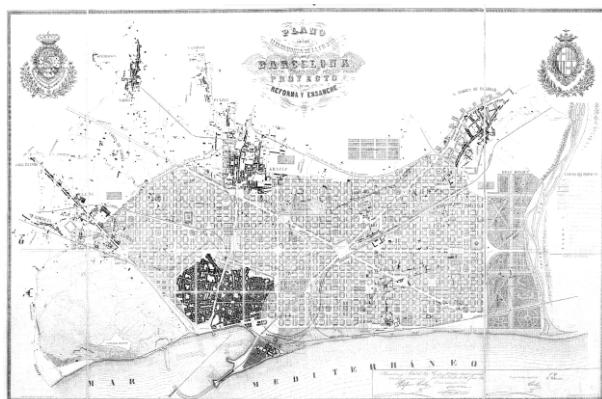


15. Avenida d'Léna onde ao fundo se pode ver a Torre Eiffel.

século XIX, a nova Paris ultrapassa o “mediatismo” de Londres e passa a ser vista por toda a Europa como o novo paradigma urbano e modelo a implementar. Todavia, a aplicação do plano parisiense não é completamente exportável, isto porque em mais nenhuma cidade europeia convergem as várias premissas que se reúnem em Paris –, o contexto social e político muito particulares, a frieza e capacidade de decisão de Haussmann e conivência de um regente como Napoleão III –, pelo que a sua aplicação em outras cidades reflecte-se apenas em pequenas propostas e só raramente se traduz em intervenções de alguma dimensão.

Outra cidade europeia alvo de profundas transformações em meados do século XIX é Barcelona, cuja muralha medieval impedia o natural e necessário crescimento urbano, resultando numa densificação preocupante intramuros e na comunicação inexistente com a área exterior circundante. Já em 1841 defensores da corrente higienista – sobretudo médicos – propõem o derrube das muralhas como única forma de melhorar a cidade e dotá-la das infra-estruturas necessárias para fazer frente à nova sociedade industrial. Contudo, este debate arrasta-se por mais de uma década – ao longo da qual as condições de salubridade da cidade medieval se agravam profundamente –, com muitos avanços e recuos resultantes de uma troca de argumentos entre o poder central e municipal até à decisão de derrube oficial³⁰ em 1854.

Segue-se um novo período de indecisões e disputas entre os poderes políticos sobre qual a melhor solução para a expansão de Barcelona que termina 1860 com execução do plano elaborado por Ildefonso Cerdà (1815-1876) por ordem do governo central. Cerdà, engenheiro catalão, é inicialmente encarregado de proceder ao levantamento topográfico de uma extensa área extramuros não edificada em 1855, enquanto desenvolve simultaneamente, e por iniciativa própria, uma profunda análise estatística às condições de vida na cidade intramuros. No ano seguinte chega à conclusão de que a



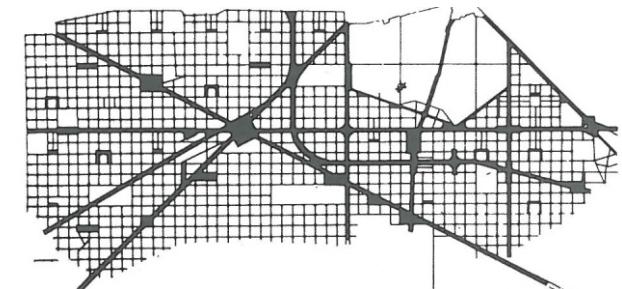
16. Planta esquemática da proposta de Cerdà para Barcelona.

³⁰ Salvaguardando contudo o troço amuralhado marítimo e a cidadela

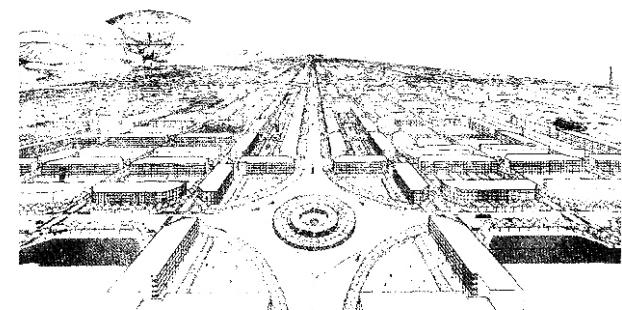
cidade não se encontra preparada para uma nova civilização assente nas grandes inovações técnicas consequentes da industrialização, tal como a energia a vapor ou o grande incremento da mobilidade e da comunicação, mas apenas em 1859, ano em que publica a obra “Teoria da Construção de Cidades”, o governo central ordena que Cerdà teste os seus estudos e ideias³¹.

Contudo, o governo municipal não aceita a escolha de Cerdà e abre um concurso público, onde é declarado vencedor o projecto da autoria de Antoni Rovira – cujo projecto, à semelhança dos outros a concurso, evidencia uma menor densidade construtiva, numa clara obediência aos objectivos burgueses de reforçar a segregação social, à imagem do que Haussmann promove em Paris – em detrimento da proposta apresentada por Cerdà, apenas legitimada e executada em 1860, culminando um moroso processo que dura quase duas décadas. O objectivo primordial passa, então, por ampliar e expandir a área edificável da cidade, crescimento impossibilitado ao longo de várias décadas pela presença das muralhas medievais e, concomitantemente, melhorar as condições de salubridade, dramaticamente enfatizadas pelo generalizado surto demográfico advindo da industrialização. A salubridade é, aliás, uma questão fundamental no pensamento de Cerdà após a análise estatística que elabora entre 1855 e 1856, sobretudo nas habitações, numa época em que se torna comum o convívio de três gerações distintas no mesmo espaço, pelo que a privacidade e a presença constante de luz natural e circulação de ar tornam-se ainda mais essenciais e indispensáveis.

Cerdà, através dos seus pioneiros estudos sociológicos anteriores estima detalhadamente a quantidade necessária de equipamentos colectivos a distribuir por toda a cidade, pelo que clarifica com grande simplicidade a organização espacial proposta no seu plano: as ruas, espaço público de

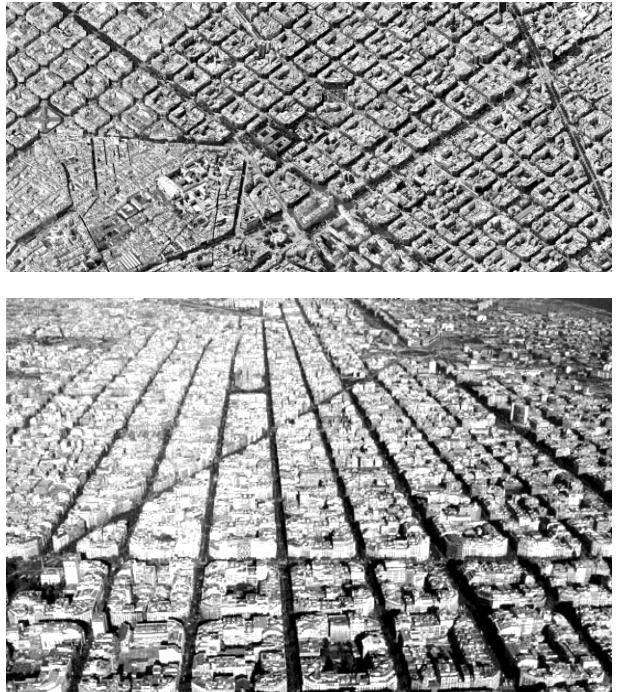


17. Esquema hierárquico onde se estabelece a relação entre os quarteirões e as grandes vias de comunicação.



18. Perspectiva da proposta de Cerdà.

³¹ Aprofundados ao longo dos anos seguintes com a “Teoria da Viabilidade Urbana e a Reforma de Madrid”, de 1861, a “Teoria do Enlace do Movimento das Vias Marítimas e Terrestres”, em 1863, e, sobretudo, a “Teoria Geral da Urbanização” em 1867, considerada uma obra pioneira e fundadora do termo e ciência denominados até hoje como “urbanismo”



19. e 20. Vistas aéreas sobre a cidade de Barcelona.

encontro e reunião, promovem a mobilidade e suportam as infra-estruturas – água, saneamento, gás, iluminação – e acolhem a arborização e o mobiliário urbano; e os blocos ou quarteirões, espaço privado, são agrupados em doze bairros onde se combinam os edifícios plurifamiliares – e públicos – com espaços exteriores ajardinados, através dos quais todas as habitações recebem sol, luz natural e a ventilação reivindicada pelos movimentos higienistas. Cerdà, que no início da sua “Teoria Geral da Urbanização” (GRAVAGNUOLO, 1996: 60) defende o equilíbrio entre os benefícios urbanos e rurais, “anuncia assim a cidade radiante, isto é, o princípio da estreita integração da alta densidade de habitação com os amplos espaços verdes” (GRAVAGNUOLO, 1996: 57) – posteriormente desenvolvida e difundida sobretudo por Le Corbusier.

Cerdà interessa-se igualmente pela ideia de mobilidade, ao estipular, à semelhança de Haussmann em Paris, amplas vias de circulação, incomuns para a época, não só pelos mesmos motivos de ordem militar e higiénica invocados na grande metrópole francesa³², mas também a pensar na futura motorização dos veículos, incorporando também vias ferroviárias que ligam a cidade. Já os quarteirões, dispostos sobre uma grelha regular³³ de crescimento teoricamente ilimitado graças à presença interna dos espaços verdes e de serviços³⁴, assumem um carácter matemático e científico que se reflecte numa forma geométrica, simples e precisa – um quadrado com cerca de 113 metros de aresta e cujos vértices são chanfrados a 45º³⁵ –, destacando, sem sobrevalorizar, a solução formal

³² Durante todo o século XIX, e também no século XX, torna-se frequente o recurso às calamidades naturais e desgraças higiénicas como catalisadores que fundamentam os processos de transformação urbana operados pelo poder administrativo local, patente sobretudo no exemplo de Haussmann e nos seus ideias.

³³ Baseada no plano de Hipodamo de Mileto.

³⁴ Não é necessário quebrar a métrica para introduzir espaços verdes ou edifícios de serviços.

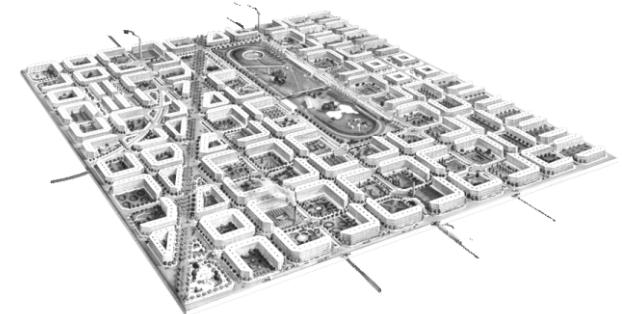
³⁵ O chanfro dos quarteirões é justificado pelo autor com o tráfego motorizado nos cruzamentos, isto porque simultaneamente promove a visibilidade e liberta espaço.

adoptada, que distingue a Barcelona de Cerdà de qualquer outra cidade europeia.

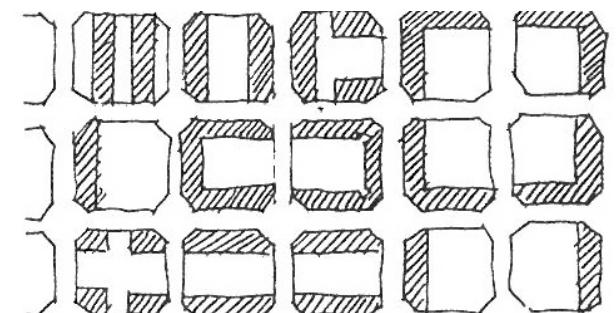
Dentro do quarteirão, Cerdà propõe dois modelos básicos para a disposição dos edifícios: no primeiro os blocos situam-se em lados opostos do quarteirão, formando um “corredor” ajardinado, tão extenso quanto maior a sucessão desta solução; e na segunda alternativa, os blocos unem-se em forma de “L” em lados adjacentes do quarteirão, com a possibilidade de formar, ao dispor quatro bairros convenientemente, um grande quadrado encerrado por um grande jardim, subdividido em quatro, de menores dimensões, intersectado no centro por duas ruas perpendiculares.

Apesar da aparente desunião entre a expansão proposta por Cerdà e o centro histórico, a malha ortogonal regulariza a cidade medieval e promove a equilibrada distribuição das estruturas funcionais – parques, serviços, indústrias, comércio e habitações – enquanto as amplas ruas permitem a circulação de transportes e o aumento das condições de higiene, tanto no espaço exterior, como no interior dos edifícios, através da exposição solar e circulação do ar.

Ao contrário do favorecimento social patente no projecto de Haussmann em Paris, a homogeneidade formal alcançada por Cerdà, na procura dos requisitos – muitas vezes contraditórios – inerentes a uma sociedade e cidade complexas, advém da procura simultânea pelos princípios da igualdade – não coercivo como o de Owen ou o de Cabet –, e da liberdade – não obstante a métrica urbana rígida existe uma variação formal nos quarteirões e, sobretudo, uma liberdade individual, independentemente da classe social, apesar da existência de um poder administrativo reconhecível –, alcançando um visão global da cidade, em detrimento da fragmentação ideológica característica das cidades utópicas.



21. Maquete de um troço do plano de Barcelona.



22. Esquisso das variações nos blocos que compõem o plano de Cerdà para Barcelona, contemplando inúmeras variações adaptáveis à cidade.



06.0

A POLARIZAÇÃO DOS MODELOS URBANOS: A CIDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

06.1 Da utopia à prática: a consciencialização da concepção urbana

À entrada do século XX, a cidade – principal fonte analítica de um pensamento ininterrupto ao longo da milenar civilização humana –, e as suas transformações espelham na perfeição a evolução volátil da sociedade industrial. Neste período, a problemática da cidade passa a ser entendida, na sua essência, como uma análise crítica de carácter científico e não como sinónimo de uma visão global e politizada da sociedade, diminuindo o interesse de teóricos de diversas áreas fruto do decrescente carácter socialmente intervventivo. A cidade passa a ser objecto de estudo exclusivo dos especialistas urbanos, maioritariamente arquitectos e, como consequência desta “especialização”, as novas ideias passam a barreira da mera teoria utópica, assumindo um carácter físico, construtivo e exequível. Contudo, devido às complexas estruturas económicas e políticas características da sociedade industrial, as propostas no início do século XX não perdem por completo uma dimensão utópica.

O processo intelectual da construção da cidade, agora muito mais restrito que durante o século XIX, passa a incorporar um procedimento auto-analítico consciente, cujo objectivo passa por encontrar, na evolução histórica da arquitectura e/ou nas novas cidades, a essência da construção do espaço urbano, para lá dos instrumentos e técnicas inerentes a cada período. Este esforço perceptivo, que é no fundo o âmago da arquitectura, seja qual for a sua época, representa a importância da evolução civilizacional e cultural urbana, não como recusa da inovação – incontornável na sociedade industrial –, mas sim como “transmissão de um conjunto de experiências de uma geração a outra, que não só permite como que implica a reelaboração dos sistemas herdados” (GRAVAGNUOLO, 1998: 216).

O aprofundado estudo das cidades antigas e dos seus métodos construtivos constitui apenas a base do projecto, cujo resultado deve acarretar um incremento criativo e um juízo crítico subjacente, ou seja, o dever do pensamento arquitectónico passa por questionar as soluções já experimentadas, mas a sua alteração só deve ser equacionada em caso de um aperfeiçoamento notório face ao previamente



01. Torre de Babel, um dos símbolos da utopia urbana e capa do livro *As cidades invisíveis* de Italo Calvino.

testado e às metodologias projectuais. Assim, a pertinência de um projecto urbano é medida pela relação que estabelece com o seu contexto – mais do que pela sua dimensão –, pelo que o resultado final pode ser tão díspar como uma proposta em continuidade ou em completa ruptura.

Contudo, a diversidade arquitectónica ao longo da evolução da civilização é resultante de diversas variantes ao longo da história, todas elas em simultânea e constante continuidade e oposição com o passado, pois as cidades industriais, como todas as projectadas em épocas anteriores, elegem, de forma intrínseca ao próprio projecto e acima de qualquer contextualização teórica, apenas uma variante para se opor ou prosseguir, ou seja, no passado, presente e futuro, “não é possível, pois, reduzir a uma única e abstracta maneira de projectar a pluralidade das experiências acumuladas” (GRAVAGNUOLO, 1998: 217).

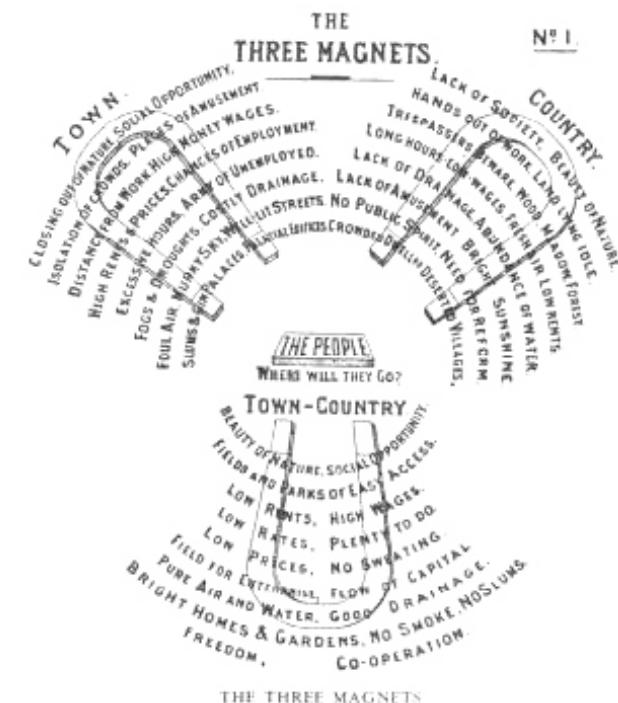
06.2 A natureza utópica de Howard e a natureza realista de Unwin: a cidade-jardim

A evolução do aglomerado urbano ao longo da história – desde as primeiras habitações nas rudimentares aldeias até às cidades de crescimento caótico – representa a base de investigação do processo de projecto arquitectónico. A génese desta linha projectual, tão complexa quanto os sucessivos e contraditórios desenvolvimentos, sobretudo no convulso período pós revolução industrial, bifurca em concepções heterogéneas, não obstante partilharem ou não da mesma base teórica. “Trata-se, em suma, de uma nebulosa de pensamentos diversos unidos entre si mais por uma analogia no diagnóstico que por uma afinidade nas terapias” (GRAVAGNUOLO, 1998: 117).

Após as duas grandes experiências urbanas – Paris e Barcelona – que marcam a segunda metade do século do século XIX, e a sua consequente difusão, surgem diversas propostas assentes no mesmo princípio hierárquico das grandes vias de comunicação e circulação como elementos fundamentais nas novas cidades modernas.

O conceito das cidades-jardim de Ebenezer Howard (1850-1928) marca profundamente o planeamento urbano no início do século XX. Esta proposta constitui, apesar de um certo carácter utópico¹, uma alternativa oposta às grandes cidades industriais, explanada em 1902 na obra *Garden Cities of Tomorrow*², onde Howard concilia e une num só os dois conceitos, teoricamente antagónicos, do campo e cidade. Esta nova solução tem por objectivo agregar simultaneamente todas as vantagens da vivência no campo e na cidade: a superior salubridade da habitação rural, as baixas rendas, o preço reduzido do solo, as paisagens e parques campestres onde abundam a água e ar frescos, são por um lado, as vantagens campestres; e os elevados salários, maior estabilidade e empregabilidade, uma maior rede de intercâmbios sociais com locais de entretenimento atraentes e os espaços públicos bem iluminados, constituem por outro as mais-valias urbanas. Como Howard afirma na obra *Garden Cities of Tomorrow* “nem o íman-cidade nem o íman-campo representam completamente o verdadeiro propósito de uma vida natural. A sociedade humana e a beleza da natureza devem ser apreciadas em conjunto. Os dois ímans devem ser fundidos num só (...) A cidade é o símbolo da sociedade (...) o campo o símbolo do amor e protecção de Deus pelo homem” (HOWARD, 2008: 9 e 10).

Mais do que uma inovação, a cidade-jardim “combina os aspectos fundamentais de diversos esquemas, propostos em diversos períodos, e combina-os de tal modo que assegura os melhores resultados de cada um, eliminando os perigos e as dificuldades que por vezes, mesmo no pensamento dos seus autores, eram claros e perceptíveis” (HOWARD, 2008: 93). As grandes inovações³ de Howard são fundamentalmente duas: no campo social, distribui o solo não por latifundiários ou outras entidades individuais, mas por associações cooperativas de pequenos proprietários, num regime onde cada um

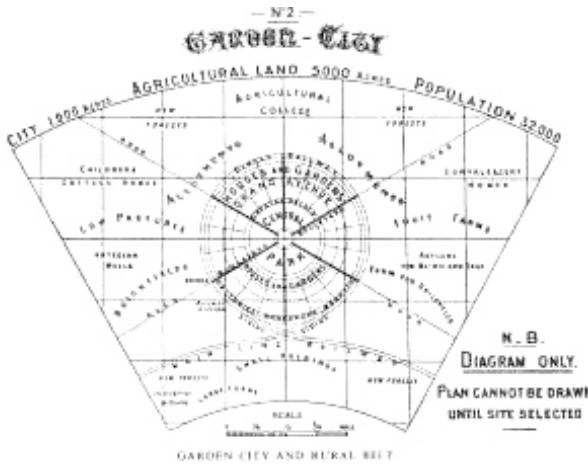


¹ Classificado de “eutópico” posteriormente por Lewis Mumford (1895-1990) (MUMFORD, 2008: 183).

² Cujo primeiro título – *A peaceful path to real reform*.

³ Face às propostas de Owen, Fourier ou Proudhon.

02. Primeiro esquema de Howard onde este relaciona três polos distintos – a cidade, o campo, e a cidade-campo – em torno das pessoas.



03. Segundo diagrama onde já é visível a o desenvolvimento do plano geral da cidade-jardim rodeada por um cinturão rural.



04. Plano mais detalhado da cidade-jardim explanado no terceiro esquema.

tem direito a deter um lar e um pedaço de terra próprios; e no campo económico escolhe terrenos periféricos como forma ideal de facilitar a aquisição de terras graças ao reduzido preço do solo – face ao preço inflacionado do centro urbano –, e, simultaneamente, combinar a salubridade do espaço rural com a sociabilidade da cidade e o trabalho industrial, ou seja, antes de ser uma proposta arquitectónica, a cidade-jardim é formulada como uma aliciante proposta.

Cada cidade-jardim, ao contrário da grande metrópole, define com precisão os seus limites e varia na sua dimensão e forma, atendendo ao local onde se implanta. A imposição de um limite espacial e habitável implica a criação de várias outras cidades que se interligam e desdobram como “células-vivas” através de uma malha radial, respeitando sempre os distanciamentos necessários para evitar os aglomerados caóticos suburbanos e garantir a mesma qualidade espacial em todas as cidades-jardim. O respeito pela identidade do local reflecte-se na concepção da cidade-jardim, cuja escala territorial é definida simultaneamente pelas condicionantes da adaptação topográfica e pelas dimensões das cidades vizinhas, enquanto a escala mais humana prima pela diversidade dos espaços públicos urbanos, inspirados no estudo das cidades antigas⁴, tornando cada cidade-jardim única e irrepetível.

Alicerçado nalguns diagramas extremamente exemplificativos e visualmente atraentes, Howard funda em 1899 a Associação das cidades-jardim para, quatro anos depois, adquirir o primeiro terreno a 40 quilómetros de Londres, em Letchworth, nomeando os arquitectos Barry Parker (1867-1947) e Raymond Unwin (1863-1940) para edificar o seu modelo teórico. Nas ilustrações de Howard a cidade-jardim é representada como uma circunferência de 1.130 metros de raio, com cinco anéis concéntricos – avenidas –, rasgados por seis eixos radiais – *boulevards*. O centro da cidade é ocupado

⁴ É a partir da análise das cidades do passado, que as cidades-jardim adquirem uma ordem urbanística baseada no espaço concreto, onde mais do que os próprios edifícios, a rua desempenha um papel fundamental como local de passagem e encaminhamento para os grandes espaços de reunião e convívio.

por um jardim circundado por um anel de edifícios públicos, seguido por um outro jardim – parque central –, onde surge o Palácio de Cristal, isto é, uma grande arcada circular envidraçada usada como jardim de inverno e local de intercâmbios sociais e comerciais, a qual é imediatamente cintada pela quinta avenida, totalmente arborizada, onde se encontram dispostas as habitações, orientadas para o centro da cidade. A grande avenida, um monumental cinturão verde, separa as habitações e o restante núcleo interior da cidade, com cerca de 30.000 habitantes, da área exterior, onde as instalações industriais e agrícolas, interligadas através de uma linha férrea que rodeia toda a cidade, concentram cerca de 2.000 pessoas. Contudo, nem Letchworth⁵, nem posteriormente Welwyn – construída no segundo decénio – nem outras iniciativas conseguem uma representação totalmente fidedigna dos pressupostos teóricos de Howard⁶, não obstante o entusiasmo inicial provocado por estas cidades inovadoras que se difundem rapidamente, quer na Europa quer na América do Norte.

Após participar na construção de Letchworth – a primeira cidade-jardim construída de raiz –, bem como em outros ensaios parciais anteriores, Unwin mostra-se desiludido com a disparidade entre a realidade construída e o esquema idealizado por Howard, pelo que inicia a primeira síntese teórica e projectual às cidades-jardim já edificadas. Letchworth cumpre a concepção radial de Howard, onde os *boulevards*, ladeados por edifícios cuja densidade, distância e altura são rigorosamente controladas, convergem na praça central ajardinada, cuidadosamente disposta à semelhança de todos os jardins. Todavia, falta-lhe, segundo Unwin, a presença de estruturas produtivas – localizadas para lá das

⁵ No início da década de 60 mais de metade da cidade encontra-se ainda por construir.

⁶ «É um momento muito triste para ter de admitir o fracasso das novas cidades-jardim. Mas os factos são os factos e é necessário admitir que estas cidades são um completo fracasso nos seus três aspectos fundamentais: social, económico e arquitectónico. (...) para conquistar a sua personalidade, todo o núcleo urbano novo deve nascer, ou pelo menos crescer, por razões intrínsecas e espontâneas» (RICHARDS *in* GRAVAGNUOLO, 1998: 164).



05. Vista aérea da cidade de Letchworth.



06. Planta da cidade-jardim de Welwyn.

instalações industriais e agrícolas – e de edifícios simbólicos⁷, que juntamente com a opção pelas habitações unifamiliares, reforça a imagem da cidade-jardim como uma cidade periférica de pequenas dimensões, incapaz de superar a atracção exercida pelas grandes metrópoles. O desapontamento gerado pelo insucesso de Letchworth face ao entusiasmo criado em torno dos esquemas de Howard não afecta apenas Unwin, como afirma Alessandro Schiavi (1872-1965) quando visita a cidade em 1907 “a primeira impressão (...) não foi plenamente agradável como sonhávamos. Já se sabe que a ideia de cidade reclama à mente a imagem de uma aglomeração de casas com ruas mais ou menos amplas mas flanqueadas por habitações, e aqui, pelo contrário, encontramos num campo onde surgem aqui e ali construções baixas para habitação ou para relação comum. É certo que a cidade-jardim se encontra apenas no seu terceiro ano de vida e que os progressos realizados são já notáveis (...), mas são ainda demasiado poucos para se poder dizer que se vive na cidade, ainda que embrionária. A primeira impressão é, pois, de solidão e de tristeza, reforçada à hora do crepúsculo, melancólica em todas as latitudes” (SCHIAVI in GRAVAGNUOLO, 1998: 119).

Unwin é o primeiro a refutar a aplicação indiscriminada, total ou parcial, do modelo de Howard, após proceder a uma substancial revisão teórica e projectual da cidade-jardim. Assim, começa a construir em 1909, novamente em conjunto com Barry Parker, a cidade de Hampstead, onde faz uma transição gradual entre o conceito de cidade-jardim anti-urbana para um subúrbio-jardim – é assumida a condição periférica de forma consciente como determinação projectual –, concepção mais realista e adequada à realidade urbana coeva. É precisamente esta evolução conceptual, onde é estudada rigorosamente a distância e relação com a grande metrópole – Londres – que sustenta o sucesso desta experiência. Unwin define claramente Hampstead como um subúrbio ajardinado, cuja essência se aproxima mais da aldeia rural, encerrada e circunscrita por um círculo que separa claramente o espaço

⁷ Em Letchworth o edifício simbólico, o Palácio de Cristal não chega a ser construído.

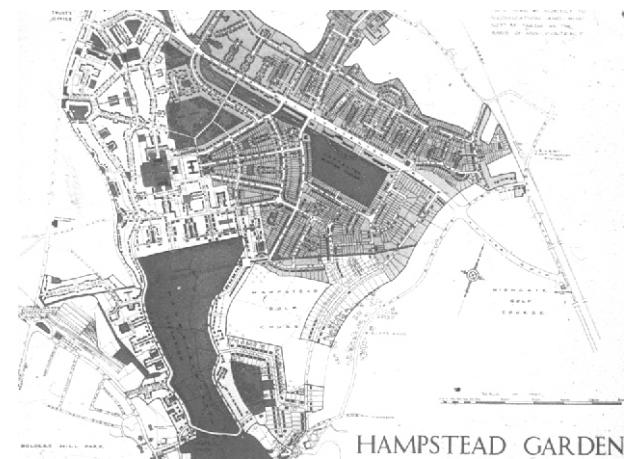
urbanizado do espaço natural, em claro contraste com Londres, cujos limites são imperceptíveis graças ao seu exponencial e caótico crescimento. A questão do limite urbano é muito importante no pensamento de Unwin, que defende como símbolo inegável de beleza das cidades antigas os seus muros e fortificações, e procura uma forma moderna de estabelecer uma linha perfeitamente visível a partir da qual campo e cidade se podem expandir e contrair, sem nunca perder o respeito e a ligação ao *topos*, tal como Howard.

Unwin reformula ainda a questão da habitação com novas soluções tipológicas de agrupamento em torno de um espaço semipúblico, o *close*, em detrimento de um espaço totalmente encerrado, o pátio, através da recuperação da imagem e morfologia do que está na base das *towns*, mas não nas *cities* – ou seja, o modelo de crescimento das cidades anglo-saxónicas é diametralmente oposto ao das cidades mediterrânicas. Esta morfologia “campeste”, ainda hoje visível em Londres e inúmeras cidades norte-americanas, transforma completamente as relações sociais, favorecendo um maior espírito de vizinhança e sentido comunitário – reforçado por uma homogeneidade construtiva e pela repetição de elementos-tipo –, isto porque o *close* “não tem nem o carácter público da rua nem a fisionomia de ambiente privado e protegido do pátio propriamente dito, mas representa antes uma mediação entre ambos modelos espaciais” (GRAVAGNUOLO, 1998: 122). É esta posição ambígua entre os polos antagónicos que marcam o período industrial – um misto de funcionalismo e pitoresco, espaço privado e comum, repetição e variação formal – que permite Hampstead ultrapassar rapidamente Letchworth e espalhar-se um pouco por todo o mundo como um dos maiores paradigmas urbanos do início do século XX.

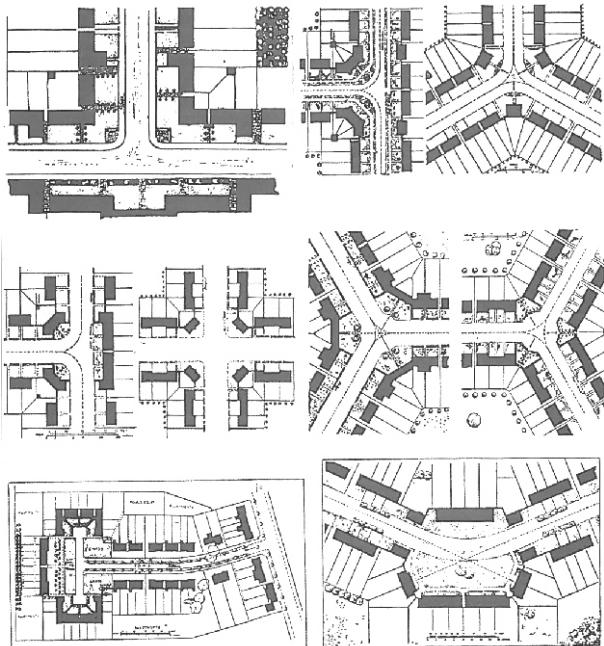
Lewis Mumford sintetiza na perfeição a proposta de Unwin ao afirmar que “o facto de que os subúrbios serem na sua origem comunidades pequenas e autónomas teve outra consequência sobre a sua evolução: serviu para criar uma nova consciência de algo que se havia perdido no rápido desenvolvimento da cidade, o sentido do bairro, que, reportando-se às origens, é o antigo componente



07. Fotografia de uma rua em Welwyn.



08. Plano de Hampstead, idealizado por Unwin.



09. Estudos urbanísticos de Unwin.

da aldeia, tão essencial para uma cultura urbana equilibrada como os seus centros de alta cultura e associação" (MUMFORD GRAVAGNUOLO, 1998: 122).

06.3 O ideal funcional das grandes metrópoles: a *cité industrielle* de Garnier

Alicerçados no método científico e na razão, isto é numa “mesma concepção do homem e da razão, que subtende e determina [as] suas propostas relativas à cidade” (CHOAY, 2005: 8), vários arquitectos defendem de forma acérrima a modernidade, a contemporaneidade da máquina e do avanço tecnológico como ideias indissociáveis da concepção urbana: a cidade deve reflectir plenamente a sua época inovadora e profícuia como símbolo máximo do progresso potenciado pela revolução industrial.

A cidade moderna ideal assenta na definição de uma ordem abstracta do Homem – na possibilidade de determinar um conjunto pré-definido de condições e necessidades, definidos por um modelo científico eficaz para qualquer grupo de indivíduos, de maior ou menor dimensão, independentemente da sua localização, época, costumes, culturas ou qualquer outro elemento diferenciador ou identitário – e deve, por isso, criar uma ordem universal, reconhecível por todos e em qualquer parte do mundo através de duas premissas essenciais: espaços públicos bastante amplos, pontuados por vastas áreas verdes; e uma localização, indiscutível e inflexível, dos edifícios conforme a função desempenhada – habitação, lazer, labor, cultura –, definida pela análise rigorosa e racional dos usos, necessidades e fluxos humanos, numa lógica funcional e disposição simples “que impressione imediatamente os olhos e os satisfaça” (CHOAY, 2005: 9).

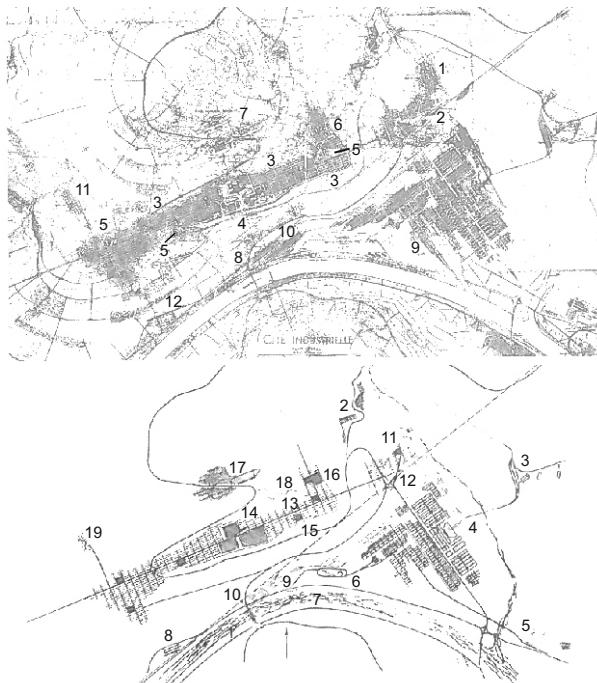
Um dos objectivos da cidade industrial é causar um impacto visual imponente através da beleza natural da racionalidade e lógica geométrica, repudiando qualquer tipo de ornamentações “externas” em detrimento de uma beleza austera – resultante da união entre a razão, a lógica

construtiva e a correcta adaptação das novas tecnologias e materiais –, cuja rigidez erradica a possibilidade de variações ou adaptações.

Depois de várias décadas ao longo do século XIX onde, não obstante a crescente reflexão crítica urbana, as grandes metrópoles se multiplicam ao ritmo do caos em vez do da ordem e harmonia, os primeiros decénios do século seguinte encarregam-se de proporcionar as condições necessárias para a passagem dos ideais utópicos de Owen ou Fourier – apesar das pontuais concretizações, quase todas condenadas ao fracasso – para um pensamento despolitizado e, acima de tudo, mais objectivo: as grandes guerras que assolam o continente europeu no século XX constituem-se como a grande oportunidade para os arquitectos colocarem em prática as suas ideias. A destruição de várias cidades, a emergência imparável das novas tecnologias e materiais e, sobretudo, a maior experimentação em torno da habitação favorece os arquitectos racionalistas ou funcionalistas.

Os primeiros ideais racionalistas revelam-se na obra *Une cité industrielle*, concluída em 1901 mas apenas publicada em 1917 – acompanhada de ilustrações, datadas de 1904, uma introdução teórica e um conjunto de desenhos –, onde Tony Garnier (1869-1948) procura na cidade de Lyon no início do século XX um “projecto revolucionário de uma cidade modelo” (CHOAY, 2005: 163). Esta obra constitui o primeiro grande testemunho do urbanismo racionalista onde o autor ensaia uma ordem unitária comum, através da qual tenta conciliar soluções práticas e estéticas, inspirando arquitectos ao longo das primeiras décadas do passado século.

Contudo, apesar de ser considerado a primeira grande exaltação da arquitectura, e sobretudo do urbanismo racionalista, a cidade de Garnier denota uma grande ambivalência, isto porque é resultado, simultaneamente, de uma idealização inovadora e de fascínio pelo passado, ou seja, “a elaboração dos critérios morfológicos fundamentadores de uma «moderna cidade do trabalho» tem lugar, efectivamente, ao mesmo tempo da reflexão analítica sobre os caracteres da implantação de uma fenomenologia urbana da antiguidade clássica” (GRAVAGNUOLO, 1998: 340). Todavia, ao



10. e 11. Planta geral de implantação e esquema explicativo da *cité industrielle*:

- | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|
| 1. Fábrica hidro-eléctrica; | 11. Centro histórico; |
| 2. Fábrica de fiação; | 12. Estação ferroviária central; |
| 3. Minas; | 13. Edifício residencial; |
| 4. Fábrica metalúrgica; | 14. Centro da cidade; |
| 5. Fábrica de produtos refratários; | 15. Escolas primárias; |
| 6. Terreno de ensaio dos motores; | 16. Escolas profissionais; |
| 7. Depósito de detritos; | 17. Instalações sanitárias; |
| 8. Matadouro; | 18. Parque público; |
| 9. Estação ferroviária das fábricas; | 19. Cemitério. |
| 10. Estação ferroviária da cidade; | |

repudiar o passado recente e a cidade romântica oitocentista, Garnier afasta-se claramente das ideologias defendidas por Ruskin, Morris, Howard ou Sitte, defendendo a ordem, a regra e a razão, fundamentos chave nas arquitecturas antigas helénica e romana, arquitectura à qual se vincula conceptualmente não só para criticar a arquitectura recente, mas também para fundamentar a sua cidade para o futuro. A *Cité*, tal como a *pólis* grega, assenta numa fragmentação clara do tecido urbano segundo zonas funcionais distintas⁸, exposta de forma inequívoca em esquemas gráficos.

Garnier começa por definir as condições geográficas e as dimensões demográficas com vista a fundar uma cidade capaz de albergar 35.000 habitantes. O terreno ideal é um vale, com um centro histórico pré-existente, delimitado a sul por um rio – fundamental como fonte da nova e moderna energia eléctrica – e a norte por uma elevação – que funciona concomitantemente como barreira natural contra os ventos e como área sobranceira sobre a restante cidade –, facilmente acessível através de transportes ferro e rodoviários e próximo de matérias-primas minerais. Garnier procura assim reunir as condicionantes *a priori* necessárias para dotar a cidade de uma certa autonomia, mas é sobretudo a organização espacial da cidade que mais contribui para o sucesso da proposta: a zona industrial concentra-se na planície, na confluência do curso fluvial e de um pequeno afluente, em contacto directo com a linha férrea e distanciada, por razões higiénicas e funcionais, das habitações; a área residencial é implantada na encosta, separada da zona industrial e do centro histórico por uma banda verde; e no ponto mais alto os hospitais, edifícios modernos cuja importância substitui a dos antigos tempos na acrópole grega.

Defensor das consequências advindas da industrialização, Garnier não ignora, e muito menos nega, a importância da indústria na nova sociedade e o seu papel determinante no futuro. Aliás, admite

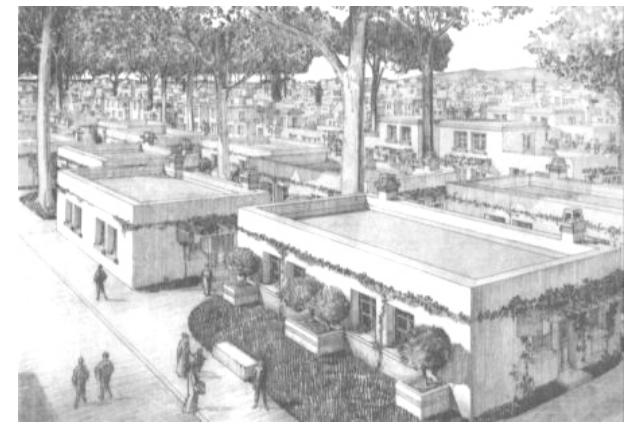
⁸ À semelhança da proposta de Reinhard Baumeister que na sua obra *Stadterweiterungen* de 1876 divide a cidade contemporânea em três áreas: industrial, comercial e habitacional.

que as cidades do futuro passarão a ser naturalmente criadas em função da indústria e do seu progresso, pelo que, ao invés de a distanciar excessivamente da vivência urbana – comum nas propostas urbanas na segunda metade do século XIX –, procura uma solução funcional, respeitando os limites higiênicos necessários. Contudo, a grande mais-valia da proposta de Garnier é o seu carácter descentralizador, onde não existe um centro urbano mas sim polos organizados segundo uma função, numa cidade assumidamente descompactada cuja composição deixa de ser fechada e definitiva e passa a estar aberta e articulada em diferentes núcleos, convenientemente distanciados entre si, possibilitando um crescimento autónomo e natural e uma maior unidade face à envolvente.

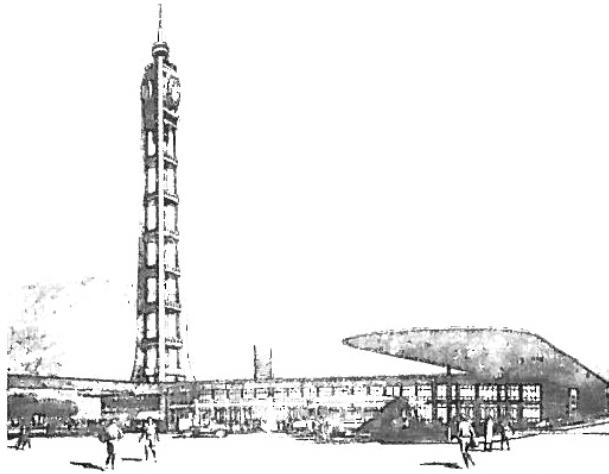
A cidade industrial estabelece, tal como outras propostas urbanas das décadas anteriores, uma hierarquia dos eixos viários – paralelos e perpendiculares entre si –, para além de uma estreita relação entre o tecido residencial e os serviços sociais. Os edifícios sociais e públicos assumem uma tipologia “em espelho”, onde um elemento pontual, como o núcleo de escadas, é colocado no centro e funciona como charneira entre os dois blocos, enquanto nas habitações, os dormitórios são organizados para que disponham de pelo menos um vão, fonte de luz natural directa, orientado a sul e de dimensões generosas, ao passo que os pátios, espaços fechados e fonte indirecta de iluminação e ventilação, são proibidos, uma vez que cada espaço interior – cujos materiais devem ser lisos e os cantos arredondados – deve ser fornecido directamente pelo exterior. A cada habitação corresponde um ou vários lotes de terreno, mas a área edificável deve ser sempre inferior à metade da área total, onde o restante lote é ocupado por um jardim de carácter público, para que toda a cidade possa ser vista como um grande parque e percorrida sem nunca se encontrar barreiras físicas que impeçam a livre circulação. Os edifícios públicos, construídos quase inteiramente com betão armado, dividem-se em três grupos: os serviços administrativos e salas de assembleia – as quais têm acesso a um pórtico que forma uma galeria coberta, muito semelhante ao simbólico Palácio de Cristal, proposto por Howard nas suas cidades-jardim; o espaço cultural, onde se encontram compiladas informações históricas,



12. Perspectiva aérea da cidade industrial de Garnier.



13. Vista geral de um bairro.



14. Pormenor da estação ferroviária.

bibliográficas, entre outras; e os espaços recreativos. Já as escolas, elementos fundamentais na cidade industrial, são difundidas igualmente pelos bairros. Em suma, a *cité industrielle* baseia-se nos seguintes princípios: análise e separação das funcionalidades urbanas; a importância dos espaços verdes exteriores como elementos separadores entre as diversas zonas da cidade; e o uso regular de materiais novos, resultado das constantes inovações tecnológicas, como o betão armado.

06.4 A arquitectura da tábua rasa de Le Corbusier

No seguimento dos princípios enunciados pelas obras de autores como Charles Fourier ou Robert Owen, prosseguidos por Tony Garnier no início do século XX, os resultados inerentes à industrialização começam a ser assimilados por grande parte da sociedade coetânea e, consequentemente, a resistência à mudança de estilo de vida, à máquina e às grandes metrópoles esbatem-se gradualmente.

É, contudo, Le Corbusier – ou Charles-Edouard Jeanneret-Gris – (1887-1965) que se assume como expoente máximo do pensamento e arquitectura funcionalistas, sobretudo a partir do segundo decénio do século XX. Defensor acérrimo de todo o processo industrial e das suas respectivas consequências – na sua óptica, todas benéficas –, Le Corbusier afasta-se inevitavelmente das ideologias de autores como Howard ou Sitte, criticando duramente este último, não obstante a inicial admiração pela sua obra, pois repudia qualquer proposta cuja referência seja o passado romântico e nostálgico oitocentista.

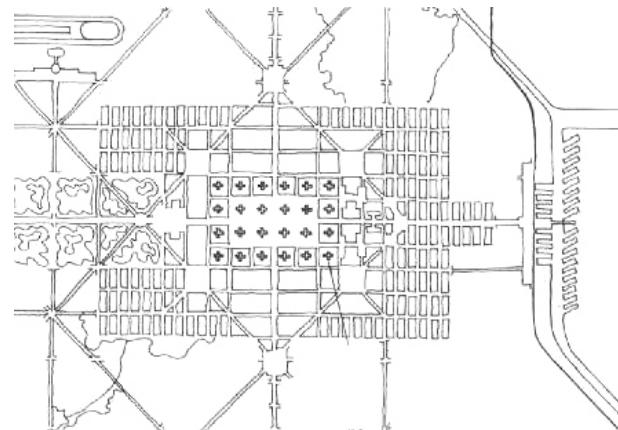
Le Corbusier procura simultaneamente sintetizar os ideais clássicos, aplicando-os a um novo classicismo, onde evidencia os princípios fundamentais da arquitectura racional e geométrica, e transforma a arquitectura racional – cuja imagem revolucionária é associada ao período convulso coetâneo, marcado pela revolução industrial – na única passível de resolver, inequivocamente, todos

os problemas da época: harmonizar a presença, cada vez mais massificada, da máquina na civilização; racionalizar e uniformizar a produção industrial relacionada com a arquitectura, desde a ínfima escala do detalhe construtivo à escala territorial da grande metrópole; e, por fim, resolver todos os problemas sociais e intelectuais coevos através da lógica arquitectónica.

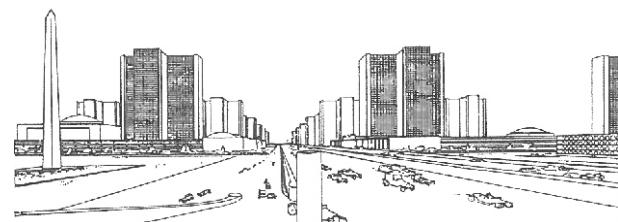
Le Corbusier enaltece alguns dos primeiros autores que tentam colocar em práticas as premissas funcionalistas – como Fourier, Considérant ou Proudhon –, considerando que “já houve grandes urbanistas porém não manejavam o lápis, mas ideias” (LE CORBUSIER in GRAVAGNUOLO, 1998: 355), ou seja, elogia os seus ideais, mas critica a sua incapacidade de realização prática. Corbusier distancia-se igualmente de propostas mais recentes, como a de Garnier, não nas suas premissas, mas na sua escala, ao propor, em 1922, uma metrópole para cerca de três milhões de habitantes – a *ville contemporaine*.

Esta proposta contrapõe à amálgama de bairros desorganizados e à ausência total da natureza, características da cidade remanescente do século XIX, a separação zonal – à semelhança da proposta de Garnier – entre as funções habitacional, industrial e administrativa, cada uma circundadas por grandes manchas verdes. O centro, concebido como um grande espaço vazio e que funciona, simultaneamente, como uma praça e um heli/aeroporto, é conformado por 24 arranha-céus administrativos, de forma cruciforme, equidistantes entre si e capazes de albergar, cada um, entre 10.000 a 50.000 trabalhadores.

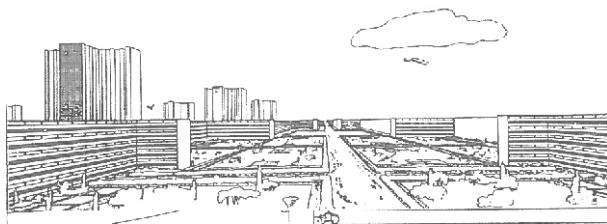
Na área contígua, localiza-se a zona residencial, subdivida em três partes e cuja densidade decresce à medida que se afasta do centro: a primeira tipologia, destinada aos administradores, é disposta em banda descontínua, como se fosse uma “fita”, que avança e recua, em ângulos rectos, para formar, numa malha simétrica, espaços ajardinados semipúblicos; a segunda zona residencial, destinada aos operários, forma, pelo contrário, um espaço completamente encerrado sobre si próprio, delimitado por um edifício contínuo – influência clara da visita de Corbusier à Cartuxa de Ema, em



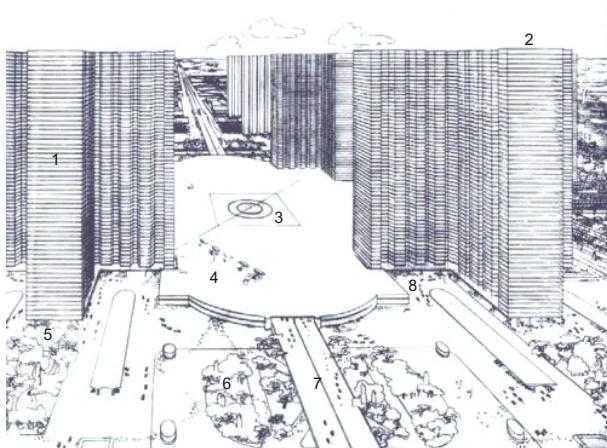
15. Planta geral da *ville contemporaine*.



16. Pormenor do centro da cidade e da via rodoviária central.



17. Perspectiva da zona residencial.



18. Centro da ville contemporaine:

1. Torres administrativas;
2. Terraço ajardinado;
3. Heliporto;
4. Estação central;
5. Pilotis;
6. Áreas ajardinadas;
7. Via de circulação;
8. Estação de transportes.

Florencia⁹; e, por último, já na extrema periferia da grande metrópole, existem pequenos conjuntos de habitações, de escala e densidade reduzidas.

A zona industrial, localizada entre a primeira e segunda tipologias habitacionais, é delimitada por dois anéis verdes e liga-se à restante cidade através de um conjunto de vias primárias, em cruz, coadjuvadas por uma malha secundária de ruas ortogonais.

A *ville contemporaine* rompe, ideologicamente e/ou conceptualmente, com a cidade oitocentista e com outras propostas modernas – como a cidade industrial de Garnier ou a cidade-jardim de Howard¹⁰ –, mas o seu carácter elitista e megalómano condene-a ao fracasso quando, em 1925, apresenta o *plan voisin* onde propõe a demolição integral de parte de Paris para a aplicação, ainda que numa escala mais reduzida e melhorada, da *ville contemporaine*.

O tema do urbanismo torna-se, portanto, recorrente na obra de Le Corbusier ao longo da década de 20, prolongando-se até à década seguinte, onde emerge uma das mais influentes e controversas concepções urbanas do Modernismo europeu, habitualmente considerada a maior síntese e o culminar do seu pensamento urbanístico no período pré-segunda Grande Guerra Mundial: a *ville radieuse*. O projecto desponta quando, durante uma visita à antiga União Soviética em 1930, Le Corbusier tece alguns comentários sobre um concurso para a construção de cidades-jardim em Moscovo, dos quais resulta um questionário sobre a problemática urbana, ao qual Le Corbusier responde com esboços de uma cidade alternativa – não aceite pelos arquitectos soviéticos –, rectificada e apresentada mais tarde nesse mesmo ano como *ville radieuse* durante o III CIAM (*Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* ou Congresso Internacional de Arquitectura

⁹ Influencia também o projecto das *immeubles villes* desse mesmo ano de 1992.

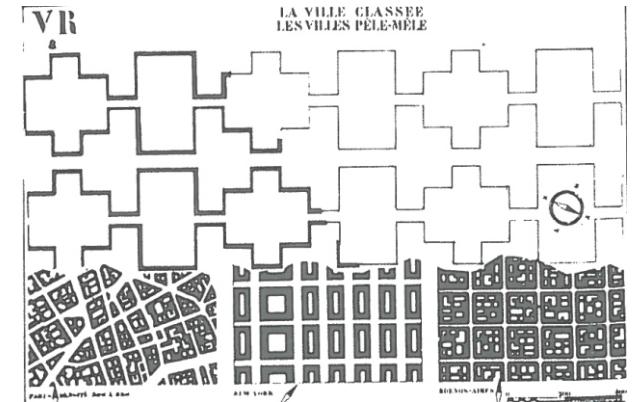
¹⁰ Cuja proposta, à semelhança da de Le Corbusier, defende o regresso da natureza à cidade contemporânea, mas a densidade construtiva coloca-as novamente em polos diametralmente opostos.

Moderna)¹¹.

Na *ville radieuse*, Le Corbusier estabelece, no seu entender, uma nova, mas definitiva, doutrina urbana – onde prevalece o benefício colectivo e a liberdade individual, ao contrário do que sucede na cidade romântica, moral e psicologicamente insalubre segundo Le Corbusier –, alicerçada na sua visão radical da sociedade “mecanizada”, e, consequentemente, na existência de um novo espírito humano – puro, em harmonia com a natureza e, acima de tudo, racional –, cujas necessidades indispensáveis se dividem em quatro actividades base: habitar, trabalhar, circular e recrear. Estas actividades, que Choay refere na sua obra *L'urbanisme: utopies et réalités une antologie* de 1965, tornaram-se a partir do IV CIAM as quatro funções básicas que, reunidas num documento internacionalmente conhecido como a *Carta de Atenas*, passaram a nortear tanto o planeamento de novas cidades como a readequação das cidades existentes. Essa divisão funcional inibe ulteriormente – inclusivamente até aos dias de hoje – muitas cidades de resolverem os seus problemas urbanos, ao serem projectadas para o “homem-máquina”, incapaz de desempenhar simultaneamente mais do que uma das suas “funções”.

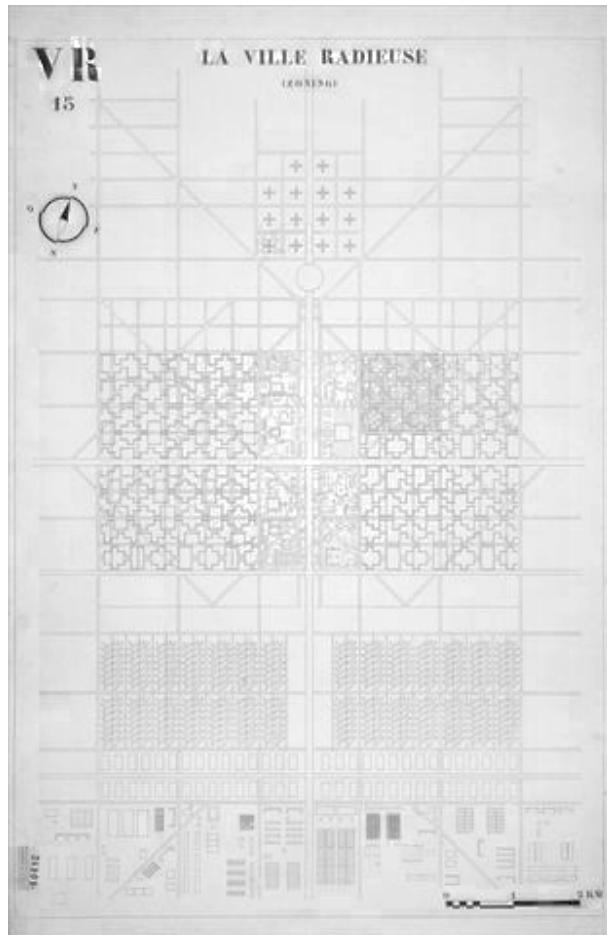
Um dos principais problemas da *ville contemporaine* e do *plan voisin* é o seu carácter elitista e limitativo, onde o crescimento periférico, simultaneamente, aumenta a distância para o centro e diminui a densidade construtiva, exactamente o inverso do recomendando por Le Corbusier, que resolve essa problemática na *ville radieuse*, onde a cidade é descentralizada, ou seja, deixa de diferenciar o centro e a periferia, e passa a crescer ilimitada e equilibradamente, contrariamente às propostas anteriores onde o centro é maciçamente densificado – à excepção da praça central que desempenha uma função circulatória – e a restante cidade se expande radialmente em torno do núcleo.

Resultado da análise sintetizada de Le Corbusier, a *ville radieuse* assenta nas seguintes



19. Esquema apresentado por Le Corbusier nos CIAM em 1930 onde contrapõe a cidade tradicional e as novas propostas modernas.

¹¹ As ideias são apenas debatidas em 1933 no IV CIAM e seguidamente sintetizadas num documento posteriormente denominado por *Carta de Atenas*.

20. Esquema geral da *ville radieuse*.

premissas: a cidade deve assegurar a liberdade individual e os benefícios da acção colectiva; a organização urbana deve estar em concordância com a escala humana; o urbanismo deve ser capaz de classificar e separar as funções e, consequentemente, resolver as relações e intercâmbios – a circulação – entre as restantes actividades básicas humanas – habitar, trabalhar e recrear; dar primazia à necessidade do habitar como elemento central da organização urbana; e, por último, a cidade deve conjugar com as actividades essenciais humanas o sol, o espaço e as árvores, fundamentais para o bem-estar físico e mental dos seus habitantes. Le Corbusier procura, através da arquitectura e do urbanismo¹², reorganizar concomitantemente a sociedade, renovada pelo novo espírito industrial, e as infra-estruturas, com base no crescimento da economia, da produção, da comodidade e do acesso ao lazer, numa sociedade sem classes.

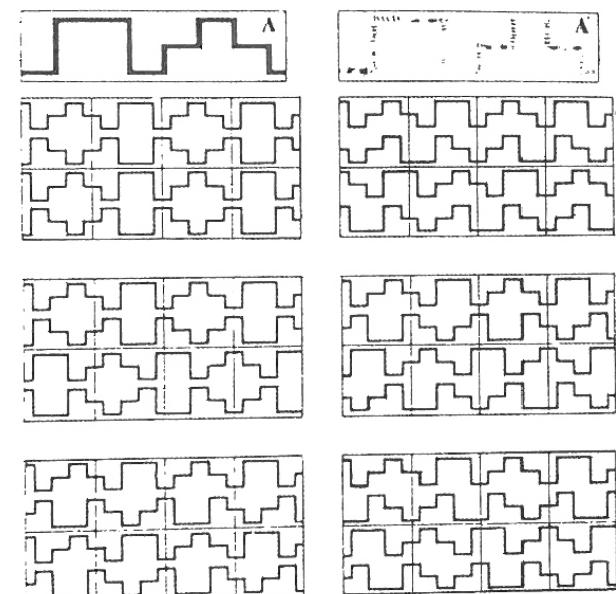
Contudo, Le Corbusier mantém na *ville radieuse* dois princípios fundamentais das suas anteriores propostas: o planeamento zonal baseado numa rigorosa distribuição das funções pelo território; e a junção da esfera administrativa colectiva, racional e ordenada, com a esfera individual, familiar. A *ville radieuse* torna-se assim, simultaneamente, mais autoritária – no campo colectivo – e mais livre – no campo familiar – do que a *ville contemporaine* ou o *plan voisin*, devido às crescentes contradições sociais provocadas pelo crescimento simultâneo dos interesses capitalistas e da força dos sindicatos.

Com a *ville radieuse* Le Corbusier resolve a problemática do tráfego entre o centro da cidade e os subúrbios-jardim ao adoptar um modelo linear, teoricamente ilimitado e universalmente aplicável, em detrimento da cidade radial proposta na *ville contemporaine*. Ao contrário das propostas burocráticas e elitistas anteriores, na *ville radieuse* Le Corbusier coloca os edifícios públicos e as habitações no centro do plano, em detrimento da área administrativa, composta pelos arranha-céus

¹² Mesma “disciplina” na sua óptica.

cruciformes, deslocada do centro geométrico para uma das extremidades da cidade, enquanto a área industrial ocupa a extremidade oposta. Todos os edifícios são elevados do solo e assentam sobre pilotis, libertando o nível térreo, idealizado como um parque à escala da cidade, livre para a prática de desporto e outras actividades recreativas, para além da circulação pedonal, que deixa de ser feita nas ruas-corredor românticas¹³, enquanto as vias rápidas, dispostas segundo uma rede regular em vários níveis, são hierarquizadas e dimensionadas em consonância com o veículo e com a sua velocidade. As vias rápidas – rodovias e ferroviárias¹⁴ – asseguram a ligação entre a área residencial e as áreas administrativa e industrial, enquanto um cinturão verde protege o centro do rebuliço e poluição dos polos urbanos.

Centro do pensamento urbanístico de Le Corbusier a partir do início da década de 30, a habitação na *ville radieuse* é, comparativamente com as propostas anteriores, menos luxuosa, mais densificada – os edifícios passam a ter doze andares –, reduzida a uma só tipologia, sem divisão de classes e baseada na estandardização. A tipologia, já ensaiada por Le Corbusier na *ville contemporaine*, assemelha-se à reinterpretação de Victor Considerant do falanstério de Fourier, onde cada habitação – *maison à redents* ou casa “dentada” – distribui equitativamente o espaço doméstico, totalmente optimizado¹⁵, enquanto os serviços comuns – creches, espaços recreativos, entre outros – são partilhadas pela comunidade, quer no piso térreo, quer no terraço, criando um novo conceito de família, onde homem e mulher trabalham ambos a tempo inteiro¹⁶.



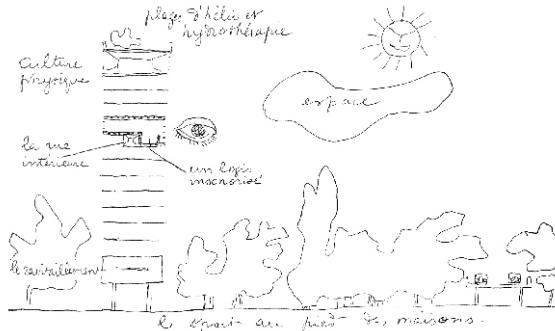
21. Habitações à *redents*.

¹³ Ao repudiar a rua-corredor e os pátios centrais, Le Corbusier imagina um ambiente higiênico no qual as necessidades básicas humanas – sol, espaço e verde – são satisfeitas.

¹⁴ Autocarros e eléctricos respectivamente.

¹⁵ Esta optimização é exaustivamente trabalhada e posteriormente publicada na sua obra *Le Modulor* de 1950.

¹⁶ Ensaio para propostas posteriores e auge na unidade de habitação



22. Esquisso de Le Corbusier que exemplifica na perfeição os fundamentos da arquitectura e urbanismo que veicula.



23. Vista geral da *unité d'habitation* de Marselha.

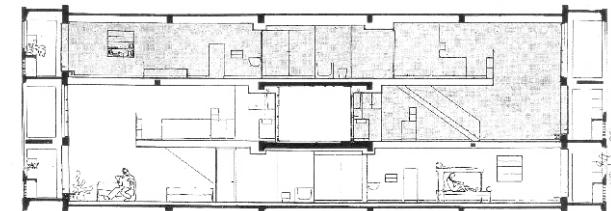
Na *ville radieuse* Le Corbusier baseia-se em três conceitos chave¹⁷, válidos para projectar uma habitação ou uma grande metrópole, essenciais para o bem-estar físico e mental da sociedade industrial: a luz do sol entra no interior de cada habitação através dos grandes envidraçados; o céu sempre presente na cobertura plana; e o verde das árvores a dominar toda a paisagem envolvente. O vidro torna-se, portanto, num material essencial para deixar entrar a luz solar natural, enquanto o espaço – comum ou doméstico – e o “verde” são dados pela construção sobre pilotis, pela planta livre e pelo terraço ajardinado¹⁸.

Apesar do aperfeiçoamento económico e prático ao longo das décadas de 20 e 30, a *ville radieuse* não seria executada antes da Segunda Guerra Mundial, devido concomitantemente ao clima de depressão económica que se vive na época e à vasta área verde necessária para aplicar os projectos megalomanos de Le Corbusier. Contudo, no período pós-guerra – época em que os seus projectos exercem já um impacto fortíssimo no urbanismo mundial –, em consequência da destruição de muitas cidades europeias, emerge a necessidade premente de reconstrui-las e, sobretudo, dotá-las de edifícios de habitação em massa. Le Corbusier – e outros arquitectos por si influenciados – dispõe das condições necessárias para colocar em prática as suas ideias urbanísticas. O projecto da *Unité*

¹⁷ O sol, o espaço e o verde, patentes na capa original do respectivo livro.

¹⁸ Os cinco pontos tradicionalmente associados à Arquitectura Moderna resultam da intensa pesquisa teórica e prática de Le Corbusier ao longo da década de 20, exemplarmente aplicados na sua obra *Ville Savoye* em 1928. Aplicadas posteriormente, parcial ou integralmente, por vários arquitectos, Le Corbusier estabelece cinco premissas, onde procura exponenciar o espírito criativo através da independência dos elementos construtivos. Comummente conhecidos como os cinco pontos da arquitectura corbusiana, estes baseiam-se na libertação, simultaneamente, da habitação do solo – através da elevação sobre *pilotis*, permitindo uma livre circulação pedonal e automóvel –, e do sistema estrutural da habitação, tanto face à planta, onde as paredes deixam de ser dispostas segundo rígidos imperativos de suporte, como à fachada, onde são rasgadas grandes janelas horizontais para uma relação mais directa com a paisagem, que ganha ainda maior destaque com a adopção da cobertura plana ajardinada, onde o quinto alçado mantém a linguagem do solo, numa continuadade espacial.

d'Habitation em Marselha¹⁹ (1947-1953) representa um fragmento da *ville radieuse*, numa síntese absoluta das ideias sobre a habitação e a cidade, maturadas ao longo de mais de vinte anos, concentradas num só edifício.



24. Corte de duas habitações da *unité* e a sua relação com o exterior e com o acesso interior.

¹⁹ Repetido ulteriormente noutras cidades, como Lille, Tours ou Berlim.



Parte II

01.0

PORUGAL E LISBOA ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

01.1 As convulsões políticas, a reestruturação do sistema agrário e a industrialização

À semelhança do que acontece um pouco por toda a Europa a partir de meados do século XVIII, o século XIX marca um período de grandes transformações em Portugal, reflexo de um claro desfasamento tecnológico, industrial, social e até político, sentido à época face às grandes potências europeias.

Portugal inicia o século ameaçado pelo Império francês, fruto da recusa ao bloqueio continental ordenado por Napoleão Bonaparte em 1806¹, acabando por ser invadido pelas tropas napoleónicas no ano seguinte e até à conclusão do conflito em 1814. No seguimento destes acontecimentos, a monarquia portuguesa refugia-se no Brasil – onde aliás constitui a nova capital do Império português, impossibilitando a sua conquista por Napoleão – até 1821. Contudo, no ano seguinte, o Brasil proclama a sua independência em virtude da longa estadia da corte portuguesa, da qual muita fica naquele país mesmo depois de o rei D. João VI regressar a Portugal e restabelecer Lisboa como capital do império.

A perda da sua maior colónia e primordial fonte de riqueza afecta profundamente a monarquia portuguesa, com a emergência de graves tumultos políticos e sociais até meados do século XIX, paulatinamente sanados nas décadas seguintes. Neste período, Lisboa acentua a perda do seu estatuto como uma das principais cidades europeias, dado o seu atraso e empobrecimento quando comparada com cidades inglesas, francesas ou alemãs, não obstante alguma modernização dos espaços públicos da capital, tal como a implementação da primeira rede sanitária ou a substituição da iluminação a gás pela iluminação eléctrica.

¹ Napoleão procura debilitar o império inglês através do fecho de todos os portos na Europa continental, impedindo as trocas comerciais com Inglaterra, que por esta altura era o único país com uma produção maquinofacturada consolidada, consequência da sua forte industrialização, e por isso, principal potência europeia e mundial



01. Mapa cor-de-rosa ilustrativo dos planos da coroa nacional em unir os territórios de Angola a Moçambique, intenções que chocaram fortemente com os interesses ingleses.

No final do século porém, e à semelhança do que acontece no seu início, Portugal vê-se novamente ameaçado por um conflito internacional, mas desta vez com a Inglaterra, fruto de um choque de interesses entre as pretensões coloniais em África de ambos os países. Com a declaração do Ultimato inglês em 1890, no qual os ingleses exigem a retirada das tropas portuguesas do território compreendido entre as suas colónias de Angola e Moçambique, Portugal vê-se forçado a ceder às pretensões britânicas e cai novamente numa crise política que se arrasta ao longo das duas décadas seguintes, culminando na abolição da monarquia e implantação da república em 1910. Na passagem de século, Lisboa conhece, ao contrário do restante país, algum desenvolvimento industrial, patente sobretudo nas regiões ribeirinhas – Alcântara, Xabregas, ou, mais a norte, nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira.

A transição entre os séculos XIX e XX foi, portanto, bastante tumultuosa e heterogénea, situação que se mantém, ou até piora, com a implantação da I República, seja no domínio económico ou social. Ainda assim, e não obstante as várias recessões mais ou menos profundas, os últimos vinte anos de Monarquia marcam um salto industrial significativo, assente no incremento da exportação colonial, criando-se então condições favoráveis ao investimento industrial – motor principal no processo de desenvolvimento durante os anos seguintes – e, consequentemente, à crescente proletarização da população, que se concentra inevitavelmente nos meios urbanos mais desenvolvidos.

No plano agrário, o final do século XIX é dominado pela popularmente conhecida “lei da fome”, que promove um proteccionismo total da cerealicultura nacional através do encarecimento do pão, alimento base da esmagadora maioria da população. Porém, a lei dos cereais revela um âmbito mais abrangente que o sector agrícola, pois o Estado pretende com ela cortar radicalmente as exportações – que poderia afectar a capacidade de auto-subsistência nacional – e investir na compra de matérias-primas e equipamentos para a modernização do sistema agrícola, encetada ainda no último decénio do

século XIX com a difusão de ceifeiras mecânicas – para fazer face às imposições da “lei da fome” –, dos adubos químicos e divisão do trabalho agrícola². No virar do século, a imagem da agricultura portuguesa é, portanto, a “da constituição de diversos e sólidos sectores da agricultura comercial, com o que isto comporta em termos de mecanização e melhoramento das técnicas de produção” (CABRAL, 1979: 79). Aliás, “desde a passagem de Portugal da manufactura à maquinofactura, a Inglaterra não deixa de perder terreno, quer como cliente quer como fornecedora do mercado português” (CABRAL, 1974: 79). A industrialização agrícola portuguesa marca ainda o início do corporativismo agrário, que passa a defender os grandes interesses do sector primário em detrimento de partidos ou grupos políticos. Todavia, a modernização das estruturas agrárias traz igualmente efeitos nefastos com a paulatina destruição das pequenas explorações agrícolas, forçando várias famílias a procurarem melhores condições de vida nos centros urbanos.

Apesar da já previsível destituição monárquica e proclamação da república a 5 de Outubro de 1910, as recorrentes crises não conhecem resolução, tendendo, antes pelo contrário, a agravar-se ao longo dos anos seguintes, isto porque o novo regime revela-se incapaz de dar seguimento ao sentimento de esperança, inerente ao novo modelo político, ao não apresentar soluções concretas para os reais problemas sociais, pelo que rapidamente sente com igual, senão maior, intensidade as revoltas camponesas, que fustigam os últimos anos do regime monárquico, às quais se juntam os protestos do proletariado, reivindicando ambas as classes o fim da fome e das condições precárias a que são diariamente sujeitos. Nos anos que precedem a I Grande Guerra Mundial, surgem restrições à importação de bens que, aliadas às sucessivas greves camponesas fruto das más colheitas, agravam o panorama social e económico português nos primeiros anos de república, conhecidos como os anos de fome. Esta situação torna-se dramática com a entrada de Portugal na I Guerra (1914-1918), que altera

² Esta última medida era já prática comum nas fábricas, sendo ulterior e gradualmente aplicada no sector agrário.

completamente, para pior, o contexto social, económico e político, sobretudo na Europa, revelando com ineludível crueza os “desequilíbrios e condições estruturais longamente acumulados” (CABRAL, 1974: 86). Neste contexto, o golpe de estado sidionista em 1917, para além das inevitáveis ligações políticas, é igualmente “incitado” pela crise no sector agrícola, que se vê, simultaneamente, privado de mão-de-obra, consequência directa do recrutamento militar, e impossibilitado de combater a escassez produtiva interna, através de aprovisionamentos externos, fruto da guerra nos mares e consequente crise internacional nos transportes. Estas dificuldades sentidas no meio rural estendem-se imediatamente aos meios urbanos, dada a relutância da população rural em fornecer as cidades, para as quais olham com desdém e desconfiança.

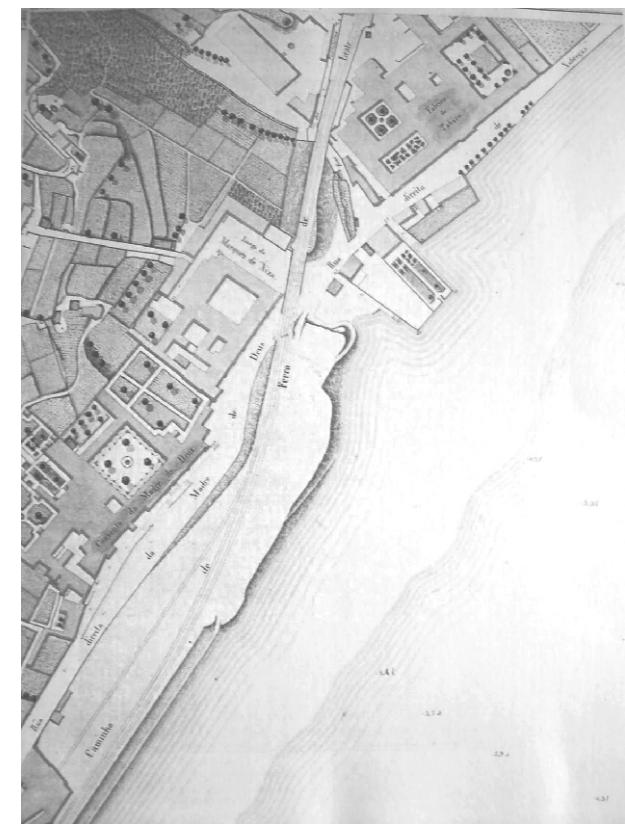
O declínio da agricultura, alcançado à custa de um descontrolado crescimento urbano, mas paupérrima evolução fabril, revela-se fatal para Portugal nas primeiras duas décadas do século XX, uma vez que, por um lado, a agricultura, fonte de sustento desde sempre, encontra-se neste período em “morte lenta”, fruto da crescente escassez de mão-de-obra e pelas políticas proteccionistas nacionais que, ao não permitirem a liberalização do mercado, estrangulam completamente a cada vez mais escassa produção nacional, enquanto, por outro lado, a aposta nas grandes indústrias é diminuta, com o crescimento a revelar-se demasiado vagaroso para que Portugal consiga recuperar o colossal atraso, já evidenciado no início do século XX, face às grandes potências europeias, como a Inglaterra, a Alemanha, ou a França, que dominam por completo o mercado. Esta encruzilhada divide opiniões entre quem veja “claramente o desenvolvimento industrial como resposta positiva à pressa operária e popular no sentido de uma melhoria substancial das condições de vida” (CABRAL, 1974: 92), e quem defenda que “Portugal deverá permanecer tão essencialmente agrícola quanto possível, durante tanto tempo quanto possível” (CABRAL, 1974: 90), ideia que posteriormente Oliveira Salazar levará “à letra”, aquando da fundação do Estado Novo nos anos 30.

01.2 O crescimento de Lisboa

Após cinquenta anos de profundas convulsões – desde as invasões francesas, à libertação forçada do Brasil e à guerra civil –, Portugal recupera lentamente alguma estabilidade política, social e económica a partir de meados do século XIX através de uma tímida industrialização nos principais centros urbanos e suas periferias, apesar “[d]a mentalidade industrial, produtiva, das classes médias (...) [ser], de facto, um fenómeno muito recente entre nós comparativamente aos países do Norte da Europa” (AA. VV., *in* ANTUNES, 2002: 38).

Embora tardivamente, Lisboa expande-se naturalmente, fruto das novas directrizes introduzidas pelo fenómeno industrial, ao longo do rio Tejo – em ambos os sentidos –, tirando partido da excelente posição geográfica do seu porto, como ponto de trocas comerciais europeu mais próximo do continente americano. Para além da zona ribeirinha, Lisboa estende-se para Norte, acompanhando simultaneamente os aglomerados fabris que se concentram ao longo do curso do rio e a rede de transportes que rompe com os limites da antiga muralha e se desenvolve radialmente a partir do centro histórico. As zonas até então periféricas de Lisboa fundem-se rapidamente ao “velho casco” e à baixa pombalina, com especial destaque para a industrialização do vale de Alcântara até Sete Rios, e do eixo compreendido entre o Chiado e as Amoreiras³, a Norte, e das faixas ribeirinhas entre o Cais do Sodré e a Ajuda e entre Xabregas e o Beato, respectivamente a ocidente e a oriente.

O desenvolvimento de Lisboa resulta da conjugação de vários factores, todos eles potenciados pela industrialização, donde se destacam: o abandono dos campos, fruto das crises agrícolas consecutivas e da gradual reforma e industrialização das estruturas agrárias; o rápido desenvolvimento dos transportes, graças aos avanços tecnológicos providenciados pelos motores a vapor e eléctrico,



02. Fábrica do Tabaco em Xabregas, uma das várias indústrias que se fixa ao longo do curso do Tejo.

³ A industrialização deste eixo foi inicialmente potenciada pelas intervenções pomonalinas após o terramoto de 1755

que facilitam o transporte de pessoas e bens; a própria industrialização dos centros urbanos, que gera riqueza económica e, consequentemente, atrai investimentos particulares e mais trabalhadores; e, por fim, o novo regime político liberal estabiliza socialmente a cidade, tornando-a mais apelativa e agradável. Reunindo todas estas condições, a segunda metade do século XIX marca então o início do desenvolvimento industrial na região de Lisboa, que se estende lentamente a outros pontos do país. Contudo, este desenvolvimento revela-se pouco sistematizado e diminuto até aos anos 80, época em que se acentua o crescimento da cidade e, paralelamente, se volta a sentir uma grande instabilidade política em função das primeiras revoltas republicanas contra o regime monárquico e da abdicação das pretensões em África por imposição inglesa.

Somente no final do século XIX, alicerçadas num lento processo de industrialização iniciado em meados do século, chegam então aos centros urbanos, nomeadamente Lisboa, as grandes vagas migratórias provenientes dos meios rurais em busca de melhores condições de vida. De facto, no último meio século de monarquia a estrutura social de Lisboa modifica-se paulatinamente, em função do crescimento populacional de 120% – passa de uma densidade de 3.9 para 4.7 habitantes por fogo – face a um incremento de 45% no resto do país (SALGUEIRO, *in* ANTUNES, 2002: 45), não espantando que “em 1890 já cerca de 46% da população residente em Lisboa não era natural da cidade” (CARDOSO, 1993: 21). Torna-se pois evidente o problema habitacional da emergente classe operária, que em função dos seus parcos rendimentos, aliados ao baixo nível de escolaridade e fraca especialização profissional, impossibilitam o acesso destas famílias a habitações condignas e com o mínimo de condições de salubridade.

O final do século XIX marca ainda o início de uma transformação de fundo na cidade e que altera por completo a sua escala urbana promovida por Ressano Garcia (1847-1911). Fortemente influenciado pelo plano de Haussmann em Paris, o engenheiro rasga a Avenida da Liberdade e estende a urbanização da cidade até ao Campo Grande, sendo igualmente responsável pela construção de

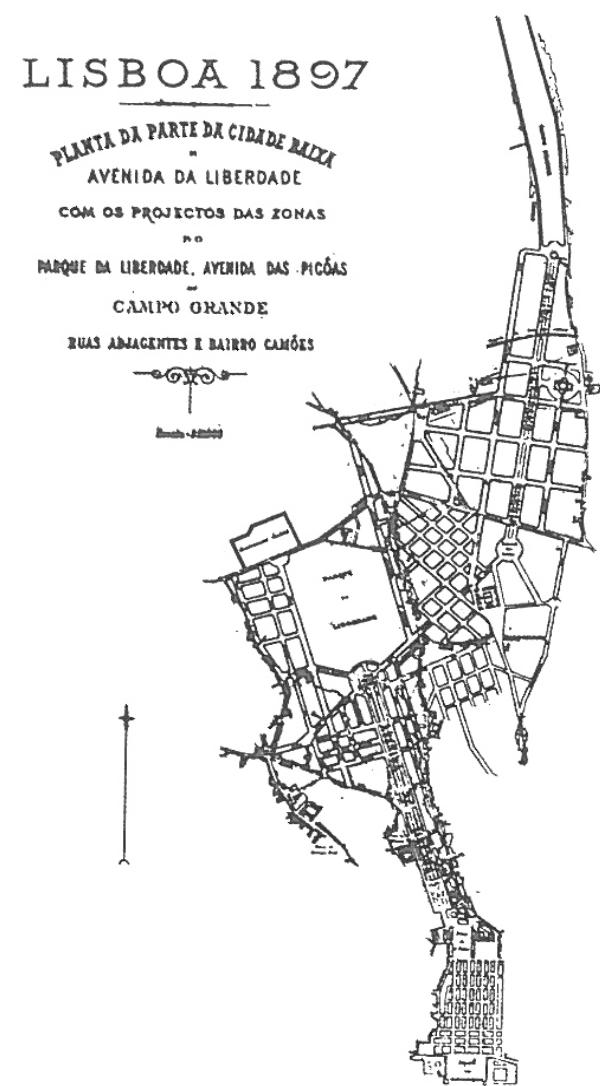
bairros como o de Campo de Ourique, ou a Praça do Marquês de Pombal. Estas obras de grande escala modificam radicalmente a fisionomia da capital, abrindo caminho à construção de vários edifícios de alojamento burguês e para a concretização de um desenvolvimento urbano que se começava a justificar em função do imparável crescimento demográfico.

01.3 As necessidades de alojamento operário: a proliferação dos pátios e vilas

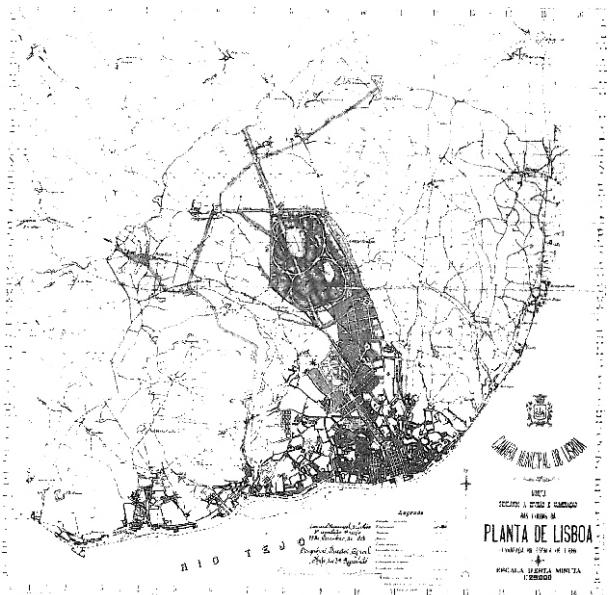
Apesar das profundas alterações encetadas por Ressano Garcia, estas beneficiam apenas as classes burguesas e agravam ainda mais a situação das classes mais desfavorecidas, cujas graves carências habitacionais apenas merecem alguma atenção pública no terceiro mandato de Fontes Pereira de Melo⁴ após a realização do primeiro Inquérito Industrial em 1881 confirmar as condições miseráveis em que vive o operariado nos grandes centros industriais como Lisboa, Porto ou Setúbal. O aparente desinteresse por esta questão⁵ relaciona-se com o facto da emergente classe operária representar a parte pobre e desqualificada da sociedade, embora desempenhe um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento da cidade, enquanto a burguesia, detentora de grande parte da riqueza e do poder, olha com desdém para o novo estrato social e para os ofícios fabris por si desempenhados.

⁴ Este famoso político, cujo período governativo ficou conhecido por “fontismo”, preside o Concelho de Ministros de Portugal nos períodos compreendidos entre 1871-1877, 1878-1879 e 1881-1886.

⁵ À semelhança do que já tinha acontecido em Inglaterra, pelos mesmos motivos, e que originou o enorme desenvolvimento dos *slums*, quer dentro, quer em redor das principais cidades industrializadas daquele país, como Londres, Liverpool ou Manchester, descritas por Friedrich Engels no seu livro *Die Lage der arbeitenden Klasse in England* - A situação da classe trabalhadora em Inglaterra -, em 1845, e às posteriores propostas de Ebenezer Howard, na sua obra *Garden-cities of To-morrow* de 1904, editada primeiramente em 1898 com o título *Tomorrow: A Peaceful Path to Social Reform*.



03. Planta de 1897 onde Ressano Gracia traça a expansão de Lisboa através de grandes avenidas inspiradas em exemplos como a Paris haussmanniana.



04. Plano de expansão geral da cidade de Lisboa, com centro na Baixa Pombalina para norte.

Dado o desfasamento entre o crescimento das áreas edificadas e o surto demográfico em Lisboa, tornava-se premente a intervenção estatal ou de cooperativas/associações cujo objectivo passasse pela resolução do problema e não pelo lucro. Contudo, a instabilidade política que percorre a quase totalidade do século XIX – e início do século XX – dificulta em muito a tarefa. Neste contexto, e não obstante o trabalho de grande importância do denominado “fontismo”⁶, “as camadas mais desfavorecidas da população lisboeta viam-se assim na contingência de ter que sofrer condições de alojamento deprimentes, albergados em palácios arruinados ou conventos e na maioria das vezes em pátios insalubres” (PEREIRA, 1994: 2).

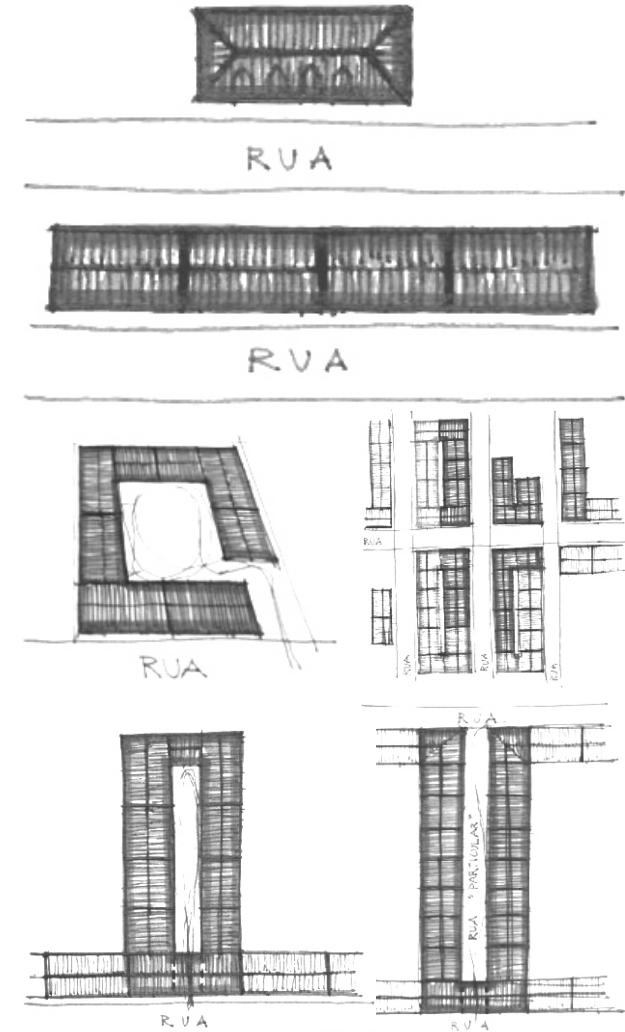
Com o final da guerra civil, que em 1834 culmina com a vitória dos liberais, o novo regime abole todas as ordens religiosas e vende em hasta pública os conventos e mosteiros masculinos, ligados na sua maioria ao regime absolutista cessante. Para além da ocupação destas estruturas religiosas devolutas, também os interiores de quarteirão desocupados e as traseiras de edifícios são usados como solução para o alojamento das classes mais desfavorecidas, na esmagadora maioria mediante o pagamento de uma renda a um ou mais proprietários. Correlativamente, torna-se inevitável o crescimento abrupto e caótico dos aglomerados urbanos – sobretudo em torno dos bairros antigos e das novas áreas industriais ribeirinhas –, em função da emergência destas construções clandestinas, isentas de qualquer planeamento, insalubres e de carácter precário, designadas por pátios operários, que se adaptam e adossam à forma das habitações pré-existentes, assumindo, portanto, as mais variadas formas. Resultantes de espaços residuais, as condições de salubridade dos pátios são quase nulas, em função da sua implantação e consequente exposição a humidades, e à ausência de luz solar e circulação de ar, obstruídas pelos edifícios circundantes.

⁶ Denominação atribuída à forte e importante promoção das obras públicas sob as ordens de Fontes Pereira de Melo, que desenvolve os transportes, as comunicações e as infra-estruturas necessárias ao comércio e indústria.

Reflexo imediato da adaptação da classe operária à estrutura morfológica urbana da cidade, "um pátio, na acepção do que se trata, (...) consiste fundamentalmente numa espécie de corredor lajeado ou terreno (rua pouco larga e pequena), ora em linha recta, ora em linha quebrada, para o qual deita, de um lado dos dois, uma fila de casas de andar baixo (rés-do-chão) e às vezes também de primeiro ou mais andares, dispostos à maneira de celas de convento. O corredor, que forma no essencial o pátio, inicia-se à beira da via pública, onde ostenta um número policial, como qualquer outro edifício (...); fica em geral sem saída pela extremidade ou porta, e nisto se assemelha ao beco, diferenciando-se em que o beco se integra no arruamento, recebendo cada morada seu número, enquanto o pátio constitui propriedade particular, construído, como foi, para se alugar a várias pessoas" (J. L. Vasconcelos, *in* ANTUNES, 2002: 59).

O lento desenvolvimento industrial nesta época, com todas as condicionantes sociais e económicas que daí advêm, acarreta uma forte vertente segregacionista entre a classe burguesa – culta e com posses – e a classe operária – na maioria analfabeta, pobre e sem condições de acesso a qualquer tipo de benefícios – que, consequentemente, determina e define o processo de formação/transformação do tecido urbano, altamente volátil. A cidade industrial densifica inicialmente as áreas mais antigas da cidade, difundindo-se depois para as áreas de maior concentração industrial na periferia e para Norte.

Dada a incapacidade estatal em resolver a questão do alojamento operário e esta exponencial disseminação territorial, as entidades privadas vislumbram uma oportunidade de lucro através da rentabilização de terrenos pouco valorizados com a construção de habitações operárias de raiz, com base na génesis dos pátios, que ulteriormente arrendam às inúmeras famílias, carenciadas de habitações providas de condições mínimas de salubridade a um preço acessível aos seus baixos rendimentos. Concomitantemente, várias indústrias vêm nesta inoperância governativa um entrave ao seu desenvolvimento, pelo que algumas tomam a iniciativa de, com fundos próprios, construir



5. a 10. Variações tipológicas que os bairros e vilas operárias de Lisboa adoptaram em função da envolvente.



11. Vila Bagatela edificada em São Mamede.



12. Vila Mendonça em São Jorge de Arroios.

habitações para os seus operários. Este investimento não é, no entanto, inocente e desprovido de segundas intenções pois, salvo raras excepções, a maioria dos empresários usa a habitação numa primeira instância como forte estímulo atractivo para a mão-de-obra e, posteriormente, como forma de explorar economicamente o trabalho e produtividade do operário. A promoção da habitação constituía ainda uma excelente forma do empresário publicitar o seu negócio, ao “baptizar” as então designadas vilas operárias, por si erigidas, com o seu próprio nome numa clara demonstração de poder, riqueza e sucesso.

Apesar de algumas empresas lideradas por empresários filantropos se inspirarem em exemplos preconizados um pouco por toda a Europa e, alicerçados no desenvolvimento industrial fruto das políticas vigentes, tomarem a iniciativa de albergar condignamente os seus trabalhadores através da introdução de um sistema de relação formal e funcional entre a habitação e o posto de trabalho fabril, é no sector privado das promotoras imobiliárias que a classe operária encontra a solução para os seus problemas de alojamento no virar do século.

As vilas operárias, isto é, “grupos de edificações destinadas a uma ou mais moradias construídas em recintos que tenham comunicação, quer directa, quer indirecta com a via pública por meio de serventia” (R. G. C. U. Lisboa *in DUARTE*, 2010: 45), emergem naturalmente a partir do final do século XIX, substituindo naturalmente os degradados pátios. A importância destas construções no tecido edificado da capital fica bem patente no Roteiro de Lisboa do Anuário Geral de Portugal de 1979, onde se encontram inventariadas 350 vilas, apesar de serem praticamente invisíveis à via pública, concentrando-se maioritariamente nos bairros antigos e na sua periferia, à semelhança dos pátios operários. Última fase do processo de alojamento operário de pequena escala, a vila trata-se de uma evolução morfológica natural do pátio como modelo de habitação multifamiliar baseado no conceito social de vivência comunitária dentro de um espaço delimitado e semi-privado “análogo a uma rua e da qual, de certo modo, é uma pré-existência” (M. J. M. Rodrigues *in ANTUNES*, 2002: 77) para a classe

operária de parcisos rendimentos, construído de raiz e à margem da malha urbana, maioritariamente no interior dos quarteirões, conferindo um carácter algo marginal a estas construções, pelo que a sua edificação passa a ser proibida em 1930.

Dinamizada sobretudo por entidades privadas, cujo único objectivo é o lucro, à rentabilização máxima da área de construção opõe-se a exiguidade dos espaços domésticos, enquanto a única zona livre é usada para aceder às respectivas habitações através de um vazio central, mais ou menos alongado, formando um corredor ou, na melhor das hipóteses, um pátio de dimensão variável, que funciona como um prolongamento das habitações e elemento central para a vivência comunitária características nos bairros operários. Os próprios acessos às habitações são reduzidos ao mínimo, com a substituição de escadas interiores por galerias exteriores, pelas quais se acede a cada casa directamente pela zona de estar, enquanto nas traseiras, voltada para os edifícios pré-existentes quando existem, localiza-se a cozinha, única divisão com despejo sanitário, e, por vezes, um pequeno quintal. A organização hierárquica dos espaços que compõem o pátio ou vila reflectem claramente o sistema de dependência entre a classe operária e o grande industrial.

A habitação operária estende-se por toda a cidade de Lisboa sob diversas formas de implantação e relação com a malha urbana, podendo integrar-se em continuidade com o traçado e morfologia arquitectónica ou, pelo contrário, afastar-se da via pública aquando construída no interior dos quarteirões, comunicando directa ou indirectamente com a frente de rua.

O primeiro caso aparentemente contraria a definição anteriormente citada de vila como edificação cujo único acesso, directo ou indirecto, à rua é por meio de serventia, já que acompanha a via pública como qualquer outro edifício. Contudo esta variante mantém características típicas de qualquer vila operária como a implantação em áreas marginais da cidade, de iniciativa privada para famílias pobres e onde a tipologia multifamiliar é explorada até ao limite. Dentro desta tipologia, distinguem-se duas variantes principais: a vila a formar uma ou mais ruas, num edifício alongado, em banda ou



13. Bairro Estrela d'Ouro.



14. Vila Berta.

correnteza, composto por dois ou três pisos⁷; ou um edifício mais contido, com todas as fachadas livres, tipo bloco, encerrando sobre si um pátio e de acesso central.

O segundo caso é o mais comum, onde a vila operária se encontra separada dos arruamentos principais e cuja entrada, muitas vezes imperceptível, esconde um modo de habitar comunitário e de carácter mais rural, totalmente díspar ao meio urbano onde se insere. Esta variante atinge maior expressão porque, por um lado, permitia aos industriais erigir as vilas no interior de lotes em que possuíam parte ou mesmo a totalidade dos edifícios pré-existentes, exercendo um maior controlo sobre os seus operários e, por outro lado, permitia a estes grandes empresários, bem como às restantes entidades privadas promotoras que investem nas habitações operárias, rentabilizar as habitações ao máximo, já que os interiores de quarteirão eram abundantes e muito mais económicos, pelo que a margem de lucro era muito superior. O acesso ao pátio e às habitações é muitas vezes feito através de um túnel, de maiores ou menores dimensões, de serventia, que liga a rua a um espaço semi-privado, completamente à margem da malha urbana.

Com o rápido sucesso e proliferação das vilas operárias, um pouco por toda a cidade, estas são desenvolvidas a escalas cada vez maiores, distanciando-se progressivamente do primitivo pátio. Torna-se por isso comum a construção de vilas que “atingem uma escala que as impõe ao nível do espaço da cidade, constituindo neste último caso um sistema viário que, sem perder o carácter segregador, ganha uma dimensão urbana” (PEREIRA, 1994: 13).

Apesar de, pelo menos desde o final do século XIX, o Estado tomar consciência da problemática da habitação operária e de lhe caber a regulamentação da construção e respectiva atribuição das habitações, na prática continua a ser o sector privado, sob a forma das próprias

⁷ Esta variante ocorre em zonas de terreno plano e desimpedido, onde a rua pública é de certa forma apropriada pela vila como espaço de convívio e de estar, para além do acesso rodoviário e pedonal.

indústrias ou de promotores à procura de lucro fácil e seguro, a assegurar algum investimento neste campo até às duas primeiras décadas do século XX. Ao longo deste período os próprios operários ganham consciência colectiva enquanto classe e começam a organizar-se em cooperativas ou associações para tentarem resolver os seus problemas e dar um corpo legal às suas reivindicações, cada vez mais frequentes. É preciso esperar quase uma década de república e pelo fim da Primeira Grande Guerra Mundial para que o Estado inicie o seu contributo no campo do alojamento operário em Lisboa com a construção de dois bairros, os do Arco do Cego e da Ajuda, iniciados em 1918. Porém, a morosidade na construção destas duas primeiras obras reflecte na perfeição a ineficácia política em resolver a carência habitacional, cada vez mais premente, que os pátios e vilas, construídos sobretudo a partir do último quartel do século XIX, procuram amenizar mas, que em virtude do carácter insalubre e degradado da esmagadora maioria, acabam por agravar ainda mais. Assim, a problemática da habitação operária cresce descontroladamente ao longo das primeiras décadas do século XX, atingindo uma proporção tal que, apenas na década de 30, o Estado Novo mostra capacidade de começar a solucionar.



02.0

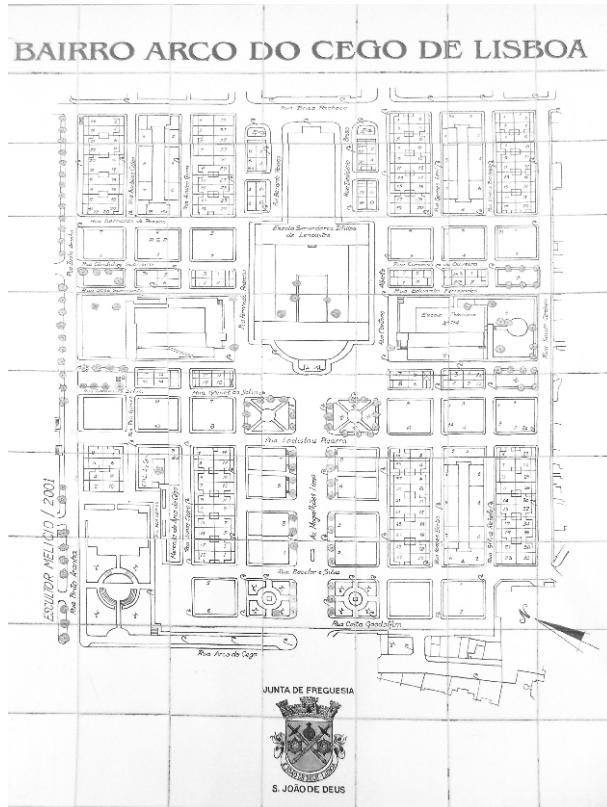
A REPÚBLICA EM PORTUGAL: ENTRE A DEMOCRACIA E A DITADURA

02.1 A instabilidade política das primeiras décadas: o caso do Bairro do Arco do Cego

"Somente com a I República foi possível o Estado lançar-se também na construção de Bairros. É assim que são iniciados, em 1918, os Bairros Sociais da Ajuda e do Arco do Cego. Planeados com empenho e certa grandiosidade, introduzem uma tipologia nova no tecido da cidade. Pretende-se evitar aqui o carácter lúgubre, típico dos bairros operários, constituídos por monótonos alinhamentos de casas uniformes e sem adornos. Por isso se projectam tipos variados, se enriquecem as fachadas e se prevêem edifícios de fruição colectiva" (PEREIRA, 1994: 14).

É desta forma simples que Nuno Teotónio Pereira (1922-) sintetiza a evolução do papel do Estado na promoção de habitação social. Com a implantação da República nasce uma nova esperança no que respeita às políticas habitacionais e, não obstante a instabilidade político-social, reúnem-se pela primeira vez as condições necessárias para que o Estado e a sociedade assumissem, conjuntamente, um compromisso com vista à resolução de um problema cada vez mais premente. Surgem então os primeiros indícios, sobretudo pela mão de Sidónio Pais, de uma política de habitação que incumbe, pela primeira vez, a participação activa do Estado – sobretudo através do financiamento – no desenvolvimento de habitações para as classes mais desfavorecidas, que se amontoam perigosamente desde finais do século XIX nos pátios e vilas lisboetas insalubres.

Em virtude da crise, provocada pela Guerra, e da instabilidade política, não só em Portugal mas um pouco por toda a Europa, a construção estagna substancialmente, quer em quantidade, quer na sua evolução arquitectónica, com os edifícios a manterem, na sua maioria, o mesmo traçado das obras do início do século. A falta de investimento e sobretudo de planeamento provocam uma expansão descontínua no tempo e no espaço, resultante de uma especulação imobiliária geradora amiúde de bairros periféricos isolados sem qualquer ligação entre si e com a malha urbana. Nesse sentido, o Estado elabora e coloca em prática novas políticas urbanas a partir de 1918, onde se negoceiam



01. Planta do conjunto do Arco do Cego pintada em azulejo junto às principais entradas do bairro.

verbas para a construção de cinco bairros operários¹, dos quais se destaca o projecto pioneiro do Arco do Cego, génesis da habitação social estatal, pensado e projectado de raiz como resposta muito concreta à problemática habitacional e primeiro grande palco para a experimentação de novos métodos de planeamento urbano, de materiais e sistemas construtivos inovadores e de linguagens e tipologias vanguardistas. Porém, a iniciativa do Estado fica muito aquém das expectativas, com a construção do bairro a arrastar-se por mais de uma década, quando a sua conclusão prevista apontava para o final do ano de 1920, resultado de um contexto político, social e económico adversos, ao qual se junta a inexperiência estatal na organização de processos construtivos de tamanha envergadura. Efectivamente, só no Estado Novo, regime que sucede ao período de Ditadura Militar, responsável pela queda da I República em 1926, o bairro, englobado no novo Programa de Casas Económicas – aprovado em 1933 –, é finalmente concluído e inaugurado em 1935 como símbolo do novo regime de Oliveira Salazar. O Programa das Casas Económicas constitui-se, aliás, como o modelo de habitação social do Estado Novo, onde se protege o pilar fundamental da nova sociedade portuguesa, a família, que “reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a nossa casa (...) [e] é naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída, a família que se abriga sob tecto próprio. Eis porque não nos interessa os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária (...) para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família” (VASCONCELOS, 2010: 36). Contudo, à semelhança da I República, o Estado Novo revela-se incapaz de resolver, durante as mais de três décadas em que Salazar está no poder (1932-1968), o problema da habitação em toda a sua dimensão, preferindo construir grandes e

¹Para além do bairro do Arco do Cego, prevê-se a construção dos bairros da Ajuda e Braço de Prata em Lisboa, do bairro Sidónio Pais no Porto e de um último na Covilhã, dos quais apenas o do Arco do Cego, o da Ajuda e o Sidónio Pais são construídos.

monumentais obras públicas demonstrativas do seu poder.

Marcado por três fases distintas, às quais corresponde a alternância administrativa entre o poder central e local², o processo construtivo do bairro do Arco do Cego é, dada a sua escala e variedade tipológica, um espelho perfeito das ambiguidades políticas, culturais e arquitectónicas que marcam as primeiras décadas do século XX: é inicialmente idealizado como um bairro operário republicano e termina como um bairro burguês de carácter fascista, consentâneo com os ideais do Estado Novo. Os próprios autores do projecto não são completamente unâimes, existindo referência a vários arquitectos³, dos quais se destacam Arnaldo Adães Bermudes (1864-1948) e Edmundo Tavares (1892-1983), reflexo claro da clivagem no pensamento arquitectónico que já se acentua neste período, fruto de dialécticas conceptuais, formais e estéticas distintas entre o período republicano e salazarista.

Arnaldo Adães Bermudes, responsável pela concepção geral, é inicialmente o coordenador principal do projecto do bairro do Arco do Cego, simultaneamente por ser mais velho e possuir uma maior experiência projectual⁴ comparativamente com o seu colega Edmundo Tavares. Para Bermudes, a cidade operária – temática do seu interesse⁵ – devia assentar num programa com variadas tipologias habitacionais, quebrando assim a monotonia dos pátios e vilas insalubres comuns desde finais do século XIX. Desta forma, propõe três tipologias distintas, cada uma com soluções espaciais e

² Entre 1919 e 1927 é da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e Comunicação, entre 1927 e 1932 é cedido à Câmara Municipal de Lisboa e, finalmente, entre 1932 e a sua conclusão, em 1935, o estado, através do Ministério das Obras Públicas e inserido no programa de casas económicas, chama de novo a si a responsabilidade do bairro.

³ Para além de Edmundo Tavares e Adães Bermudes, são mencionados Frederico Machado e Caetano de Carvalho, para lá dos engenheiros.

⁴ Entre as suas obras destacam-se as instalações do Instituto Superior de Agronomia em Lisboa ou o edifício do Banco de Portugal em Faro.

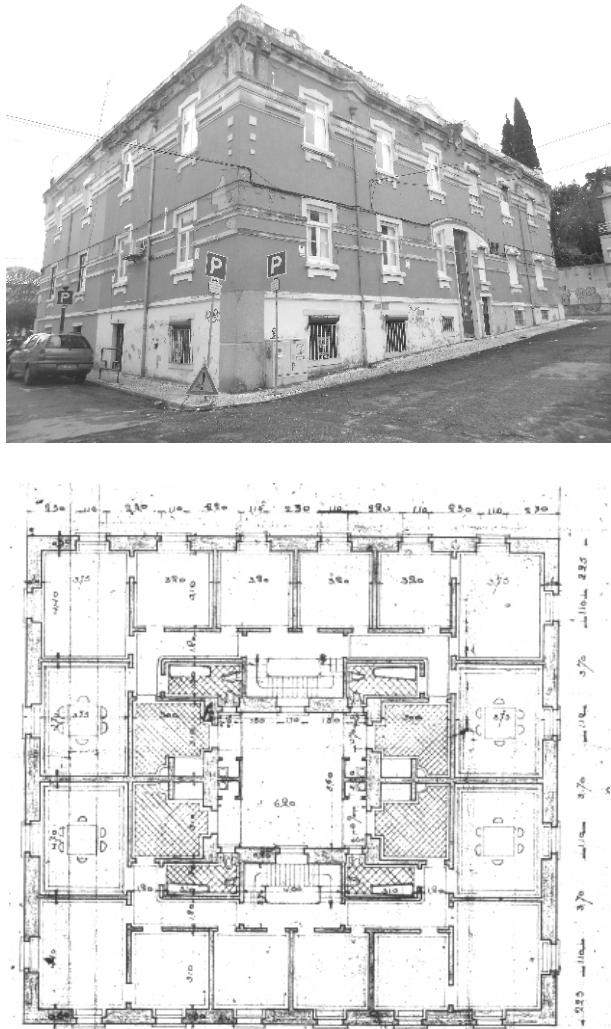
⁵ Já em 1896 propõe a criação de uma sociedade promotora de habitações económicas para a classe operária (J. A. França, *in PINHEIRO, 2005: 39*).



02. Exemplos da actual deturpação exterior do bairro face ao projecto original.



03. Variações tipológicas das habitações unifamiliares.



04. e 05. Vista e planta de um bloco de habitação plurifamiliar.

distributivas variadas: a habitação unifamiliar, a habitação colectiva e a habitação especial, que por sua vez, se subdividem em diferentes tipos, idealizados para diferentes agregados e possibilidades económicas.

À habitação unifamiliar, destinada às famílias operárias, correspondem as variantes isolada, agrupada e em banda contínua; a habitação colectiva corresponde a dois edifícios com 32 quartos cada, servindo para albergar os celibatários de ambos os sexos; e por último, as habitações especiais, isoladas ou geminadas, são ligeiramente mais luxosas⁶, destinando-se por isso a funcionários de uma classe média. A panóplia tipológica tem a dupla valência de responder a um maior número de famílias, assim como facilitar a organização hierárquica habitacional face aos equipamentos públicos necessários ao funcionamento de um bairro, nunca construídos, tal como uma escola, um hospital, lavadouros, uma igreja ou uma biblioteca.

Contudo, ainda durante o primeiro ano de construção, Adães Bermudes é afastado do projecto, pelo que Edmundo Tavares assume o principal papel na execução do bairro. Todavia, como anteriormente se referiu, a construção do Arco do Cego, fruto da sua escala, complexidade programática e consequentes custos, aliados à fraca dinamização encetada pela I República, prolonga os trabalhos muito para além do expectável. A implantação do regime militar em 1926 e posteriormente das novas directrizes constantes no Programa de Casas Económicas, aprovado em 1933, viria a reduzir a sua escala e a desvirtuar o propósito inicial desta obra, inicialmente direcionada para a classe operária, ao estabelecer a moradia unifamiliar como único paradigma que defendia o bem essencial da família.

Estas alterações promovidas pelo Estado Novo foram prontamente aceites por Edmundo Tavares, cuja ideologia arquitectónica se identificava totalmente com a perspectiva tradicionalista e

⁶ Assemelham-se às *cottages* inglesas.

com o ideal da *casa portuguesa*⁷. Ambos os arquitectos veiculam, portanto, dialécticas conceptuais, formais e estéticas distintas relativamente aos modelos das habitações operárias a implementar no novo bairro: enquanto Edmundo Tavares defende os valores e habitações tradicionais da arquitectura portuguesa – em clara sintonia com a ideologia ulteriormente propagandeada pelo Estado Novo –, Adães Bermudes assume uma abordagem mais modernista e filantropa – ideais claramente em choque com a doutrina assumida pelo novo regime.

Situada numa zona de expansão entre duas saídas da cidade – as vias do Arco do Cego e da Amoreira – a Quinta das Cortes, local de implantação do bairro, encontra-se no segundo decénio do século XX nos subúrbios da cidade, longe do desenvolvimento urbano que tinha a baixa pombalina como polo dinamizador, ao passo que actualmente o bairro se encontra no centro da cidade, completamente integrado na malha urbana, a nascente das Avenidas Novas e entre praças importantes, tais como a de Londres e do Campo Pequeno, e um pouco mais afastadas, as do Areeiro e do Saldanha. A morfologia urbana do bairro, claramente ortogonal e simétrica em relação ao eixo central – a avenida Dr. Magalhães Lima –, define uma hierarquização das vias e espaços públicos através das áreas ajardinadas. Já as habitações unifamiliares, de dois pisos, e as plurifamiliares, com três pisos, organizam-se aos pares – geminadas – ou em banda, dispostas segundo uma malha regular e hierarquizada. No total, o bairro é constituído por 481 habitações unifamiliares e em 1940 alberga 2191 pessoas (FERREIRA, 1994: 705) – na sua maioria pertencentes a um estrato social médio, ao invés da classe operária, isto porque as rendas praticadas à época não se coadunam com os parcós rendimentos das classes mais desfavorecidas –, cuja fidelidade ao regime, o bom comportamento moral e profissional, a idade e a estabilidade laboral as tornam passíveis de aceder às habitações

⁷ Temática arquitectónica comum no início do século XX, onde é defendida a tradição arquitectónica, entre outros, por Raúl Lino na sua obra de 1929 intitulada *A casa portuguesa*



06. Muitas das habitações encontram-se actualmente em avançado estado de degradação e ao abandono.



07. Relação entre os edifícios uni e plurifamiliares.



08. Escola D. Filipa de Lencastre, projectada pelo arquitecto Jorge Segurado.

económicas estatais⁸. Quanto aos equipamentos públicos, o Estado Novo redu-los a duas escolas primárias – uma para cada sexo –, um liceu, um arquivo municipal e uma esquadra, abolindo inúmeros outros que constam do projecto inicial, tais como oficinas e diversas lojas.

O bairro do Arco do Cego desenvolveu-se assim como um somatório de vários intervenientes e ideologias, do qual prevalece indubitavelmente a do Estado Novo e de Edmundo Tavares, sem que contudo tenha eliminado por completo a influência protomoderna⁹ defendida por Adães Bermudes, pois aquando da sua saída como principal coordenador do projecto, já vários edifícios, baseados no seu projecto inicial, se encontravam principados. Conclui-se assim que “a tensão política da época e os paradoxos e ambiguidades dos códigos arquitectónicos eclécticos contribuíram para uma evidente hibridez da estrutura do bairro, conferindo-lhe uma imagem única no panorama nacional. Assim, é indispensável observar o primeiro bairro operário português como polo aglutinador e contentor de visões contrastantes que, concedendo-lhe multiplicidade e coesão, revelam a sua inegável identidade” (MESQUITA, 2006: 99).

02.2 A consolidação do Estado Novo: a figura de Duarte Pacheco e a expansão de Lisboa

Com a implementação do Estado Novo em 1933, o panorama social, político e cultural português altera-se profundamente. Apesar do seu carácter tradicional e baixa produtividade, a agricultura continua a ser durante este período a principal actividade económica no país, concentrando ainda uma parte significativa da população activa, não obstante as dificuldades de sobrevivência fruto dos parcos rendimentos e sazonalidade do trabalho, enquanto o operariado, ainda pouco expressivo

⁸ Actualmente o bairro é de propriedade privada.

⁹ Na década de 20 ainda não se falava em modernismo em Portugal.

devido à indústria dispersa e pouco desenvolvida em Lisboa e arredores, vive pouco melhor, pois a garantia de trabalho, inexistente no campo, não encontra correspondência nas condições habitacionais urbanas.

Após o período de ditadura militar – entre 1926 e 1932 –, surge então a figura de António de Oliveira Salazar (1889-1970), inicialmente Ministro das Finanças, durante a ditadura militar até assumir a presidência do Concelho de Ministros em 1932 e constituir o Estado Novo no ano seguinte. O regime militar assegura assim uma transição entre a cessante República e o sucessor regime fascista, limitando-se a gerir os problemas herdados pela I República e a consolidar economicamente o país, já sob a mão firme de Salazar. Nesta primeira fase, onde são criados os alicerces que vão suportar Portugal ao longo das quatro décadas seguintes, Lisboa, bem como o restante país, conhece um crescimento urbano algo atabalhado, isento de planeamento, baseado em experiências que reflectem ideais da *Art Deco*, ao mesmo tempo que na Europa emerge uma nova corrente modernista, posteriormente conhecida como Estilo Internacional.

Até meados da década de 30, com a implementação do Estado Novo e das suas ideologias não só políticas, mas religiosas, sociais e culturais, é sobretudo a opinião pública a censurar o *apport* introduzido por alguns artistas portugueses¹⁰, estimulados pela riqueza e dinamização cultural sentida no resto da Europa, sobretudo a partir dos anos 20 do século XX. Contudo, nos últimos anos da década de 30, Lisboa acelera o seu ritmo de crescimento, fruto da consolidação do regime político que simultaneamente retoma uma política de obras públicas¹¹ e incentiva a construção de habitação privada. Para além de Salazar, os contributos do engenheiro Duarte Pacheco (1900-1943), Ministro

¹⁰ Entre pintores, escultores e arquitectos, dos quais se destacam Cristino da Silva, Pardal Monteiro, Carlos Ramos, Cassiano Branco ou Cottinelli Telmo.

¹¹ Encetada a espaços e de forma tímida desde o último quartel do século XIX.

das Obras Públicas, e António Ferro (1895-1956), presidente do Secretariado da Propaganda Nacional e responsável pela política cultural do Estado Novo, revelam-se determinantes para as políticas do regime nas duas primeiras décadas.

Enquanto Salazar exige o poder absoluto para impor as suas políticas económicas, por um lado, António Ferro divulga todos os grandes feitos do regime e dita os novos cânones culturais e, por outro, Duarte Pacheco revela uma capacidade intervencionista notável, modernizando Lisboa através da supressão de várias lacunas infra-estruturais e da construção de vários equipamentos públicos, de carácter monumental evocando a grandeza do Estado, e de alguns bairros de dimensões mais reduzidas. Mas se, na sua maioria, as grandes obras de exaltação ao Estado Novo são, durante os anos 30, assumidamente modernistas, o mesmo não acontece nos pequenos bairros sociais, cujas raízes variam entre os conceitos da cidade-jardim – que espelham na perfeição os ideais de uma sociedade e cidade ruralistas defendidos pelo regime – e os *siedlungen* – experiências habitacionais testadas na Europa central após a I Grande Guerra Mundial, onde se privilegiam os ideais modernistas e a libertação dos interiores de quarteirão como espaço público colectivo¹² –, devidamente contextualizados à realidade e ideologia portuguesas (BARROS, 2009: 27).

Apesar da pouca atenção e até permissão face às premissas veiculadas pelo Movimento Moderno que pontualmente se manifestavam nos vários sectores artísticos portugueses, rapidamente o Estado Novo assume uma postura mais autoritária e procura uma nova linguagem estilística que melhor reflecta as suas convicções, manifestando-se “(...) pois, contra todos os internacionalismos, contra o comunismo, contra o socialismo, contra o socialismo libertinário, contra tudo o que diminui, divide, desagrega a família” (COSTA, 1997: 19), ou seja, repudia por completo o designado “Estilo Internacional” por ver nele uma invasão e deturpação da soberania e cultura portuguesas. Daí que, a



09. Exemplo de *siedlungen* construída em Berlim.

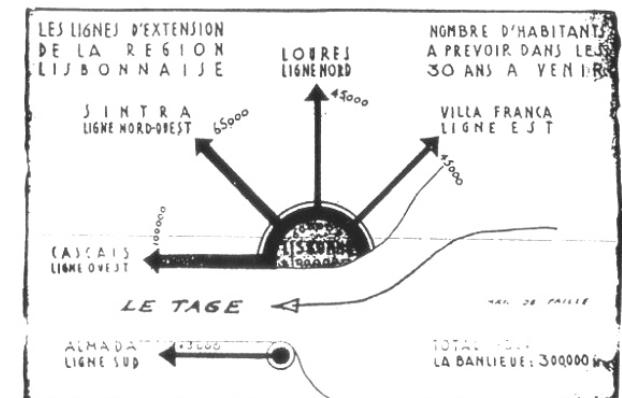
¹²Sobre este tema consultar LAMAS, 2004: 331 a 335.

partir do final da década de 30 e início da de 40, arquitectos e engenheiros, por convicção ou coacção, usam, sobretudo nas habitações, materiais modernos como o betão nas estruturas, mas ulteriormente camuflados com revestimentos em pedra, pinturas coloridas e coberturas inclinadas em telha, numa clara afirmação de um estilo “aportuguesado”, assente na autoridade, ordem e disciplina, por um lado, e no culto da nacionalidade, ruralidade e família, por outro¹³.

Ao mesmo tempo em que intervém energicamente na modernização das infra-estruturas, Duarte Pacheco desde logo se apercebe da inexistência de um plano de urbanização e expansão de Lisboa, o que constitui um problema fulcral para um desenvolvimento integrado e sustentado da cidade. No sentido de resolver esse problema, em 1933 convida o arquitecto francês Alfred Agache¹⁴ (1875-1959) a elaborar um plano de urbanização (1934-1936) ao longo da foz do Tejo “desde o Terreiro do Paço até Cascais” (ANDRÉ, MARAT-MENDES, RODRIGUES, [s.d.]: 1), ou seja, um plano de expansão da Costa do Sol, à qual Pacheco atribui um grande potencial turístico e habitacional. Aliado ao Plano de Expansão da região Oeste de Lisboa, Agache propõe uma expansão racional da cidade através duma distribuição zonal, contudo, o plano para “a nova Lisboa, voltada para o rio, enamorada pelo mar, tal como todos nós sonhámos e que Salazar vai em breve converter numa maravilhosa realidade” (ANDRÉ, MARAT-MENDES, RODRIGUES, [s.d.]: 3) não é concretizado, fruto da inexistência de levantamentos topográficos e da reduzida organização de serviços, factores aos quais se junta o precoce afastamento de Duarte Pacheco do Ministério das Obras Públicas em 1936, ao qual só volta dois anos depois, acumulando ao cargo ministerial a presidência da Câmara Municipal de

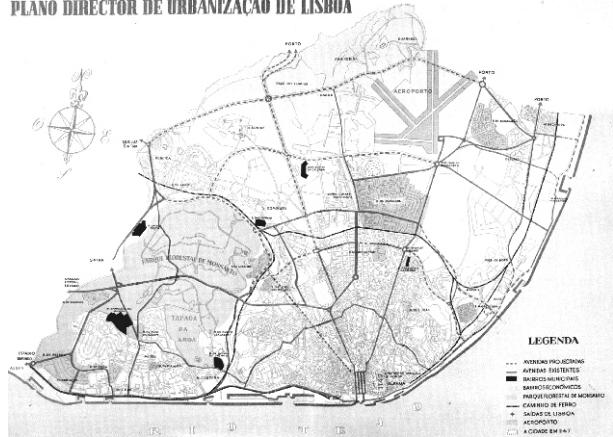
¹³ Exemplo paradigmático da transição arquitectónica entre o modernismo característico dos primeiros anos e o neotradicionalismo adoptado até meados do século é o conjunto da praça e do bairro do Areeiro, da autoria de Cristino da Silva e Faria da Costa, respectivamente.

¹⁴ Escolhido simultaneamente pelos inúmeros planos para cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, e recomendado por Pardal Monteiro (1897-1957), arquitecto próximo de Duarte Pacheco.



10. Esquema de expansão de Lisboa concebido por Agache que identifica vários eixos a prolongar a partir do centro histórico de Lisboa, desde Cascais, a oeste, até Vila Franca de Xira, a este.

PLANO DIRECTOR DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA



11. Plano desenvolvido por De Gröer que mostra a expansão para norte até à zona do Campo Grande, onde define a implantação de um grande bairro: o bairro de Alvalade.

Lisboa, “conquistada”¹⁵ meses antes.

De poderes renovados e reforçados, Duarte Pacheco, assente numa política urbana dinâmica e autoritária¹⁶, retoma em 1938 o plano de expansão de Lisboa, enunciado anteriormente no anteprojecto de Agache. Assim surge Étienne de Gröer (1882-1952), colaborador do urbanista francês no plano do Rio de Janeiro e sugerido pelo próprio aquando da sua proposta para o plano de expansão geral de Lisboa. O Plano de Göer¹⁷, desenvolvido entre 1938 e 1948 com importante contributo de Faria da Costa (1906-1971) e do próprio Duarte Pacheco, entre outros, assenta, com recurso essencial ao zoneamento urbano, sobre as seguintes premissas: criação de uma rede viária radiocêntrica a partir da avenida António Augusto de Aguiar e do seu prolongamento até à estrada Lisboa-Porto; organizar, de forma decrescente, a densidade populacional do centro para a periferia; criar uma zona industrial na zona oriental da cidade, associada ao porto; construir uma ponte sobre o Tejo no Poço do Bispo-Montijo, ligada a uma das circulares; construir um aeroporto internacional na parte norte da cidade; e, por fim, criar um grande parque em Monsanto, e uma zona verde que se estenderia até Loures. Não obstante a não concretização total das propostas enunciadas¹⁸, a importância deste(s) plano(s) é notória ao olhar-se para a morfologia actual da cidade de Lisboa¹⁹. Fica igualmente patente o peso de Duarte Pacheco na construção e modernização da capital, ele que colabora activamente tanto no plano de Agache, como no de Gröer, esboçando ele próprio muitas das linhas orientadoras seguidas por

¹⁵ No Estado Novo, não havia eleições para câmaras, os presidentes eram designados ou pelo governador civil ou pelo governo central.

¹⁶ Pelo modo como conduz o processo de expropriações no concelho de Lisboa.

¹⁷ Nome pelo qual fica conhecido o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa – PGUEL.

¹⁸ O plano é aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1948, mas nunca chegará a ser aprovado pelo governo.

¹⁹ Gröer elabora ainda estudos para outras cidades, como Braga, Coimbra, Almada ou Évora, embora a sua acção não se tenha revelado tão determinante em consequência do menor dinamismo e desinteresse das entidades públicas nestas regiões.

ambos os urbanistas.

Para além da escala territorial e da cidade, o Plano de Gröer comprehende a escala da forma urbana, do bairro e da habitação, cuja concepção é frequentemente associada ao pilar fundamental na ideologia de Salazar — a família — e, por isso, usada para propagandear o carácter paternalista do regime e, simultaneamente controlar e serenar a ordem social. Essa ideia é reforçada com o Programa das Casas Económicas, implementado em 1933, no qual se apostava fortemente na construção de bairros compostos por pequenas moradias unifamiliares, dotadas de pequenos jardins ou quintais próprios, à imagem e semelhança da típica aldeia portuguesa, às quais se juntam, quando a escala habitacional determina um bairro, pontuais equipamentos públicos, também eles símbolos do regime, tais como a igreja e a escola.

A opção por habitações unifamiliares, em detrimento das colectivas, prende-se com a ulterior aquisição destas pelos respectivos inquilinos, funcionando como um incentivo à propriedade familiar, estimulando a sua produção e respeito pelas instituições sociais, e em última instância, pelo Estado. A própria atribuição habitacional fomenta o conceito da família e da moral, uma vez que a habitação apenas podia ser atribuída a um casal no seu conjunto e não a apenas um dos membros do casal, desincentivando o divórcio ou qualquer outro problema que colocasse em causa a família, sob pena de esta perder o direito à habitação. Esta nova política de habitação é nítida nas declarações de Duarte Pacheco, num discurso realizado em 1934: “A nova unidade política e social — a família — há-de possuir, além do braço ou do cérebro que lhe dá o pão, a casa própria que a abrigue, que a defende, que lhe dê o bem-estar e com ele o sentido da conservação e da responsabilidade social de contribuir para o bem comum. O velho problema da casa económica é, sob muitos dos seus múltiplos aspectos, essenciais ou de detalhe, uma solução nova, construída sobre princípios de economia, de justiça social e da moral que dão à nossa casa económica características muito próprias, que haverão de fazer dela uma aglutinante social forte, estável e duradoura. Na elaboração das casas económicas há-de

considerar-se que elas serão agrupadas por classes, formando conjuntos que podem construir manchas de apreciável valor estético nas cidades e vilas; estabeleceu-se, por isso, que os planos gerais dos agrupamentos de moradias económicas se integram harmonicamente nos planos de urbanização delineados pelas câmaras municipais ou pelo Estado" (PACHECO, 1934).

Contudo, o regime, representado na pessoa de Duarte Pacheco, rapidamente percebe que, mais do que pequenas habitações para a classe média-baixa, são as monumentais obras públicas as que melhor ilustram o poder e a ideologia do Estado Novo, incapaz de resolver o problema da habitação, que se agrava progressivamente desde o final do século XIX. Não obstante o esforço encetado conjuntamente pelo estado e pelas câmaras²⁰, patente na aprovação de vários programas habitacionais – como o de Casas Económicas, de Casas para Famílias Pobres ou de Casas Desmontáveis, posteriormente designado de Casas de Rendas Económicas – e na construção efectiva de alguns bairros neles integrados²¹, a verdade é que, por um motivo ou por outro, alguns desses bairros acabam por ser destinados não às classes mais desfavorecidas, mas sim às classes médias, como os funcionários municipais. Esta situação, aliada a diversos factores internos – congelamento de salários, quer na indústria quer no campo, a subida dos preços e a especulação – e sobretudo externos, com o despoletar da II Guerra Mundial, faz emergir ao longo da década de 40 os primeiros indícios de descontentamento social em vários sectores. É neste contexto que surge, integrado no Plano de Groër, uma nova proposta urbana de grande escala, com a qual o Estado Novo tenta amenizar as revoltas sociais relacionadas com a problemática habitacional.

²⁰ O estado procura facilitar e agilizar a aquisição dos terrenos necessários, através, por exemplo, da isenção de impostos ou de empréstimos com reduzidas taxas de juros.

²¹ Da Ajuda, do Arco do Cego, do Alvito, Quinta do Jacinto, de Belém, do Camarão da Ajuda, da Quinta das Furnas, do Alto da Boa Vista, do Alto da Serafina, da Encarnação, da Madre de Deus, de Campolide, entre outros, todos construídos entre meados da década de 30 e a primeira metade da década seguinte.

Nasce, então, em 1945 o projecto para o Bairro de Alvalade, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, com vista a urbanizar aquela zona rural da cidade, não apenas com habitações de tipologia diversificada, mas igualmente com vários equipamentos públicos – como mercados e equipamentos desportivos – e espaços comerciais ao longo das principais ruas.

02.3 As décadas de 40 e 50 como ponto de charneira: o ambicioso projecto de Alvalade

Resultado da política urbana exercida por Duarte Pacheco a partir do final dos anos 30, alicerçada na implacável expropriação dos solos, a Câmara Municipal de Lisboa municipaliza a maioria dos terrenos em Alvalade²², livres de quaisquer restrições fundiárias, permitindo assim a execução do plano de urbanização numa tentativa de, simultaneamente, resolver os problemas habitacionais de Lisboa e descentralizar serviços e a população, em constante crescimento, para a periferia através do aproveitamento de eixos viários já existentes e, consequentemente, da criação de outros. No seguimento dos trabalhos, depois de Agache e Gröer, é chamado em 1938 por Duarte Pacheco para integrar a Câmara Municipal de Lisboa Faria da Costa (1906-1971), o primeiro arquitecto e urbanista com formação internacional ao diplomar-se em Paris²³. Nesse mesmo ano este elabora, no âmbito do Plano de Gröer, o plano de pormenor do Bairro do Areeiro²⁴ para 9.000 pessoas, encetado em 1940. Já o plano de pormenor para o Bairro de Alvalade, inicialmente designado por plano de urbanização da zona sul da avenida Alferes Malheiro (actual avenida do Brasil), é projectado em 1942 para 45.000 habitantes, sendo reestruturado em 1944 e executado no ano seguinte.

²² Na época são, na sua maioria, de carácter rural e periférico, usados predominantemente para o cultivo.

²³ Forma-se em arquitectura na ESBAL e em urbanismo no *Institut d'Urbanisme*.

²⁴ A praça é da autoria de Cristina da Silva.

Alicerçado nas grandes obras públicas, como são exemplos os planos do Areeiro e de Alvalade, os anos 40 deixavam antever mais uma década de grande fulgor do regime fascista, que contudo não se viria a concretizar, dado que o final deste decénio marca o fim da época dourada e o início do declínio do Estado Novo, fortemente abalado pela morte precoce e inesperada de Duarte Pacheco em 1943 e enfraquecido pela crescente desautorização e descrédito das políticas difundidas pelo S.P.N.²⁵ de António Ferro, num contexto interno, e pelo término da II Grande Guerra Mundial, a qual dita a derrota das ditaduras de carácter fascista, substituídas por repúblicas sociais e democráticas, e a consequente descolonização das grandes potências europeias, no plano externo.

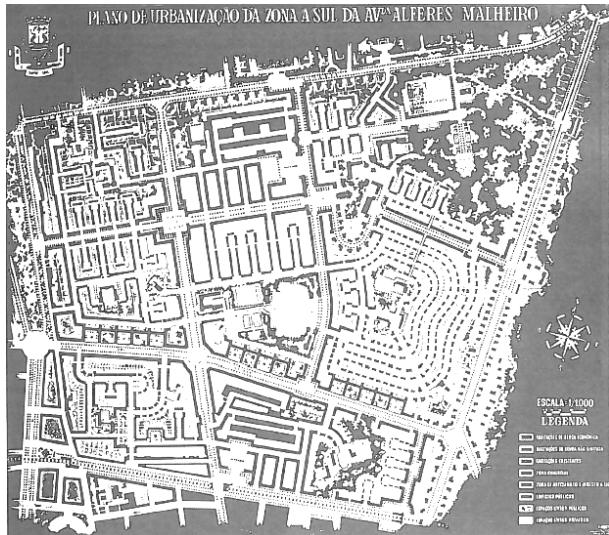
No campo arquitectónico, o final dos anos 40 marca igualmente uma crise na arquitectura racionalista difundida pelo Movimento Moderno que, após as várias concretizações possibilitadas pela destruição provocada pela guerra, é alvo de algumas críticas, fruto da alegada superficialidade e até ignorância com que aborda os problemas específicos de uma cidade. Inversamente, nesse mesmo período, os arquitectos portugueses exigem uma maior adopção das premissas modernistas, estimulados pelo ponto de charneira que constitui o I Congresso Nacional de Arquitectura em 1948. Contudo, ao longo da década seguinte, também em Portugal se começa a questionar os princípios modernistas, fruto das conclusões retiradas do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, cuja elaboração ocupa toda a segunda metade da década de 50.

Este estudo da matriz arquitectónica nacional, fomentado no Congresso de 1948, corrobora as ideias e ensaios que vinham ganhando força no seio de alguns arquitectos nacionais, que defendiam uma “terceira via da arquitectura portuguesa”, isto é, um ponto de equilíbrio entre o racionalismo purista e universal do Estilo Internacional e o nacionalismo rural exacerbado do Estado Novo. Nasce assim uma arquitectura moderna, mas de carácter assumidamente português e não internacional, mais

²⁵Designado por Secretariado Nacional de Informação a partir de 1945, é extinto quatro anos depois.

orgânica e relacionada com a arquitectura vernácula portuguesa, que paulatinamente substitui a antecessora arquitectura do Estado Novo, pautada ora pela monumentalidade, enquanto expressão de grandeza, autoridade e ordem nos edifícios públicos, ora pela exaltação do tradicionalismo e do carácter rural, nas habitações. Esta ideologia arquitectónica dualista é inicialmente aplicada em simultâneo no Bairro de Alvalade, reflectindo claramente o ideal de Salazar: “essa obra, variada e multiforme, de majestosos edifícios ou pequenas habitações graciosas, de largas estradas e caminhos rústicos, de fábricas e de igrejas, de portos e de barragens, de escolas e de hospitais, de castelos e de quartéis, não nasceu por acaso, mas do nosso próprio conceito do Governo e da sociedade portuguesa, ou seja, de uma sociedade hierarquizada sem privilégios, trabalhadora sem servidão, modesto sem miséria, progressiva sem despegar-se do passado de que se orgulha...” (COSTA, 1997: 26). Todavia, os bairros do Areeiro e Alvalade “representam um exemplo equilibrado entre a cidade tradicional e os princípios da urbanística moderna, como a organização distributiva das funções e dos equipamentos, a hierarquização viária, a desprivatização do solo, a libertação do interior dos quarteirões para o espaço colectivo, as zonas livres e arborizadas” (LAMAS, 2004: 284 a 286).

O bairro de Alvalade estabelece o seu pioneirismo ao construir, a uma escala monumental, um novo pedaço da cidade de raiz, numa expansão habitacional para norte, tal como traçara de Gröer no seu plano. Em 1944, dois anos após o primeiro estudo, o plano de expansão é reformulado, fruto de alterações à rede vária e de equipamentos públicos, com a introdução de escolas no centro de cada quarteirão ou célula, fomentando assim o conceito de unidade de vizinhança através da integração socio-espacial. Este modelo, anteriormente testado por sociólogos americanos como Park, Burgess, Cooley, Woods e Ward no início do século XX, aquando “verificam que o enfraquecimento das ligações sociais nas cidades de rápido crescimento são substituídas por relações indirectas entre cidadãos” (LAMAS, 2004: 317). Como factores indispensáveis para uma unidade de vizinhança efectiva, os sociólogos determinam a extensão demográfica e espacial através de um plano social elaborado a



12. Planta geral do bairro de Alvalade.



13. Vista aérea da construção do bairro de Alvalade.

priori, com a seguinte combinação: várias classes sociais, evitando a segregação; uma forte e consolidada rede escolar; e um cuidadoso zoneamento funcional, onde as diversas áreas se encontram desimpedidas e afastadas dos grandes eixos de circulação automóvel. Daí que o bairro de Alvalade seja inicialmente composto por equipamentos escolares e de outros espaços de recreio, complementares à função primordial do bairro, a habitação, em detrimento de zonas comerciais, industriais ou artesanais.

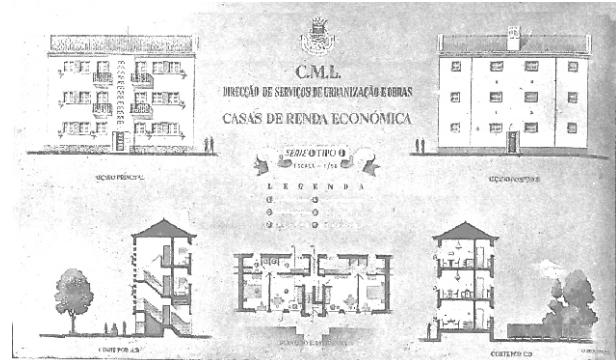
Finalmente aprovado em 1945, o plano de Faria da Costa delimita um terreno de forma trapezoidal com cerca de 230 hectares, escolhido para a edificação do maior bairro até então construído por dois factores determinantes: a sua posição geográfica central, no que se projectava ser o crescimento e expansão da cidade ao longo das décadas seguintes; e a sua privilegiada rede viária, que limita o terreno a norte pela avenida Alferes Malheiro (actual avenida do Brasil), a sul pela linha férrea, a este pela avenida do Aeroporto (actual avenida Almirante Gago Coutinho) e a oeste pelo campo 28 de Maio (actual Campo Grande), para além das avenidas de Roma e dos Estados Unidos da América, que cruzam latitudinal e longitudinalmente o bairro, respectivamente. Outro factor importante na concepção do bairro é a anteriormente referida ruralidade da zona de Alvalade nos anos 40, facilitando a expropriação e municipalização dos vários terrenos, cuja topografia plana facilitava a implementação de habitações.

A estrutura morfológica e hierárquica do bairro é muito precisa: as vias organizam-se entre avenidas, ruas principais e caminhos secundários para a circulação de peões, todas continuamente arborizadas; por sua vez, os eixos subdividem o bairro em oito quarteirões ou células, que assentam na criação de zonas funcionais distintas, diferenciando a zona habitacional das zonas comercial, industrial, de recreiação e dos equipamentos públicos; e, finalmente, as habitações, às quais se accede pelos arruamentos secundários e cujas fachadas revelam uma imagem de continuidade arquitectónica do conjunto, organizam-se em torno de um equipamento escolar, enquanto os restantes equipamentos

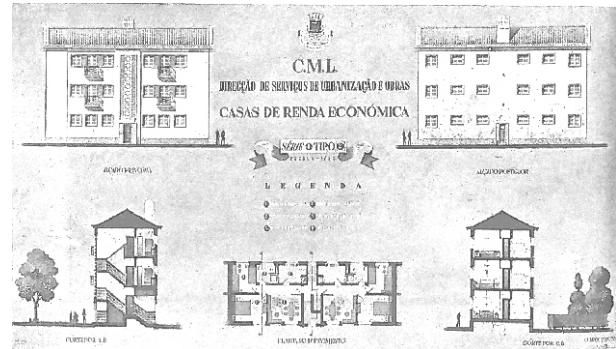
públicos e espaços de lazer são distribuídos racionalmente por todo o bairro, para que estejam o mais equidistantes possível entre si²⁶, facilitando o seu acesso aos habitantes, que atravessam as vias principais, de maior tráfego automóvel, apenas na medida do indispensável. Os eixos principais, para além de delimitarem cada célula, desenham os alinhamentos de comércio, serviços, indústria e artesanato, racionalmente articulados com as necessidades de cada quarteirão, impedindo assim que o bairro de Alvalade se tornasse num mero dormitório de grandes dimensões. A alta densidade prevista para o plano de Alvalade – bastante superior à então praticada na cidade de Lisboa – é uma decisão projectual assumida dado o contraponto comparativamente com a área de implantação do aeroporto e área envolvente, para além da área verde que constitui o arruamento do Campo Grande.

Faria da Costa atribui assim um papel vital à rua tradicionalista, em clara oposição aos modelos modernistas defendidos, por exemplo, por Le Corbusier, mas, por outro lado, rejeita a cidade antiga onde os interiores dos quarteirões são privatizados e desaproveitados. O arquitecto propõe assim que estes espaços semi-privados adquiram um papel mais proeminente na estrutura urbana como espaços de lazer, de implantação de equipamentos públicos, de simples convívio social ou até como estacionamento, libertando as fachadas principais de obstáculos à rede de vizinhança. Contudo, o controlo e arranjo incipientes, aquando da construção do bairro de Alvalade, condenam ao fracasso estes pressupostos de Faria da Costa, inspirados nos quarteirões de Cerdà e nas *towns* de Unwin, com os moradores a privatizarem espontaneamente o interior dos quarteirões. Apesar da aparente estrutura de Alvalade assemelhar-se a outros bairros lisboetas anteriores, edificados sob a batuta da arquitectura do regime, estas preocupações revelam o carácter modernista do plano traçado por Faria da Costa, que só a partir de meados do século vê algumas tipologias urbanas acompanharem e reflectirem o seu pensamento moderno.

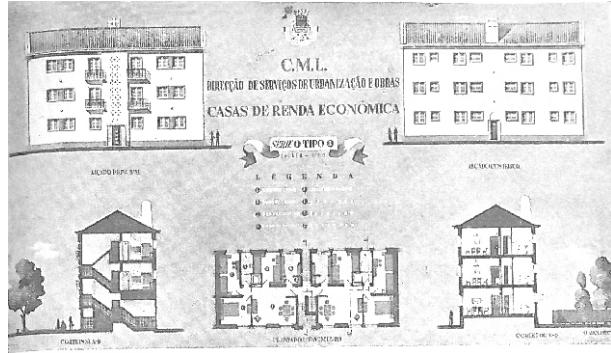
²⁶ Idealmente a sua localização não poderia estar a mais de 500 metros de uma habitação.



14. Planta, cortes e alçados de habitações de renda económica série I, tipo I.



15. Planta, cortes e alçados de habitações de renda económica série I, tipo II.



16. Planta, cortes e alçados de habitações de renda económica série II, tipo I.



17. Planta, cortes e alçados de habitações de renda económica série II, tipo II.

O plano final para o bairro de Alvalade, aprovado em 1945, prevê então albergar, no espaço de seis anos, 45.000 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 31.374 habitantes divididos por 7.470 fogos de habitações colectivas de renda económica; 9.500 habitantes para 2.500 fogos em habitações colectivas de renda não limitada; 2.000 habitantes repartidos por 530 moradias unifamiliares de renda económica; e 2.500 habitantes distribuídos por 660 moradias unifamiliares de renda não limitada. Em suma, para o bairro de Alvalade são projectadas 11160 habitações, entre uni e multifamiliares e de renda económica e não limitada, com uma densidade média de 4 habitantes por habitação. Quanto às acessibilidades a nível de transportes públicos, são garantidas pela linha férrea, no limite sul do bairro, pelo eléctrico, meio de transporte de baixo custo de manutenção, e pelos autocarros, meio de transporte mais moderno e dispendioso à época, mas mais cómodo.

A Câmara Municipal de Lisboa procura uma célere construção do bairro para atrair o investimento de entidades privadas e rentabilizar os terrenos urbanizáveis que o governo local expropriava sem grandes custos, suprindo simultaneamente algumas das carências habitacionais na cidade. A autarquia começa assim por dotar o bairro das infra-estruturas necessárias e por traçar todas as vias entre 1946 e 1947, seguindo-se a construção das habitações nos quarteirões I e II e, ulteriormente, nos V e VI²⁷, respectivamente entre 1946 e 1950 e entre 1950 e 1956, todos compostos por habitações de renda económica, escolha que recai na urgência em alojar rapidamente habitantes de outras zonas da cidade e, concomitantemente, reduzir a carência habitacional geral entre as classes mais desfavorecidas²⁸. Não obstante a lenta adesão do sector privado, é a Câmara Municipal de Lisboa que assume, de forma continuada, a coordenação e vigilância da execução do bairro de Alvalade, não só numa primeira instância, com a construção das habitações e a agilização das infra-estruturas e vias,

²⁷ Este último não chega a ser concluído, sendo edificado apenas cerca de dois terços das habitações previstas.

²⁸ Para a construção destes primeiros blocos a autarquia recorre a fundos provenientes da Federação de Caixas de Previdência.

mas também, numa segunda fase, zelando pelo espaço público, ao cuidar dos jardins, logradouros ou da iluminação pública.

Todavia, em meados da década de 50, o programa das casas de renda económica, uma das maiores bandeiras do Estado Novo desde os seus tempos áureos, começa a entrar, à semelhança do regime, em declínio, com a construção de apenas 2.900 habitações colectivas de renda económica em todo o bairro, o que não chega aos 40% das 7.740 inicialmente previstas. Esta quebra, ou reformulação, pode ser em parte explicada pela entrada em vigor em 1947 de um novo programa habitacional – Casas de Renda Limitada –, que vem substituir o Programa das Casas de Renda Económica até então em vigor. O novo programa apresenta um âmbito mais abrangente, com a possibilidade de se construir não apenas em terrenos municipais, mas igualmente em terrenos particulares, mediante a estipulação de uma renda máxima que, embora requeresse a necessária vistoria prévia pelos serviços camarários, em caso de aprovação, garantia benefícios fiscais relevantes. Esta medida contribui para atrair ainda mais as entidades privadas, pelo que este programa ganha progressiva expressão no bairro de Alvalade a partir de 1947, em detrimento das Casas de Renda Económica.

No ano seguinte o quarteirão III é o primeiro a albergar habitações integradas neste novo programa, onde são dispostos edifícios mistos em forma de “U”, com comércio no piso térreo e habitação nos três seguintes, com frente contínua ao longo da avenida da Igreja e abertos a norte, ou seja, para a rua Luís Augusto Palmeirim. Entre 1949 e 1951 ergue-se o quarteirão VII, onde a maioria das habitações, em total consonância com as directrizes definidas pelo regime e pelo respectivo plano de expansão²⁹, são realizadas já ao abrigo do Programa das Casas de Renda Limitada, destacando-se um incremento da área útil nos espaços comuns e no interior dos próprios fogos face às habitações de



18. Habitações da VII célula.



19. Edifício voltado para a Av. da Índia pertencente à VIII célula.

²⁹ Cujo único objectivo passa pela edificação de habitações para as classes operárias, independentemente do Plano em vigor.



20. Carácter claramente mais modernista ao longo de toda a Av. dos Estados Unidos da América.



21. Exemplo das habitações unifamiliares que compõem a célula IV., já alteradas.

Renda Económica, mas mantendo-se a organização funcional, os materiais e a estética exterior. A célula IV, destinada às habitações unifamiliares do bairro, data igualmente do final da década de 40 (1948-1950) mas o seu desenho pouco ou nada difere de outras moradias construídas na mesma época pelo Estado Novo noutras bairros, como o de Campolide ou o da Encarnação³⁰.

Datados entre 1945 e 1949, os vários planos de pormenor acima mencionados correspondentes às células de I a VII, são a expressão, mais ou menos exultante, da estética e organização da arquitectura do regime, inicialmente prevista e aprovada no plano para todo o bairro de Alvalade. As primeiras concretizações são, apesar da sua monumental dimensão e reduzido desfasamento temporal, da autoria partilhada de apenas quatro arquitectos – Miguel Jacobetty (1901-1970), Fernando Silva (1914-1983), Dário Fernandes (?) e Lima Franco (?) (COSTA, 1997: 46) – todos eles próximo de Faria da Costa e cunham, de forma ineludível, a imagem do Estado Novo no bairro de Alvalade. Contudo a última célula, a VIII, marca uma transição entre a arquitectura até então desenvolvida em Alvalade e os ideais do Movimento Moderno, ferozmente defendidos no Congresso de 1948. O plano de pormenor iniciado em 1949, da autoria de uma dupla de arquitectos inédita aos planos anteriores – Joaquim Ferreira (1916-1966) e Orlando Azevedo (?) – respeita, porém, as indicações urbanísticas patenteadas pelo Plano de Gröer.

O equilíbrio arquitectónico é conseguido entre coberturas com pendente e revestidas a telha e uma organização tipológica esquerdo-direito, por um lado, e o recurso a novos materiais, fachadas desenhadas em maior consonância com os ideais modernos e edifícios em altura – como as duas torres de dez pisos propostas para a marcação do cruzamento entre as avenidas Almirante Gago Coutinho e dos Estados Unidos, os primeiros edifícios em altura a serem construídos no bairro de

³⁰ Actualmente, resultante das diversas adulterações, sejam ampliações ou transformações, alguma da imagem de conjunto desta célula perdeu-se.

Alvalade – por outro. Posteriormente, também Faria da Costa, na sua única obra construída no bairro que idealiza, projecta junto à igreja de S. João de Brito, um pequeno conjunto de habitações unifamiliares onde conjuga uma planta mais livre e orgânica com empenas em telha e vãos mais contidos.

Estas realizações conseguem simultaneamente respeitar o plano de urbanização e introduzir uma nova linguagem, mais modernista, no Bairro de Alvalade, patente sobretudo nas construções que enquadram e definem todo o eixo da avenida dos Estados Unidos da América e também no bairro das Estacas³¹, que abrem o caminho aos códigos do Movimento Moderno, frequentes a partir de meados do século. Nos anos 60 registam-se os últimos trabalhos de urbanização do bairro, denotando-se uma evolução face ao modernismo da década anterior através de uma maior organicidade, não só nas formas mais irregulares e verticais, mas igualmente nos materiais.

Embora em muitos aspectos inovadores e pioneiros, “os caminhos apontados por Alvalade e Areeiro à urbanística portuguesa não iriam ter continuidade, pela incapacidade demonstrada pela Administração pública em dominar os processos de crescimento urbano e pelas políticas seguidas posteriormente. A partir dos anos 50, dá-se em Portugal a ruptura com a urbanística formal e o alinhamento cultural dos arquitectos pelas teses modernas, as quais já influenciaram bairros como os de Olivais ou Chelas. Por isso, Alvalade e o Areeiro não foram os exemplos para a geração seguinte, que os foi procurar à Carta de Atenas, ao Movimento Moderno, ao funcionalismo (...)” (LAMAS, 2004: 286).



22. Vista parcial sobre o Bairro das Estacas, implantado no limite sul do bairro de Alvalade dentro da célula VIII.



23. A utilização dos *pilotis*, permitindo a libertação do piso térreo e a facilidade de circulação, é um dos vários elementos do movimento modernista presentes no bairro.

³¹ Desenhado em 1954 pelos arquitectos Formosinho Sanchez e Ruy Athouguia onde são seguidos claramente os cânones do Movimento Moderno e da Carta de Atenas.

02.4 O fim de uma era: as políticas habitacionais dos anos 60 até à revolução de 1974

As políticas habitacionais encetadas pelo Estado Novo, onde o Programa das Casas Económicas constitui a principal bandeira e que perdura até 1972, desmultiplicam-se numa panóplia de programas, regimes jurídicos e de promoção habitacional, entre outras medidas esporádicas³². Ao repartir a política habitacional por vários planos aprovados a partir dos anos 30, o Estado procura camuflar sob uma postura aparentemente forte, dinamizadora e paternalista a diminuta e pouco assertiva intervenção directa no sector habitacional, da qual abdica a favor da actuação de entidades promotoras privadas.

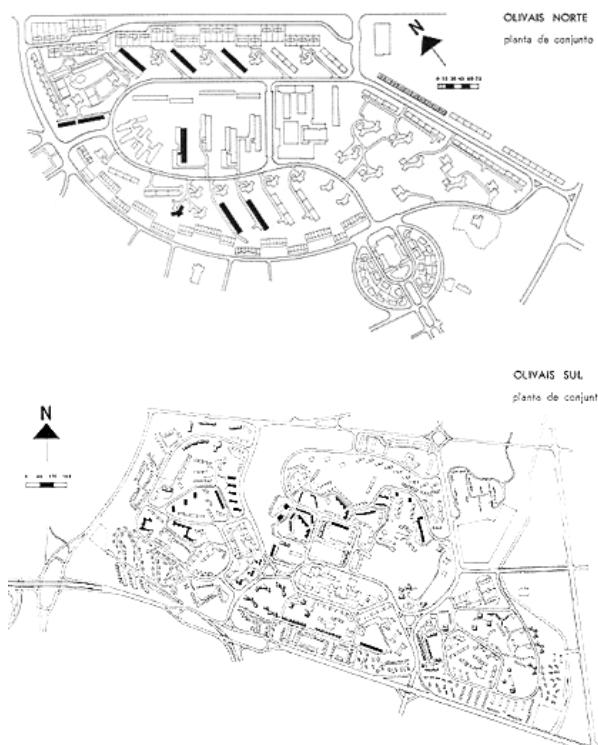
Esta atitude prende-se com o claro objectivo ideológico de equidistância face aos interesses do socialismo e do capitalismo, alimentando, por um lado, a ideia de um Estado protector dos valores sociais e do bem essencial que constitui a família e, por outro, pactuando e acedendo aos interesses das classes endinheiradas. “É, afinal, a tripartição do Estado nestas vertentes liberalizante, paternalista e autoritária que permite justificar a intermitência e restrição socio-espacial das iniciativas estatais no capítulo da habitação social” (CAVACO, 2009: 279). A adopção desta posição permitia ainda ao Estado redireccionar o seu investimento para obras de maior visibilidade propagandística, como grandes obras públicas de exaltação ao regime, em detrimento do escasso financiamento nas políticas de habitação social, que apenas vão mascarando as carências habitacionais.

³² Nuno Teotónio Pereira divide-os em três períodos no artigo *Habitação: finalmente uma política?* (in Arquitectura, 108, Março-Abril, 1969, pp 43): o primeiro corresponde ao Programa das Casas Económicas iniciado na década de 30; o segundo inicia-se em 1945 com a aplicação de capitais da Previdência e a aprovação do Plano de Gröer bem como de todos os regimes jurídicos daí advenientes; e, por fim, a partir de meados do século, em que o Estado reduz drasticamente o investimento, recorrendo por completo aos capitais da Previdência.

Após um período de forte contestação à ineficácia da política social de habitação estatal, cujo profundo carácter nacionalista e ruralista subjuga fortemente a arquitectura à mensagem política, consequência directa da derrota dos regimes fascistas ditatoriais europeus na II Guerra Mundial e exaltada desde logo no I Congresso Nacional de Arquitectos em 1948, é na edificação do bairro dos Olivais, e posteriormente de Chelas, que os arquitectos portugueses encontram um segundo laboratório de experimentação – após o pioneiro bairro de Alvalade –, o primeiro pensado integralmente segundo os ideais da Carta de Atenas, já que “enquanto no bairro de Faria da Costa figurava uma malha regular suportada na habitação plurifamiliar e numa estrutura urbana comprometida entre a expressão do quarteirão e a denúncia da sua ruptura, nos novos Olivais apostava-se em padrões de assentamento (...) com os edifícios inseridos pontualmente num espaço livre, aberto e vegetal” (CAVACO, 2009: 280).

Os anos 60 marcam o início de profundas transformações económicas na Europa³³ e, consequentemente em Portugal, confrontado com uma nova realidade internacional que exige uma nova postura nacional, em oposição ao alheamento e desprezo característicos durante a governação de Salazar. No campo arquitectónico questiona-se e critica-se cada vez com maior veemência a Carta de Atenas, abrindo caminho a uma crise do Estilo Internacional na Europa, com a falência dos seus dogmas funcionais e racionalistas. Sensivelmente no mesmo período, Portugal dá os primeiros passos na adopção integral desses mesmos dogmas com a criação do Gabinete Técnico da Habitação (GTH) em 1959, cujo “campo de acção visava um conjunto alargado de sectores, de âmbito técnico, económico, financeiro e social” (HEITOR, 2004: 4) e com o arranque, nesse mesmo ano, da edificação dos bairros dos Olivais – subdividido em Norte e Sul – e Chelas, que envolvem a construção de infra-

³³ Nascimento da Comunidade Económica Europeia (CEE), à qual Portugal apenas adere em 1986, e do European Fair Trade Association (EFTA), com Portugal a perfilar-se como membro fundador.



24. e 25. Plantas dos projectos de Casas de Renda Económica nos Olivais-Norte e Olivais-Sul.

estruturas, de habitação e equipamentos. Não obstante estas duas operações urbanísticas de grande escala³⁴, entrarem em contracírculo com o panorama arquitectónico europeu, representam uma inovação à época no quadro urbano de Lisboa como experiências pioneiros na aplicação das doutrinas modernistas em grande escala, revelando-se porém, e mais uma vez, insuficientes para a resolução da problemática urbana que assola a cidade desde o último quartel de século XIX.

No panorama nacional, os anos 60 assinalam ainda o eclodir da Guerra Colonial, o que constitui mais um forte sinal da inevitável queda do Estado Novo – cada vez mais isolado tanto no plano nacional como internacional – que, na iminência de perder a exploração económica exclusiva das suas colónias africanas, se vê forçado a liberalizar simultaneamente o mercado e as indústrias nacionais, a receber capitais externos e a acelerar o desenvolvimento dos sectores industrial e urbano, completamente desactualizados e sem preparação para a gradual, mas inevitável abertura económica nacional à Europa.

O Estado Novo toma então consciência simultaneamente da forçosa “invasão económica” europeia e do fracasso das suas políticas habitacionais – aliadas às limitações do sector privado – até à data, pelo que em 1965 elabora o Plano Intercalar de Fomento, onde são identificadas as principais falhas na promoção habitacional pública e privada e, através de diversas recomendações, se procura estruturar uma política de habitação futura capaz de pôr definitivamente termo às carências existentes. Três anos depois, em 1968, surge o III Plano de Fomento que consubstancia coerentemente o problema da habitação social e perspectiva a construção de 50.000 fogos até ao seu término em 1973. Nesse âmbito é criado em 1969 o Fundo de Fomento à Habitação (FFH), entidade que passa a unificar todas as competências no âmbito da habitação dentro do Ministério das Obras Públicas, para uma gestão de meios mais eficaz e racional, e, concomitantemente, congrega em si mesmo o estudo e uma

³⁴ Compreendem cerca de um décimo da área total do concelho, com 737 hectares.

visão global da problemática sobre a habitação e o urbanismo.

As competências atribuídas ao FFH, em colaboração com outras entidades estatais e privadas, passam portanto não apenas pela construção, mas igualmente pela definição das áreas a intervir, na aquisição dos terrenos e pela distribuição equitativa das habitações pelos respectivos beneficiários. A escala de intervenção proposta ao abrigo do III Plano de Fomento origina a ideia e concepção do Plano Integrado – já idealizado aquando da criação do FFH como medida política indispensável para o desenvolvimento do trabalho do novo organismo –, que propõe a introdução de princípios de integração social e ambiental, bem como de um ordenamento territorial inter-regional equilibrado através da construção de programas de grande envergadura, tais como o de Alvalade ou dos Olivais, que, para além da vertente habitacional – centro desde sempre dos programas habitacionais e urbanísticos –, equacionasse igualmente o espaço urbano com base em questões relacionadas com as acessibilidades, os equipamentos e a respectiva inserção e organização urbana para um ambiente saudável.

Assim, o conceito de habitar/habitação deixa de se relacionar, única e exclusivamente, com a necessidade do fogo, tornando-se mais lato e abrangendo uma estrutura mais vasta e complexa, pelo que os Planos Integrados, desenvolvidos como estudos urbanísticos, passam a ser enquadrados por equipas pluridisciplinares, e não apenas por arquitectos e engenheiros, em diversas regiões, como Almada, Setúbal, Coimbra, Porto ou Funchal.

Embora a criação do FFH e a aplicação dos Planos de Fomento e dos Planos Intercalares tenha reforçado a intervenção estatal e constituído uma importante, e inédita até então, transformação ideológica no sector da habitação, as reformas marcelistas acabam por fracassar, à semelhança das inúmeras que as precederam, já que dos 50.000 fogos previstos construir no âmbito do III Plano de Fomento entre 1968 e 1973, apenas 2.000 foram construídos (CAVACO, 2009: 283). Entre as causas do insucesso pode apontar-se a debilidade económica do Estado, a falta de articulação entre as

diversas entidades e estratos políticos e, acima de tudo, a deposição do Estado Novo e imediata reimplantação da democracia em Abril de 1974, ano para o qual estava prevista a entrada em vigor do IV Plano de Fomento, com duração de cinco anos, que não chega a passar do papel e não permite cumprir as medidas encetadas pela reforma marcelista. Contudo, o conceito do Plano Intercalar estende-se para lá da Revolução, pelo que na sua gestão sucedem ao FFH o Instituto Nacional de Habitação (INH), o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e, actualmente, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).



03.0

O CASO CONCRETO DE VILA FRANCA DE XIRA

03.1 Um breve olhar sobre a evolução económica, social e política no concelho

Estrategicamente localizada na orla setentrional de Lisboa, encostada à faixa marginal do concelho de Loures e a montante do estuário do Tejo, desde cedo a região de Vila Franca de Xira, local de confluência de algumas vias que estabeleciam a ligação entre o Norte e o Sul do país, se desenvolveu ao sabor da expansão de Lisboa. Com a sua invulgar configuração geográfica e assimetrias locais de desenvolvimento provocadas pela alternância entre elevações, várzeas e vales na margem norte e pelas vastas lezírias da margem sul do rio Tejo e dos Mouchões de Alhandra, das Graças, do Lombo do Tejo e da Póvoa, Vila Franca de Xira configura-se, sobretudo a partir do último quartel do século XIX, como um espelho das “contradições e embates do processo de transição na sociedade portuguesa do modo feudal para o modo de produção capitalista já em franca expansão no coração da Europa da época” (LOURENÇO, 1995: 15), assumindo por isso um papel de destaque no movimento social, político, cultural e económico não só na região da Área Metropolitana de Lisboa, bem como em todo o país.

Perante o caos económico, demográfico, social e político em que o país mergulha com as Invasões Napoleónicas¹, seguem-se os conflitos entre liberais e absolutistas numa guerra civil que termina em 1834 com o denominado período da Regeneração, do qual se destaca Fontes Pereira de Melo que através das suas múltiplas obras moderniza o país, nomeadamente no sector agrícola, encetadas no concelho de Vila Franca de Xira pela Companhia das Lezírias, melhorias corroboradas pela construção da linha férrea que liga Lisboa ao Carregado, inaugurada em 1856, pelo uso de novas

¹ Com especial enfoque para o concelho de Vila Franca de Xira que funcionou como sector estratégico das Linhas de Torres, terreno de operações, de alguns confrontos e onde estiveram sediadas as tropas francesas que não conseguiram passar a primeira linha defensiva, com início junto a Alhandra.



01. Mapa das linhas de Torres Vedras.

fontes de energia a partir do último quartel do século XIX², pelos primeiros complexos fabris e pela fixação de vagas migratórias sazonais.

O crescimento de Vila Franca de Xira, simultaneamente relacionado e desfasado do da capital, quer na celeridade quer na escala do processo, resulta das primeiras e tímidas repercussões da industrialização sentidas, já bem dentro do século XIX, em Portugal, décadas após ser encetada por diversos países.

Em virtude do desenvolvimento, em número e variedade, da actividade industrial e da sua descentralização e consequente difusão, com centro em Lisboa e ramificações ao longo de ambas as margens do rio Tejo, o processo de industrialização revela-se determinante na transformação económica, social e paisagística em Vila Franca de Xira, onde a matriz original, essencialmente agrícola, é paulatinamente substituída no concelho por actividades mais dinâmicas e pela implantação de uma ainda algo incipiente indústria e de serviços, ou seja, a actividade económica concelhia passa gradualmente do sector primário para os secundário e terciário, sobretudo a partir do segundo decénio do século XX. Também o crescimento demográfico desempenha um papel fundamental de causa/efeito no processo evolutivo do concelho ao longo dos últimos dois séculos, embora a ritmos díspares: durante o século XIX, a população residente varia entre os 8.840 habitantes em 1821 e os 15.766 em 1900, o que representa um crescimento de 78%; na primeira metade do século XX, a população oscila entre os 15.766 em 1900 e os 32.724 habitantes em 1950, correspondendo a um incremento de 108%; por fim, de 1950 até à actualidade a população passa de 32.724 para 136.886 habitantes – segundo os Censos 2011 –, o que equivale a um aumento de 318% (LOURENÇO, 1995: 16 e 17). Quanto ao número de fogos, Vila Franca de Xira passa dos 3.249 alojamentos em 1878 para

² Primeiro com a utilização do petróleo para a iluminação pública e posteriormente com a electricidade já no final do primeiro quartel do século XX.

os 65.125 em 2011 (LOURENÇO, 1955: 50; http://www.ine.pt/scripts/flex_definitivos/Main.html), num crescimento superior a 1900%, enquanto o *boom* demográfico ascende aos 1450% no período entre 1821 e 2011, constituindo-se actualmente como um dos concelhos mais populosos da Área Metropolitana de Lisboa.

Este processo evolutivo dotou o concelho de um vasto património industrial, desde os complexos fabris propriamente ditos, que pontuam quase incessantemente toda a frente ribeirinha norte concelhia, às escolas, postos médicos ou bairros operários, que constituíram obras importantíssimas para o desenvolvimento e fixação dos núcleos urbanos ao longo das décadas. Contudo, este longo período de transformação económica, social, cultural e paisagística é desconhecido pela maioria da população residente, cuja percepção da formação do concelho é cingida à ideia de que a região se formou e desenvolveu apenas nas últimas três ou quatro décadas em função da necessidade de dotar a cidade de Lisboa de mais um dormitório nos seus arredores.

Também as entidades responsáveis, sobretudo as políticas, têm constantemente negligenciado este processo evolutivo histórico e o vasto património industrial, em todas as suas vertentes, que caracteriza o concelho, ao condenarem ao abandono e vandalização grande parte dos complexos fabris que, por um motivo ou por outro, cessaram a sua laboração, ou dos bairros operários que, ora ainda pertencentes às fábricas originais ainda em funcionamento ou administrados pelos moradores ou outras entidades independentes, deixaram de ser habitados ou, os que ainda resistem, são encarados pela restante sociedade como espaços insalubres e miseráveis graças ao estado de degradação e ruína em que se encontram.

Por todos estes motivos, o concelho de Vila Franca de Xira, cuja área actual de aproximadamente 324 km² representa cerca de 10% da área total da Área Metropolitana de Lisboa, constitui-se como um caso paradigmático e um dos maiores exemplares da industrialização em Portugal, ainda que muito longe do vasto fenómeno a grande escala que se inicia em Inglaterra e varre

grande parte da Europa e América do Norte, urgindo por isso o seu estudo para que o actual panorama patrimonial concelhio possa ser invertido.

03.2 A importância das lezírias ribatejanas no período pré-industrial

A área que abarca actualmente o concelho de Vila Franca de Xira, bem como toda região até Lisboa, foi ao longo de vários séculos dominada por grandes manchas de vinha, vastos olivais, figueiredos ou limoeiros, entre outras árvores de fruto, searas e hortas disseminadas por um terreno que alterna férteis vales com montes pontuados por moinhos de vento. As condições geográficas e climáticas únicas desta região tornaram-na desde os tempos mais antigos numa das mais importantes áreas de cultivo do país. Este carácter eminentemente agrícola perdura actualmente, sobretudo na margem sul, onde esta paisagem rural domina claramente com a formação e o crescimento das vastas áreas de lezíria. Já na margem norte, a paisagem sofre ao longo dos últimos dois séculos uma descontinuidade acentuada, fruto da frenética e desenfreada urbanização dos espaços, antes destinados ao cultivo agrícola, motivada pela crescente pressão demográfica. Porém, é possível encontrar ainda actualmente pontos dispersos pela margem norte onde a paisagem mantém um carácter de continuidade com a paisagem mediterrânea, em tudo semelhante àquela ocupada ao longo de vários séculos por inúmeros povos.

Um dos elementos imutáveis e de importância fulcral na região é, obviamente, o rio Tejo, onde os barcos asseguraram, ao longo de vários séculos, a comunicação entre as duas margens, até à conclusão da construção da primeira ponte sobre o Tejo em 1951. “Elemento dominante da fértil região ribatejana, o Tejo tem sido desde tempos imemoriais a espinha dorsal da vida e da actividade das populações do Ribatejo. Sobre a nervura do rio, na própria área do concelho, confluíram diversas formas de exploração da terra, de actividade económica, de estrutura fundiária e social” (LOURENÇO,

1995: 19).

Parte substancial da fértil região do Tejo e região de atracção a diversas vagas migratórias sazonais provenientes de várias zonas do país, como o Alentejo ou as Beiras, "o concelho de Vila Franca de Xira sempre foi um território gerador de emprego" (AA.VV., 2001: 29) e único distrito de Lisboa que se estende para a margem Sul do Tejo, que aliás representa cerca de cerca de 60% dos 324 km² do concelho.

Contudo, é na margem norte que se formam os grandes e densos núcleos populacionais, mais abrigados geograficamente dos setentrionais ventos dominantes e das cheias cíclicas pelos montes e várzeas que caracterizam a região a norte do rio, enquanto a margem sul é constituída por terras baixas e altamente produtivas das lezírias, nas quais se podem incluir os mouchões. As duas margens de Vila Franca de Xira, num concelho de bizarros contornos geográficos, representam duas realidades distintas: do lado norte encontra-se a azáfama e o bulício dos grandes aglomerados urbanos dispersos pelo terreno de declives variados; do lado sul as grandes planícies rurais estendem-se até se perder de vista, perdidas num silêncio e tranquilidade só perturbados pelos animais ali criados e alimentados.

Após as convulsões políticas que marcam as primeiras três décadas do século XX, Portugal, depois de França e Espanha já o terem feito, toma medidas nos anos 30 para solucionar a profunda crise económica e financeira desencadeada ao longo do século XIX pelas invasões francesas e pela fuga da corte para o Brasil através da venda dos bens nacionais incorporados nos bens da Igreja, da família real e parte dos da Coroa com o intuito de ulteriormente redistribuir a riqueza nacional móvel e imóvel por intermédio do poder estatal. Uma das maiores consequências deste processo prende-se com a venda das lezírias do Tejo e do Sado, uma das regiões mais férteis de exploração agrícola do país, da qual resulta a formação da primeira grande experiência capitalista agrária que altera por completo as estruturas fundiárias agrícolas em Portugal no século XIX, a Companhia das Lezírias. "A Senhora Companhia", como era commumente apelidada pelos trabalhadores rurais da região,



02. Vista aérea parcial sobre o Mouchão da Póvoa.

desempenha um papel de grande importância na região de Vila Franca de Xira, marcando economicamente mais de um século no concelho e em toda a região ribatejana e que, entre outros méritos, consegue opor-se à desenfreada ocupação de terrenos agrícolas por parte das crescentes actividades industriais que se implantam no concelho a partir de meados do século XIX.

Com a diminuição da exploração de pequenas propriedades, que durante séculos caracterizaram a estrutura agrária na região ribatejana, em detrimento do poderio detido pela Companhia das Lezírias, Vila Franca de Xira assiste a um processo de modernização e mecanização da agricultura durante o século XIX, fruto da estrutura fundiária das vastas lezírias, da proximidade com a capital e pelo melhoramento das acessibilidades e comunicações, fortemente impulsionados com a chegada da linha férrea em 1856.

A mecanização dos terrenos da margem sul do Tejo, em linha com o que se passava um pouco com toda a estrutura agrária nacional à época, é rapidamente adoptada pela Companhia das Lezírias, retirando daí diversas vantagens a nível produtivo, e consequentemente económico, com a utilização de máquinas a vapor e pela abertura de valas de esgotos e irrigação, medidas largamente facilitadas pelo declive quase nulo característico da margem sul do concelho. Porém, a mecanização do sector agrário, indissociável do elemento humano, desenvolve-se lentamente fruto da gradual aceitação do uso da máquina na terra como uma vertente da agricultura, também esta uma interacção entre o homem, a terra e o clima e tão natural como a relação entre o homem e o solo. Para além da máquina, também os adubos químicos, os pesticidas, fungicidas e herbicidas³ passam a ser associados à evolução das técnicas e instrumentos de trabalho da terra e às necessidades de aumento de produção, vulgarizando-se tanto a sua produção como a sua utilização.

³ Produtos que começam a ser produzidos pelas indústrias locais e que se vão implantando sobretudo a partir do século XIX.

03.3 A emergência da indústria e a transformação urbana a partir de finais do século XIX

Ligada desde os tempos mais remotos a uma forte ruralidade até à transformação industrial encetada, embora de forma incipiente, a partir de meados do século XIX, a história do concelho de Vila Franca de Xira divide-se, portanto, em dois momentos muito distintos. Como anteriormente se viu, a procura de trabalho no concelho é bem anterior ao recente período industrial, ligando-se à terra e ao rio como fontes inesgotáveis de sustento, tanto para a população residente, como para as sazonais vagas migratórias. Porém, é a industrialização que, ao longo da sua recente história, opera uma cadeia de transformações profundas a vários níveis, sejam económicas, sociais, culturais e até paisagísticas, cuja vastidão do seu alcance só pode ser mensurável e analisada recorrendo às ciências humanas no seu conjunto. A fábrica, a máquina e a organização do território industrial moldaram de forma inequívoca várias cidades litorais portuguesas e as suas periferias limítrofes, nas quais se assiste a uma crescente densificação, construindo-se uma paisagem ímpar onde surgem novos modelos de organização espacial e soluções construtivas inéditas, que rompem abruptamente com a génese paisagística de muitas regiões. Agrupado em torno de focos de grande importância, o concelho de Vila Franca de Xira, como um dos pioneiros na instalação industrial em Portugal, não escapou a essa profunda transformação ligada ao processo de industrialização a que foi sujeito e que o tornaria num centro de forte desenvolvimento urbano, assente na crescente actividade industrial que se implanta no concelho de à cerca de 150 anos para cá.

Após vários séculos ligada a uma “ruralidade (...) soberana [qu]e dita os destinos de uma economia próspera” (AA. VV., 2003: 163), a história económica do concelho de Vila Franca de Xira altera-se profundamente com a gradual substituição da agricultura pela emergência da indústria. Actualmente, Vila Franca de Xira é um concelho densamente urbanizado, com especial destaque para as freguesias de Alverca, Forte da Casa, Alhandra e Póvoa de Santa Iria, cujas densidades eram em



03. e 04. Disparidade de densidade construtiva entre a margem norte e a margem sul e mouchões.

2001, respectivamente, de 1.529, 2.496, 2.763 e 5.058 habitantes/km² (AA. VV. [1], 2004: 12), donde sobressaem claramente as reminiscências físicas da indústria que se implanta ao longo de toda a margem norte e altera fisionomicamente o concelho, sobretudo a partir do século XIX, em forte contraste com as vastas lezírias cultivadas na margem sul.

Não obstante o carácter rural concelhio permanecer praticamente imutável até ao início do século XIX, donde se destacam as culturas de olivais, vinhas, searas e a exploração da salicultura⁴, ao longo deste período emergem igualmente os primeiros exemplos proto-industriais⁵ que, em perfeita simbiose com as explorações agrícolas, lançam os primeiros indícios daquilo que se tornaria ulteriormente na principal imagem do concelho.

A transformação social, económica, cultural e paisagística operada em Vila Franca de Xira, sobretudo a partir do século XIX, torna-se possível graças à conjugação de vários factores determinantes para a consistente fixação industrial no concelho: a presença abundante de mão-de-obra e matéria-prima, como água⁶, calcário, argila ou sal; a proximidade geográfica da capital, principal mercado de consumo; e as excepcionais e variadas vias de comunicação e de transporte, desde o rio Tejo, via privilegiada ao longo dos séculos, à Estrada Real, substituída pela actual Estrada Nacional nº. 10 nos anos 30 do século XX, à linha férrea, cujo primeiro troço que ligava Lisboa ao Carregado é inaugurado em 1856⁷, e, muito posteriormente, à auto-estrada do Norte entre Lisboa e Vila Franca de

⁴ Matéria-prima abundante na freguesia da Póvoa de Santa Iria.

⁵ Como a Real Fábrica de Atanados de Povos, em Vila Franca de Xira, fundada em 1729.

⁶ Esta torna-se imprescindível tanto como matéria-prima, para abastecimento interno, como para o fácil e rápido lançamento de esgotos, tratados ou não.

⁷ Ao tornar mais célere as ligações à capital, esta nova via de comunicação introduziu um elemento novo e dinâmico que transforma por completo o fáceis social e económico na região ribatejana ao alterar o fluxo tradicional do comércio e “rasgar” zonas até aí pouco acessíveis economicamente.

Xira, inaugurada em 1962. Não obstante estas excelentes condições, a revolução dos meios de comunicação e transporte desencadeada pela inauguração da linha férrea, traçada quase paralelamente ao curso do rio em meados do século XIX, desempenha, porventura, um papel fundamental na alteração lenta, mas inevitável, do fácties económico e social do concelho, ao transformar o antigo proprietário rural num proprietário industrial e o tradicional agricultor num operário, num processo de industrialização das freguesias ribeirinhas a jusante de Vila Franca de Xira, inicialmente pontual e individual, mas que rapidamente se expande a toda a sociedade.

A construção do primeiro troço ferroviário nacional em 1856 revoluciona substancialmente as relações económicas e sociais existentes na região, reforçado mais de um século depois com a inauguração da auto-estrada do Norte. A primeira vaga industrial concelhia, encetada neste período, implanta-se em grandes áreas delimitadas simultaneamente pelo rio Tejo e pela via ferroviária, marcando uma profunda transformação social, económica e urbana na região, durante séculos alicerçada no sector agrário. Desta vaga, cuja concentração é bem delimitada pelas principais vias de comunicação – o Tejo, a rede ferroviária e a Estrada Real –, sobressaem, pela sua escala e/ou importância socioeconómica local, a Sociedade Geral de Produtos Químicos, fundada pelo latifundiário Marquês de Abrantes em terrenos próprios junto às salinas da Póvoa de Santa Iria em 1859, a Companhia de Moagens de Santa Iria, vulgarmente conhecida por Moinhos de Santa Iria, fundada em 1890 igualmente na Póvoa de Santa Iria, a Empresa Nacional de Penteação de Lãs, implantada na freguesia do Sobralinho em 1892 e a fábrica de cimento fundada em 1894 em Alhandra por Teófilo de Araújo⁸.

A partir do século XX, sobretudo nas décadas de 30 e 40, as modificações sociais e económicas no concelho tornam-se mais rápidas e profundas, com a agricultura a ceder

⁸ Destas, apenas a Empresa Nacional de Penteação de Lãs não se encontra actualmente em laboração.

definitivamente o papel de destaque aos serviços e à indústria: em 1930, o sector agrícola concentra pouco mais de 46% da população activa, enquanto a indústria e serviços empregam, respectivamente, 34 e 10,5%, ou seja, no segundo quartel dá-se a viragem económica do sector primário para o secundário e terciário. A consistente implantação industrial, cuja variedade produtiva é cada vez maior e, acima de tudo, mais dispersa geograficamente, com os complexos fabris a distribuírem-se por todo o concelho, rapidamente absorvidos pela malha urbana em franca expansão, em detrimento dos terrenos ribeirinhos mais isolados, fruto do crescente uso da Estrada Real como alternativa viável e eficaz ao rio para receber as matérias-primas e escoar os produtos, atraiu várias gerações de homens e mulheres, provenientes de várias regiões do país, ao longo dos primeiros três quartéis do século XX. Todavia, contrariamente à anterior sazonalidade do sector agrícola, incapaz de fomentar uma fixação mais permanente, estas vagas migratórias sustentam um crescimento demográfico fulgurante e uma mistura de culturas no concelho de Vila Franca de Xira. “Foi a indústria que fixou populações, definiu eixos viários, ditou tipologias de ocupação urbana e hierarquizou o território do concelho. É pois impossível separar os ritmos do desenvolvimento do concelho, dos ritmos da história da arquitectura no século XX, quer se trate das linguagens arquitectónicas e tipologias construtivas das fábricas, das definições urbanas, dos bairros e vilas operárias ou das habitações dos quadros técnicos” (AA. VV., 2003: 164).

Se a arquitectura é um espelho da memória colectiva, no concelho de Vila Franca de Xira esta reflecte-se indubitavelmente nos edifícios industriais, cujas bases sustentam, desenham e orientam o desenvolvimento económico e social a partir do século XIX. Contudo, à semelhança do que acontece na restante arquitectura civil, também a arquitectura industrial, desde a fábrica até às obras sociais que dela advêm, sofre em Portugal as directrizes culturais e nacionalistas ditadas pelo Estado Novo, cuja estética constitui apenas um veículo ideológico político. Assim, a arquitectura industrial, por norma já bastante desvalorizada, mantém ao longo dos primeiros anos de regime as suas características ligadas

à arquitectura popular, com pontuais e incipientes sinais do Movimento Moderno, tão comum em grande parte da Europa. Porém, a partir de meados do século XX, fruto da dependência nacional face às tecnologias e investimentos estrangeiros “(...) floresceu uma nova arquitectura industrial de cariz claramente moderno. Este processo foi igualmente motivado pela atitude e actividade de uma nova geração de arquitectos, autores que constituindo a geração moderna do pós-guerra, acreditavam firmemente no ideário modernizante da sociedade, na sua evolução positiva e progressiva, na capacidade social e política da evolução das comunidades – e em geral na eficácia de um 'progresso maquinial' que assentaria em grande parte numa indústria moderna” (José Manuel Fernandes *in* LAVAREDA, 2010: 9).

O paulatino esbatimento da ideologia arquitectónica opressiva veiculada pelo Estado Novo através da importação capital e material permite assim a introdução de modelos construtivos mais modernos e adaptados às respectivas funções, em perfeita sintonia com um dos principais fundamentos do Movimento Moderno: a forma segue a função. É então, uma vez mais, através da indústria que o concelho de Vila Franca de Xira conhece um novo impulso evolutivo, desta feita a nível arquitectónico e cultural, patente no exemplo da Companhia Previdente, implantada na freguesia do Sobralinho, cuja estrutura em betão armado, claramente visível nos suportes das fachadas e nas consolas balanceadas, constituem sinais claros de uma linguagem arquitectónica que subordina a forma à função e assenta a expressão plástica da sua imagem nas texturas dos “novos” materiais empregues. É igualmente a partir da década de 50 que a mancha industrial nas freguesias ribeirinhas de Vila Franca de Xira se expande ao longo da estrada nacional que, conjuntamente com o troço da auto-estrada, se torna na principal via de comunicações e transportes, fruto da crescente banalização do automóvel, tornando-se frequentes as aparições e desaparições de ramos de actividade diferentes ao longo dos anos seguintes, inclusivamente após a revolução de 1974.

03.4 Património industrial: três exemplos paradigmáticos

Composto por onze freguesias⁹, o desenvolvimento industrial no concelho de Vila Franca de Xira está longe de ser uniforme, com um grande interregno entre 1729, data do primeiro registo fabril no concelho com a criação Real Fábrica de Curtumes da Vila de Povos, e 1844, aquando da implantação da segunda unidade fabril – Produtos Químicos da Verdelha –, crescendo paulatinamente a partir do final do século XIX, com especial enfoque para a implantação fabril em meados do século seguinte.

Inicialmente, toda a frente ribeirinha do concelho assume um papel de destaque, isto é, as freguesias da Póvoa de Santa Iria, Alverca, Sobralinho, Alhandra e Vila Franca de Xira tornam-se pioneiras a nível concelhio no processo de industrialização com a implantação de algumas fábricas a partir da segunda metade do século XIX, retomando, mais de um século depois, o processo iniciado pela Fábrica de Curtumes ainda na primeira metade do século XVIII, com a implantação da fábrica de Produtos Químicos da Verdelha em Alverca em 1844. Esta marca simultaneamente o início de um domínio mais consistente, ininterrupto e gradual da actividade industrial no concelho bem como a importância da indústria química na região, fruto da abundância de matérias-primas nas terras junto ao rio e da crescente procura de produtos derivados, essenciais para o crescimento de outros ramos industriais. Assim, em 1859 surge na Póvoa de Santa Iria a Sociedade Geral de Produtos Químicos que, após mudar de proprietários em 1884, passa a ser designada Companhia Real Promotora da Agricultura Portuguesa. Imediatamente ao lado e já na última década do século XIX é edificado um dos mais interessantes exemplares da arquitectura industrial no concelho, o complexo dos Moinhos de



05. Moinhos de Santa Iria.

⁹ As freguesias do Sobralinho e do Forte da Casa são criadas apenas em 1896, enquanto Povos, anteriormente concelho, é incorporado no de Vila Franca de Xira. Aquando do início deste trabalho, o concelho compunha-se por onze freguesias, que recentemente foram reduzidas a seis, fruto da reorganização administrativa das freguesias.

Santa Iria, cuja laboração se prolonga até à década de 80 do século XX. No final do século XIX despontam ainda a Empresa Nacional de Penteação de Lãs, vulgo Pentealã, edificada em 1892 no Sobralinho, e a Companhia de Cimentos Tejo, fundada em 1894 em Alhandra. Já as freguesias de Alverca e de Vila Franca de Xira industrializam-se fortemente já bem dentro do século XX, com destaque para as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), fundada em 1918 e ainda hoje existente, e para a Sociedade Industrial de Vila Franca de Xira, ou Fábrica de Descasque de Arroz, criada em 1921 e actualmente abandonada. A implantação da Real Fábrica de Curtumes no primeiro terço do século XVIII marca o início das experiências proto-industriais no concelho que, aliadas à complexidade das máquinas e à grande quantidade de mão-de-obra disponível, tornam-se essenciais para a fixação das grandes unidades industriais, como as anteriormente referidas, a partir do último quartel do século XIX e mais comuns nas primeiras décadas do século XX.

Arquitectonicamente, a fábrica não possui uma tecnologia construtiva própria nem uma adequação formal *standard* à sua função, assentando por isso a sua construção em elementos simples e funcionais, como a parede autoportante e os pilares de pedra, que permitem sustentar a estrutura de suporte da cobertura em asnas de madeira, posteriormente substituídas pelas estruturas metálicas. A utilização do ferro, e mais tarde do aço, nas estruturas de suporte fabris possibilita a construção de vãos cada vez mais alargados e a abertura de fendas de maiores dimensões, numa evolução natural simultaneamente às exigências ambientais e de salubridade. Em constante adaptação à necessária rentabilização laboral e à implantação de processos produtivos cada vez mais complexos, as indústrias tornam-se capazes de albergar grandes maquinarias e de responder às exigências espaciais dos diferentes processos produtivos. As estruturas fabris nem sempre se acomodam no interior de construções, já que a especificidade de alguns processos produtivos obrigam ao funcionamento em grandes oficinas a céu aberto, como são disso exemplo os complexos da Cimpor em Alhandra ou da Solvay na Póvoa de Santa Iria. Estas linguagens construtivas e decorativas, onde os próprios



06. Fábrica da Pentealã no início do século XX, actualmente demolida.



07. Sociedade Industrial de Vila Franca de Xira.



08. Perspectiva a partir do rio Tejo sobre a fábrica cimenteira no início do século.



09. Vista sobre a vila de Alhandra em 1913 e, ao fundo, a Companhia de Cimentos Tejo.

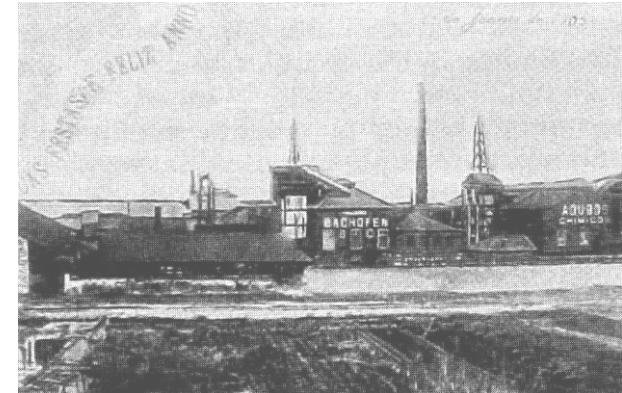
equipamentos produtivos relacionam-se organicamente entre si e formam um conjunto arquitectónico cujo inconfundível e marcante recorte da silhueta prevalece no confronto com os centros urbanos que os cercam, dão simbolo da produção arquitectónica industrial desenvolvida no concelho, em consonância com as limitadas escalas e ritmos urbanos.

Os complexos fabris da Cimpor e da Solvay são, simultaneamente, dois dos polos de desenvolvimento social, económico e urbano mais importantes no concelho, bem como os mais antigos ainda em laboração. A evolução destas fábricas confunde-se portanto com o próprio desenvolvimento recente de Alhandra e da Póvoa de Santa Iria respectivamente. Concomitantemente, são expoentes máximos das duas freguesias que lideram o processo industrial no concelho de Vila Franca até sensivelmente ao final do primeiro quartel do século XX, período onde despontam várias indústrias nas freguesias de Alverca e de Vila Franca de Xira, que rapidamente se superiorizam graças à sua maior dimensão geográfica.

A Companhia de Cimentos Tejo, posteriormente designada de Cimpor após várias transformações e diversos proprietários, foi fundada em 1894 por António Theóphilo de Araújo Rato (1854-1922), numa época em que o cimento se constituía já como um produto estratégico, tanto a nível nacional como internacional. A escolha da vila de Alhandra, a 26 km de Lisboa, baseia-se nas excepcionais condições oferecidas, desde as vias de comunicação de excelência como o rio e a linha férrea e a riqueza calcária, indispensável para a produção cimenteira. A fábrica implanta-se assim na área dos antigos telhais de Alhandra e distingue-se pelo pioneirismo tecnológico ao introduzir a fabricação do cimento artificial em Portugal. O desenvolvimento da Companhia de Cimentos é notável, fruto de um substancial aumento de capitais, com a inauguração de várias estruturas fabris ao longo das primeiras décadas do século XX, tais como fornos, silos, estruturas aéreas de transporte ou laboratórios, que resultam num crescimento físico exponencial e num aumento produtivo consolidado. Para além do desenvolvimento dos edifícios inerentes à produção, a Companhia de Cimentos Tejo

desenvolve igualmente obras de cariz social, como um refeitório, casa de recreio, clube recreativo, posto médico e habitações para os operários e para os quadros superiores. Com mais de um século de história, a fábrica de Cimento Tejo constitui-se como uma referência incontornável do património industrial concelhio e nacional através da inovação tecnológica e da longa herança histórica, social, técnica e cultural.

Por sua vez, a história da Solvay é mais complexa e intrincada. Desde cedo surgem na freguesia da Póvoa de Santa Iria indústrias ligadas ao sector químico, actividade encetada pela Sociedade Geral de Produtos Químicos em 1859, passando depois disso por vários proprietários e assumindo designações distintas: em 1884 é adquirida por Oscar Deligny e intitulada Companhia Real Promotora da Agricultura Portuguesa; no virar do século toma posse da fábrica Henry Bachofen, atribuindo-lhe o seu nome; e em 1914 surge a Companhia Industrial Portuguesa – CIP –, que adquire todo o complexo industrial com vista à produção de soda, a partir das matérias-primas locais, tal como o sal marinho. É precisamente a CIP e sua produção pioneira de soda que suscita o interesse da grande empresa multinacional belga Solvay, fundada por dois irmãos com o mesmo sobrenome, na freguesia da Póvoa de Santa Iria. Após negociações com a CIP, referentes à cedência das fábricas responsáveis pela produção de soda, em 1934 nasce a Soda Póvoa, subsidiaria da Solvay¹⁰ nos terrenos adjacentes à CIP, que se mantém em laboração até meados do século XX, não obstante a cedência da exploração e produção de soda para a Soda Póvoa, apostando no desenvolvimento de outros produtos químicos, para além do interesse na indústria vidreira, possível graças à aquisição de duas outras fábricas na Marinha Grande durante a década de 20. Contudo, o crescimento paulatino mas gradual da Soda Póvoa, fruto do *know-how* fornecido pela Solvay, condena inevitavelmente a CIP, que posteriormente



10. Fábrica Henry Bachofen.



11. Companhia Industrial Portuguesa.

¹⁰ Apesar de ligada à Solvay, mantém este nome até 1988, ano em que passa a ser designada por Solvay Portugal – Produtos Químicos, SA.



12. Vista mais detalhada da entrada na CIP.

cessa a sua laboração, cedendo as restantes estruturas fabris à Soda Póvoa, cujo objectivo de eliminar toda a concorrência é então alcançado.

Assente numa forte implantação e consolidação industrial no concelho, a chaminé, dominante e altiva, assume-se simultaneamente como símbolo do poder económico e do novo desenho paisagístico, cuja forma vertical pontua e destaca-se sobretudo na frente ribeirinha. Contudo, a arquitectura industrial não se resume apenas à fábrica, estendendo-se à obra social que reformula o espaço urbano funcional e define a obra industrial muito para além da fábrica que está na sua génese. Da vasta obra social, destaca-se a habitação operária, tão importante quanto a fábrica na modulação fisionómica concelhia, através da definição de sistemas viários e de modelos de construção urbana, assumindo-se assim como parte integrante dos aspectos determinados pela arquitectura industrial como um todo, essencial para o crescimento social e urbano.

As alterações sociais na base económica e no tecido social, verificados no virar do século, concentram no concelho um volume crescente de populações oriundas do sector agrário em progressivo desmantelamento que se verifica um pouco por todo o país. À imagem do que sucede em Lisboa, também no concelho de Vila Franca de Xira as vagas migratórias, atraídas pela proliferação das fábricas e sem quaisquer posses económicas, ocupam espaços desocupados e devolutos, tais como casarões abandonados ou terrenos vagos junto ao rio, sempre longe dos grandes núcleos urbanos mas próximos dos locais de implantação das fábricas. Nestes espaços surgem então espontaneamente construções improvisadas e totalmente insalubres, muitas vezes com uma densidade populacional por casa impressionante. O tradicional pátio, dos quais existem inúmeros exemplos em Lisboa, surge como uma forma semi-espontânea de alojamento, seja como um reaproveitamento de estruturas divolutas pré-existentes ou já edificado enquadrado numa perspectiva de rendimento imobiliário por parte de particulares, que ofereciam baixas condições de habitabilidade, tirando partido dos baixos rendimentos da classe operária incapaz de aceder à habitação de

rendimento que começa a esboçar-se no início do século XX no concelho.

Enquanto as sucessivas gerações de homens e mulheres que abandonam o campo rumo aos centros urbanos urgem por uma habitação condigna, as indústrias, para manterem os salários em baixa, sentem a necessidade de recorrer nos períodos de maior produção à concentração de mão-de-obra, a mesma que procura habitação. O inevitável consumo de habitação e a sua escassez é rapidamente aproveitada pela indústria, que ao construir alojamento nas proximidades fabris satisfaz as suas pretensões de concentração/reprodução de mão-de-obra, “oferecendo” um bem essencial que a classe operária não pode recusar, posterior e pontualmente complementado por outros equipamentos sociais, tais como creches, postos médicos, cooperativas, casas de recreio, clubes recreativos ou refeitórios.

As indústrias concelhias adoptam modelos habitacionais semelhantes aos difundidos pelas suas congêneres implantadas na capital, claramente exemplificado pelo bairro da CIP, possivelmente o primeiro ensaio no concelho à temática da habitação operária. Construído presumivelmente durante o primeiro quartel do século XX¹¹, o bairro da Vidreira, nome pelo qual é conhecido actualmente, é composto por duas bandas de casas térreas assentes numa estrutura construtiva bastante simples, aparentemente modular¹², e de grande depuração, tanto na ornamentação como na compartimentação interna. O bairro implanta-se num terreno de formato bastante irregular, delimitado a noroeste pela

¹¹ Não existe qualquer referência a uma data mais concisa de construção nas fontes consultadas, consequência da volátil implantação de indústrias na região e da constante alteração dos respectivos nomes e proprietários. Contudo, o bairro terá, no mínimo, cerca de 90 anos, idade aproximadamente da residente mais antiga do bairro, nele nascida e já habitado então pelos seus pais, o que levanta a dúvida se o bairro será até anterior à fundação da própria CIP, em 1914, erigido por uma das fábricas já existentes no local e adquiridas pela Companhia Industrial Portuguesa aquando da sua fundação.

¹² Após a medição *in loco* verifica-se algumas discrepâncias na sua métrica, a maioria pouco perceptíveis quando se olha para o conjunto habitacional.



13. Vista aérea do bairro CIP.



14. Perspectiva da primeira banda do bairro CIP.



15. Vista do alçado principal original da segunda banda do bairro da Vidreira, com uma das habitações de contra-mestre em primeiro plano.



16. Alçado original posterior actualmente adulterado na sua esmagadora maioria.

Estrada Nacional 10 e a sudeste pela linha férrea. Não deixa de ser curioso que o bairro, implantado entre as duas principais vias de comunicação no início do século XX, se alinhe pelo traçado da linha férrea, numa demonstração clara da importância do comboio em detrimento dos restantes meios de transporte e comunicação. Com ligações à indústria vidreira através da aquisição de duas fábricas na Marinha Grande na década de 20, bem como a posse de uma pequena unidade de produção na freguesia vizinha de Santa Iria, Loures, que mais tarde estaria na origem da COVINA¹³, o original bairro CIP rapidamente toma o nome de bairro da Vidreira. Actualmente, com 32 habitações, das quais se estima que apenas 25 a 30% esteja habitada, o bairro encontra-se já largamente adulterado e em degradado estado de conservação, situação para a qual contribuirá certamente o facto deste continuar na posse da fábrica, isto é, da Solvay, que o adquire em conjunto com as restantes instalações da CIP, quando esta cessa a sua laboração em meados do século XX.

Tendo a CIP chegado a contar com cerca de 800 operários, o projecto inicial incluía não duas bandas de habitações, mas sim três, confirmadas simultaneamente por mais de um morador do bairro e por uma planta incluída numa proposta de um projecto para outro bairro operário encomendado pela Solvay nos anos 50. Este terceiro bloco alinhava-se por sua vez pela Estrada Nacional, adossando-se ao muro que separa o bairro da via rodoviária, o que o tornava à partida como o bloco de excepção, isto porque possuía apenas uma frente para a rua, ao contrário das restantes habitações, com duas. A sua localização também diferia da restante lógica do bairro ao romper a tipologia em banda para fazer frente simultaneamente aos dois blocos ainda existentes, formando assim com eles uma rua oblíqua e tendencialmente muito estreita. Após o desaparecimento da CIP na década de 50/60 e em virtude da menor premência de habitação operária face à existência de mais alojamentos na freguesia, alguns deles erigidos já pela Solvay, esta resolve demolir o terceiro bloco, conferindo um maior desafogo

¹³ A Companhia Vidreira Nacional, actualmente pertença da Saint Gobain, nasce em 1936 fruto da fusão de sete fábricas.

espacial às duas bandas ainda existentes. Os moradores, com o aval e ajuda da própria fábrica, transformam o espaço exterior com a criação de um pequeno murete, estabelecendo um diferença de cota entre os dois blocos actualmente edificados e o muro que limita o bairro. Esta nova plataforma, onde surgem espontaneamente algumas arrecadações precárias e garagens construídas pela Solvay, permite suavizar o considerável desnível de cerca de 5/6 metros entre as cotas das habitações e cota exterior ao muro onde passa a rua.

Outra alteração significativa ao funcionamento do bairro foi o gradual desenvolvimento da linha férrea, que com o passar das décadas viu aumentar a circulação e a velocidade dos seus comboios, tornando perigoso o acesso inicialmente projectado como principal, pois na altura da sua construção existiam apenas duas linhas, ao invés das quatro actuais, o que originou uma redução substancial no espaço exterior disponível. O acesso directo à fábrica, outrora óbvio e essencial, onde uma linha férrea de reduzido tráfego era o único obstáculo, facilmente transposto, entre o habitar e o laborar, é actualmente impossível, não só pela vedação que separa as habitações dos caminhos-de-ferro, como os novos meios de transporte, mais rápidos e fiáveis, retiram ao acesso directo e imediato dos trabalhadores à fábrica o seu carácter antes entendido como essencial. Para esta inversão, com repercussões óbvias na forma como se organiza cada habitação internamente, contribui igualmente a maior desobstrução espacial do alçado originalmente posterior, mas que hoje é claramente o alçado principal, e a redefinição das acessibilidades ao permitir uma circulação medianamente folgada: os percursos pedonais dividem-se entre o acesso à estrada, e consequentemente à freguesia, através de uma escadaria construída junto ao muro e passagem superior sobre os caminhos-de-ferro, que permite manter um acesso rápido e praticamente directo ao complexo industrial, neste caso a Solvay; já o acesso automóvel torna-se igualmente mais fácil com a construção das garagens junto ao muro e com o maior espaço disponível para circular e manobrar o veículo.

A simplicidade construtiva visível a partir do tratamento das fachadas prolonga-se claramente



17. Perspectiva do que seria o alçado posterior original, com um anexo dividido por cada duas habitações.



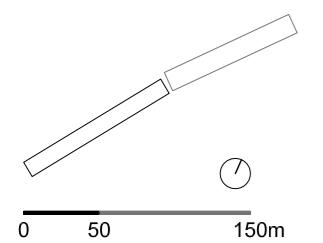
18. Anexos construídos a posteriori pelos moradores, adossados ao muro que separa o bairro da estrada nacional.



19. Reservatório de água que abastecia todo o bairro, actualmente desactivado.

para o interior da habitação. O projecto inicial contemplava uma divisão da casa em quatro partes praticamente iguais, isto é, quatro quadrados em tudo semelhantes, sem quaisquer espaços de transição e onde cada divisão se ligava directamente às duas imediatamente adjacentes. Cada habitação, presumivelmente composta por dois quartos, uma cozinha e uma sala, possuía ainda um pequeno quintal, que de alguma forma complementava os espaços interiores exíguos, na então fachada posterior, onde se localizavam dois pequenos anexos, correspondentes à instalação sanitária e à área de tratamento de roupa, acedidos respectivamente pelo interior e exterior da habitação. A organização interna e parca ornamentação, em conjunto com o uso de materiais simples e económicos, revela a preocupação da fábrica em reduzir ao máximo os custos na construção do bairro e o interesse em satisfazer sobretudo a sua necessidade de concentração de mão-de-obra, mais do que resolver os alarmantes problemas sociais relacionados com a falta de habitação operária, tão comuns à época. Contudo, e apesar das reduzidas condições de salubridade, o bairro reflecte na perfeição o modelo de habitação operária construído na época, já largamente explorado na capital e que paulatinamente se difunde pelos emergentes polos industriais, como o concelho de Vila Franca de Xira. No bairro da Vidreira, para além das habitações operárias, foram ainda previstas duas habitações, ligeiramente maiores e mais ornamentadas, para técnicos superiores, situadas no topo inicial das duas bandas, bem como uma cooperativa, em funcionamento na última casa do primeiro bloco. Também a água e electricidade eram fornecidas directamente pela fábrica, a primeira proveniente de um reservatório construído para o efeito no centro do bairro, e a segunda oriunda directamente da fábrica.

Actualmente o bairro encontra-se quase desabitado, resistindo apenas antigos trabalhadores da Solvay, já reformados e respectivos cônjuges, uma vez que os actuais trabalhadores da Solvay não têm a mesma necessidade de habitação que os seus antecessores sentiram no início do século XX. Muitas foram as alterações encetadas pelos moradores ao longo das décadas, algumas com o consentimento da própria CIP/Solvay, das quais a mais recorrente e natural foi o fecho, parcial ou total,



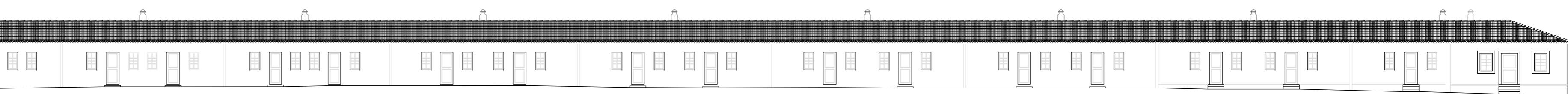
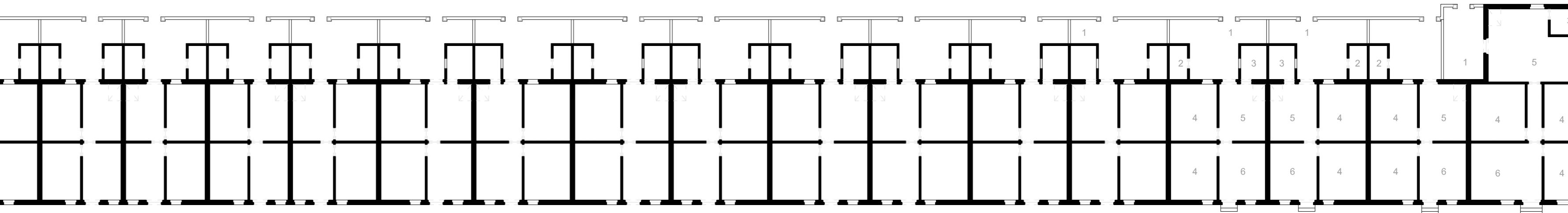
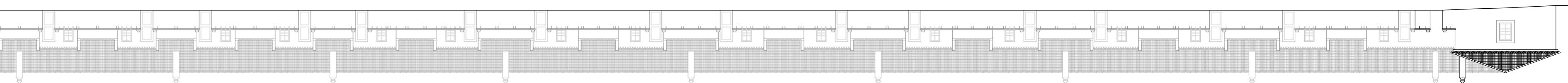
Alçado principal actual (originalmente posterior).

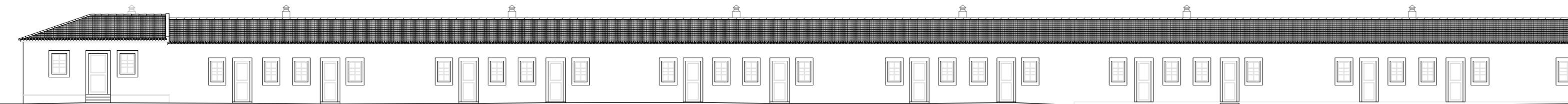
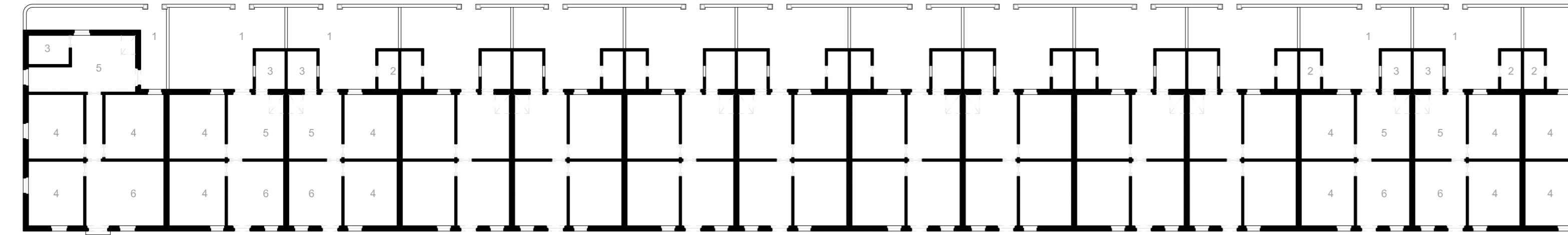
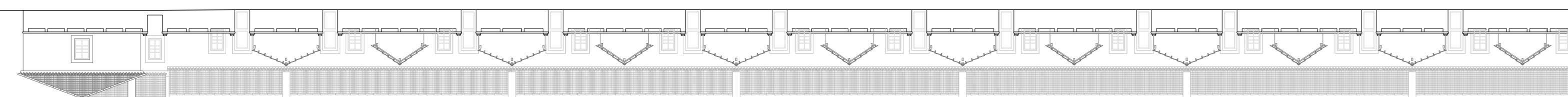
Planta de reconstituição do projecto original:

1. Quintal;
2. Área de tratamento de roupa;
3. Instalações sanitárias;
4. Quarto;
5. Cozinha;
6. Sala.

Alçado posterior actual (originalmente original).

20. Bairro operário da Companhia Industrial Portuguesa - banda sudoeste.
Póvoa de Santa Iria.
Data: primeiro quartel do século XX.
Projecto: autores desconhecidos.





Alçado principal actual (originalmente posterior).

Planta de reconstituição do projeto original:

1. Quarto;
2. Área de tratamento de roupa;
3. Instalações sanitárias;
4. Quarto;
5. Cozinha;
6. Sala.

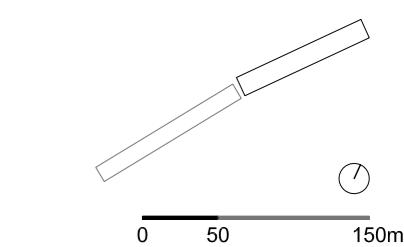
Alçado posterior actual (originalmente original).

2.1. Bairro operário da Companhia Industrial Portuguesa - bairro nordeste.

Póvoa de Santa Iria.

Data: primeiro quartel do século XX.

Projeto: autores desconhecidos.



do pequeno quintal, por forma a ganhar mais uma divisão, de transformar os originais anexos exteriores em divisões interiores e resguardar o que hoje em dia é usada como entrada principal. Porém, algumas das habitações mantêm-se ainda mais ou menos fiéis ao projecto inicial, por certo, desocupadas já há alguns anos. O bairro da Vidreira constitui-se assim como uma fonte única no concelho para compreender a situação económica e social num período de crescimento tão rápido e conturbado no concelho como foram as primeiras décadas do século XX.

Alguns quilómetros a nordeste, uma outra fábrica fundada ainda no século XIX crescia a um ritmo impressionante: a Fábrica de Alhandra. Tal como a Póvoa de Santa Iria, Alhandra assume-se como uma das freguesias com maior índice de industrialização no concelho no início do século. Fundada em 1894 por Araújo Rato, é vendida em 1912 a um grupo de engenheiros e industriais sediados no Porto, num processo que inclui a alteração do nome para Companhia de Cimentos Tejo, a transformação desta numa sociedade anónima, como era aliás desejo do seu fundador e uma injecção significativa de capital.

Este processo permite prosseguir e aumentar o crescimento que a fábrica conhecera sob a mão de Araújo Rato. O desenvolvimento industrial acarreta, então, crescimento urbano, económico e social, pelo que rapidamente a companhia cimenteira se apercebe da importância da obra social como uma ferramenta indispensável ao seu sucesso e à consolidação do seu crescimento, construindo assim três moradias entre o final da década de 20 e o início da de 30 destinadas aos quadros superiores da fábrica. Contudo, é em 1935 que os benefícios sociais se vão estender aos comuns operários, motivados por uma outra empresa cimenteira, a Maceira-Liz, sediada em Leiria, que nesse ano toma uma posição accionista dentro da Companhia de Cimentos Tejo. A Empreza de Cimentos de Leiria, ao encetar entre 1925 e 1935 uma vasta e completa obra de regalias sociais para os seus trabalhadores, tida como exemplar na época, tanto a nível nacional como internacional, influencia claramente a congénere ribatejana, que desenvolve ao longo das décadas seguintes diversas obras dentro do



22. Vista aérea do bairro da Cimpor.



23. Entrada do bairro onde a fábrica, como pano de fundo, assume um grande destaque.



24. Alçado principal de uma das correntezas do bairro da Cimpor.



25. Um dos três chafarizes que no projecto original forneciam o bairro de água.



26. Perspectiva de um dos arruamentos do bairro.

mesmo âmbito. Os benefícios sociais inerentes ao modelo testado com sucesso em Leiria encontram grande receptividade no então presidente do concelho administrativo da companhia de Alhandra, Theóphilo Leal de Faria (1888-1952), engenheiro de profissão, que projecta e inicia ainda no ano de 1935 a construção do bairro operário em terrenos contíguos à fábrica, totalmente concluído dois anos depois. Próximo de Oliveira Salazar, Leal Faria projecta o bairro de acordo com a visão nacionalista defendida pelo Estado Novo, enquadrando-se perfeitamente no ideal da típica aldeia portuguesa, onde “todas as casas que o constituem, amplas, graciosas e bem arejadas, ficaram com todos os requisitos modernos de higiene e conforto” (FARIA, 1987: 5).

O bairro da Companhia de Cimento Tejo introduz no concelho o modelo de bairro/vila operária, já amplamente ensaiado na capital e gradualmente difundido pelas suas regiões periféricas. Implantado nas proximidades da fábrica, o bairro ocupa na totalidade o terreno disponível entre a Estrada Nacional e a linha férrea, sendo composto por habitações de um só piso, articuladas segundo um módulo e cuja repetição desenha ruas e praças dominadas por fachadas assumidamente radicadas na “arquitectura popular” ao nível da gramática decorativa, ideia reforçada pelo aparelhamento pétreo do pavimento ou pelos pequenos jardins, um para cada habitação, originalmente cuidados por dois ou três jardineiros privados. Internamente, a habitação-tipo é composta por três quartos, uma cozinha, um pequeno alpendre a partir do qual se accede às instalações sanitárias, divididas em dois espaços.

Para além da habitação-tipo, repetida trinta e uma vezes, Leal de Faria projecta igualmente quatro habitações ligeiramente mais alongadas destinadas a trabalhadores mais qualificados, em tudo semelhantes à lógica organizativa das habitações-tipo e sem comprometer a métrica da fachada, com a diferença de possuírem mais um quarto, prevendo a possibilidade de existirem agregados familiares de maiores dimensões ou a existência de uma empregada. Todas as habitações dispunham ainda de um quintal no alçado posterior, cuja forma e dimensão varia com o desenho irregular do terreno,

chegando nalguns casos a ser superior a área do quintal do que a da habitação propriamente dita. Para além das habitações, o bairro inclui outros benefícios, tais como o fornecimento de água e electricidade garantidos pela fábrica¹⁴, bem como a edificação de uma casa de recreio para os operários e a instalação de um posto médico no próprio bairro, previsto logo no projecto inicial e ocupando as duas habitações que assumem uma posição de excepção no bairro. As décadas seguintes trazem inovações tecnológicas, tanto no processo produtivo como no transporte das matérias-primas provenientes das encostas do interior da freguesia de Alhandra. Uma dessas inovações, a construção do novo tapete rolante aéreo na década de 60¹⁵, esteve na origem de profundas alterações no bairro em épocas diferentes, fruto do seu trajecto e por motivos de segurança, com a demolição de parte de uma habitação – a restante é reaproveitada pelos moradores como garagem/arrumos –, à qual se juntam posteriormente outras duas, estas demolidas na sua totalidade¹⁶. É curioso verificar que numa das primeiras fábricas, se não a primeira, no país a produzir um material revolucionário e já com peso na construção, utilizado por diversos engenheiros e arquitectos na época, o cimento não tenha liderado a linguagem construtiva nas próprias construções promovidas pela fábrica. A Cimento Tejo desenvolve ao longo das décadas seguintes inúmeras obras sociais, sobretudo no campo desportivo, com a criação do clube recreativo e de diversos equipamentos e apoios à prática do desporto, para além da pretensão em construir mais bairros, nunca iniciados. Em 1976 e após as grandes convulsões políticas e sociais que abalam Portugal neste período, a fábrica é paulatinamente nacionalizada e constituída a

¹⁴ São inclusive construídos três bebedouros públicos no bairro, hoje desactivados mas que antigamente funcionavam quase como áreas de convívio, sendo areados à vez pelas mulheres dos operários.

¹⁵ Este sistema, mais rápido e seguro, substitui o primitivo sistema em que os materiais eram transportados em vagonetas movidas por meio de roldanas.

¹⁶ Estas são recentemente demolidas não apenas por segurança relacionada com o transporte aéreo, mas igualmente por se encontrarem desabitadas e com falta de segurança fruto da intrusão e queda de materiais.



27. Pormenor da cuidada ornamentação presente em todo o bairro da Cimpor.



28. Tapete mecânico superior que em meados do século substituiu o transposte via vagonetas e obrigou a alterações no bairro.

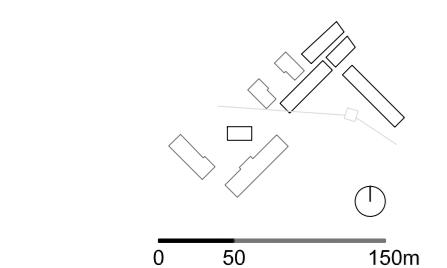


29. Perspectiva de um cruzamento perpendicular entre dois arruamentos do bairro.

Cimpor – Cimentos de Portugal, E.P..

O segundo quartel do século XX reforça a industrialização no concelho, cada vez mais uniforme e consolidada, desde a Póvoa de Santa Iria à Castanheira do Ribatejo, com especial destaque para as maiores freguesias, como Alverca e Vila Franca de Xira, que durante este período recuperam o protagonismo industrial liderado pela Póvoa de Santa Iria e Alhandra no quarto de século anterior. O crescimento económico, social e urbano volta a sofrer um forte estímulo, com a crescente fixação de novas vagas migratórias no concelho a acompanhar concomitantemente o desenvolvimento industrial consistente e a desaceleração das estruturas agrícolas. Nesta época, a questão da habitação operária continua a constituir-se como um ponto fundamental para a resolução dos problemas de alojamento registados um pouco por todo o concelho. O contexto social e político nacional começa, contudo, a alterar-se em meados do século, com influência directa no campo arquitectónico, como foi referido no capítulo anterior. Para além de bandeira do poder económico e social, as fábricas vêm na edificação de novos bairros uma oportunidade de afirmar a sua modernidade, pelo que se torna comum a chamada de jovens arquitectos, com novas ideias.

Curiosamente são as duas maiores indústrias concelhias, as quais se tem vindo a analisar, a manifestar este novo desejo. A Companhia de Cimentos Tejo é a primeira a estudar a construção de um bairro de carácter mais moderno, sobretudo nos materiais empregues, ao encomendar em 1950 um ante-projecto ao arquitecto Nuno Teotónio Pereira (1922-) que, infelizmente, não chega a passar do papel. O projecto, implantado num terreno pertencente à fábrica, mas mais junto à subserra e longe das instalações fabris, assumia uma escala urbana com o desenvolvimento de tipologias habitacionais diversificadas, de acordo com as competências laborais – dois tipos para os contramestres e três tipos para os restantes operários. A opção do arquitecto por moradias unifamiliares prende-se com estas, no seu entender, responderem melhor ao modo de vida dos operários, reforçado pelo carácter rural da zona escolhida para a implantação do bairro. Não obstante este ante-projecto apenas conter plantas, é



Alçado principal dos lotes 17 a 23. Alçado posterior dos lotes 11 e 12.

Alçado principal dos lotes 18 a 30. Planta e alçados laterais dos lotes

11 e 12:

1. Quarto;

2. Sala;

3. Cozinha;

4. Instalações sanitárias;

5. Alpendre fechado de acesso ao quintal.

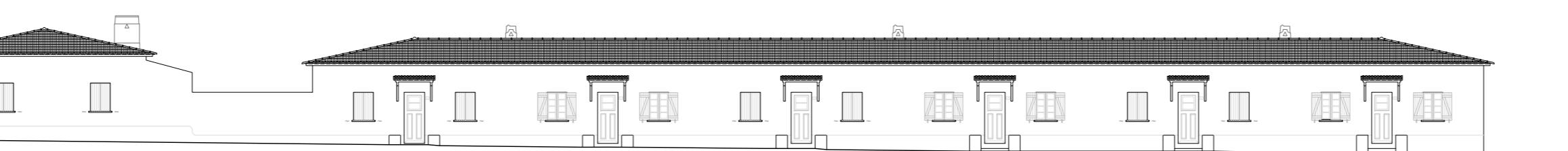
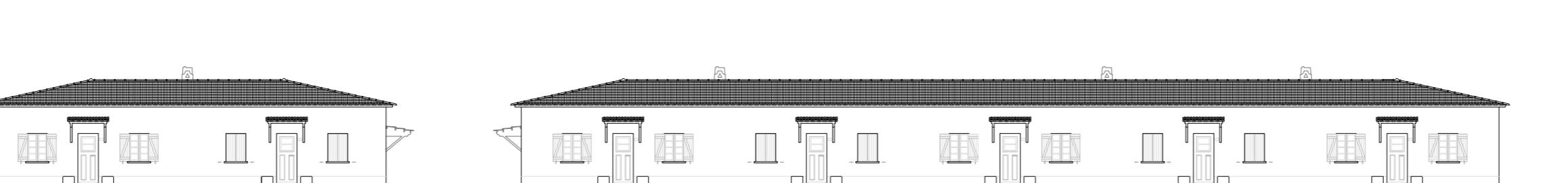
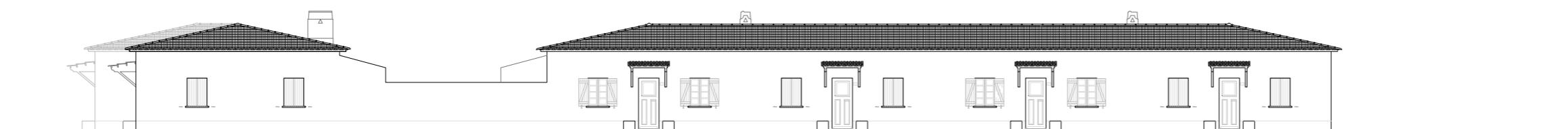
Alçado principal dos lotes 25 a 35. Alçado principal dos lotes 11 e 12.

30. Bairro operário da Cimpor - lotes 11 a 35.

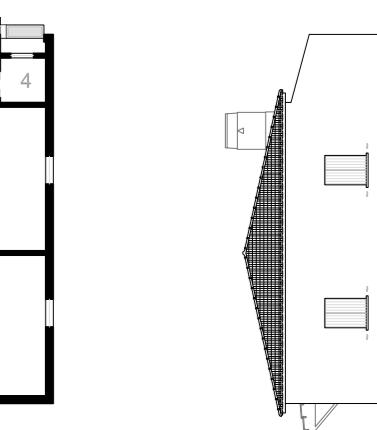
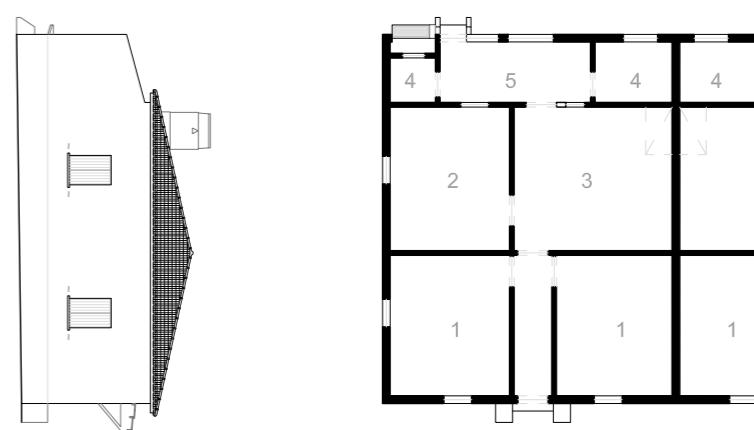
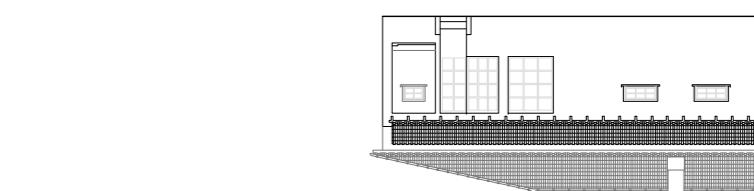
Alhandra.

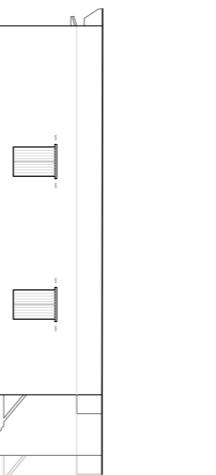
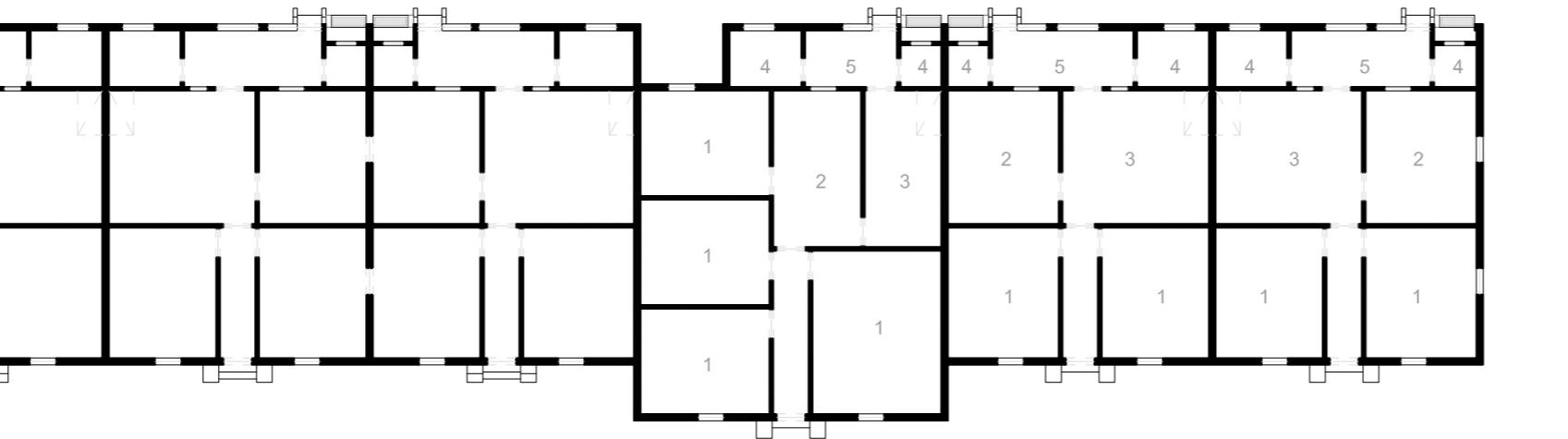
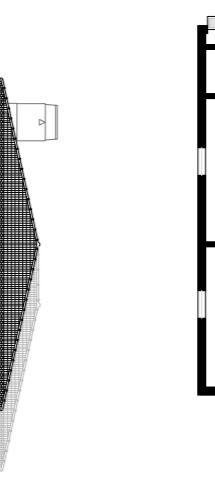
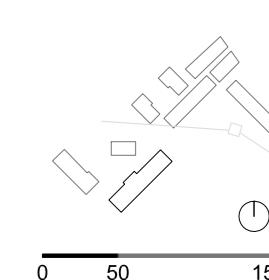
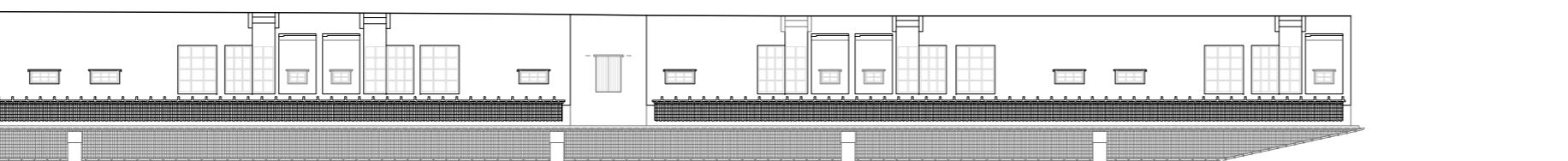
Data: 1935 (início).

Projecto: Theóphilo Leal de Faria.



214 A Habitação Operária em Lisboa. Contributos para a sua retrospeção durante o Estado Novo. O caso da Vila Franca de Xira





Açôado posterior.
Planta e fachada lateral:
1. Quarto;
2. Sal;
3. Cozinha;
4. Instalações sanitárias;
5. Alpendre fechado de acesso ao quarto.



3.1. Bairro operário da Cimpor - lots 5 a 10.
Alhandra.
Data: 1935 (início).
Projeto: Theóphilo Leal de Faria.

possível encontrar nelas soluções urbanísticas semelhantes às do bairro dos Olivais, com a articulação cuidada entre vários grupos habitacionais, fomentando a unidade de vizinhança e a vida social. Por seu turno, a Soda Póvoa, uma das empresas mais arrojadas na construção de alojamentos para os seus funcionários¹⁷ e detentora de inúmeros terrenos, encomenda em 1953, igualmente a Teotónio Pereira, em conjunto com Bartolomeu Costa Cabral (1929-), uma proposta para erigir um novo bairro operário.

Inserido no âmbito das Casas de Renda Económica para os beneficiários da Caixa de Previdência do Pessoal da Soda Póvoa, o projecto inicial, depois de algumas reformulações¹⁸, é composto por dois blocos de quatro pisos cada, com 12 fogos cada, e conjuntos de habitações unifamiliares em duplex, organizadas em banda, num total de 28 fogos, “por forma a criar um aglomerado suficientemente diversificado” (PEREIRA, 1954: 2). O projecto concebido pela dupla de arquitectos representa uma ruptura com a arquitectura concelhia de então, simultaneamente pela aceitação e reconhecimento da perspectiva laboratorial dos conceitos urbanos modernos, só explorados em Portugal a partir de meados do século XX¹⁹, bem como pelo facto do terreno escolhido para a implantação do bairro situar-se à época na periferia a noroeste da vila, de frente para duas das moradias administrativas da fábrica e delimitado a norte pelo Caminho do Marquês, a nordeste pela Estrada Nacional 10 e a noroeste pelo canal do Alviela, dificultando a tentativa de estabelecer uma ligação orgânica entre o novo projecto e o “velho casco”. Exceptuando-se a proximidade com a Estrada e algumas limitações construtivas, fruto dos eixos viários, o terreno tem uma pendente suave, apenas mais acentuada na passagem para a Estrada Nacional, é abrigado dos ventos setentrionais, com bons



32. Perspectiva aérea do bloco do arquitecto Teotónio Pereira.



33. Vista geral dos alçados sudeste e sudoeste.

¹⁷ Em 1938 são encomendadas a Raul Rodrigues Lima (1909-1980) as primeiras moradias construídas pela fábrica para os seus administrativos.

¹⁸ Por exemplo, os blocos originalmente são projectados com cinco pisos cada, ao invés dos quatro finais.

¹⁹ Como são disso exemplos o bairro de Alvalade em parte e sobretudo os bairros dos Olivais Norte e Sul durante a década de 50.



34. Pormenor da escadaria de acesso aos três pisos superiores e articulação com as galerias exteriores.

índices de insolação e excelente vista para o rio, reunindo portanto excelentes condições para a construção do bairro.

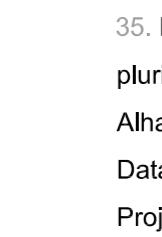
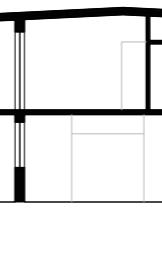
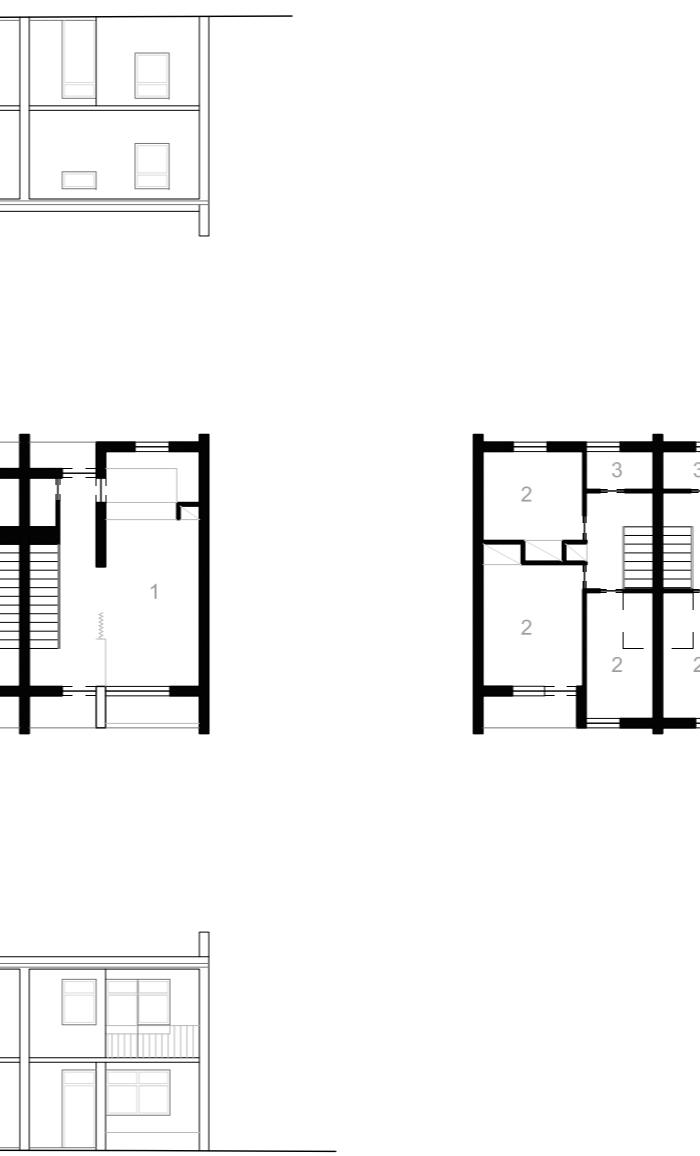
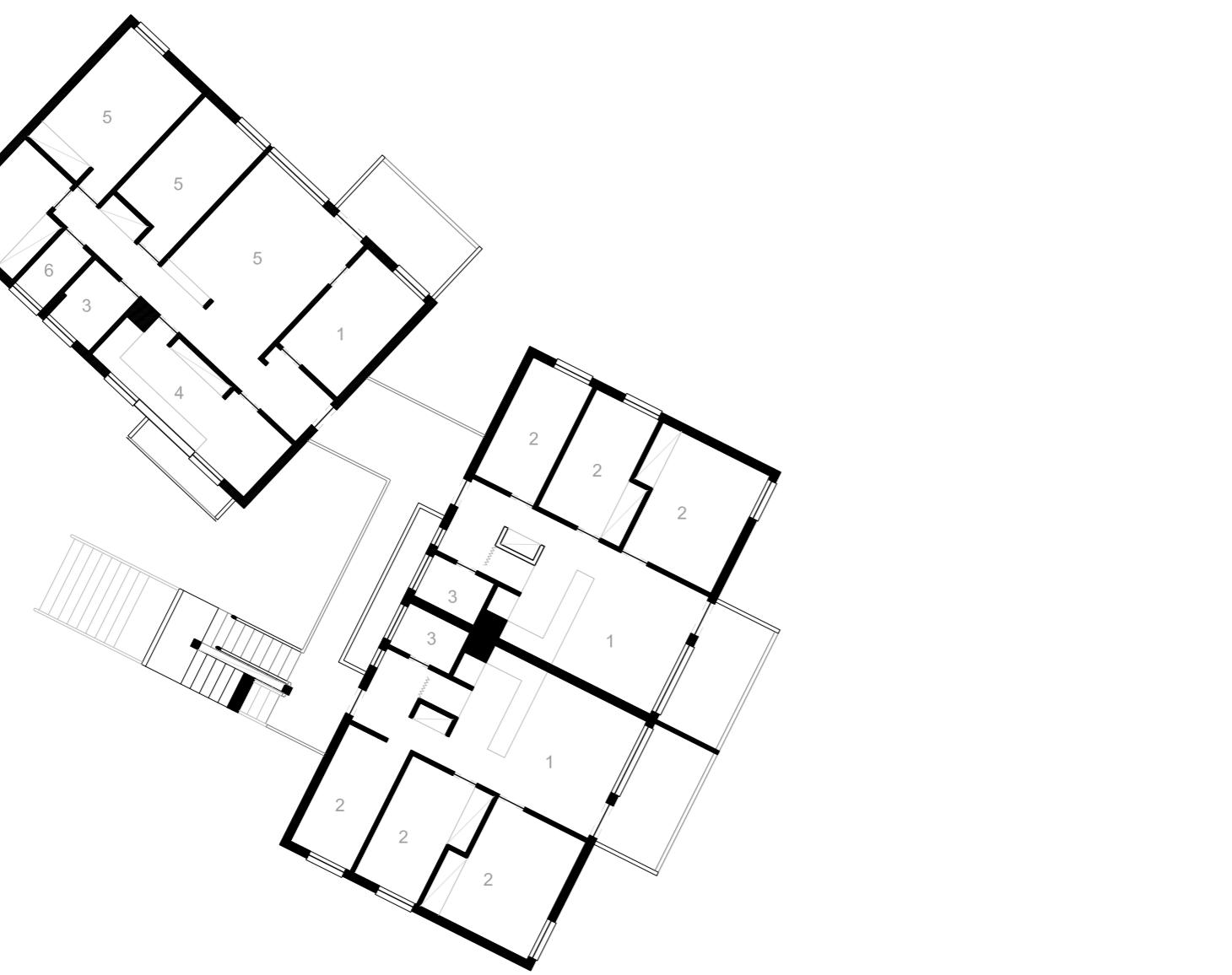
O acesso principal ao bairro seria sempre ao longo do Caminho do Marquês, ao longo do qual se implantariam os dois edifícios em altura, orientados a sudoeste e sudeste e entrada a nordeste, feita através de umas pequenas galerias exteriores. Já as habitações unifamiliares seriam agrupadas em bandas mais para o interior do terreno, acessíveis por arruamentos pedonais e orientadas a sul, poente, ou nascente consoante a sua tipologia. Os arquitectos previam ainda a presença de espaços de cultivo, fosse privativo no caso das habitações unifamiliares, ou em pequenos talhões separados dos blocos em altura.

Infelizmente, de todo o projecto, apenas um dos blocos foi construído, aquele junto à Estrada Nacional 10. À semelhança de outras obras²⁰, os autores concentram no edifício habitacional uma série de princípios de organização espacial comuns. Os dois blocos que constituem o edifício ligam-se através de uma galeria de acesso, ou passadiço comum conforme consta na memória descritiva, agrupando duas casas operárias de tipo 3 (três quartos), e uma de tipo 4 (dois quartos, um quarto para a criada e um quarto/escritório) destinada aos funcionários administrativos. Este espaço semi-público desempenha um papel fundamental na dinamização da vida social, valorizando o conjunto.

As habitações tipo 3, com um programa menos extenso que as de tipo 4, introduzem o conceito de espaço comum²¹, reflexo de um novo contexto ideológico familiar, através da libertação de todo o espaço composto pela zona de estar e serviços para as tarefas domésticas, desempenhadas pela dona da casa nesta tipologia. Define-se assim claramente uma zona central não só espacialmente, mas

²⁰Tanto do âmbito das Habitações Económicas, programa ao qual Teotónio Pereira dedica muito do seu trabalho, como através de encomendas privadas.

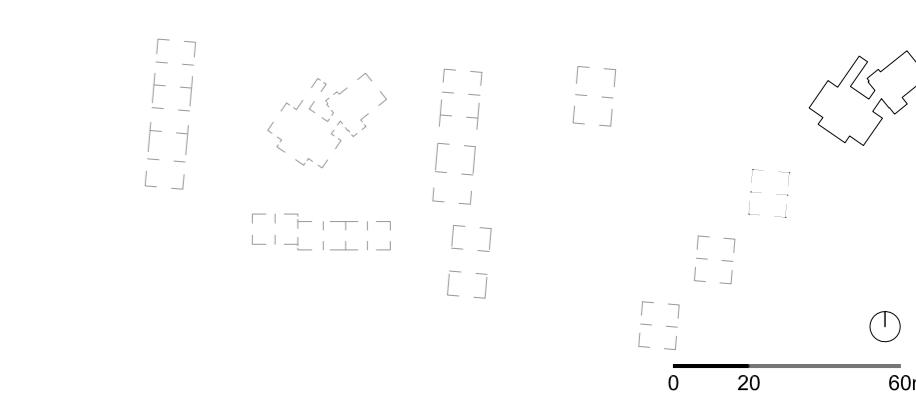
²¹Que os autores usam em numerosos projectos.

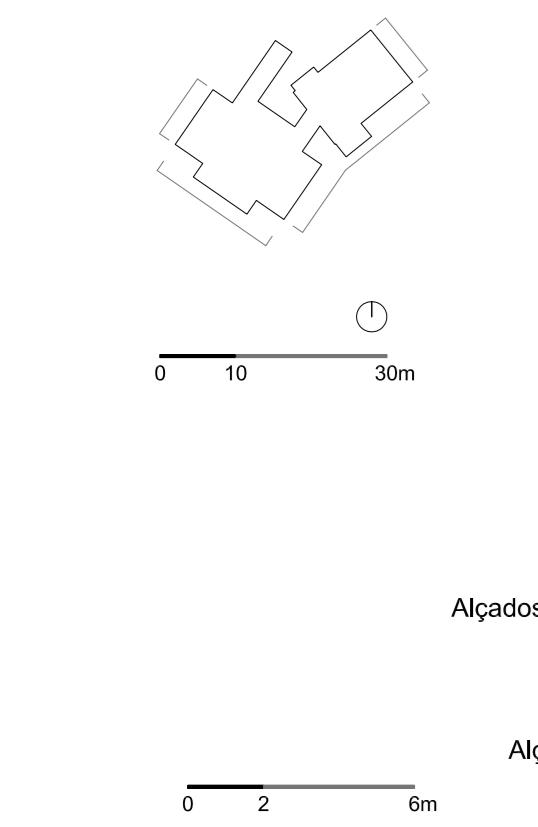


Planta do bloco construído:
1. Sala/cozinha;
2. Quarto;
3. Instalações sanitárias;
4. Cozinha;
5. Sala;
6. Instalações sanitárias
(empregada);
7. Quarto (empregada).

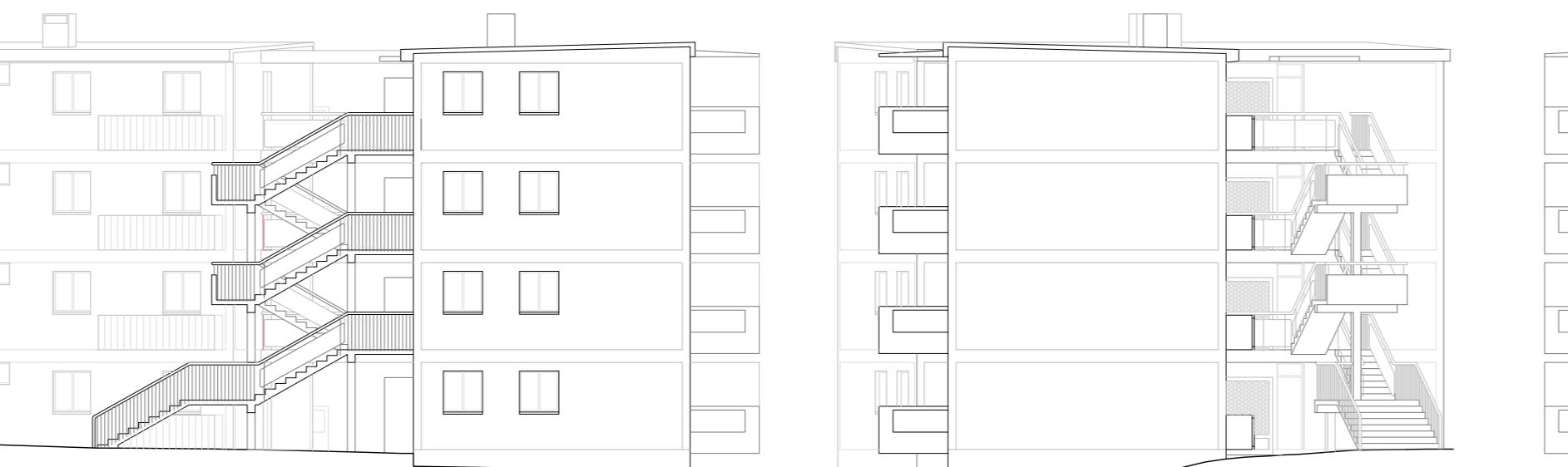
Planta da ação principal e
posterior e cores da habitação
unifamiliar (não construído):
1. Sala/cozinha;
2. Quarto;
3. Instalações sanitárias.

35. Bairro operário da Sodá Póvoa - habitação unifamiliar construída e
unifamiliar (parcialmente construída).
Alhandra.
Data: 1953-956.
Projeto: Nuno Teotónio Pereira.

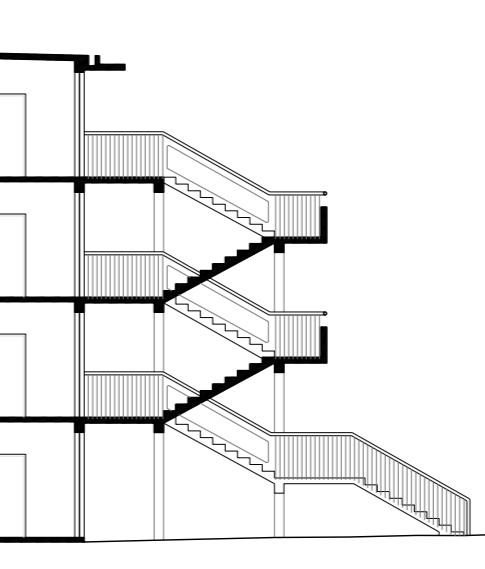
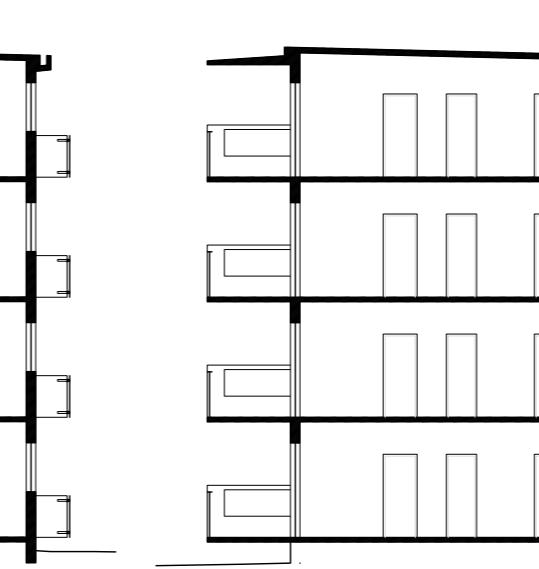
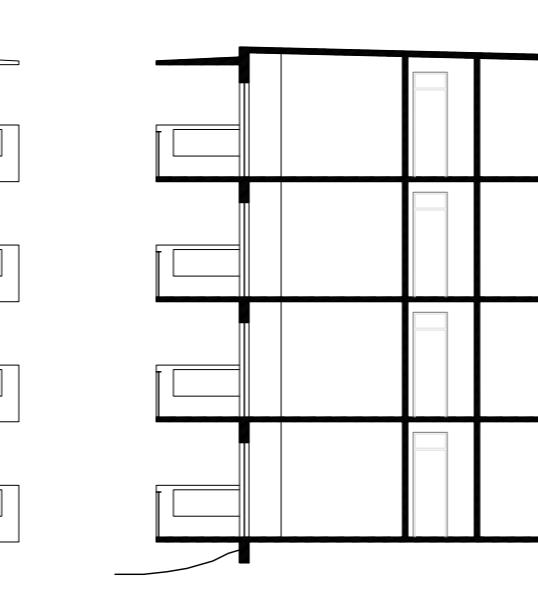
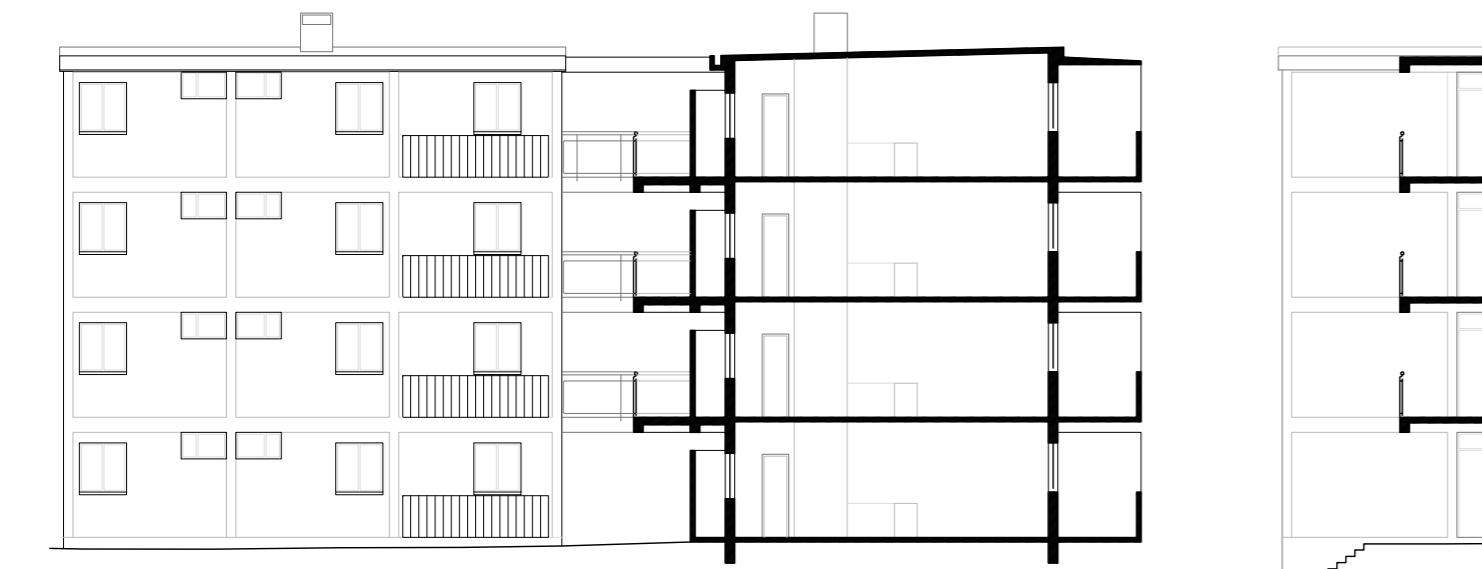




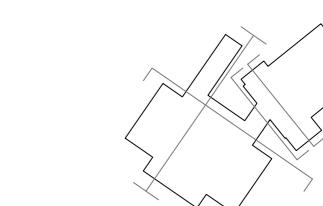
36. Bairro operário da Soda Póvoa - alçados.
Alhandra.
Data: 1953-1956.
Projecto: Nuno Teotónio Pereira.



219 A Habitação Operária em Lisboa. Contributo para a retrospectiva da arquitetura do Estado Novo. O caso da Vila Franca de Xira



Alçados e cortes do bloco de habitações plurifamiliar:
Alçado norteeste do bloco norte e contra transversal do bloco sul;
Alçado norteeste do bloco sul;
Alçado sudoeste do bloco norte;
Corte transversal do bloco norte;
Corte transversal do bloco sul.



0 10 30m

0 2 6m

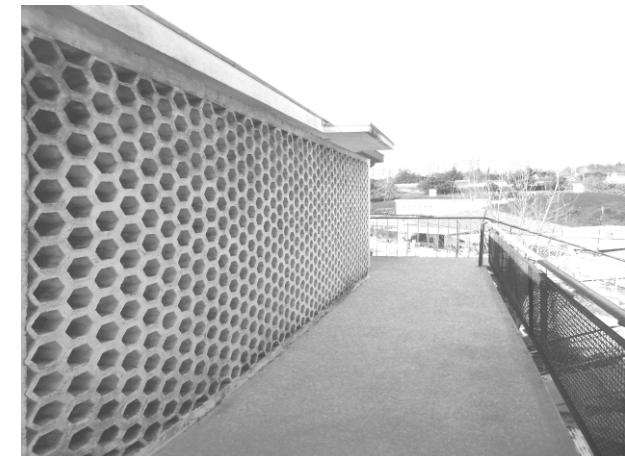
37. Bairro operário da Serra da Póvoa - alçados e cortes.
Alhandra.
Data: 1953-956.
Projeto: Nuno Teotónio Perira.

sobretudo ao nível da organização da vivência doméstica interna, com um núcleo de serviços completo, passível de responder a todas as funções necessárias, desde comer, estar, cozinhar e tratamento de roupa. Esta concentração funcional resulta também simultaneamente das condicionantes espaciais e económicas, impostas pela própria Caixa de Previdência aquando da encomenda do projecto. A zona de tratamento de roupa, equipada com o tanque e tábua de engomar rebatível, assim como os arrumos adjacentemente dispostos formam um espaço transitório entre a área de serviço e a de estar, através de um corredor invisível que atravessa toda a habitação, desde a entrada a norte até à varanda a sul, e pelo qual se accede a todos os quartos.

Já nas habitações tipo 4, a dinâmica interna é totalmente diferente, desde logo pela introdução da figura da criada no agregado familiar. A estrutura interna organiza-se através da sequência de espaços após o *hall* de entrada, que distribui à esquerda todas as divisões ligadas aos serviços – tratamento de roupa, cozinha, instalações sanitárias e quarto da criada –, e à direita os espaços de estar – quarto/escritório, sala e quartos. Se nas habitações tipo 3, o núcleo de serviços é o espaço central, nas habitações tipo 4 a sala ganha claramente destaque na organização interna. O projecto não é apenas inovador quanto à interpretação programática, mas também ao nível dos materiais, com a construção totalmente constituída por uma estrutura periférica em betão o que, aliado à ausência de revestimento em todas as superfícies, reflectem uma nova preocupação compositiva na busca de uma linguagem moderna, inédita neste tipo de programas.



38. Desenho da galeria exterior com as inclinações dispare das dois edifícios, unificados pelo elemento escada.



39. Vista desafogada do último piso e detalhe da divisória entre a galeria o espaço semi-privado que se esconde por detrás do elemento vertical – o estendal.

Considerações Finais

Polo permanente de trabalho desde os tempos mais remotos, da agricultura ao longo de vários séculos à indústria mais recente, actualmente o concelho de Vila Franca de Xira mudou radicalmente a sua identidade, com a laboração, outrora a imagem de marca do concelho, a ceder inevitável e inexoravelmente o seu lugar ao habitar, fruto do desaparecimento das grandes fábricas em detrimento da ocupação dos seus espaços por unidades habitacionais, transformando as áreas urbanas do concelho em nada mais que dormitórios.

Os bairros operários constituem-se como uma ponte entre esses dois tempos no concelho: por um lado são extensões da função laborar e da própria indústria, mas por outro desempenham a função do habitar, uma necessidade premente essencialmente durante a primeira metade do século XX. Após analisar três bairros operários seleccionados, de períodos distintos, mandados construir por fábricas à época distintas, tornam-se evidentes algumas semelhanças. Não obstante o desfasamento de aproximadamente duas décadas entre a construção dos bairros da Vidreira e Cimpor e dos diferentes modelos arquitectónicos que estão na sua base – tipologia em banda e em bairro/vila –, o espaço da habitação é bastante semelhante. Formalmente, ambas as habitações são extremamente regulares, aproximando-se do quadrado, regularidade esta transposta igualmente para a organização interna. No bairro da Vidreira existem apenas duas paredes divisórias, que se intersectam no centro formando quatro divisões praticamente iguais, diferenciadas apenas pelo mobiliário. No bairro da Cimpor, a habitação tipo obedece exactamente à mesma lógica com apenas uma *nuance*, a introdução de um espaço novo de transição: o corredor. Este elemento torna a planta ligeiramente mais complexa destacando a cozinha como espaço principal da casa, espaço que dá acesso não apenas ao corredor e um dos quartos, como à varanda/marquise, às instalações sanitárias e ao pequeno quintal. À

semelhança do bairro da Cimpor, cada habitação no bairro da Vidreira também possui um pequeno espaço exterior, um quintal, localizado no alçado posterior e acessível através da cozinha. As instalações sanitárias são também encaradas com maior importância no bairro da Cimpor, com a inclusão do espaço no interior da casa, facilmente acessível e dividido em dois blocos – um servido apenas de sanita enquanto o outro é equipado com espaço de banho –, numa métrica muito semelhante à do bairro da Vidreira, onde os dois blocos, instalação sanitária e arrumos, se anexam igualmente à cozinha, como se houvesse um recuo da cobertura e a varanda passasse a ser descoberta comparativamente ao bairro da Cimpor. Organizados segundo uma métrica regular, ambos os bairros têm por base a mesma lógica construtiva simples e económica, com fachadas pontuadas pelas chaminés ao ritmo compassado de janela porta janela, cobertura em telha inclinada e pequenas variações ornamentais.

Contudo, o bairro da Soda Póvoa denota várias evoluções na habitação operária comparativamente com os outros dois bairros, não apenas ao nível do programa bem como na concepção arquitectónica do conjunto. O contexto arquitectónico nacional nos anos 50 é profundamente diferente do que se vive durante as primeiras quatro décadas do século XX, com o aparecimento de jovens arquitectos, com ideais regidos pelo Movimento Moderno e testados nos “laboratórios arquitectónicos” do bairro de Alvalade e nos Olivais. Assim se insere o bloco projectado por Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu da Costa Cabral: pela primeira vez considera-se a construção de habitações operárias em altura, concentradas num bloco que engloba, no mesmo piso, habitações para operários e funcionários mais qualificados. Cada habitação, ao contrário do que se vê nos bairros da Vidreira e da Cimpor, revela um cuidado na organização interna dos espaços, demarcando claramente as esferas privada da social. Surge o espaço de estar, complemento do espaço dos afazeres domésticos aglutinados pela cozinha e espaço de tratamento da roupa, todos separados dos quartos, divisões mais resguardadas. O interior da habitação torna-se assim mais complexo, com os

espaços de transição a assumirem um papel determinante na distribuição interna, com corredores subtilmente induzidos e o aproveitamento de áreas sem utilidade em arrumos, numa clara evolução do papel da arquitectura e do arquitecto na definição de todos os espaços em toda a dimensão funcional da habitação, ao invés da simplicidade que caracteriza os dois bairros anteriores, cujas plantas resultam numa divisão em quatro espaços praticamente iguais, aos quais se somam uns pequenos anexos.

Contudo, as transformações económicas ocorridas ao longo das últimas décadas conduzem ao fim da sociedade industrial, que se começa a formar ainda no século XVIII, e consequentemente ao declínio da fábrica enquanto elemento básico do desenvolvimento económico e social. Habitados a serem votados a um desprezo e encarados como obras menores da arquitectura, fruto do abandono à degradação do tempo, os complexos industriais, essencialmente mas não apenas as fábricas, não tiveram ao longo das últimas décadas a atenção merecida, sendo tratados como sedimentos históricos sem qualquer valor histórico-patrimonial, ao contrário do preço do solo onde se implantaram, alvo constante da especulação imobiliária por se tratarem, na esmagadora maioria, de terrenos junto às principais vias de comunicação ou inseridos em plena malha urbana consolidada. Apesar de moribundo, o património industrial no seu todo marca uma época, faz história e contribuiu de forma inegável para que o concelho adquirisse um conjunto de edificações industriais, representativas de diferentes épocas e de formas de exploração diversas, definidoras de uma actividade humana, encerrando o testemunho físico de uma actividade socio-económica que forjou neste concelho uma mentalidade e orientou uma identidade cultural fundamentada nas actividades humanas ligadas à fábrica e à indústria, caracterizando e resumindo em muitos aspectos a identidade deste concelho. Actualmente a indústria, como sistema económico preponderante, continua a ser, no concelho de Vila Franca de Xira, um factor de desenvolvimento urbano e de definição do uso na ocupação do território, numa constante “reciclagem” dos seus espaços para grandes edifícios de habitação colectiva ou

urbanizações de elevados índices de ocupação.

As cidades são uma experiência contínua de vida em cenários arquitectónicos onde impera uma certa continuidade. A mudança ocorre de forma episódica determinada por uma especial conjuntura histórica que impele o tempo para a frente através de uma evolução mais acelerada, obrigando as pessoas a uma nova e diferente adaptação ao espaço colectivo que habitam. A história, as memórias associadas ao espaço vivido são a base essencial para a construção de identidade sobre um lugar, ou seja, “as arquitecturas são o corpo de memórias colectivas. E no caso particular da arquitectura industrial, ela incorpora a memória de uma actividade humana que, no nosso concelho, definiu um modo de vida, forjou uma identidade e se tornou uma referência cultural” (AA. VV. [2], 2003: 167). Assim, o património industrial é fundamental para a compreensão da história e evolução do concelho de Vila Franca de Xira, onde a habitação operária, programa que estabelece a ponte entre o laborar e o habitar, as duas funções predominantes no concelho desde os tempos imemoriais, desempenha um papel de destaque na construção de uma identidade social e urbana.

Num concelho com um vastíssimo património industrial, mas cuja investigação e conservação é ainda muito deficitária, esta dissertação procura explorar temas ainda pouco desenvolvidos no contexto do concelho de Vila Franca de Xira, contextualizando-o a nível nacional, sobretudo sob influência das tipologias ensaiadas em Lisboa, apontando novos caminhos relacionados com a arquitectura industrial em geral, ou com a habitação operária em particular, com vista ao desenvolvimento de estratégias de recuperação dos espaços industriais mais relevantes no concelho, propondo novas funções e valências no contexto urbano e social actual.

Bibliografia

- “A História da Solvay em Portugal”, in *Complexo Industrial Solvay de Póvoa de Santa Iria – Juntos construímos um futuro sustentável*, [s.l.], [s.n.], [s.d.]. URL: solvay.pt/PT/solvayemportugal/Documents/historia_solvayemportugal.pdf.
- AA. VV. [1], *1ª revisão do Plano Director Municipal de Vila Franca de Xira*, [s.l.], Plural, 2004. URL: <http://www.cm-vfxira.pt/files/3/documentos/2009112614173675907.pdf>
- AA. VV. [2], *Arquitectura e Cidadania – Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Quimera Editores, 2004.
- AA. VV., *Arquitectura Moderna Portuguesa – 1920-1970*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004 .
- AA. VV. [3], *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.
- AA. VV., *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: anos sessenta/anos oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991.
- AA. VV., *1.º Congresso Nacional de Arquitectura – Maio/Junho 1948*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2008.
- AA. VV., *História Universal*, vol. 13, Aleph Serveis Editorials, 2005.
- AA. VV. [1], *IAPXX – Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2003.
- AA. VV., *Trabalhar a Terra: Mecanização e Agricultura em Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, Museu Municipal, 1992.
- AA. VV. [2], *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2003.
- ABEL, A. B., *Os Limites da Cidade*, Évora, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universidade de Évora, 2008.

- ACCIAIUOLI, M., *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.
- ALVES, M., "Pequenas Aldeias na Grande Cidade", in *Diário de Notícias*, Lisboa, [s.n.], Novembro 1996.
- ANDRÉ, P., MARAT-MENDES, T., RODRIGUES, P., "Alfred-Donat Agche urban proposal for Costa do Sol. From the territory to the city", in *15th internacional planning history society conference*, [s.l.], [s.n.], [s.d.]. URL: dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/5393/1/ANDRE_MARAT-MENDES_RODRIGUES.pdf
- ANTUNES, F. A., *Habitação Operária em Lisboa, Pátios e Vilas de Lisboa: a experiência da cidade operária industrial*, Lisboa, Tese de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 2002.
- ARROTEIA, J. C., *A Emigração Portuguesa: Características e Perspectivas Recentes*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa – Universidade Católica Portuguesa, 1986.
- ASHTON, T. S., *A Revolução Industrial: 1760-1830*, Mem Martins, Europa-América, 1974.
- BANDEIRINHA, J. A., *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- BARROS, S. M., *Desenho e Uso do Fogo T3 na Cidade de Lisboa 1930-2000*, Lisboa, Tese de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura , 2009.
- BEAUCHAMP, C., *Revolução Industrial e Crescimento Económico no Séc. XIX*, Lisboa, Edições 70, 1998.
- CABRAL, M. V., *Materiais para a história da questão agrária em Portugal: séc. XIX e XX*, Porto, Inova, 1974.
- "Câmara quer reabilitar 103 pequenas aldeias", in *A Capital*, [s.l.], [s.n.], 1993.

- CARDOSO, A., *Outra face da cidade: a pobreza em bairros degradados em Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993
- CARVALHO, J., *Ordenar a Cidade*, Coimbra, Quarteto, 2003.
- CARVALHO, J. S. de, *Caixa de Previdência do Pessoal das Fábricas da Companhia Industrial Portuguesa: Notas sobre a sua Fundação e Movimento*, [s.l.], [s.n.], 1936.
- CASTILHO, J., SILVA, A. V., *Lisboa Antiga (2ª parte): Bairros Orientais*, Lisboa, Câmara Municipal, 1934-1938.
- CASTRO, A., *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, Porto, Limiar, 1976.
- CAVACO, C. S., *Formas de Habitat Suburbano – Tipologias e Modelos Residenciais na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 2009.
- Censos 2011, Instituto Português de Estatística. URL:
ine.pt/scripts/flex_definitivos/Main.html
- CHOAY, F., *O Urbanismo*, São Paulo, Perspectiva, 2005.
- COELHO, A. B., *20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social: 1984-2005*, Lisboa, Instituto Nacional da Habitação, 2006.
- COELHO, A. B., *Entre casa e cidade, a humanização do habitar*, [s.l.], Dafne Editora, [s.d.]. URL:
dafne.com.pt/pdf_upload/opusculo_18.pdf.
- COELHO, A. B., COELHO, P. B., *Habitação de interesse social em Portugal: 1988-2005*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009.
- Comunicações Apresentadas ao Segundo Congresso da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1957.
- “Conclusões e Votos do I Congresso Nacional de Arquitectura: 1948”, in *Colóquio Artes: Revista de Artes Visuais, Música e Bailado*, Lisboa, [s.n.], 1981.

COSTA, J. P., *Bairro de Alvalade: Considerações sobre o Urbanismo Habitacional*, Lisboa, Tese de Mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 1997.

CRUZ, A., *Póvoa de Santa Iria: Guia da Freguesia: Comercial, Turístico, Toponímico*, Amadora, Rotacomercial, 2008.

DELGADO, S., “Vilas com Alma”, in *Manhã Popular*, Lisboa, [s.n.], 1997.

DUARTE, D. F. F., *Falemos de Casas: a habitação em torno de um vazio nuclear – princípios de reabilitação do Alto da Cova da Moura*, Lisboa, Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 2010.

ENGELS, F., *Para a questão da habitação*, [s.l.], [s.n.], 1873. URL:

ciml.250x.com/archive/marx_engels/portuguese/portuguese_engels_para_a_questao_da_habitacao_1873.pdf

ESTEVÃO, J., *Assuntos Ribatejanos: Dados e Comentários sobre Lezírias, Lavoura, Latifúndio, Indústria, colonização e Regionalismo*, Lisboa, Couto Martins, 1957.

FARIA, T. L., “Uma grandiosa obra social – a inauguração da Casa de Recreio do Pessoal da Fábrica Cimento Tejo foi um notável acontecimento” in *Jornal A Vida Ribatejana* – Edição Especial, Dezembro, 1987.

FARINHA, A. M. C., *Habitação de Realojamento: Conceito, Modelo e Relações com o Comportamento Patológico Social no Concelho de Lisboa*, Tese de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 2000.

FERNANDES, J. M., *Arquitectura Portuguesa: Uma Síntese*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da

Moeda, 2000.

FERNANDEZ, S., *Percorso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Arquitectura, 1988.

FERREIRA, V. M., *Fascínio da Cidade: Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Ler Devagar, 2004.

FERREIRA, V. M., “O Bairro Social do Arco do Cego – uma aldeia dentro da cidade de Lisboa”, in *Análise Social*, 1994. URL:

analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377477V5mOZ0di3Rb81VO4.pdf.

FIGUEIRA, J., *Agora que está tudo a mudar – Arquitectura em Portugal*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2005.

FRANÇA, J. A., *AArte em Portugal no Século XX*, Lisboa, Bertrand, 1974.

GODINHO, A. da S., *Cronologia da História da Póvoa*, [s.l.], [s.n.], 2005.

GRAVAGNUOLO, B., *Historia del Urbanismo en Europa 1750-1960*, Madrid, Ediciones Akal, 1998.

GUERRA, J. L. S., *Edificios y Conjuntos de la Arquitectura Popular en Castilla y León*, Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo Junta de Castilla y León, 2012.

HEITOR, T. V., *Olivais e Chelas: Operações Urbanísticas de Grande Escala*, [s.l.], [s.n.], 2004.

URL: http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_c.pdf.

HOBSBAWM, E. J., *A Era das Revoluções: 1789-1848*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

HOWARD, E., *Garden Cities of Tomorrow*, [s.l.], Forgotten Books, 2008. URL:

forgottenbooks.org/info/Garden_Cities_of_Tomorrow_1000915398.php.

Inquérito Industrial, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1964.

- JANEIRO, A. M. C. S., *Processos de reconversão industrial o caso de Alcântara*, Lisboa, Tese de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico, 2011.
- JANARRA, P., *A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo: O Caso do Bairro de Alvalade de Lisboa (entre o projecto e o concretizado)*, Lisboa, Tese de Mestrado em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1994.
- KEMP, T., *A Revolução Industrial na Europa do Século XIX*, Lisboa, Edições 70, 1987.
- KONG, M. S. M., *Arquitectura Industrial – uma abordagem – Central Tejo*, Lisboa, Tese de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 2001.
- LAGES, J. P., *À espera no bairro do Talude Militar – Reflexões sobre o direito à habitação*, Lisboa, Tese de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 2011.
- LAMAS, J. R. G., *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LAVAREDA, F. F. M., *Projectar com o Lugar da Indústria: As Indústrias Metálicas Previdente, S.A.R.L. no contexto da Arquitectura da Indústria do século XX – Novos Usos para edifícios desactivados*, Lisboa, Tese de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 2010.
- LEPIERRE, C., *A Indústria do Sal em Portugal: Inquérito*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1935.
- LÔBO, M. S., *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Arquitectura, 1995.
- LOURENÇO, A. D., *Vila Franca de Xira: um concelho no país – Contribuição para a história do*

desenvolvimento socioeconómico e do movimento político-cultural, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1995.

MANTOUX, P., *A Revolução Industrial no século XVIII*, São Paulo, Hucitec, [s.d.].

MARQUES, E. M., *Os Operários e as Suas Máquinas: Usos Sociais da Técnica no Trabalho Vidreiro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

MESQUITA, M. D., “O Bairro do Arco do Cego: Paradigmas e Contradições”, in *Artitextos02*, [s.l.], [s.n.], 2006. URL:

repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1787/1/FAUTL_13_A_MMesquita.pdf.

MIRANDA, S. de, CARDIM, P., *A Revolução Industrial Britânica (Antologia)*, Lisboa, Teorema, 1992.

MOITA, I., *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

MOREIRA, M. V., “Notas sobre a Habitação Operária em Portugal”, in *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, Lisboa, [s.n.], 1937.

MOREIRA, M. V., *Problemas da Habitação (Ensaios Sociais)*, Lisboa, [s.n.], 1950.

MUMFORD, L., *The Story of Utopias*, [s.l.], Forgotten Books, 2008. URL:

forgottenbooks.org/info/The_Story_of_Utopias_1000010909.php.

O Estado e as Cooperativas de Habitação, [s.l.], [s.n.], [s.d.]. URL:

ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9451.PDF.

OLIVEIRA, G. B. de, *A indústria portuguesa do cimento – um século de história 1890-1990*, Lisboa, CIMPOR Cimentos de Portugal, S.A., 1995.

Operários! Até 1926 nada havia sido feito a favor dos trabalhadores: hoje temos bairros económicos..., Lisboa, União Nacional, 1938.

Os Programas do Fundo de Fomento da Habitação e Síntese de Medidas Legislativas, Lisboa, Fundo

de Fomento da Habitação, 1978.

PACHECO, D. J., Discurso do Ministro Duarte Pacheco, Boletim do INTP, [s.n], [s.l.], 1934. URL:
<http://doportoenaooso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>

Pátios e Vilas de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal, 1992.

“Pátios e Vilas de Lisboa são Aldeias dentro da Cidade”, *in O Dia*, Lisboa, [s.n.], 1993.

PEREIRA, M. T. A., *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na Primeira Metade do século XX*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Teoria da Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 2009.

PEREIRA, N. T., “A Arquitectura do Estado Novo: de 1926 a 1959”, *in O Estado Novo: das Origens ao Fim da Autarquia: 1926-1959*, Lisboa, Fragmentos, 1987.

PEREIRA, N. T., *Escritos – 1947-1996 (Selecção)*, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Arquitectura, 1996.

PEREIRA, N. T., *Habitação Económica e Reajustamento Social*, Lisboa, [s.n.], 1948.

PEREIRA, N. T., *Habitação: finalmente uma política?* *in Arquitectura*, 108, Março-Abril, 1969.

PEREIRA, N. T., “Ilhas, Pátios e Vilas”, *in Público*, Lisboa, [s.n.], 1993.

PEREIRA, N. T., Memória Descritiva do projecto da Caixa de Previdência do Pessoal da Soda Póvoa, S.A.R.L, [s.l.], [s.n.], 1954.

PEREIRA, N. T., “Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, *in Análise Social*, vol. XXIX, 1994. URL:

<analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf>.

PEREIRA, N. T., BUARQUE, I., *Prédios e Vilas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1995.

PEREIRA, R. S., *Problemática da Habitação em Portugal*, Lisboa, [s.n.], 1963.

PINHEIRO, M. C. de S., *A gestão da cor na habitação social – Lisboa século XXI*, Lisboa, Tese de

Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Lisboa, 2005.

PINTO, S. C. I., *Vilas operárias em Lisboa – Emergência de novos modos de habitar: o caso da Vila Berta*, Lisboa, Tese de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico, 2008.

PLUM, W., *Utopías Inglesas, Modelos de Cooperación Social y Tecnológica*, Bonn-Bad Godesberg, Friedrich-Ebert-Stiftung, 1975.

PORTAS, N., *Arquitectura(s): História e Crítica, Ensino e Profissão*, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Arquitectura, 2005.

PORTAS, N., *A Arquitectura Para Hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, Lisboa, Horizonte, 2008.

PORTAS, N., *A Habitação Social: Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura*, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Arquitectura, 2004.

PRADA, V. V., *História Económica Mundial (vol. 2): Da Revolução Industrial à Actualidade*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1987.

RIOUX, J.-P., *A Revolução Industrial*, Lisboa, Dom Quixote, 1996.

RODRIGUES, I. L., *Quando a Habitação era Moderna: desde Portugal a outros territórios de expressão portuguesa. 1940-1974*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universitat Politècnica de Catalunya – Escola Tècnica Superior d’Arquitectura de Barcelona, 2009. URL: ineslima.com/pdf/Habitacao_Moderna_Portuguesa_1.pdf.

RODRIGUES, J., *Urbanismo: Uma Prática Social e Política*, Porto, Limiar-Actividades Gráficas, 1976.

RODRIGUES, M. J. M., *Planta Geral da Área da Graça e da Penha de França com a implantação das Vilas e Bairros de Casas Económicas*, Lisboa, [s.n.], 1990.

Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina, Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura, Divisão

de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas, Lisboa, Contexto, 1994.

SALAMONE, N., *Causas Sociais da Revolução Industrial*, Lisboa, Editorial Presença, 1978.

SALGUEIRO, T. B, “Habitação Operária em Lisboa”, in *Arquitectura*, Lisboa, [s.n.], 1981.

SERRÃO, J., MARTINS, G., *Da Indústria Portuguesa – Do Antigo Regime ao Capitalismo: Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

SILVA, C. N., *Política Urbana em Lisboa: 1926-1974*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

Soda Póvoa: 50 Anos 1934-1984, Póvoa de Santa Iria, [s.n.], 1984.

TAVARES, M., *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*, Lisboa, [s.n.], 2003.

TAVARES, M., “Leituras da produção [moderna] da casa: as habitações económicas nos anos 50 e 60 em Portugal”, in *Resdomus*, [s.l.], [s.n.], [s.d.]. URL:

sigarra.up.pt/faup/pt/conteudos_service.conteudos_cont?pct_id=3768&pv_cod=50aa1PPvHlaN.

TOMÁS, A. L., “Cidade Oculta – A vila operária”, in *Vazios Úteis – Seminário Estudos Urbanos*, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, [s.n.], 2007. URL:

seu2007.saau.iscte.pt/Actas/Actas_SEU2007_files/Ana_Tomas2.pdf.

TOSTÓES, A., *Arquitectura Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2008.

TOSTÓES, A., *Construção Moderna: as grandes mudanças do século XX*, [s.l.], [s.n.], [s.d.]. URL: in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_b.pdf.

TOSTÓES, A., *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Arquitectura, 1997.

VASCONCELOS, C. N. B. de, *Evolução e transformação do espaço doméstico no bairro social do Arco do Cego em Lisboa – Um estudo de um quarteirão de habitações unifamiliares reabilitadas*, Lisboa, Tese de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico, 2010.

VENDA, C. F. F. de S., *Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património*, Lisboa, Tese de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico, 2008.

“Vilas na Cidade mesmo ao virar da Esquina”, *in Correio de Domingo*, Lisboa, [s.n.], 1997.

WRIGLEY, E. A., *Gentes, Ciudades y Riqueza – La Transformación de la Sociedad Tradicional*, Barcelona, Editorial Crítica, 1992.

Anexos

01. a 03. Memória descritiva do projecto do Bairro da Soda Póvoa, 17.11.53.	242
04. a 06. Memória descritiva do projecto do Bairro da Soda Póvoa, 06.03.54.	243
07. a 10. Memória descritiva do projecto do Bairro da Soda Póvoa, 06.04.54.	244
11. a 14. Memória descritiva do projecto do Bairro da Soda Póvoa, 11.07.54.	246
15. Memória descritiva das habitações unifamiliares do Bairro da Soda Póvoa, 30.07.54.	248
16. e 17. Memória descritiva do projecto do Bairro da Soda Póvoa, 05.04.55.	248
18. Memória descritiva da construção dos quintais do Bairro da Soda Póvoa, 13.07.55.	249
19. Planta implantação do projecto do Bairro da Soda Póvoa.	250
20. e 21. Perspectiva das duas versões do bloco plurifamiliar do Bairro da Soda Póvoa.	251
22. e 23. Planta corrente do bloco do Bairro da Soda Póvoa.	252
24. Alçados nascente e sul do projecto do Bairro da Soda Póvoa.	254
25. Alçado poente e corte do projecto do Bairro da Soda Póvoa.	255
26. Cortes do projecto do Bairro da Soda Póvoa.	256
27. Plantas, alçados e cortes das habitações unifamiliares do projecto do Bairro da Soda Póvoa.	257
28. e 29. Pormenores das variantes das cozinhas do Bairro da Soda Póvoa.	258
30. Legenda das plantas de trabalho do Bairro da Soda Póvoa.	260
31. Tabela de usos e áreas dos espaços das habitações do Bairro da Soda Póvoa.	260
32. a 43. Plantas com propostas a variações de usos internos do projecto do Bairro da Soda Póvoa.	262
44. a 53. Caderno de encargos do projecto do Bairro da Soda Póvoa.	270
54. a 58. Notas de Nuno Teotónio Pereira sobre o Bairro da Soda Póvoa.	274
59. a 63. Proposta, prazos e honorários definidos por Nuno Teotónio Pereira.	276
64. a 75. Correspondência entre o arquitecto e o presidente da C.P.P. da Soda Póvoa.	279

MUN. VILA FRANCA DE XIRA
ARQUITECTO

Caixa de Previdência do Pessoal da Sodá Írisa, S.A.C.U.

Bloco de habitações a construir na Fóvea de Santa Iria

MEMÓRIA DESCRIPTIVA E JUSTIFICATIVA

I- LOCALIZAÇÃO E PROGRAMA

a)-A C.P.P. da Sodá Írisa pretende construir um pequeno grupo residencial para alguns dos seus associados - operários e empregados da empresa que tem aquela designação. Para tal, dispõe de um terreno situado na Fóvea de Santa Iria, entre a E.N. N.º 1 (Lisboa-Porto) e o Olival do Marques, de lado oposto daquela localidade e a cavaleiro das importantes instalações fabrás da empresa.

O terreno tem uma área de cerca de 1.700 m², das quais apenas 450m² são edificáveis, devido a limitações derivadas do aterramento do Caminho de Marques e da vizinhança da estrada nacional e do canal do Tejo.

Existe uma techa inconveniente a excessiva proximidade da estrada, esse inconveniente só atenuando por um desnível acentuado, ou barreiro, entre o terreno e a mesma estrada, e ainda pelo facto de esta estar destinada a, dentro de poucos anos, servir únicamente para tráfego local.

Quanto ao resto, o terreno dispõe de explêndidas condições de vista, desafogo e isolamento, está defendido dos furos das fábricas durante a maior parte do ano e está situado a uma distância conveniente do local de trabalho.

b)-O programa estabelecia a realização de 10 habitações do tipo 3, essencialmente destinadas a operários, e de 7 habitações do tipo 6, para empregados, a construir com um custo mínimo, dentro das prescrições da R.G.C.U.

MUN. VILA FRANCA DE XIRA
ARQUITECTO

- 2 -

II- ORGANIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES

a)-devido à estreiteza do terreno disponível, e com o intuito de reduzir o custo da construção, agruparam-se os casas em pavilhões + o maior número de pisos possível sem ascensor. Para melhor adaptação ao terreno e maior desafogo e isolamento, criaram-se 2 blocos de construção distintos, ligados por uma escada e passadiços comuns.

Procurou-se, pela orientação dos edifícios, assegurar boa ligação e recato às habitações, e ao mesmo tempo aproveitar a explêndida vista sobre o rio. Assim, as zonas diárias e algumas quartos dos tipos 3 estão virados a sul, e os restantes quartos a norte ou poente. No tipo 6, as zonas principais a norte e a zona de serviço a poente.

A distribuição dos espaços interiores foi estudada em função do programa, essencialmente diferente nos 2 tipos. Desse modo, enquanto nos tipos 3 a zona de estar faz corpo com a zona de serviço (as divisões desdiferenciam só a cargo da dona da casa), no tipo 6 existe uma diferenciação bem marcada entre as zonas, devido à presença da cozinha.

Procurou-se em ambas os casos criar boas condições para o tratamento de rompões e entulhos, que são situados no exterior das zonas de serviço. Caso é habitual, mas ocultos e protegidos por grelhas ou coelhos.

Foram respeitadas as áreas mínimas e outras normas de R.G.C.U.

As áreas brutas, excluindo os acessos de cada habitação, são as seguintes: tipo 3 - 66m²; tipo 6 - 101m².

Caso é habitual em projectos desta natureza, procurou-se reduzir ao mínimo as circulações e os encanamentos, tendo-se conseguido uma concentração total nos tipos 3.

O acesso ao grupo habitacional será feito em explêndidas condições pelo casalho de Marques; os pisos terrenos abrirão directamente para o terreno e os restantes para os passadiços. Das oliveiras que existem no terreno, será conservado o maior número possível, enriquecendo-se a arborização com mais algumas espécies. O terreno será considerada es-

MUN. VILA FRANCA DE XIRA
ARQUITECTO

- 3 -

paço livre comum.

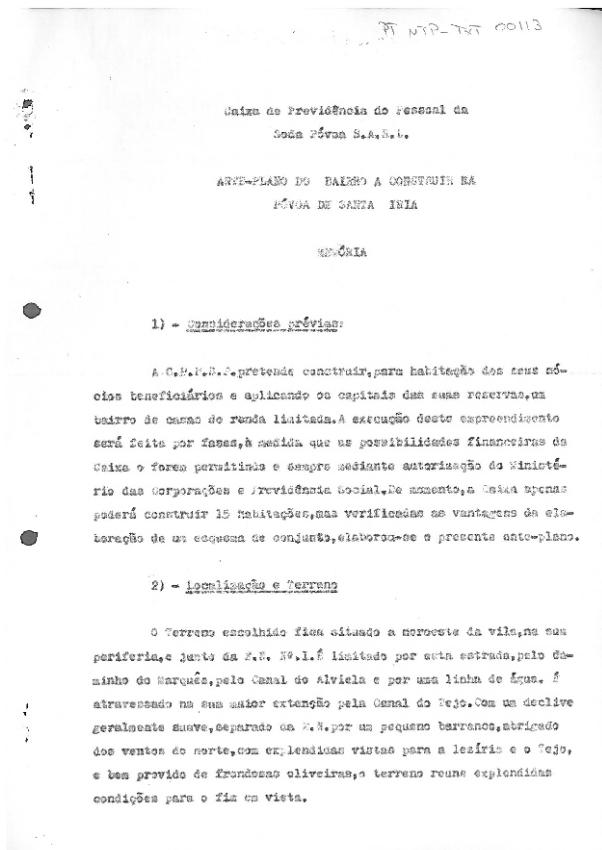
O R.G.C.U. impõe a construção de uma escada de serviço, alón da principal, em todos os edifícios com mais de quatro pavimentos (artº 48). Em face das presentes exigências económicas deste empreendimento, considerou-se supérflua a construção de uma escada de serviço, tanto mais que o carácter exterior dos acessos e da própria escada lhe permitiria toda a utilização como escada de emergência.

III - CONSTRUÇÃO

A construção é essencialmente constituída por uma estrutura periférica de betão armado, mas paredes exteriores, e por lajes descansando nesta estrutura e nas paredes interiores, todas de tijolo. As varandas são apoiadas em conselhos constituídos pelos parapeitos laterais. A cobertura será de lage, devidamente impermeabilizada e protegida térmicamente. Um sólon de betão armado envolverá todo o edifício. As superfícies de betão serão deixadas sem revestimento. Os pavimentos interiores serão de mosaico nas zonas diárias e de tacos nos quartos. As paredes das salas e quartos levando estores de madeira.

Lisboa, 17 de Novembro de 1953

Nuno Teixeira

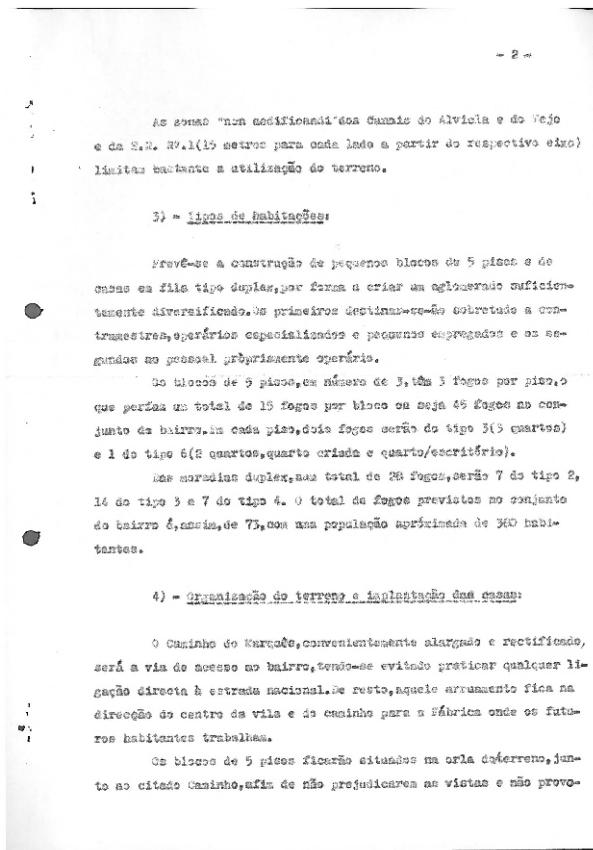


1) - Considerações prévias:

A C.P.P.S.A.R.L. pretende construir, para habitação dos seus sócios beneficiários e aplicando os capitais das suas reservas, um bairro de casas de renda limitada. A execução deste empreendimento será feita por fases, à medida que as possibilidades financeiras da Caixa e forem permitidas e sempre mediante autorização da Ministério das Corporações e Revolução Social. De momento, a Caixa apenas poderá construir 15 habitações, mas verificadas as vantagens da elaboração de um esquema de conjunto, elaborou-se a presente ante-plano.

2) - Localização e Terreno

O Terreno escolhido fica situado a noroeste da vila, na sua periferia, e junto da R.R. N.º 115 limitado por esta estrada, pelo Caminho do Marquês, pelo Canal do Alviela e por uma linha de águas. É atravessado na sua maior extensão pelo Canal do Tejo, com um declive geralmente suave, separado da R.R. por um pequeno terrance, atricado dos ventos do norte, com excelentes vistas para a lezíria e o Tejo, e bem provido de frondosas oliveiras, o terreno reune excelentes condições para o fim em vista.



As zonas "non edificandis" da fábrica do Alviela e do Tejo e da R.R. N.º 115 metros para cada lado a partir do respetivo eixo limitam bastante a utilização do terreno.

3) - Ligaç. de habitações:

Procede-se à construção de pequenos blocos de 5 pisos e de casas em file tipo duplex, por forma a criar um aglomerado suficientemente diversificado. Os primeiros destinam-se à estrada e caminhos de terra, e os últimos especializados e pequenos empregados e os segundos no pessoal principalmente operário.

O bloco de 5 pisos, em número de 3, tem 3 fogos por piso, o que perfaz um total de 15 fogos por bloco ou seja 45 fogos no conjunto da bairrada. Em cada piso, dois fogos serão do tipo 3(3 quartos) e 1 do tipo 6(2 quartos, quarto criado e quarto escrínio).

As moradias duplex, num total de 26 fogos, serão 7 do tipo 2, 14 do tipo 3 e 7 do tipo 4. O total de fogos previstos no conjunto da bairrada é, assim, de 73, com uma população aproximada de 360 habitantes.

4) - Organização do terreno e implantacão das casas:

O Caminho do Marquês, convenientemente alargado e rectificado, será a via de acesso ao bairro, tentando-se evitar praticar qualquer ligação directa à estrada nacional. De resto, aquela arranjo fica na direcção do centro da vila e da estrada para a fábrica onde os futuros habitantes trabalham.

Os blocos de 5 pisos ficarão situados na orla do terreno, juntando ao citado Caminho, afim de não prejudicarem as vistas e não provocarem sombras projectadas recivas às habitações mais baixas. Serão orientadas a Sul e Sueste, com a entrada a norte, feita por uma escada e pequenas galerias exteriores.

As restantes casas, agrupadas em file, ficarão mais para o interior do terreno, servidas por curtos arruamentos para peões. As habitações de tipo 2 terão uma orientação direita a sul, implantando-se perpendicularmente às curvas de nível; as restantes serão orientadas a norte, com a escada e fileiras escalonadas ao longo das linhas de maior declive do terreno (com exceção das que ficarão sobrejacentes à estrada nacional).

As casas duplex terão pequenas quintais privativos adjacentes às habitações, estas agrupadas em blocos disposta de pequenos terraços para cultivo, separados do edifício. As oliveiras existentes serão preservadas na medida do possível e o arvoredo poderá ser enriquecido com outras espécies. O terreno livre será em parte encalhado, para recreio das crianças e em parte deixado na sua estado natural. A implantação dos edifícios será feita por forma a reduzir ao mínimo as terraplenagens.

Lisboa, 6 de Março de 1954

arquitecto



TR-36/16
25/3/54

CAIXA DA PREVIDÊNCIA DO PESSOAL DA SODA PÓVOA

ANTE-PLANO DO BAIRRO A CONSTRUIR NA PÓVOA DE SANTA IRIA

MENÚRIA

1) - Condições gerais

A Caixa da Previdência do Pessoal da Soda Póvoa encara a possibilidade de construir, para habitação dos seus beneficiários e aplicando os capitais das suas reservas, um bairro em Póvoa de Santa Iria. A execução deste empreendimento ^{deverá} ~~deverá~~ resultar por fases, à medida que as possibilidades financeiras da Caixa o forem permitindo e sempre mediante autorização do Ministério das Corporações e Previdência Social. De momento, a Caixa espere poder construir 15 habitações, mas verificadas as vantagens do ^{desenvolvimento} da sua esquema de conjunto, alterar-se-á o presente ante-plano.

2) - Localização e terreno

O terreno em questão, fica situado a noroeste da vila, na sua periferia, e junto da Estrada Nacional N.º 1. É limitado por esta estrada, pelo Canteiro do Marquês, pelo Canal do Alviela e por uma linha de águas. É atravessado na sua maior extensão pelo Canal do Tejo. Com um desvio gerizilando curva, separado da Estrada Nacional por um pequeno barreiro, abrigado das ventas do norte, com ampliadas vistas para a Louraria e o Tejo, e bem provido de frondosas oliveiras, o terreno temas exponibilidades condições para o fim em vista.

As zonas "mais edificáveis" dos Canais do Alviela e do Tejo e da Estrada Nacional N.º 1 (15 metros para cada lado a partir do respetivo eixo) limitam-se a utilização do terreno.

3) - Tipos de habitações

Prevê-se a construção de pequenos blocos de 5 pisos e de casas em fila tipo duplex, por forma a criar um aglomerado suficientemente di-

.../...

- 2 -

versificado.

Os blocos de 5 pisos, ou número de 3, têm 3 fogos por piso, o que perfaz um total de 15 fogos ou seja 35 fogos no conjunto do bairro. Em cada piso, dois fogos serão do tipo 3 (3 quartos) e 1 tipo 6 (2 quartos, quarteto dividida e quarteto despartidizadas).

Das moradias duplex, num total de 28 fogos, serão 7 do tipo 2, 14 do tipo 3 e 7 do tipo 4. O total de fogos provisto no conjunto do bairro é, assim, de 35, com uma população aproximada de 350 habitantes, ou seja 120 milhares de metros quadrados de área construída e 220 habitantes por hectare.

4) - Organização do terreno e implantação das casas

O Caminho do Marquês, convenientemente alargado e rectificado, será a via de acesso ao bairro, tendo-se evitado praticar qualquer ligação directa à Estrada Nacional. De resto, aquela arrumação fica na direcção do centro da vila e do caminho para a Fábrica onde os futuros habitantes trabalharão.

Os blocos de 5 pisos ficarão situados na orla do terreno, junto ao canteiro Cacimba, afim de não prejudicarem as vistas e não provocarem sombras projectadas sobre as habitações mais baixas. Serão orientadas a Sul e Südoste, com a entrada a norte, feita por uma escada e pequenas galerias exteriores.

As restantes casas, agrupadas em file, ficarão mais para o interior do terreno, servidas por curtos arrumamentos para peões. As habitações do tipo 2 terão uma orientação única, a Sul, implantando-se paralelamente às curvas de nível; as restantes serão orientadas a norte e a poente e ficarão escalonadas ao longo das linhas de maior declive do terreno (com excepção das que ficarão subtraídas à Estrada Nacional).

As casas duplex terão pequenos quintais privativos adjacentes às habitações; as casas agrupadas nos blocos disporão de pequenos talhões para cultivo, separados do edifício. As oliveiras existentes serão plantadas na medida do possível a o arvoredo polará ser enriquecido com outras espécies. Os terrenos livres serão, em parte encostados, para recréio das crianças, e em parte dedicados ao seu estudo natural. A implantação dos edifícios será feita por forma a reduzir ao mínimo as terraplenagens.

Lisboa, 6 de Abril de 1954

O Arquitecto.

NOVO BARRAÇO PESQUIDA
ARQUITECTO

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO PESSOAL DA SODA PÓVOA
ANTE-PLANO DO BAIARRO A CONSTRUIR NA PÓVOA DE SANTA IRIA

MEMÓRIA

1) - Considerações prévias:

A Caixa de Previdência do Pessoal da Sodá Póvoa encontra a possibilidade de construir, para habitação dos seus beneficiários e aplicando os capitais das suas reservas, no Bairro da Póvoa de Santa Iria. A encomenda deste empreendimento poderá vir a ser feita por fases, à medida que as possibilidades financeiras da Caixa o forem permitindo e sempre mediante autorização do Ministério das Corporações e Previdência Social. De momento, a Caixa apenas poderá construir 15 habitações, que serão verificadas as vantagens de estabelecimento de um esquema de conjunto, elaborou-se o presente ante-plano.

2) - Localização e terreno:

O terreno encarado fica situado a noroeste da vila, na sua periferia e junto da Estrada Nacional N.º 1, é limitado por esta estrada, pelo Caminho do Marquês, pelo Canal do Alviela e por uma linha de água, é atravessado na sua maior extensão pelo Canal do Tejo. Com um declive geralmente suave, separado da Estrada Nacional por um pequeno barreiro, abrigado dos ventos de norte, com excelentes vistas para a Lézira e o Tejo, e bem provido de fronteiras oliveirais, o terreno reúne excelentes condições para a sua exploração.

As zonas "non edificandi" das fábricas do Alviela e do Tejo e da Estrada Nacional N.º 1 (15 metros para cada lado a partir da respetiva estrada) limitam bastante a utilização de terreno.

3) - Tipos de habitações:

Prevê-se a construção de pequenos blocos de 5 pisos e de casas em fila duplex, por forma a criar um aglomerado suficientemente diversificado.

NOVO BARRAÇO PESQUIDA
ARQUITECTO

- 2 -

Os blocos de 5 pisos, em número de 2, têm 3 fogos por piso, o que perfaz um total de 15 fogos por bloco ou seja 30 fogos no conjunto do bairro. Em cada piso, dois fogos serão do tipo 3 (3 quartos) e 1 tipo 6 (2 quartos, quarto de cama e quarto de escritório).

Das moradias duplex, num total de 6 fogos, serão 6 do tipo 2,11 de tipo 3 e 3 do tipo 4. O total de fogos previsto no conjunto do bairro é, assim, de 52, com uma população aproximada de 270 habitantes, das quais 130 nas casas baixas e 140 nos blocos.

A densidade é aproximadamente de 220 habitantes por hectare.

4) - Organização do terreno e implantação das casas:

O Caminho do Marquês, convenientemente alargado e rectificado, será a via de acesso ao bairro, tendo-se evitado praticar qualquer ligação directa à Estrada Nacional. De resto, nenhuma arborização fica na direção do centro da vila e do caminho para a fábrica onde os futuros habitantes trabalham.

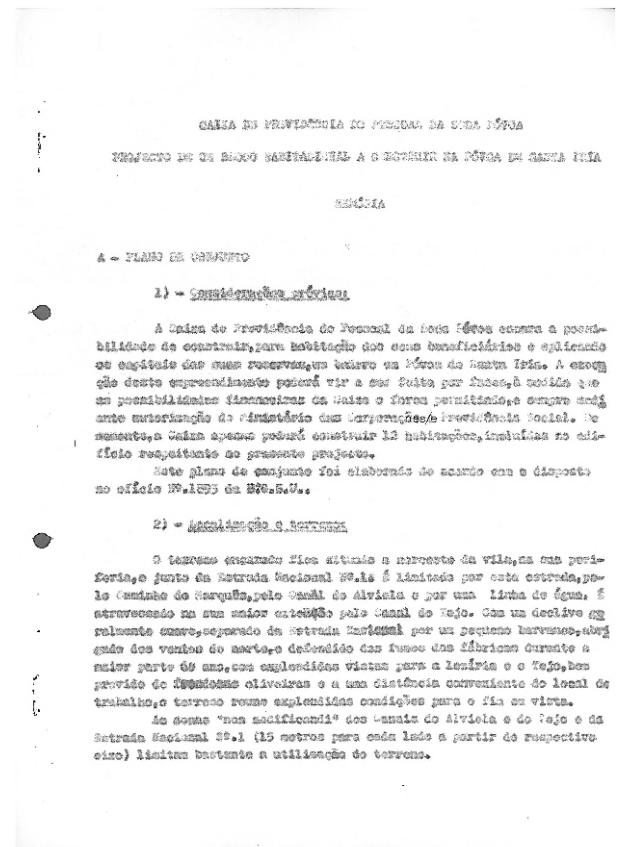
Os blocos de 5 pisos ficarão situados na orla do terreno, junto ao citado caminho, afim de não prejudicarem as vistas e não provocarem sombras projectadas nocivas às habitações mais baixas. Serão orientadas a sul e sudoeste, com a entrada a norte, feita por uma escada e pequenas gallerias exteriores.

As restantes casas, agrupadas em fila, ficarão mais para o interior do terreno, servidas por curtos armentários para peões. As habitações do tipo 2 terão uma orientação única, a sul, implantando-se paralelamente às curvas de níveis; restantes serão orientadas a naciente e poente e ficarão encalhadas ao longo das linhas de maior declive do terreno (com exceção das que ficarão colhencinhas à Estrada Nacional).

As casas duplex terão pequenos quintais privativos adjacentes às habitações; as casas agrupadas nos blocos disporão de pequenos talhões para cultivo, separados do edifício. As oliveiras existentes serão podadas na medida do possível e o arvoredo poderá ser enriquecido com outras espécies. Os terrenos livres serão em parte ensulbrados, para recreio das crianças, e em parte dedicados ao seu estado natural. A implantação dos edifícios será feita por forma a reduzir ao mínimo as terraplanagens.

Lisboa, 6 de Abril de 1954

O Arquitecto,



* 2 *

3) - Habitação operária

Prodrá-se a construção de pequenos blocos de 4 pisos e de casas em file duplas, por forma a criar um ambiente suficientemente diversificado.

Os blocos de 4 pisos, no número de 2, têm 3 fogos por piso, o que perfaz um total de 12 fogos por bloco ou seja 36 fogos no conjunto de baixas. Na cada piso, cada fogos serão de tipo 3 (3 quartos) e tipo 6 (2 quartos, quarto de cama e quarto de escritório).

Os arruamentos duplos, num total de 20 fogos, serão 6 do tipo 2,15 de tipo 3 e 7 de tipo 4. O total de fogos previsto no conjunto de baixas é, assim, de 92, com uma população estimativa de 270 habitantes, ou seja 174 mas com baixas e 104 nos blocos.

A densidade é aproximadamente de 200 habitantes por hectare.

4) - Desenvolvimento da terra e a implantação das estradas

O terrreno de Vargem, convenientemente alongado e rectificado, está à vista de acesso ao baixo, tendo-se erigido praticamente qualquer ligação directa à Estrada Nacional. No resto, qualquer arruamento fica na direcção do centro da vila e do caminho para o local de trabalho.

Os blocos de 4 pisos ficarão situados na cota do terreno, junto ao círculo da estrada, afastados de modo a não prejudicarem as vistas e não privarem os edifícios projectados motivo de habitações mais baixas. Serão orientados a sul e oriente, com a entrada a norte, feita por um anel e pequenas galerias exteriores.

As restantes casas, agrupadas em file, ficarão mais para o interior do terreno, servidas por curvas alternadas para pés de estrada. As habitações do tipo 2 terão sua orientação sulica, e as do tipo 3 terão a sua orientação no círculo de nível; as restantes serão orientadas a norte e a leste e ficarão encostadas ao longo das ladeiras de maior declive do terreno (com exceção das que ficarão em correspondência à Estrada Nacional).

As casas duplas terão pagamento quinzenal privativo adjacente às habitações, em causa agrupadas nos blocos disposta de pequenos talhos para cultivo, separados do edifício. As oliveiras existentes serão preservadas na medida de possível e o arvoredo poderá ser enriquecido com outras espécies. Os terrenos livres serão em parte encalhados, para receber os criadouros, e em parte deixados no seu estado natural. A implantação

• 3 •

das edificações será feita por forma a reduzir ao mínimo as terraplenagens.

5) - EDIFÍCIOS A CONSTRUIR NA 1.º. FASE

5.1) - Implementação e conceito

Para melhor adaptação ao terreno e maior desafogo e independência, articulam-se 2 blocos de construção distintos, ligados por escadas e passarelas exteriores.

O acesso ao grupo habitacional será feito em exploração com escadas pelo caminho de carroça; os primeiros terrenos abrindo directamente para o terreno e os restantes para as passarelas.

5.2) - Organização interna

Procurou-se pela orientação do edifício a assegurar boa iluminação e vento de habitações no menor tempo possível e a exploração visão sobre o Rio. Assim, as novas fábricas e algumas quartas dos tipos 3 estão viradas a sul, e os restantes quartos e quartos no piso de tipo 6, nos quais priva-se a escadaria e a zona de serviço a plenitude.

A distribuição das escadarias internas foi estudada em função do programa, essencialmente diferente nos dois tipos. Neste modo, em quanto nos tipos 3 em causa de estar harmonizado com a zona de serviço (as tarefas domésticas estão a cargo da dona da casa), no tipo 6 exige-se uma diferenciação bem marcada entre as cozinhas, devido à proximidade da escadaria.

Procurou-se em causa os esforços criar boas condições para o trabalho de higiene e estendendo foras círculos no exterior das casas os serviços, como é habitual, mas isolados e protegidos por grades ou portões.

• 4 •

Foram respeitadas as áreas mínimas e outras normas do R.E.C.U. As áreas livres, incluindo os espaços de cada habitação, são as seguintes: tipo 3 = 60m²; tipo 6 = 100m².

Como é habitual, os projectos estão matraca, procurou-se reduzir ao mínimo as circulações e os encanamentos, tendo-se conseguido uma construção trivial nos tipos 3.

7) - Construção

A construção é essencialmente constituída por uma estrutura periférica de betão armado, com paredes exteriores, e por lajes descontínuas de mesma estrutura e nos paredes interiores, todos de tijolo. As varandas são apoiadas em espumas constituidas pelos parafusos interiores. A cobertura será de ladrilhos, devidamente impermeabilizada e protegida térmicamente. As alças de betão armado envolverão tais e edifícios. As superfícies de betão serão devidamente revestidas. Os pavimentos interiores serão de cerâmica nas zonas diárias e de serviço e de taipa nos quartos. As janelas das salas e quartos levantarão entres de cedros.

Em tudo serão seguidos os regulamentos em vigor.

Lisboa, 11 de Junho de 1954

MUNICÍPIO DE VILA NOVA
CONSELHO MUNICIPAL

Caixa de Previdência do Pessoal da Sônia Póvoa

Ante-projecto de um bloco de habitações em 2 pisos

Memória

As habitações a que se refere este ante-projecto são do tipo 3: esplanada, cozinha, despensa, casa de banho e 3 quartos. Descrevem-se neste tipo de casa - de entre as que estão previstas no plano geral do bairro - por ser o que corresponde a uma família média.

Notam-se casas, que podem ser geminadas ou agrupadas em filas, estando orientadas a norte e a poente, correspondendo o poente ao acesso do exterior e sala comum a norte está a cozinha, que liga-se com o quarto privativo, que constitui um prolongamento da zona de serviço. No piso térreo encontra-se a zona diurna e no andar os quartos de cama e casa de banho.

A área total bruta de cada habitação, incluindo alpendres e varandas, é de 92⁴². Contando só com as zonas interiores, a área é de 83,9⁴².

As áreas privativas, estão respeitadas no número estabelecidas pelo G.O.O.U.

Quanto ao tipo de construção a adoptar, as paredes serão de tijolo e o pavimento de andar e a cobertura de betão armado, sendo esta revestida de telha ou lajulite com enxada de ar.

Lamego, 30 de Julho de 1954

N.T. Tostón f.

- 6 - O pedido de autorização poderá ser fundamentado no seguinte:
- a) - ser indispensável a construção das duas instalações, para evitar o aspecto caótico e desordenado, nos contruções de casas feitas pelos próprios;
 - b) - ser impossível, por falta de espaço construir-las noutro local de terreno;
 - c) - ser impossível, para a Caixa, adquirir mais terreno para esta fim;
 - d) - não se verem as construções da E.P. quando apenas necessárias aumentar o valor da parcela acima da títula legal;
 - e) - ficar assegurado as duas fases do conjunto, uma vez a obra concluída;
 - f) - serem as construções a efectuar de tipo muito ligado.

5 - A construção das arrecadações e outras divisões das quintais será de alvenaria de tijolo fumado, rebocada e calada; a parede é de 15 cm para a E.P. e 10 cm para as casas. A cobertura será de ladrilhos rebocados. A divisória com o ingradoário também será constituída por ladrilhos e por uma calçada de granito. As arrecadações e arredaçõeis levá-los-á parte de telhas pregoada plateada a fios.

Lisboa, 5 de Abril de 1955

PT 107-707 0046

Caixa de Previdência do Pessoal da Seda Fávera

BLOCO DE HABITAÇÕES EM CONCRETO NA FÁBICA DE SANTA ELENA

Plano de construção, quintais e arredaçõeis - Projecto

Motivação Descriptiva e Justificativa

Para se evitar o aspecto caótico das construções de emergência feitas pelos moradores, resolvem a C.P.P.S.P. fazer construir pequenos arredaçõeis para os imquilinos, que poderão ser utilizados também como galinheiros. Ao mesmo tempo dado que a maior parte de terreno que envolve os blocos de habitação será largamente comum, serão construídos pequenos quintais privativos.

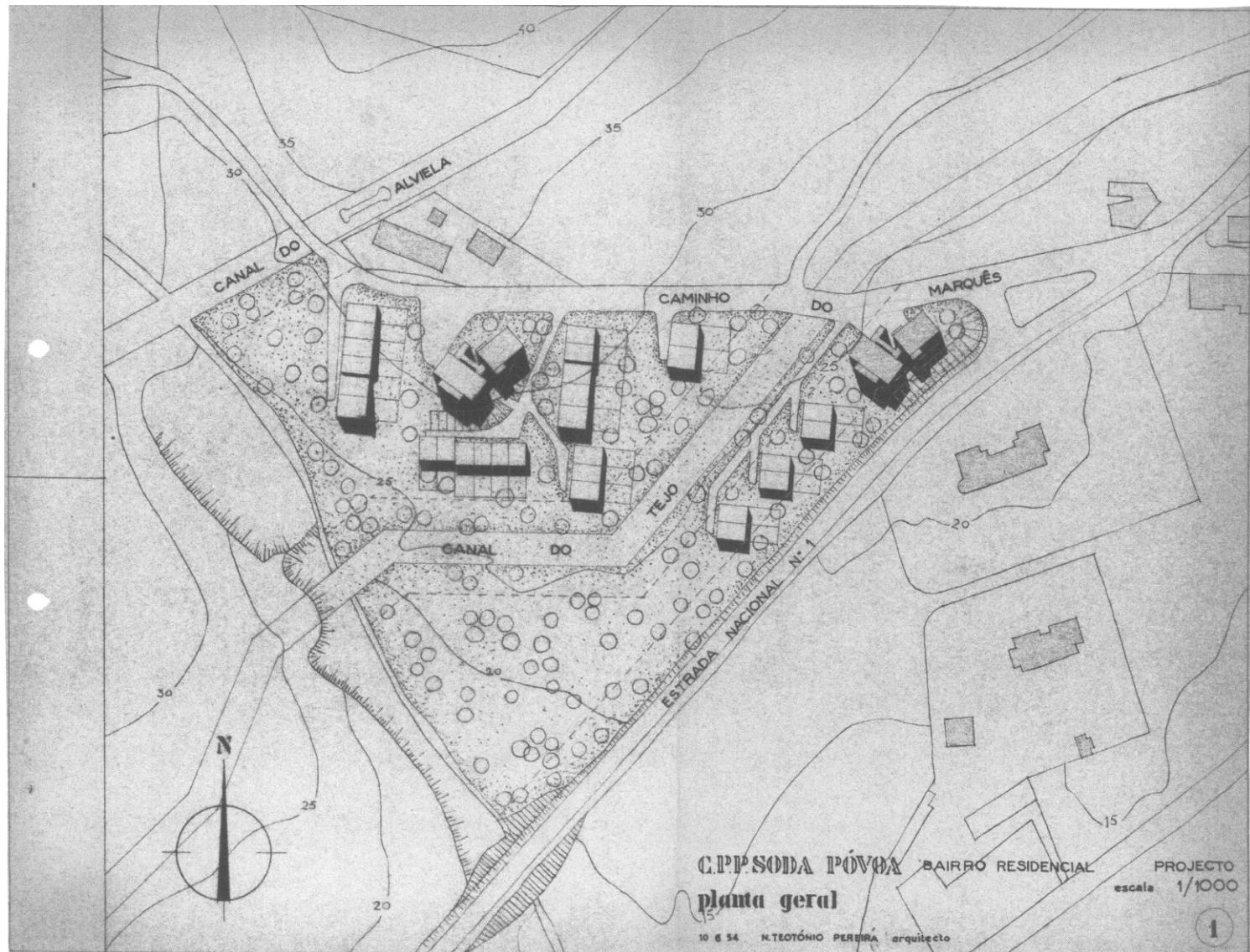
A escolha do local para estes construções - se largo da E.P. N.º.1 - foi imposto pela extensão do terreno, já que a sua colocação junto ao Jardim do Marquês era impossível, por ser por esse lado feito o acesso ao prédio.

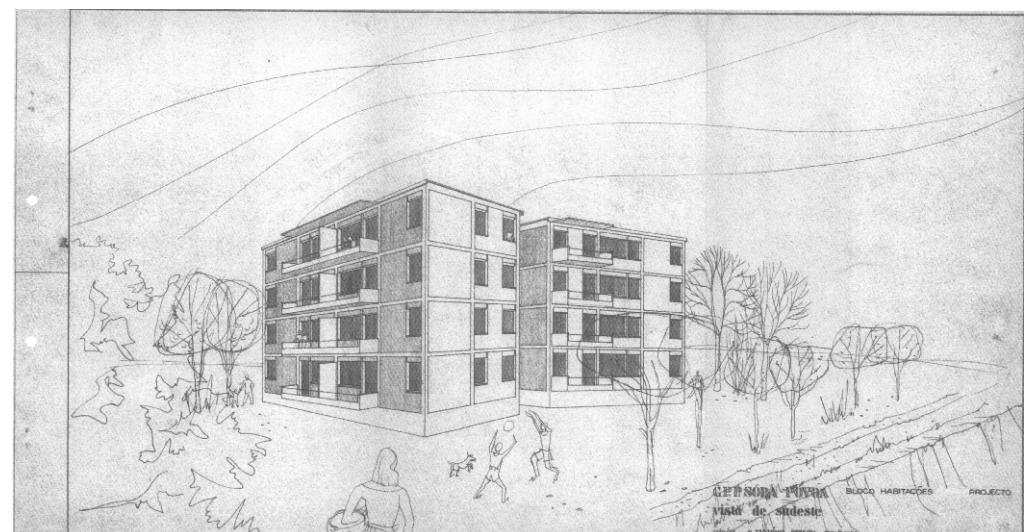
A disposição das arrecadações e quintais foi obtida por forma bastante discrieta a sua presença, tanto do lado da estrada como das habitações.

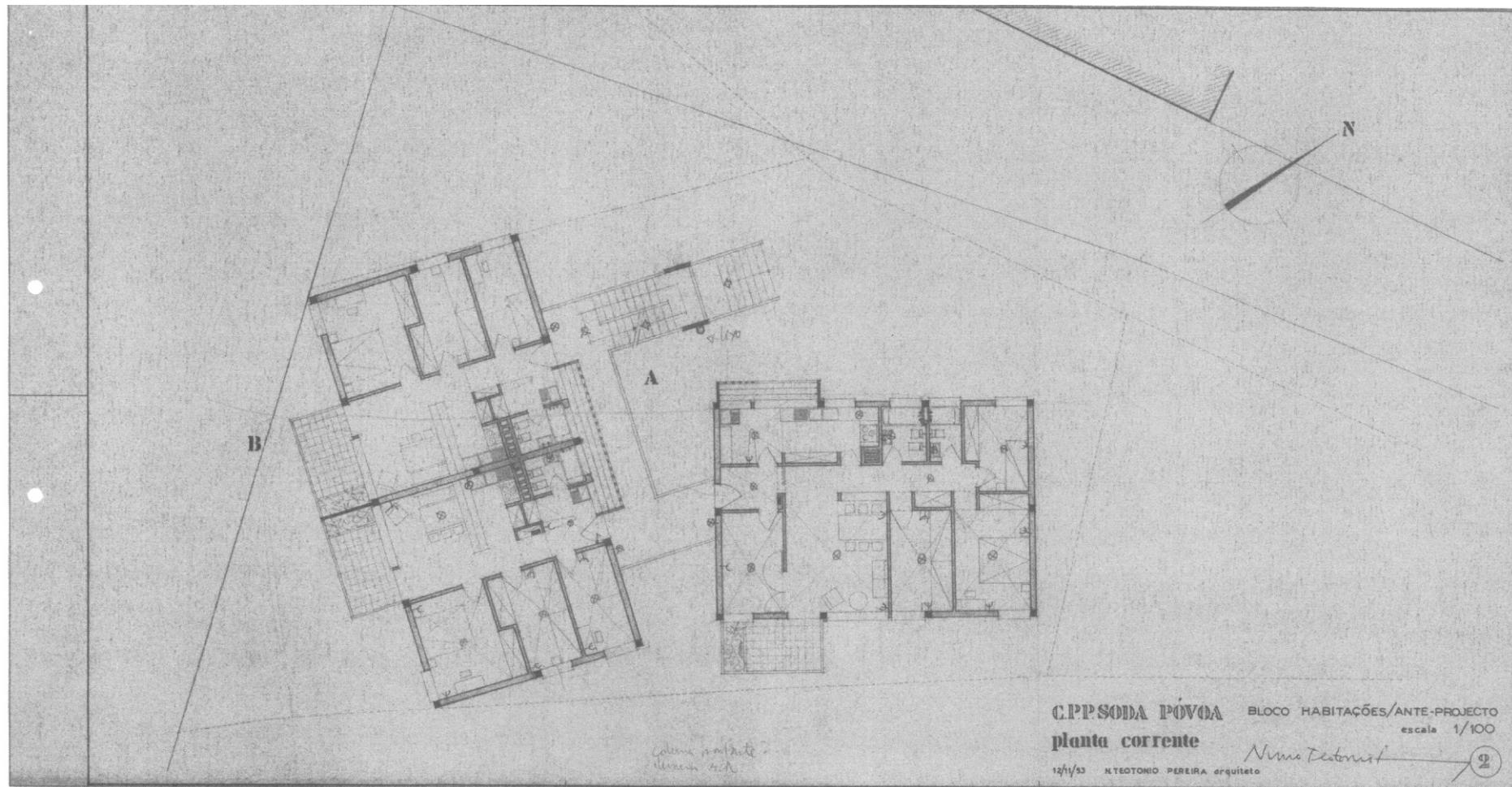
O muro de vedação para a E.P. N.º.1 está projectado de acordo com o regulamento da J.A.R.

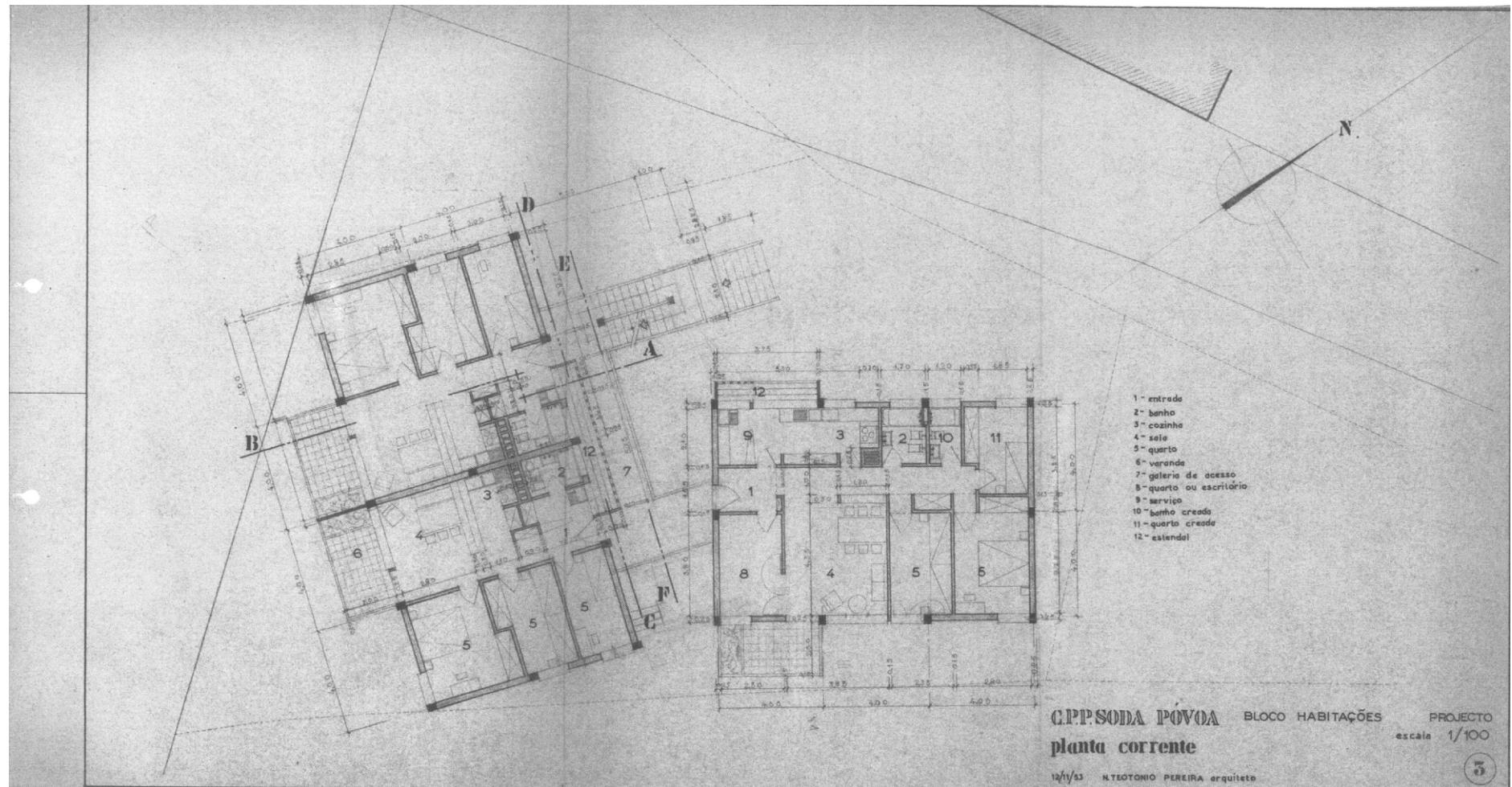
A construção será de paredes de alvenaria de pedra nos muros de suporte e na base do muro de vedação, de alvenaria de tijolo rebocada e calada nas restantes paredes e de grelha de elementos de concreto na parte superior do muro de vedação. A cobertura será de ladrilhos betão armado.

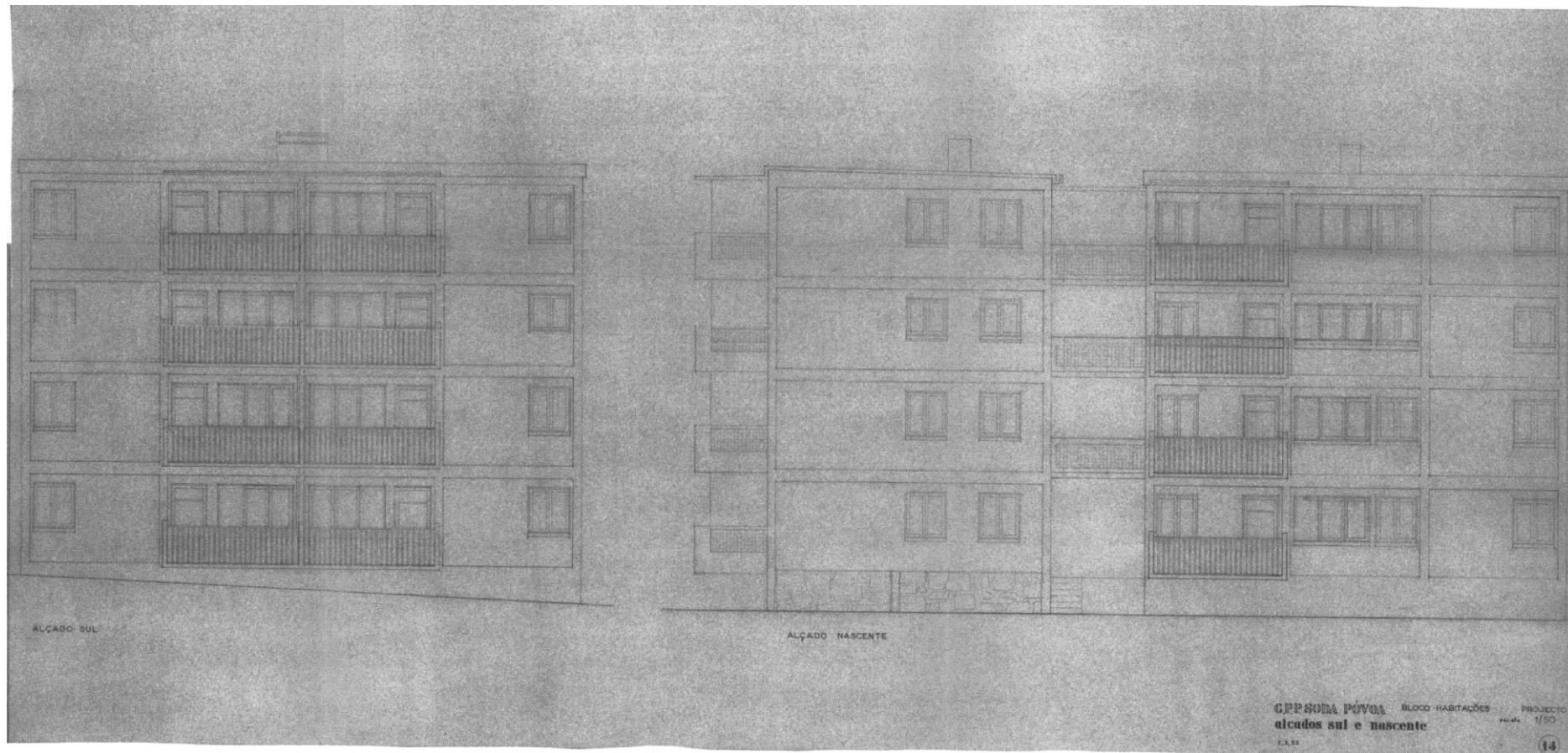
Lisboa, 12 de Setembro de 1955

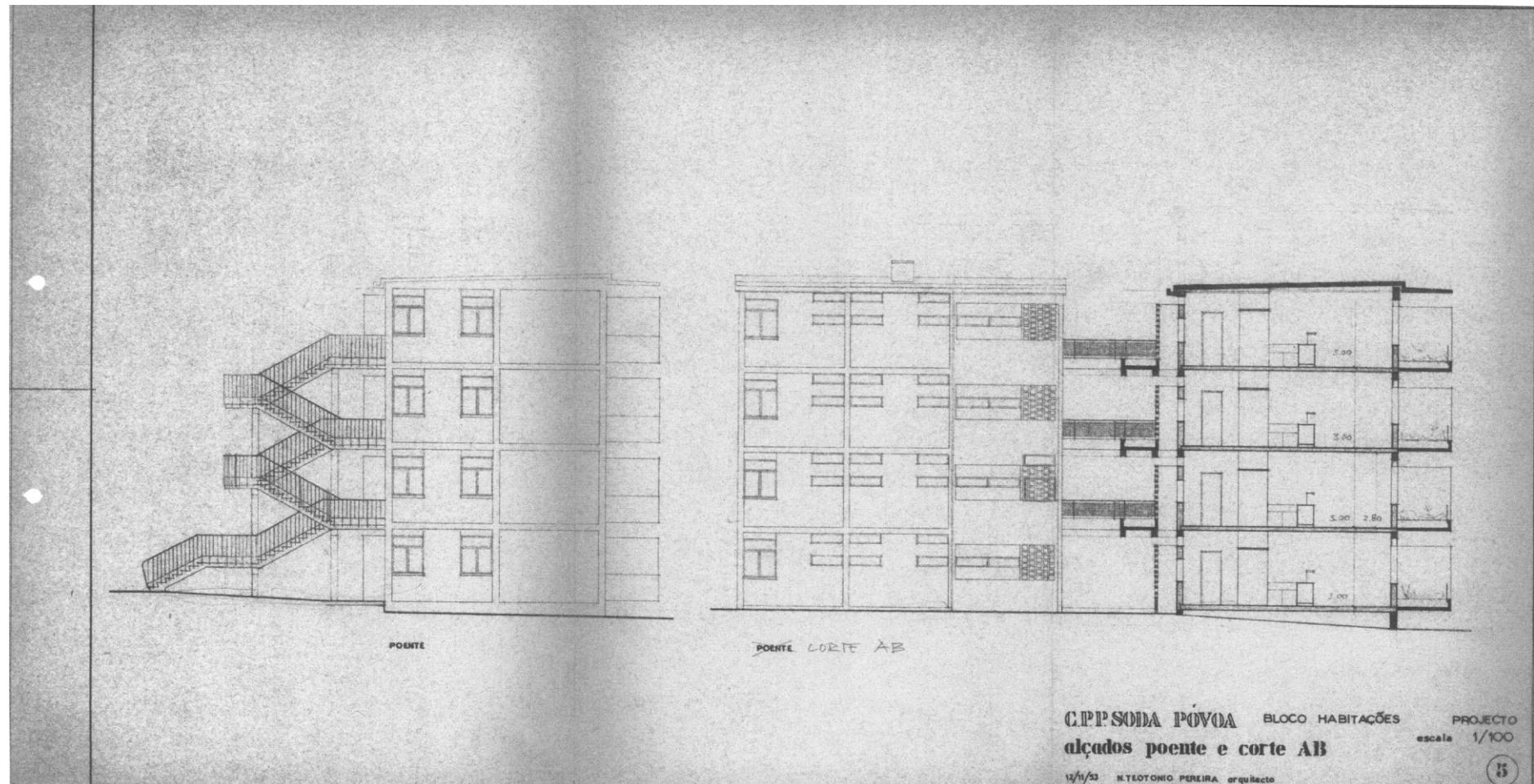


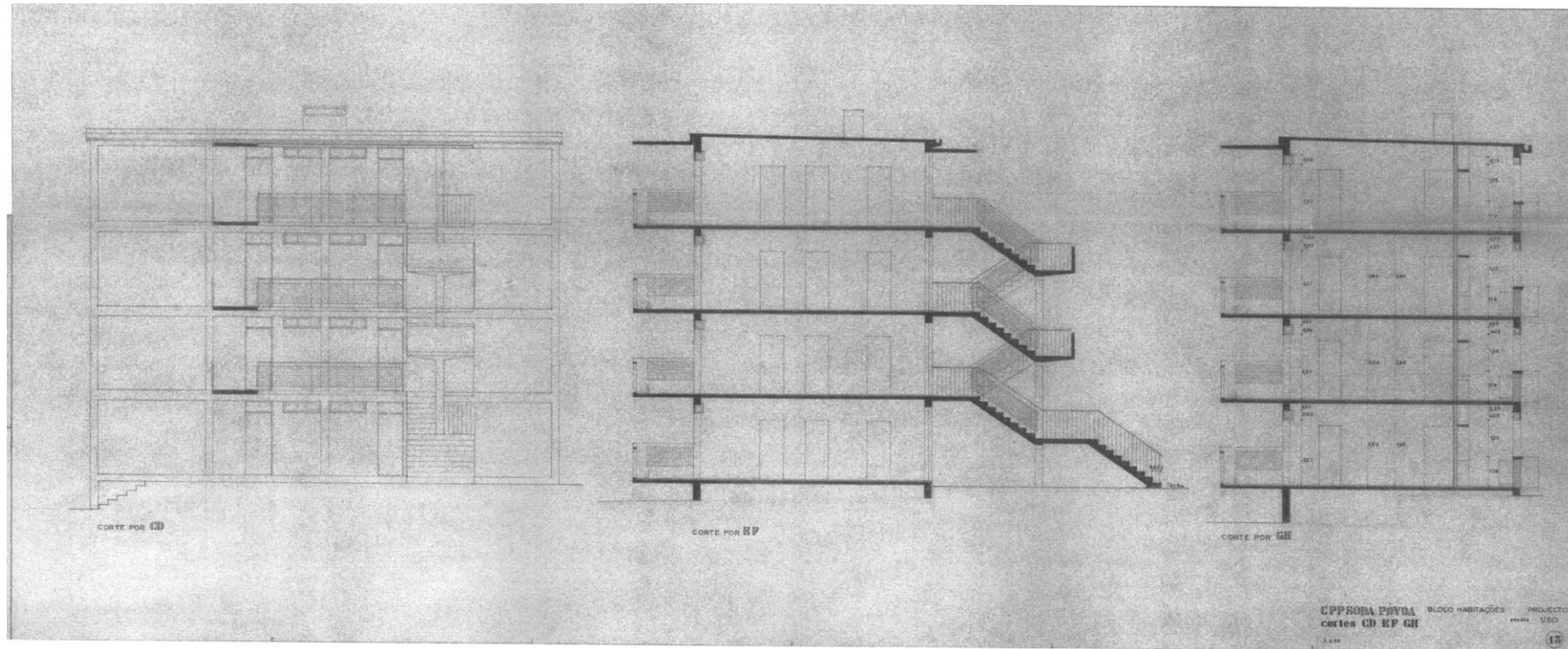


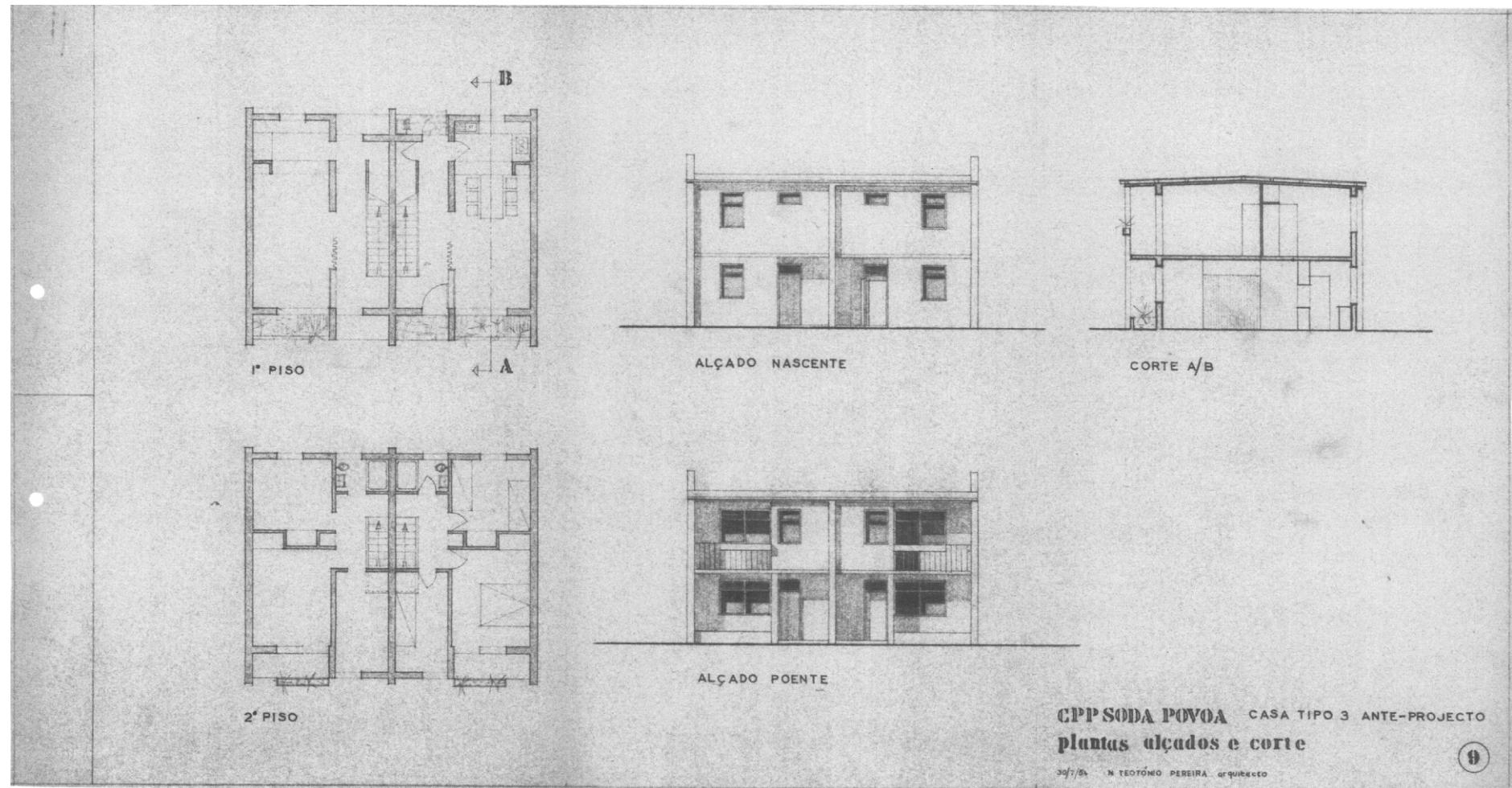




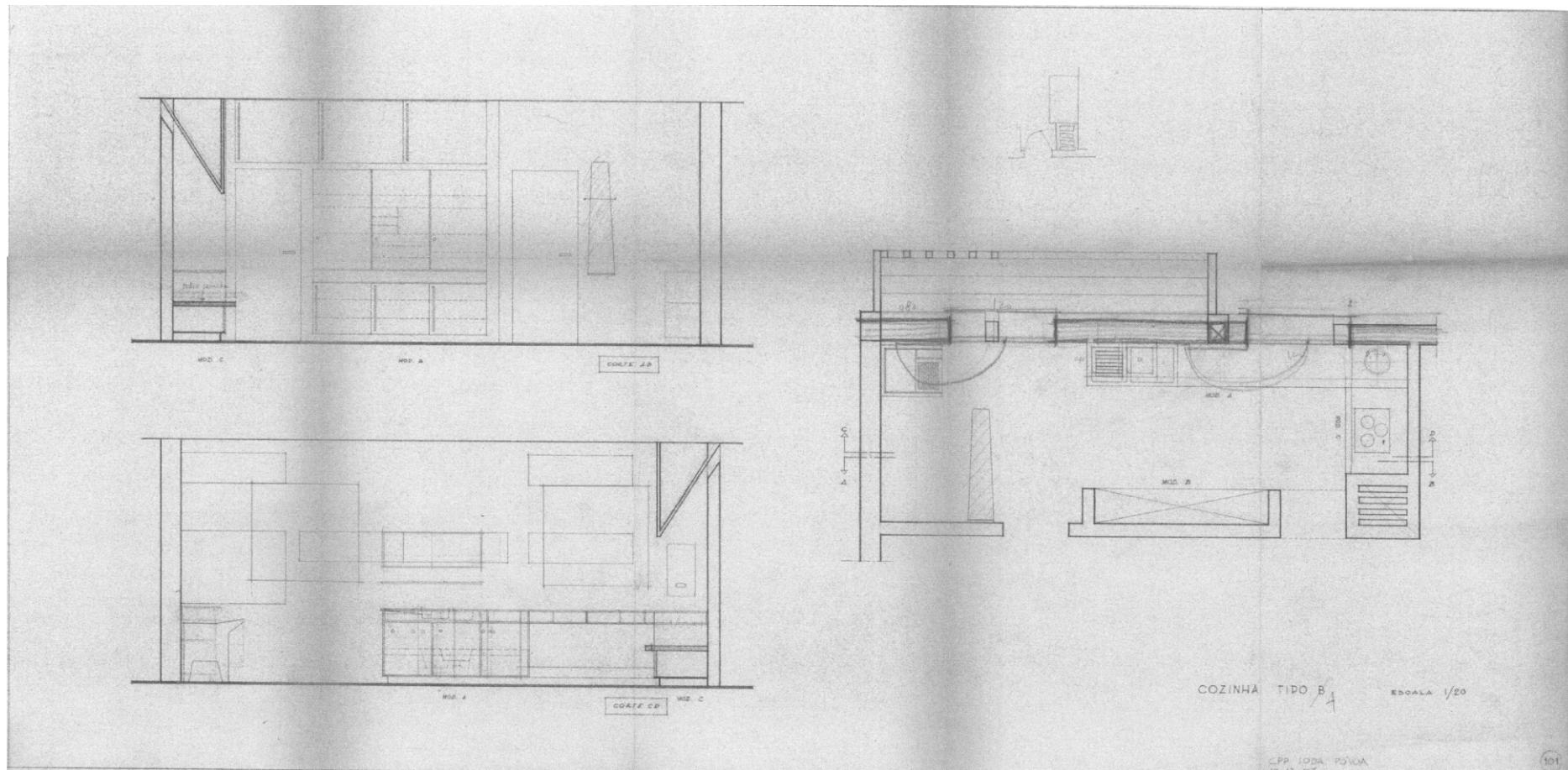


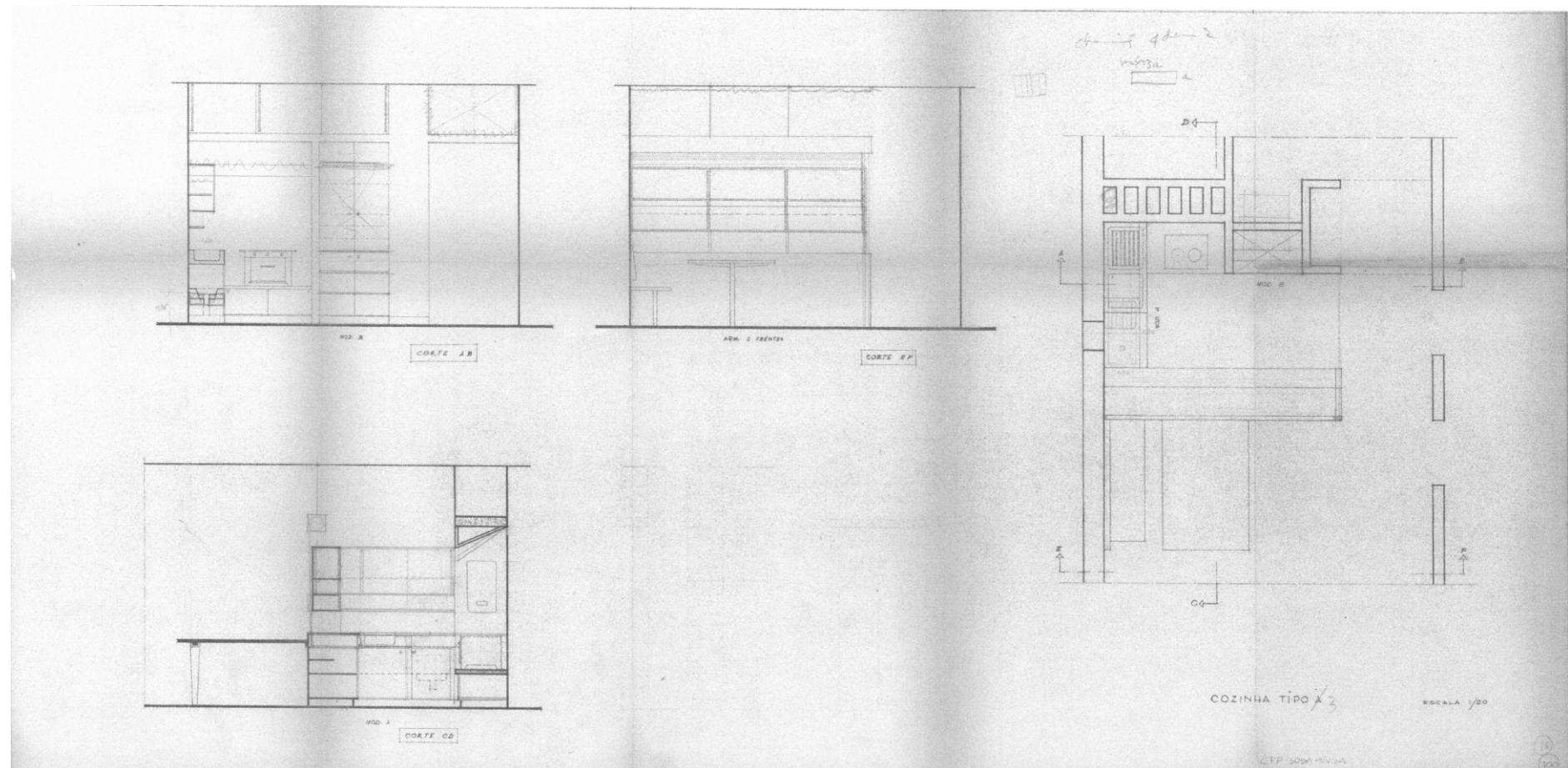




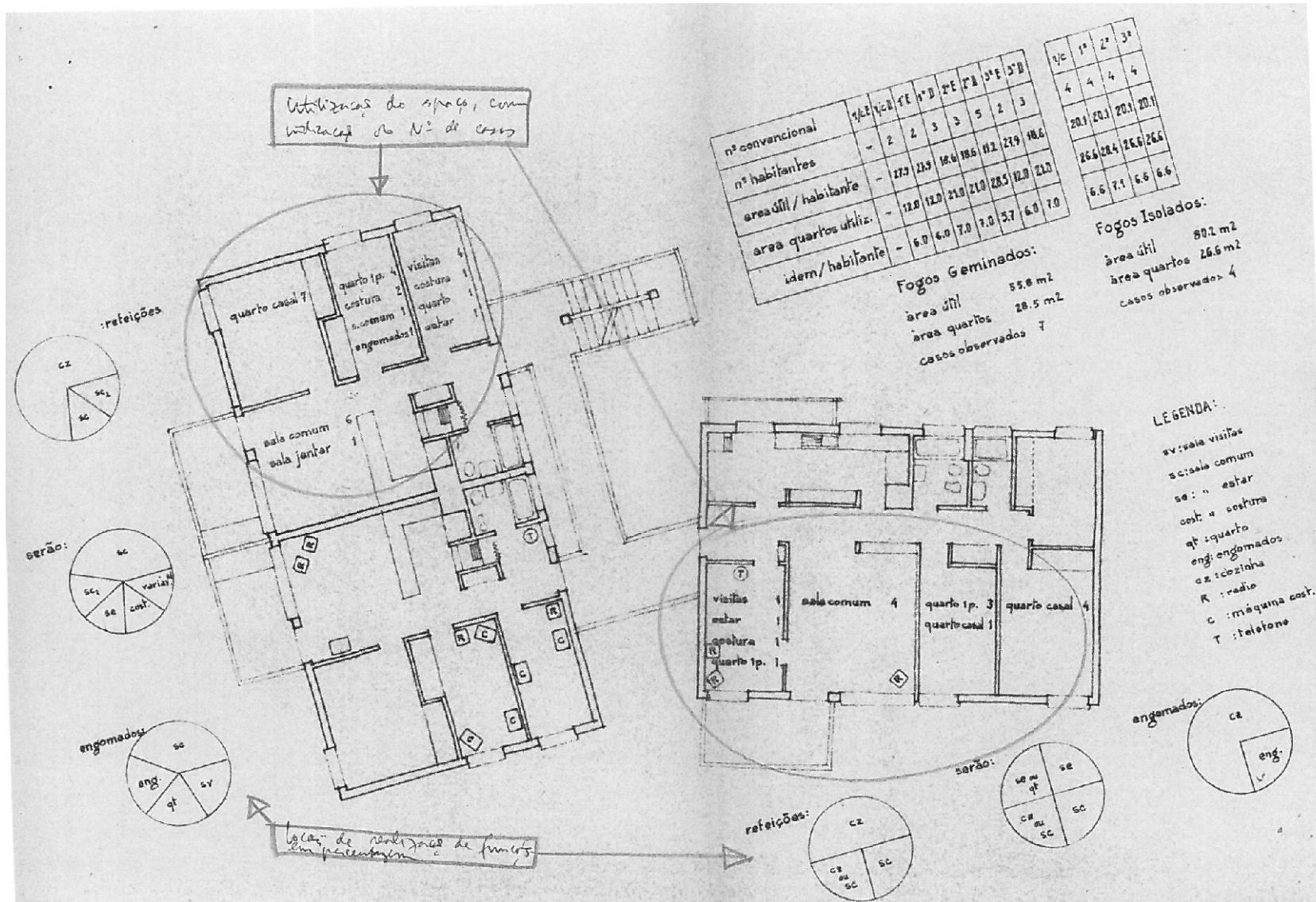


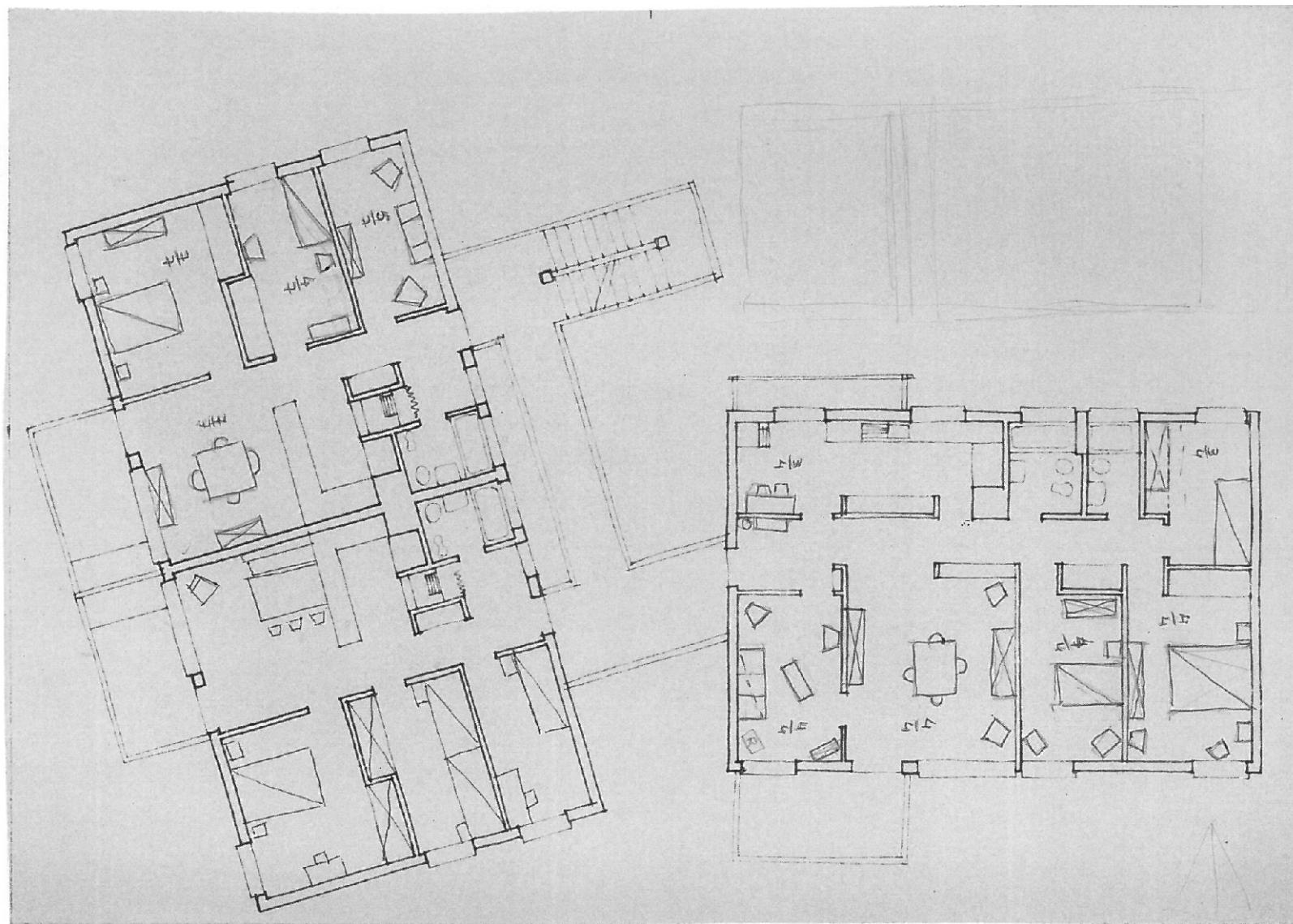
258 A Habitação Operária em Lisboa . Contributos para uma retrospectiva durante o Estado Novo . O caso de Vila Franca de Xira

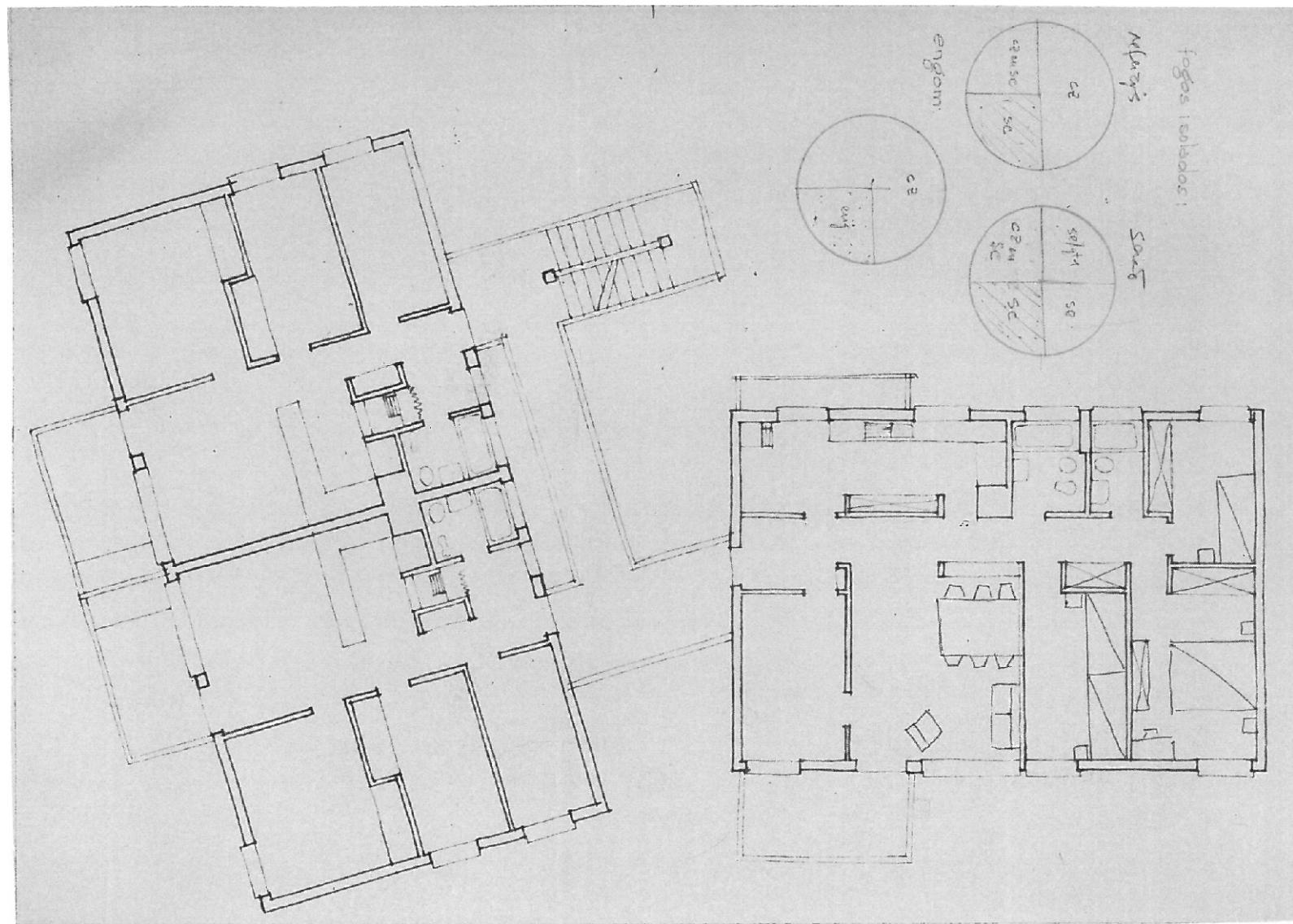


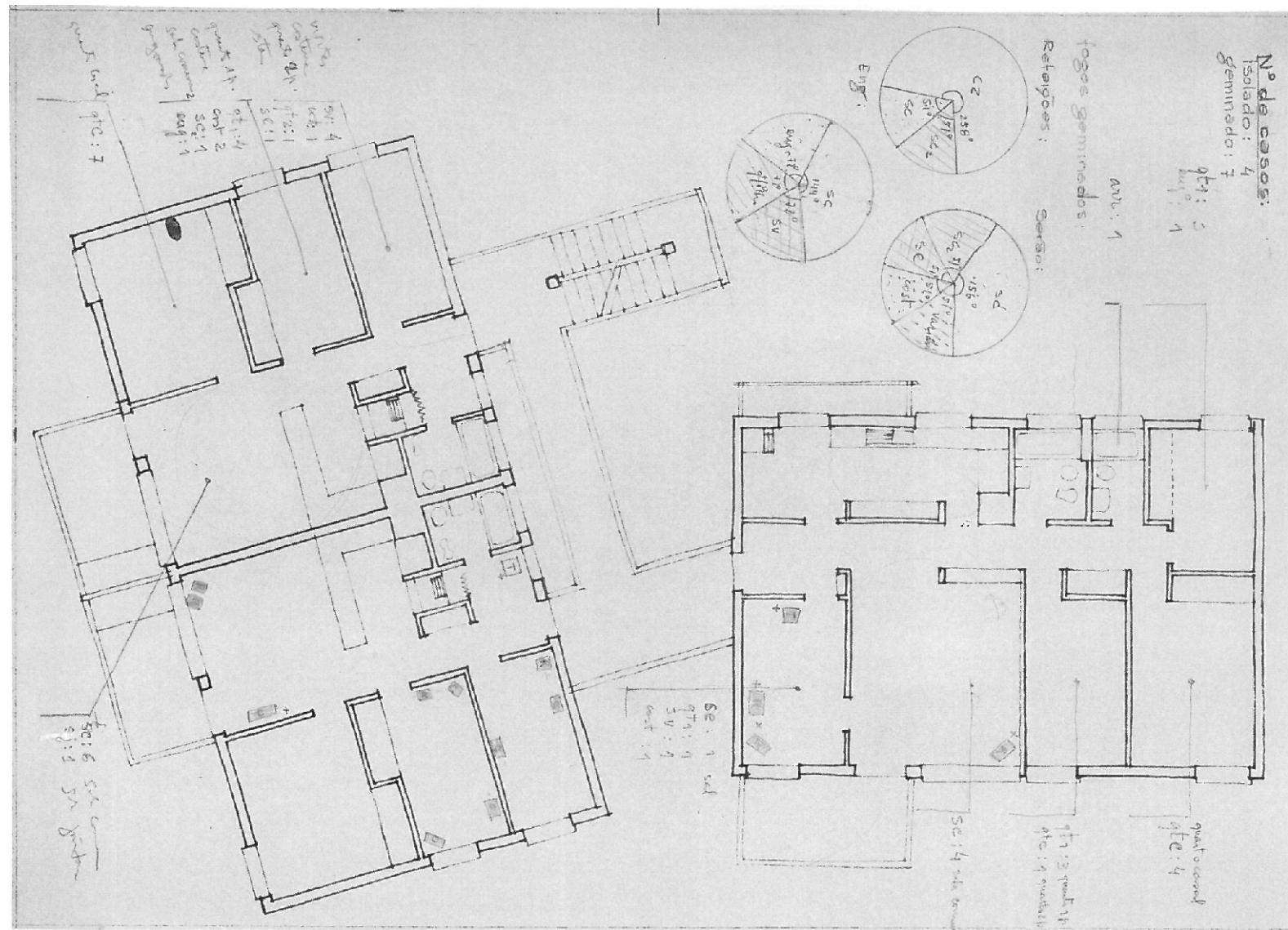


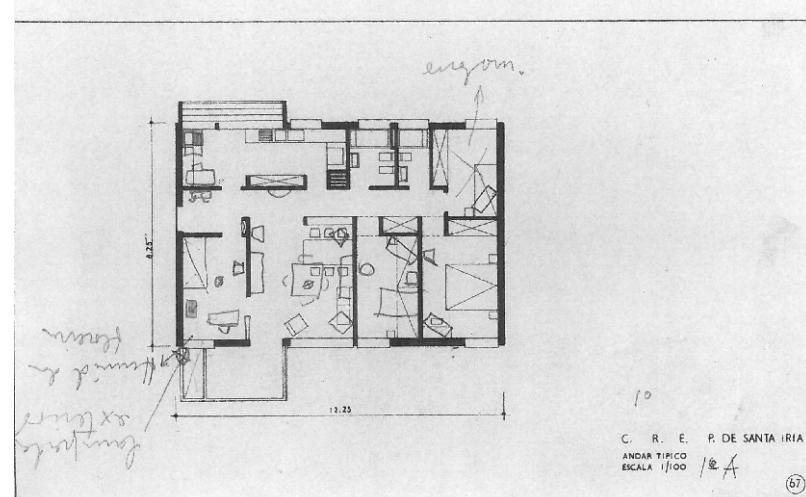
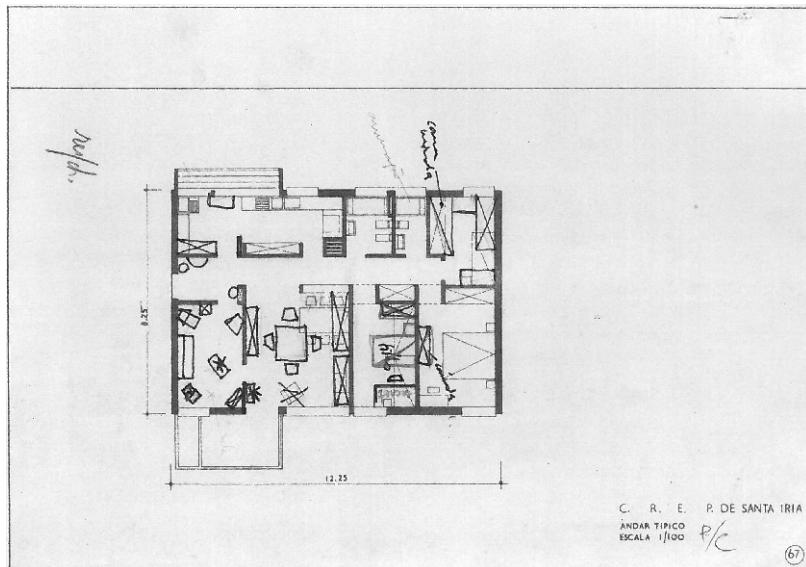
Abreviaturas		Convenções	
✓ cozinha	CZ	1/2	oama de casal
✓ quarto de cama	q	1/1	
✓ " de cama	q	1/2	camas juntas
✓ sala comum	SC	✓	
✓ " estar	se		camas isoladas
✓ visitas	SV		
✓ " jantar	SJ		armário
✓ escritório	ESCR		
			máquina de costura
✓ quarto de armários ou arrumáções	ARR		
✓ quarto de costura	cost		mesa de refeições
✓ " de brinquedos (nursery)	CR		sofá
✓ quarto de engadados	eng		poltrona
✓ " de vestir	vt		refrigerífico
petróleo	P		máquina de lavar
electricidade	E		tanque de roupa
carvão	C		
lenha	L		rádio
gás	G		telefone
gásolina	Gc		área
			foco de iluminação no tecto
pai	P		
Mai	M		
filho	fo		
filha	fa		
hóspede ou estranho	H		
			na parede
			de pé ou de
			mesa

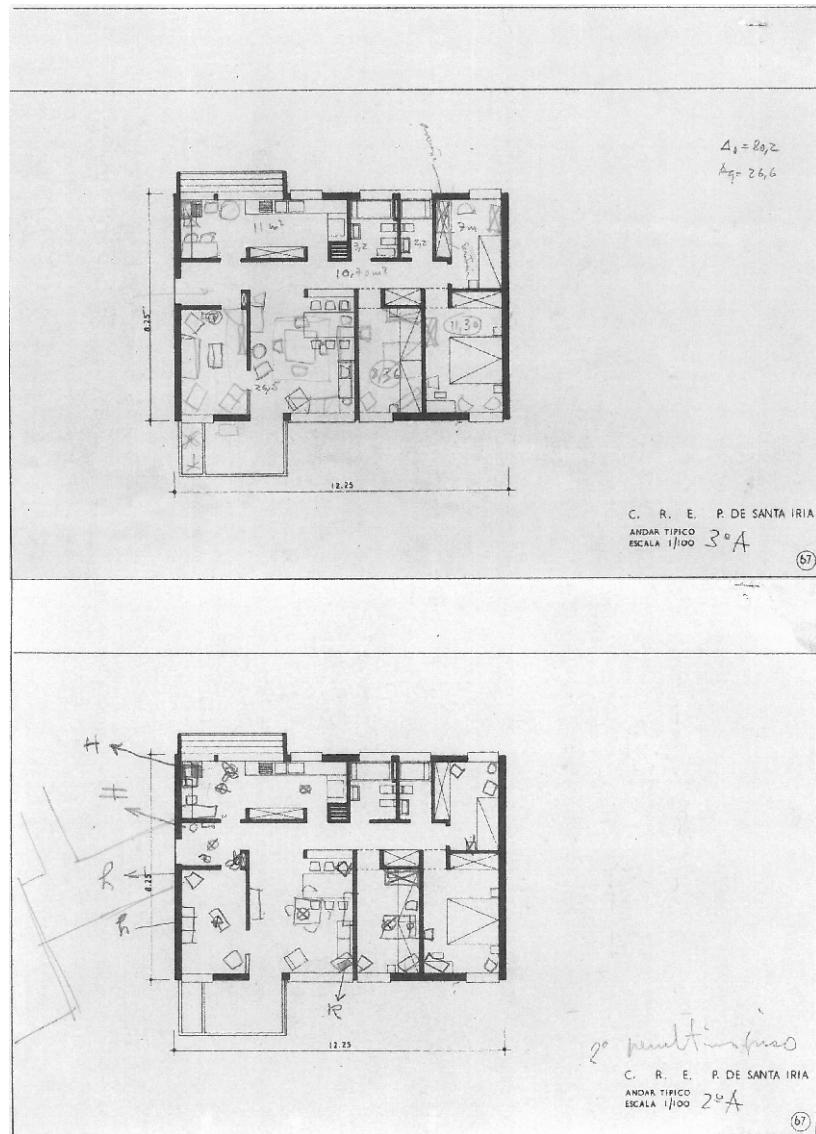


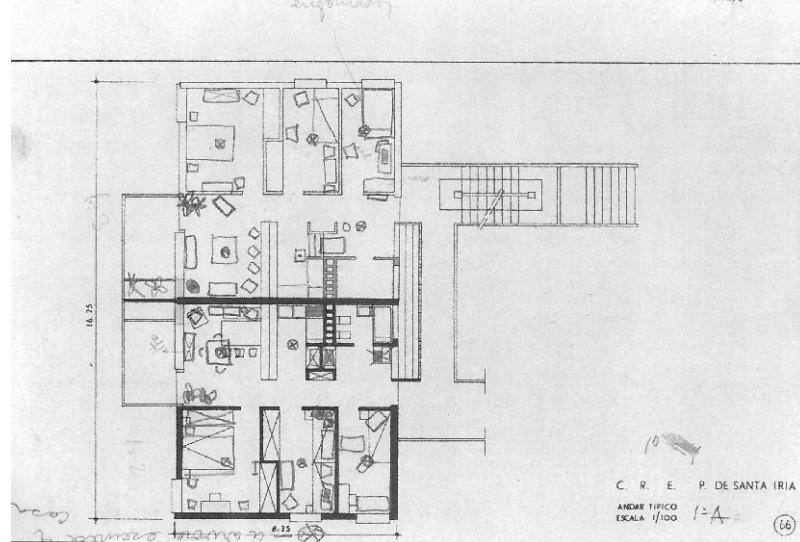
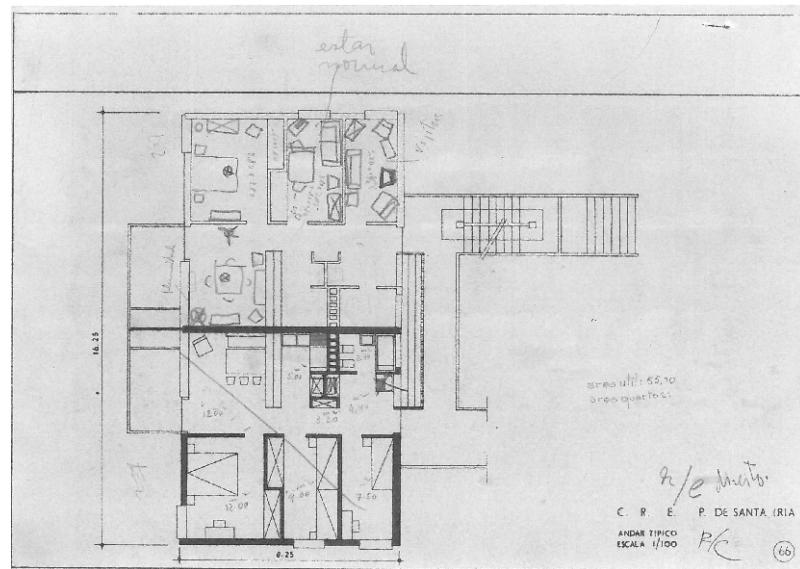


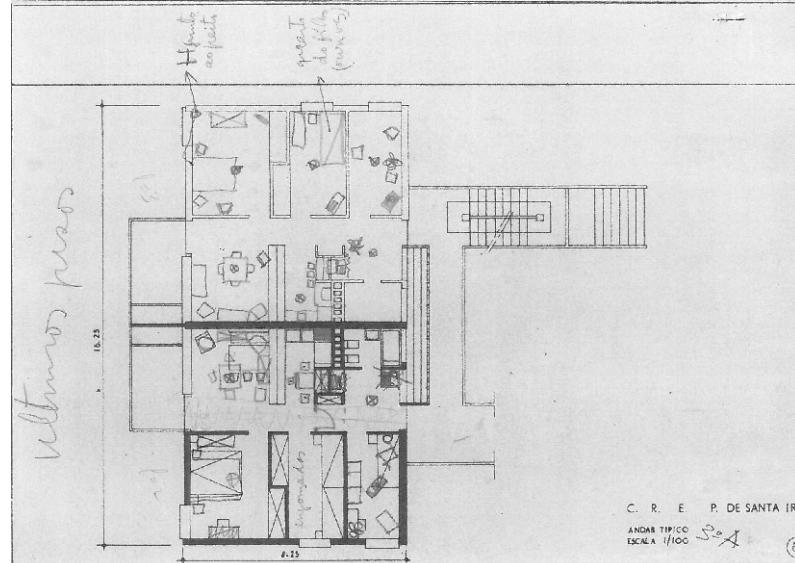
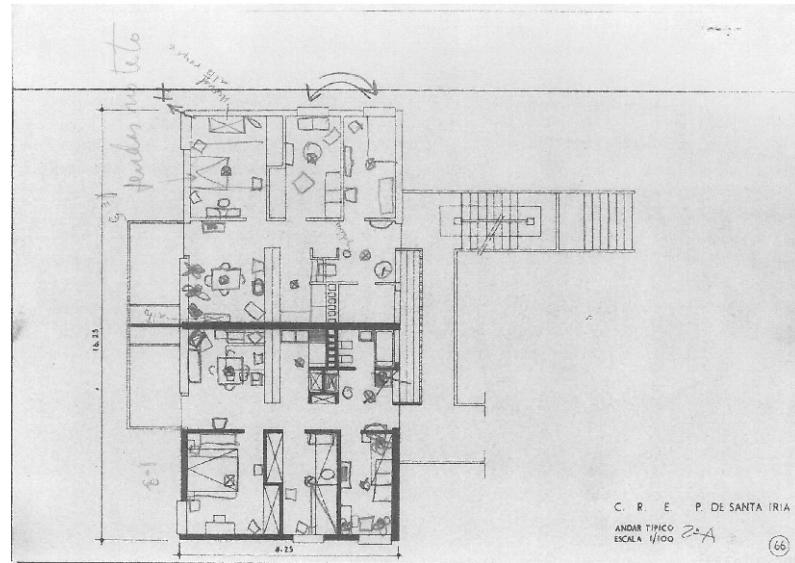












PT 444-751 00145

S O D A P O T C A

CADERNO DE ENCARGOSB) CONDIÇÕES ESPECIAISCAPÍTULO IObjeto da empreitada

Artº 1º - A adjudicatário compromete o fornecimento de todas as matérias e a execução de todos os trabalhos necessários à "Construção de 1 prédio para a Caixa de Previdência do Pessoal da Socia Fórum" a construir no local indicado na respectiva planta de localização.

O adjudicatário obriga-se a executar o trabalho dentro das normas da boa construção, de acordo com o projeto e nos termos deste Caderno de Encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe sejam dadas pela fiscalização e corrigindo-se ainda a executar os trabalhos necessários que se considerem impreteravelmente incluídos na empreitada.

§ Índice - O número de fogos do prédio será o seguinte:

Typo 5 8 fogos

Typo 4 4 fogos

Artº 2º - Os trabalhos que constituem a empreitada são fundamentalmente os seguintes:

1 - Movimento de terras

- Escavação e aterro dos volumes necessários para implantação das casas e lagradores, incluindo as demolições necessárias, de acordo com as desenhas.

- Abertura de cuboços para todas as fundações com as dimensões indicadas nas respectivas planas.

A base dos cuboços será levada à profundidade necessária para que o terreno suporte com segurança, que

nas fundações
fundamento sólido

-2-

peso de 3 Kg/cm²-M2 se procederá ao enchimento das fundações, ou que a fiscalização tenha exigido a natureza do terreno e as condições dos cuboços.

- Abertura de valas para assentamento de todas as canalizações do edifício incluindo rejeição e cunhagem de terras,
- Encanamento dos produtos aeronaves para vaso de ouro.

Não serão em caso algum aceitadas quaisquer reclamações referentes à natureza ou quantidade dos produtos a escavar, ficando entendido que o empreiteiro se inteirou no local de todas as condições de execução do trabalho.

2 - Alvenarias

- Enchimento de cuboços, com alvenaria hidráulica para fundação de todos os pilares e pilares, com as espessuras indicadas nas respectivas planas de fundação. O enchimento poderá ser de betão cimentício de 250 kg. de cimento de cada que o volume de pedra com mais de 0,05 m. de mais não excede 50% do volume.

- Loteamento simples em paredes de elevação até ao nível do 1º pavimento,

- Falso de tijolo duplex, tipo Tijcmol, formando caixa de ar com 0,33 de espessura, com argamassa hidráulica, nas paredes exteriores.

- Falso de tijolo furado a uma vez com argamassa hidráulica nas divisórias de quartos. Estas divisórias poderão também ser de tijolo duplex, caso nisse haja qualquer vantagem.

- Falso de tijolo furado a 1/2 vez com argamassa hidráulica, nas restantes divisórias e paredes.

3 - Betões

- Enchimento da separar dos pilares com betão de 250 kg. de cimento por metro cúbico de betão.

- Execução de betão armado de 500 kg/m³ de cimento por metro cúbico com as secções e armaduras indicadas nos desenhos e cálculos, em lages, vigas, pilares e escadas, de acordo com os fornecedores.

at. Domingos Soárez
baixar as condições

(4)

4 - Cantarias

- Fornecimento e assentamento de todas as cantarias de ferro em escoria, de fachadas principal e posterior e espumas terminais, soleiras e dígradas, peitorais e lances de guarnecimento de vãos, de pedra rija da região de acordo com os desenhos de fornecedor.

5 - Coberturas

- Revestimento das lages de cobertura com produto hidráulico tipo Flimkote, de acordo com as indicações dadas pela Secção de Betuminosos da Shalla.

- Caldeiras e beirais em algarrobas,

- Revestimento de terraço com tijoloira furado de 0,02 m.

assestado com argamassa de cal hidráulica e respectiva camada de enximento a 1 m (40 milímetros)

- Tubos de queda em suculito ou chaga de zinco n.º 12.

(4)6 - Pavimentações

- Fornecimento e assentamento de mosaico hidráulico de primeira qualidade e respectiva roda-pé, de cfr a escolher pela fiscalização, nos pavimentos das cozinhas, casas de banho, varandas e átrios de entrada.

- Marmorite polida em pavimentos de escadas, patins e corredores de passagem, incluindo roda-pé e topo de lances e patins. O revestimento com a massa de areia será feito com alheta, de acordo com o fornecedor a fornecer.

- Fornecimento e assentamento de tacos de plinto do 1º. qualidade, sem nódos e de cor uniforme, assentos com 1 kg. de produto tipo Imepo, ou produto similar, por metro quadrado, em todos os restantes pavimentos. Os tacos serão afagados à máquina e encerados;

- Fornecimento e assentamento de roda-pé de madeira com 0,18 m. de altura nos compartimentos incluídos no artigo anterior.

Suposição para 1º prédio
1.º tipo de quartos

- Calçada à portuguesa em valutas, com juntas romanas, numa faixa de 0,80 m. de largura ao redor dos edifícios.

- Exceção dos enchimentos necessários para passagens de culmizações.

7 - Carpintaria de limpos

- Fornecimento e acondicionamento de acordo com os desenhos do fornecedor das seguintes carpintarias:
 - Caixilhos envolvidos, compreendendo arcos de guarnecimentos e tácticas do peito.
 - Portas de patim, interiores e de recapeiro, correspondendo os respetivos arcos e alçuras de madeira.
 - Portas principais e respetivos arcos.

A fibra de madeira a empregar, de acordo com os desenhos será do tipo "EVALOLITE" com $1/8$ " de espessura da cor clara, desde que os desenhos não indiquem características diferentes.

- As madeiras a empregar serão a castanho escolhido, em portas principais e o pinho nas restantes caixilharias.

Para emitir desfites que depois se pretendam justificar com o facto de madeira ser de pinho, deverá este ser escolhido bem seco, e serrado e empregado com a abundância necessária.

- As todas as portas e janelas onde for necessário, serão colocados tacos de borracha.

Guarnecimentos de madeira de pinho em todos os vãos com portas e aristas das portas.

- Mobilírios nas cozinhas e despensas, compreendendo mesas, armários e respetivas prateleiras, de acordo com os desenhos e tendo em atenção que:

- a) - Os materiais a empregar serão:
 - Madeira de pinho da 1a. qualidade, bem seca e sem nós viciosa ou de grande quantidade, nas armadias, ilhargas, gavetas e gavetas pagas de madeira com as encapuchas e espessuras indicadas nos desenhos do fornecedor.
 - Controplacado de pinho.
 - Rodo tipo mosquiteiro e vidro tipo Catedral de 0,002 m. de espessura;
 - Mármore de lioz polido de 3 cm de espessura;

Sup. material

✓ das. Benfica

V/Portas (b) 200 Al.

- b) Todas as peças deverão dispor dos acessórios necessários nomeadamente dos seguidos: em todas as portas dobradiças de chapa de ferro e molas tipo chifre, boutões e puchadores de moscaulha apurados.

- c) - Todas as ligações das peças de madeira serão executadas segundo as normas da marcenaria, devendo todas as aristas salientes serem rebuladas.

- d) - Todos os ajustamentos terão a ser perfeitos para que as bases da porta sejam rematadas com cimento branco e faturadas nos encontros e os arcos laterais dos arcos restados com rebujiadas quando necessário.

- e) - Todas as madeiras exteriores e a parte interior das portas serão pintadas com tinta de cimento da cor branca, sobre duas camadas de tinta a óleo, incluindo todos os trabalhos preparatórios; as faces superiores das portas e prateleiras levantadas serão pintadas com massa de gesso à pega de madeira que se sustentam, devendo as faces das portas serem de mesma tipo e coloração.

- f) - Os raios solares diretos e outras perturbações de cada peça de equipamento a construir;

- Fornecimento e acondicionamento de rechos e de todas as ferragens necessárias a submeter à aprovação da fiscalização em todas as portas e janelas, tendo em atenção que:

- g) - Os puxadores das portas exteriores serão cromadas;

- h) - As portas exteriores e de patim levantadas tipo "Yalle" a submeter à aprovação da fiscalização;

- i) - As portas interiores levantadas devem ser embaladas e puchadores cromados a submeter à aprovação da fiscalização.

- j) - Todas as portas de quarto de cama, orçadas, escritórios e despensas, levantadas devem ser embaladas e sujeitas ao mesmo tratamento de banho, facho de serraria.

-6-

8 - Povestimento e pinturas

Aplicação das seguintes revestimentos, tendo em vista do modo especial, na parte aplicável a cada caso o seguinte no Capítulo VII deste Edicto de Encargos:

- Revestimento e reboco hidráulico em todas as paredes interiores, exteriores e tectos;
- Tírcas e reboco hidráulico em todas as faces visíveis (antes de revestimento) dos elementos de betão armado;
- Estofa e estirira em tectos, com vigas de $0,36 \times 0,08$, devendo manter-se imunizadas;

baixa de altura
grande a
1/2 de altura
1/2 de altura
1/2 de altura
1/2 de altura

franqueado
baixa?
1/2 de altura

- Ladrilhos de azulejo hermético branco vidrado, com 1,50 m. de altura em todas as cozinhais, saídas do lavagão de roupas, retretes e casas de banho; as aristas e a parte superior das ladrilhos serão rematados com auxílio de cinta bolada; no caso de ladrilhos terá 1,80 m. de altura;

- Marcenaria lavada, em cor à escurina da Fiscalização, no revestimento das fachadas, *exceção* de varandas principais e capêas terminadas, *exceção* o guarda de esquadria;

- Estofa a massa de uria fina em todas as restantes paredes exteriores e tectos, e nas paredes interiores e tectos;

- Caixilho à asprena em todas as paredes exteriores subjugadas e tectos com a cor à escurina da Fiscalização e a branco em todas as paredes interiores e tectos;

- Mistura a tinta e óleo, incluindo todos os trabalhos necessários, com cores à escurina da Fiscalização e com as dobras necessárias, nascer inferiores a brisa e das quais a tinta a esmalte, de todas as caixilharias para pintar, almofadas e rodapés;

- Pintura a óleo a duas dimensões sendo a última a esmalte, de todos os elementos metálicos à vista;

- Envernizamento da porta principal;

9 - Canalizações de águas e esgotos

- Exceção de todas as redes de águas e respostivas ligações à rede geral, de acordo com as indicações dos desenhos, incluindo:

- Fornecimento e assentamento de todas as tubagens de ferro galvanizado e de chumbo com os diâmetros indicados nas planas das redes de águas, incluindo os acessórios necessários.

- Fornecimento e assentamento de todas as torneiras necessárias com o mesmo diâmetro das respectivas canalizações e da mesma a submeter prativamente à aprovação da fiscalização, incluindo:

 a) - Torneiras de passagem junto aos colectadores, rumo de entrada e de ligação à rede e anticolismos,
 b) - Torneiras do calha e bica nos lavatórios e bidés,
 c) - Torneiras de serviço nos lave-lojais, pia e lava roupa.

 Mas cozinhas e casas de banho as torneiras serão cromadas.

 d) - Chuveiros de latão cromado com distribuição e bica.

- Fornecimento e assentamento de torneira de suspensão com caixa e tempo em ferro fundido, a boca de incêndio regulamentar.

- Fornecimento e assentamento de toda a tubagem de grés, de fibrocimento e metálica necessária para os ramais de descarga, ventilação e ligação à rede geral de esgotos.

- Fornecimento e assentamento de sifões de grés com boca de limpeza em todos os pisos.

 Os contentores de águas fiorirem aljubeados na espessura da parede, em caixa apropriada, com porta.

 As prumadas de grés fiorirem instaladas em caixas interiores.

 Todas as tubagens metálicas à vista serão pintadas

a tinta de óleo, sendo a última dada a esmalte.

As tubagens metálicas de esgoto, ligarão às caixas sifonadas de chumbo, tomão as da casa de banho a tampa cromada.

10 - Aparelhos sanitários

- Fornecimento e assentamento das seguintes lojas sanitárias, de sódio: com os desenhos e incluindo todos os acessórios a submeter à aprovação da fiscalização, compreendendo:

 a) - Bacias de revere de borda larga, em que possa ser aplicável arc de zaireira em todas as casas de banho,
 b) - Bidés em todas as casas de banho principais.

 c) - Lavatórios de latação tipo bacavim formato "chapéu" com $0,59 \times 0,44$ cm bricos em quartos de banho principais e com $0,46 \times 0,39$ nas escares do banho das cozinhas.

 .. Bacinhas revestidas de chumbo do tipo esmalteado com $1,20 \times 0,61$ nas casas de banho das cozinhas, e $0,1,58 \times 0,56$ nas principais.

- Fornecimento e assentamento do fluxómetros.

- Fornecimento e assentamento do pias de lio com ralo, em todas as cozinhas contínuas desenhos.

- Fornecimento e assentamento de lava-lojais de lio com escorregador, incluindo todos os acessórios de modelo a aprovar pela fiscalização.

- Fornecimento e assentamento de lava-roupas em betão vigado (forro betão).

- Construção de caixas de visita e passagem de acordo com os desenhos e com a localização indicada na planta de fundações e do esgoto.

 Todas as válvulas de lavatórios, bidés e bancheras serão presas por correntes cromadas e as de lava-roupas e lava-lojais por chumbo de latão.

-9-

III- Diversos

Assentamento e assentamento das

- Grelhação de betão,
- Vidro lona de 8 m/m de espessura nas janelas,
- Balaústres e respectivas barreiras de cantoaria,
- Escadas de acesso às charinhas e terrage (4 locais)
- Estrutura de piso de arga e polés de ferro com 2 roldanas,
- Guarda de varanda, passarela e escadas em ferro, pintado,
- Estores de chão da cozinha, interior e rúgues fôrmas em tecido em janelas,
- Pinturas,
- Instalação para fiação e esquerçador de distribuição alimentada a Gas Gás,

12 - Requerimento de barreiras, vedações, vias de circulação, portas e portões

- ✓ Execução de muralto suportes confinando com a estrada nacional, com 200 cm de altura.*
- Divisórias entre quintais,
 - Capotação a arredondados,
 - Vedações à portuguesa nos anexos.

Artº 3º - A amparilhada será constituída a prego tipo "A furfute" para madeira ou madeiras incluindo ligaduras de ondas e logradouros e ligação as redes de águas, esgotos e eletricidade.

Os trabalhos serão executados nas quantidades aproximadas indicadas nos respeitos da edificação, não tendo o empreiteiro direito a qualquer revaliação por existentes ou diligenciar que, posteriormente, venham a variar-se aquelas quantidades, desde que não haja alteração no projeto.

Artº 4º - A execução do presente suprimento, será subordinada ao seguinte:

- a) Paredes exteriores - As paredes exteriores serão executadas com uma estrutura de madeira armada, chapas com prumo de mijolo formando calha de arga tipo "Tijolom" com a espessura de 0,25 m, e o peso de 100 kg, por metro quadrado. Foderão, no entanto, ser feitas com outro material desde que garantisse a mesma resistência e durabilidade e condições de isolamento pelo menos iguais às que resultem da aplicação das tijolos projectos.

-10-

b) Revestimentos & A constituição dos revestimentos a empregar será a seguintes:

- Tíralos - cimento e areia ao traço 1:6
- Emboco e reboco das paredes exteriores - cimento e areia em traço 1:6 com 5% de produto hidráulico tipo distomito.
- Emboco das paredes interiores - cimento e areia ao traço 1:6.
- Reboco das paredes interiores - cal, cimento e areia ao traço 1:2:7.
- Emboco a massa de argila em todas as paredes e tectos: cal e areia fina, na proporção em peso de 1:2.
- Caiado à pistola em todas as paredes exteriores: água de cal na proporção de 1 kg. de cal para 10 litros de água e 0,05 litros de óleo de linhaça fervido.
- Caiado à pistola em paredes interiores e tectos: água de cal, na proporção de 0,09 kg. de cal, e 0,5 kg. de pedra lime para 1 kg. de cal e 10 litros de água.
- Argamassa de alvenarias hidráulicas: cimento e areia ao traço 1:6.
- Argamassa para assentamento de cantarias: cimento e areia ao traço 3:2.
- Argamassa para assentamento de azulejo - cal, cimento e areia em traço 1:1:6.
- Argamassa para assentamento de mosaicos: cimento e areia ao traço de 1:6.

Artº 5º - São da responsabilidade do empreiteiro os encargos do licenciamento, responsabilidade técnica da constituição e demais exigências regulamentares nos termos das posturas da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e do Alvará da Junta Autárquica das Estradas.

SODA POUCA
Inquérito n.º 1472 feito quando da
Visita para recepção definitiva
em 2 Abril 197-

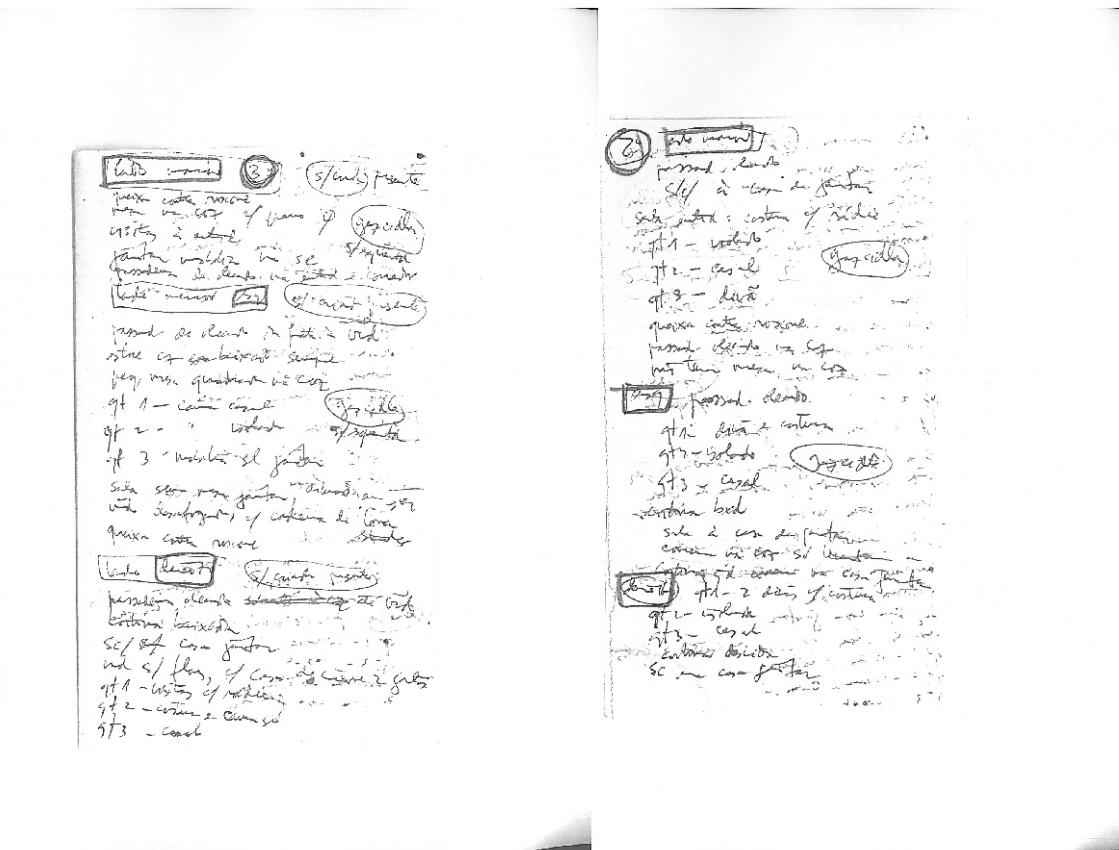
Características gerais

Só 2 locatários e proprietários
Forrões plantados
Muitas rãs e plantas
mangal tem craca
arrozaria de topete ou serra
pastoreio de gado etc etc e plantas
queis todos os locatários e muitos
andam
mesa na copinha (fogo grande)

10 Health Watch 2000
She is now pregnant
of embryo - embryo of day
of 1 - 5 days - and now
she is 20 weeks pregnant
She is - growing as a result
of this - expands grows increases

first it is ~~an illegal~~ ~~reproductive~~
~~species~~ ~~of plants~~
~~but~~ ~~now~~ ~~it~~ ~~is~~ ~~an~~ ~~illegal~~
~~species~~ ~~of plants~~
~~possibly~~ ~~the~~ ~~last~~ ~~of~~ ~~its~~ ~~kind~~
~~because~~ ~~of~~ ~~targets~~ ~~on~~ ~~stealth~~
~~your~~ ~~antibiotics~~ ~~against~~ ~~it~~ ~~below~~
~~now~~ ~~in~~ ~~it~~

Sark Pörra Visita gland
am 2. Apr. 57



Arq. Eng. C. M. Dias Eng. Poco
n.º 10 N.º 153

2a. PRAZOS DE ENTREGA

O projecto será entregue 120 dias depois da aprovação pela Câmara Municipal de Elvas do plano de implantação das casas, e apresentar no prazo de 8 dias, e desde que tenha sido aprovado, este projecto.

3a. MUITAS

As muitas a aplicar ao autor do projecto serão de 2/1.000 por cada dia de atraso, em relação aos prazos fixados e iniciado momento sobre o montante de trabalho que não tiver sido entregue no prazo estipulado.

4a. PEGAS DESENHADAS E ESCRITAS

As peças desenhadas e escritas a apresentar no projecto deverão ser as constantes na proposta tipo fornecida pela Federação de Caixas de Previdência - Habitações Económicas, da qual declaro ter tomado conhecimento. A assistência técnica será exercida pelo proponente com a devida colaboração dos Serviços Técnicos, ficando as deslocações a cargo da Federação.

5a. COLABORAÇÃO TÉCNICA

Serão de responsabilidade dos Serviços Técnicos da "Habitações Económicas" - Federação das Caixas de Previdência, todas as peças complementares do projecto, tais como: cálculos de estabilidade, medições, preços, orçamento, caderno de encargos, fundações e coberturas, águas, esgotos, electricidade, etc.

Lisboa, 3 de Junho de 1953

ATL

(do projecto)
PROPOSTA PARA A ELABORAÇÃO DE UM GRUPO DE 30 CASAS DE HABITAÇÃO ECONÓMICA, DAS QUAIS 12 NO TIPO 3, 12 NO TIPO 4 E 6 NO TIPO 7, NA CIDADE DE ELVAS

Nuno Teotónio Pereira, arquitecto, morador na Rua Rodrigues da Fonseca, 73-52, em Lisboa, propõe-se elaborar os anteprojectos, projectos e prestar assistência às obras das 30 casas acima referidas, de acordo com as condições geralmente estabelecidas no orçamento de serviço nº. 18, de 26 de Janeiro de 1940, da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas e em especial na seguintes:

1a. HONORÁRIOS

- a) A importância total a receber será de 30.000\$00 (trinta mil escudos). Os honorários para futuras repetições serão de 0,90% do custo da construção
- b) As comissões de pagamento serão as usuais, isto é em 3 prestações iguais correspondentes ao anteprojecto, projecto e assistência às obras, satisfazidas da seguinte forma:

Anteprojecto: após a participação oficial da sua aprovação, que terá lugar dentro de 30 dias a contar da data da sua entrega.

Projecto: após a participação oficial da sua aprovação que deverá ter lugar dentro de 30 dias a contar da data da sua entrega.

Assistências: Esta parte deverá ser satisfeita em 5 prestações iguais, segundo o desenvolvimento dos trabalhos, sendo a primeira no inicio dos trabalhos de implantação.

- c) No caso de não se verificar conveniente, no decorrer dos estudos, a junção dos tipos 3 e 4 no mesmo prédio, a importância total dos honorários será de 40.000\$00

PROPOSTA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJECTO DE UM BLOCO DE HABITAÇÕES QUE A CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO PESSOAL DA SÓDA POVOA, S.A.E.L., PRETENDE CONSTRUIR NA FÔVOZ DE SANTA IRIA:

Nuno Teotónio Pereira, arquitecto, na Rua da Alegria n.º 26 1º/6, em Lisboa, propõe-se elaborar o ante-projecto e o projecto e prestar assistência às obras de edifício acima referido, de acordo com as seguintes condições:

- 1.º - Os honorários serão os estabelecidos na ordem de serviço nº. 18, de 26 de Janeiro de 1940, da D.G.E.M.N. do Ministério das Obras Públicas, indutivos das importâncias referentes aos cálculos de estabilidade, eletrificação, orçamento e caderno de encargos, instalações de águas e esgotos, que ficarão a cargo dos Serviços Técnicos da Federação. As prestações a vencer, de acordo com as tabelas da Federação, serão as seguintes: aprovado do ante-projecto 75% V/3
pela aprovação do projecto 50% V/3
pela assistência às obras 35% V/3

As prestações referentes à assistência às obras serão pagas em 3 prestações, de acordo com o andamento das obras.

- 2.º - As deslocações ao local das obras ficarão a cargo da Federação.

- 3.º - As peças desenhadas e escritas a apresentar são as constantes da proposta tipo fornecida pela Federação.

- 4.º - O projecto definitivo será entregue 45 dias após a comunicação da aprovação do ante-projecto por todas as entidades competentes.

Lisboa, 30 de Novembro de 1953

JOÃO VIANOPO PINTA
ARQUITECTO

A
Caixa de Previdência do Pessoal da Soda Póvoa
Póvoa de Santa Iria

Nota das despesas efectuadas até à data com cópias
de desenhos e deslocações à Póvoa de Santa Iria.

1) - Cópias de desenhos fornecidos, além das habitualmente incluídas
no custo do projecto: 350\$00

2) - Deslocações à Póvoa de Santa Iria:

Custo por Km, 1,440. Cada deslocação: 22 Km.

5 deslocações: 22x1,440x5 = 154,000
514\$00

JOÃO VIANOPO PINTA
ARQUITECTO

A
Caixa de Previdência do Pessoal da Soda Póvoa
Póvoa de Santa Iria

Nota dos meus honorários referentes a:

1) - Projecto de um bloco de habitações de 4 pisos:

custo orçamentado do edifício:	936.000\$00
fórmula a aplicar: $(Y-6-2x)/4,128$	
custo total do projecto:	36.638\$10
parte que cabe ao arquitecto, segundo a tabela da FOP-HB:	
1º. prestação: $0,75 \times 38.638/10/3 =$	9.659\$25
2º. " " : $0,50 \times 38.638/10/3 =$	6.459\$50
3º. " " : $0,35 \times 38.638/10/3 =$	4.517\$65
	20.616\$40

2) - Ante-projecto de um bloco de habitações de 2 pisos:

custo estimativo do edifício:	120.000\$00
fórmula a aplicar: $Y-5/4 (Y-2x) = 5,95\%$	
custo total do projecto:	7.140\$00
parte que cabe ao arquitecto	
1º. prestação (ante-projecto): $0,75 \times 7.140/10/3 =$	1.705\$00

3) - Ante-plano do Bairro 4.000\$00

Total dos honorários: - esq. 26.401\$40

Lisboa, 30 de Julho de 1954





CAIXA DE PREVIDÊNCIA
DO PESSOAL
DA SODA PÓVOA

1953

POVOA DE SANTA IRIA, 3 de Dezembro de 1953

Destinatário:
PÓVOA NOVO, F. & 10 (F. 8, 21)
Nº. 439/53

Nº. 2/1
JU/FG

Enc. 2nr.
Eng. MIGUEL TOTONÍCO PEREIRA
Praga da Alegria, 61

L. I. S. B. O. A.

V. Ref.

Exmo. Senhor,

Afim de serem prestados esclarecimentos à Administração da Sodá Póvoa, S.A.R.L., sobre o projecto do imóvel a construir em Póvoa de Santa Iria, vimos pedir-lhe o favor de passar pela Sede desta Caixa de Previdência no próximo sábado, dia 5, pelas 10 horas.

Aproveitamos o ensejo para expressar a V. Exa. a nossa elevada consideração, subscrivendo-nos,

DIRX. DE PESSOAL DA SODA PÓVOA

O Presidente da Direcção



5 de Junho de 1954

Enc. 2nr.
VICE-PRESIDENTES DA HABITAÇÕES ECONÓMICAS-
FEDERAÇÃO DE CAIXAS DE PREVIDÊNCIA
Rua Sociedade Farmacéutica,
L. I. S. B. O. A.

Enc. 2/1
JU/FG

Exmo. Senhor,

Referimo-nos aos nossos ofícios 64 e 94/54, de 1 e 19 de Fevereiro ditos, respeitantes à construção, por parte desta Caixa, de um imóvel, em Póvoa de Santa Iria, para habitação dos seus beneficiários.

Se agora se conseguiu que a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização definisse o seu ponto de vista, quanto ao imóvel a construir, integrado num "bloco" ou "vila", nomeadamente, edifício, no Arcozelo, em Póvoa de Santa Iria, no todo em sua parte, por esta Caixa de Previdência.

Para elucidação de V. Exa., transcrevemos o ofício que acabamos de receber dos mencionados Serviços de Urbanização:

...enviando a honra de informar V. Exa., em cumprimento do despacho de V. Exa. Director-Geral de que o princípio é de aderir à construção do edifício, neste caso particular, não convindo que o número de andares seja de 3, e sim 4, atendendo à sua finalidade - casas de operários - e concordando em particular com um projeto reduzido a cerca um milésimo aspecto do qual pode ser imprimido de acordo com o anexo.

Baseado nesse ofício comunique - interrogação que nos foi confirmada pelo Sra. Arquitecto Totoníco Pereira - que o edifício projectado, com 5 pisos, terá de ser reduzido a 4 pisos.

Quanto à parte de arquitectura, o arquitecto Sra. Totoníco Pereira promete-nos enviar em plante modificado, até 12 de corrente.

Padrões em consequência, a V. Exa., para que não fique mais estendido este assunto, o favor de mandar substituir os estudos técnicos, a cargo dessa "edificação", de acordo com as estabelecidas e consequentemente, as rendas.

Para que seja possível a devida colaboração entre os serviços dessa Federação e o seu Arquitecto Totoníco Pereira, damos-lhe, neste data, cópia do presente ofício.

Aproveitamos o ensejo para testemunhar a V. Exa. a nossa consideração elevada, subscrivendo-nos,

A D.P. DA P.O.

P. 65

Caixa de Providência do Pessoal da Sodá Póvoa
Bloco de Habitações a construir na Póvoa de Santa Iria

área total de caixilhos a novos 52,5^{m2}

a) - cantarias:
 fôrro de cantaria em cochos - - - - - 60^{m2}

NOTA : a superfície de grelhagem manteve-se aproximadamente a mesma.

ALTERAÇÕES AO PROJECTO INICIAL

Lisboa, 8 de Março de 1955

I - Trabalhos a mais:

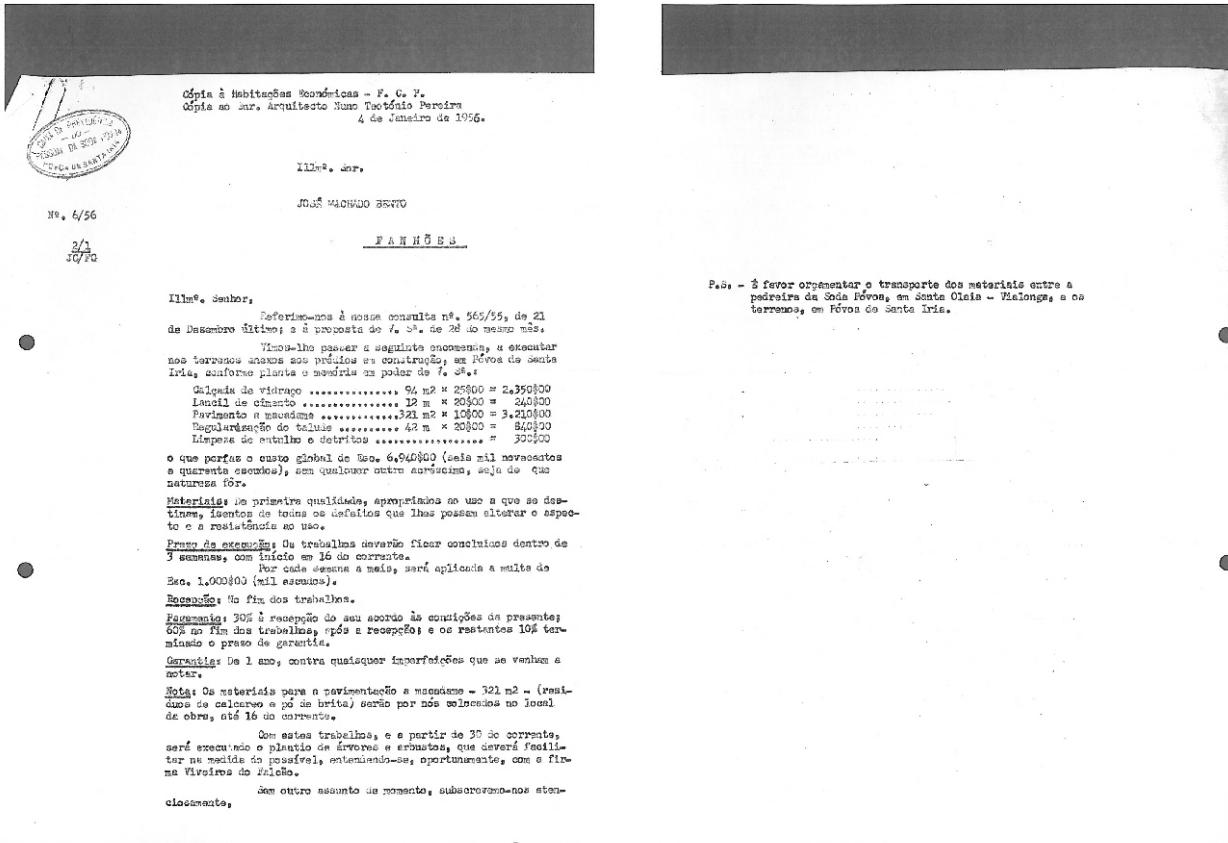
a) - betão armado:
 cobertura da galeria de acesso no último piso;
 parapeitos no topo da escada;
 maior altura das consolas das varandas;

b) - Carpintarias :
 bandeiras sobre as portas de entrada com 0,35 x 0,90
 tipo 3 - 8
 tipo 4 - 4
 12 com 3,5^{m2}
 caixilhos com 1,20 x 1,20 tipo 4 - 8 com 11,5^{m2}
 área total de caixilhos a mais - - - - 15,5^{m2}
 portas de galerias e arradeações com 1,00 x 1,60
 15 com 21^{m2}

II - Trabalhos a menos:

a) - betão armado:
 pilares e vigas na escada e galerias de acesso;
 linteis das janelas suprimidas;
 lados e frente dos estendais da fachada posterior do tipo 4;

b) - carpintarias :
 caixilhos com 0,40 x 1,20 - tipo 3 - 16
 " " " " - tipo 4 - 26
 44 com 21^{m2}
 caixilhos com 0,60 x 1,20 - tipo 3 - 8
 " " " " - tipo 4 - 4
 Total 12 com 11,5^{m2}





Nº. 7/56
8/1
JQ/FG

Óptica à Habitação Económica - F. C. P.
Óptica ao Ctr. Arquitecto Nuno Teotónio Pereira
4 de Janeiro de 1956

Aos

VIVAROS DO FALÇO
Rua Marquês de São da Bandeira, 21

L E G B O A

Ilíma Senhores,
Responso-nos à nossa consulta nº. 528/55, de 6 de Dezembro último; à vossa carta, acompanhada de esboço, de 9 seguinte e à complementar de 19, tendo daquelha mds.

Vossa considerar-lhes a encomenda seguinte, a executar conforme previsto na planta e memória em poder de V. Srs.

I - Fornecimento e plantação de árvores de grande porte, com
troncos:

- a) - Abertura de portas com 1,20 x 1,20 x 1,20;
- b) - Extracção, à medida de 1/5;
- c) - Fornecimento de tutores;
- d) - Fornecimento de árvores.

5 cedros, com 1m ... x 50000 = 250000
8 chrypos, com 3m ... x 100000 = 800000
2 plátanos, com 3m ... x 100000 = 200000
2 ulmeiros, com 3m ... x 100000 = 200000 = 1.450000

II - Fornecimento e plantação de árvores de pequena porte e
arbustos, complementar:

- a) - Abertura de portas com 0,60 x 0,60;
- b) - Extracção, à medida de 1/3;
- c) - Fornecimento das plantas.

3 cornalinas, 0,60 x 25000 = 75000
4 oliveiras da Bandeira, com 2m x 30000 = 120000
3 prunus Pissardi, 0,60 x 30000 = 90000 = 285000

III - Fornecimento e plantação de arbustos para cobrir os vales
áberas, com as dimensões de 0,30x0,60, sendo a extracção
no importo de 1/3 de extracção para 1/3 de terra:

Grutaque 0,60 ... a 5000 = 1.500000
Mlopote 0,30 ... a 3000 = 1.275000 = 2.925000
A plantar 3 plantas por metro correto de base.

IV - Fornecimento e plantação de 3 Valsa Virgin:

3 x 15000..... = 45000



Aos
VIVAROS DO FALÇO
L I S B O A

- 2 -

o que perfaz a importância de Esc. 4.70500 (quatro mil setecentos e cinco escudos), sem qualquer outro acrescimo, seja da que natureza for.

Materiais: De primeira qualidade, isentos de todas e quaisquer deficiências.

Garantia: De um ano, sendo substituídas, por conta de V. Srs, todas as plantas que se tornem convenientes.

Prazo de execução: 1 semana, a partir de 30 do corrente.

Pagamento: 30% no acordo de V. Srs à presente encomenda; 60% no término dos trabalhos, após a receção; e os restantes 10%, findo o prazo de garantia.

Em outro escrito de momento, subscrivemo-nos com elevada consideração;



CAIXA DE PREVIDÊNCIA
DO PESSOAL
DA SÓDA PÓVOA
PÓVOA DE SANTA IRENA
TELÉFONE 3082200 N.º 10000

n.º 421/59

Nome: 2/2
JG/PG

PÓVOA DE SANTA IRENA 19 de Outubro de 1959

Exmo. Senhor
Exmo. Sr.
Arq. NUNO TEOTÓNIO PEREIRA
Rua da Alegria, 61 - n.º 3

L. I. S. B. O. A.

Exmo. Senhor:

A fim de nos ser dado o parecer da V. Exa., sobre o assunto, juntamos cópia do nosso ofício, de 28 de Agosto do ano corrente, à Edifíciadora Lus & Alves, Lda.; e fotocópia da sua resposta, de 8 de Setembro pretendido.

Desde já agradecemos a atenção da V. Exa., apresentando-lhe os nossos melhores cumprimentos,

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO PESSOAL DA SÓDA PÓVOA
O Presidente da Direcção

Exmo. Senhor
Presidente da Caixa de Previdência do Pessoal da Sóda Póvoa
PÓVOA DE SANTA IRENA

PT N.º P-761 00145

Exmo. Senhor

No referência ao ofício da V. Exa. n.º 421/59, de 19 de outubro, noz. do seguinte parecer:
As soluções propostas pela Edifíciadora Lus & Alves, Lda., se bem que me pareçam razoáveis oficialmente o problema, sólida classificada difícilmente, envolvendo trâmites e despesas que só se justificariam depois de tentados outros procedimentos mais eficazes e que podem ser igualmente eficazes. Mais provavelmente, no. exemplo, os seguintes:

a) Reparo à fiação:

Aplicação superficial de produtos hidráulicos, foi já indicado à firma fabricante o produto à base de silicones, com um composto de argamassa, com aplicação pode ser feita rapidamente e a verificação da sua eficácia pelo fabricante quanto ao problema de gordura;

Com este procedimento da firma pode fazer imediatamente a parede com a fundação de betão, resolvendo o problema de gordura.

b) Reparo à fiação:

Cola hidráulica e reforço da parede com argamassa hidráulica, suficientemente forte, para evitar o seu descolamento e enfraquecimento.

Com os melhores cumprimentos,

Nº 14 - - - 7

Lisboa, 27 de Outubro de 1959

Act. 14